



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Marcelo Verly de Lemos

**Escolas do legislativo municipais como lócus de ações de
educação para a democracia voltadas ao letramento político: a
visão de dirigentes e cidadãos friburguenses politicamente
participativos**

Rio de Janeiro
2019

Marcelo Verly de Lemos

Escolas do legislativo municipais como lócus de ações de educação para a democracia voltadas ao letramento político: a visão de dirigentes e cidadãos friburguenses politicamente participativos

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana.

Orientador: Prof. Dr. Zacarias Gama

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

L557 Lemos, Marcelo Verly de.
Escolas do legislativo municipais como locus de ações de educação para a democracia voltadas ao letramento político: a visão de dirigentes e cidadãos friburguenses politicamente participativos / Marcelo Verly de Lemos. – 2019.
250 f.

Orientador: Zacarias Gama.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades.

1. Educação– Teses. 2. Políticas Públicas – Teses. 3. Democracia – Teses. I. Gama, Zacarias. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

es CDU 37(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcelo Verly de Lemos

Escolas do legislativo municipais como lócus de ações de educação para a democracia voltadas ao letramento político: a visão de dirigentes e cidadãos friburguenses politicamente participativos

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ao Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada em 13 de maio de 2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Zacarias Gama (Orientador)
Faculdade de Educação – UERJ – PPFH

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto
Faculdade de Educação – UERJ – PPFH

Prof. Dr. João Feres Júnior
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ - IESP

Prof. Dr. Jairo Marconi Nicolau
FGV - CPDOC

Prof. Dr. Rildo Cosson
Faculdade de Educação - UFMG

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai, Manoel Pereira de Lemos (*in memoriam*), que despertou em mim, desde cedo, a curiosidade, o espírito investigativo, o hábito da leitura e a busca da excelência.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Zacarias Gama, por toda acolhida, diálogos, reflexões e orientação. Sua inteligência e sensibilidade social me marcaram profundamente.

Aos professores Emir Sader, Floriano Peixoto, Gaudêncio Frigotto, Pablo Gentili e Raquel Villardi, do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), e Cesar Guimarães, João Feres Júnior, Pedro Villas-Boas e San Romanelli, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), todos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pelo enorme aprendizado que me proporcionaram. Parafraseando Isaac Newton, se fui capaz de ver mais longe, é porque estive sobre ombros de gigantes.

Ao professor Theotônio dos Santos (*in memoriam*), com quem cursei em 2014, na qualidade de ouvinte, a disciplina Economia Política do Mundo Contemporâneo, contribuindo significativamente para a ampliação da minha visão de mundo, como fez com tantos alunos e leitores.

Ao professor Rildo Cosson, pelo imediato retorno e constante disponibilidade desde nosso primeiro contato em 2015, incluindo sua ida a Nova Friburgo no ano seguinte para proferir palestra sobre letramento político no Legislativo municipal.

Ao presidente e assessora de comunicação da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), respectivamente, Florian Madruga e Deborah Andrade, por todo apoio oferecido na viabilização das respostas de diversas escolas do legislativo municipais à presente tese.

Aos professores que compuseram as bancas do exame de qualificação e de apresentação e defesa oral da Tese, pelo tempo dedicado à leitura e sugestões de melhoria.

À minha esposa Júlia, pelo amor e companheirismo que nos une, e que foi incansável ao me oferecer suporte permanente ao longo do doutorado, iniciado poucas semanas após o nascimento de nosso filho.

Aos meus filhos Eude Emanuel e Lucas, que me fizeram descobrir o que significa sentir como se o meu coração estivesse fora do corpo.

À minha mãe Carmelita, por todo amor, carinho e, em especial, pelo constante incentivo aos estudos e orações ininterruptas.

Às minhas irmãs Maria Marselle e Micheli e aos meus sobrinhos Augusto e Victoria, por constituírem uma família tão querida e especial.

Ao amigo uerjiano de longa data, professor Alberto Mendes, combativo sindicalista e doutor em História, meus sinceros agradecimentos pelo descortinar do “caminho das pedras” que me levou ao processo seletivo do PPFH e, posteriormente, ao início do doutorado em 2015.

Aos meus professores e professoras dos colégios estaduais Galdino do Valle Filho, João Bazet e Jamil El-Jaick, onde passei 12 dos meus 13 anos na educação básica, e com quem aprendi a importância da defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Aos profissionais que atuaram comigo ao longo dos mandatos legislativos exercidos na Câmara Municipal de Nova Friburgo, em especial Gabriella Areias Penha, que me auxiliou sobremaneira na estruturação das atividades da Escola do Legislativo e iniciou contatos com a ABEL e dirigentes dessas instituições em diversas partes do país.

Às amigas Célia Campos e Rosa Martire, pelo carinho, constante torcida e apoio ao longo dos estudos de doutoramento, em especial na reta final, a partir de suas revisões e sugestões de melhoria.

Aos dirigentes das escolas do legislativo municipais que responderam o questionário, sem o quê seria impossível realizar o presente trabalho.

Aos cidadãos politicamente participativos de Nova Friburgo, dentre os quais escolhi uma pequena mas representativa amostra, a partir da qual foram realizadas entrevistas que permitiram construir importante quadro de referência sobre a realidade local no que tange à educação para a democracia e, principalmente, obter inspiração para que a Escola do Legislativo de Nova Friburgo (ELENF) seja potencializada, deixando de ser uma promessa para se tornar uma efetiva ferramenta de politização da sociedade friburguense.

Aos professores Ricardo Lengruber e Adriane Freitas, pela disponibilidade em revisar o trabalho, contribuindo para seu refinamento.

Aos diretores do Campus Regional da UERJ – Instituto Politécnico, professores Francisco Duarte Moura Neto e Ricardo Carvalho de Barros, e ao coordenador do curso de Administração da Universidade Estácio de Sá, José Loyola Bechara, por todo suporte que me ofereceram para a realização do doutorado.

Ao povo de Nova Friburgo, que me concedeu a grande honra de representá-lo no Legislativo municipal ao longo de 3 mandatos, no período compreendido entre 2005 e 2016, período em que pude aprender muito sobre minha cidade natal,

admirá-la ainda mais e contribuir efetivamente com ações diversas na busca do seu desenvolvimento, em sintonia com os novos tempos em que educação, ciência, tecnologia e inovação são essenciais ao posicionamento estratégico das cidades.

E, o mais importante de todos, agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas inúmeras (por vezes difíceis) experiências que venho tendo ao longo de minha caminhada terrena, as quais contribuíram para me tornar quem hoje sou e agradeço muito por isso.

Educação não transforma o mundo. Educação transforma pessoas. Pessoas transformam o mundo.

Paulo Freire

RESUMO

LEMOS, Marcelo Verly de. **Escolas do legislativo municipais como locus de ações de educação para a democracia voltadas ao letramento político**: a visão de dirigentes e cidadãos friburguenses politicamente participativos. 2019. 250 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O objetivo desta tese consiste em analisar o papel desempenhado por escolas do legislativo vinculadas a diversas câmaras municipais no país no que tange à educação para a democracia e letramento político, de forma a combater a alienação e apatia política verificadas junto a boa parte da população brasileira, bem como identificar a percepção de cidadãos politicamente participativos em meu município (Nova Friburgo) quanto ao potencial papel a ser desempenhado pela Escola do Legislativo vinculada à Câmara Municipal local no fortalecimento da cidadania, democracia e participação popular nas ações e decisões públicas. Para tanto, considero para efeito do presente trabalho a educação para a democracia e o letramento político como conjuntos de ações que objetivam instrumentalizar o cidadão com conhecimentos e práticas que o permitam ampliar sua consciência cívica e política, melhorar seu engajamento tanto em mecanismos da democracia formal (voto, partidos, eleições) quanto em outras instâncias que demandem maior participação da sociedade (associações de moradores, sindicatos, grêmios estudantis, diretórios acadêmicos), bem como ressignificar o papel do Legislativo. A mera transmissão de conteúdos sobre filosofia, história e ciência política não se apresenta como suficiente para tal instrumentalização, sendo necessária a adoção de metodologias mais participativas, que permitam o desenvolvimento de experiências e vivências que se solidifiquem no imaginário dos participantes e, a partir daí, se tornem práticas permanentes no seu viver diário. A partir das respostas oferecidas por cerca de 30 respondentes, metade dos quais dirigentes de escolas do legislativo municipais localizadas em vários estados brasileiros e metade composta por cidadãos politicamente participativos de Nova Friburgo, e fazendo uso da metodologia de análise de conteúdo, foi possível constatar a existência, validade e efetividade das iniciativas em curso e seu impacto positivo junto aos participantes das atividades promovidas. Mas sua baixa capilaridade (apenas 2% das câmaras municipais brasileiras possuem escolas do legislativo atualmente), alcançando ínfima parcela da sociedade brasileira, se apresenta como fator limitante ao seu potencial educativo, o que pode ser revertido caso se estabeleça política pública estimulando e/ou induzindo o espraiamento das mesmas pelo país.

Palavras-chave: Letramento político. Educação para democracia. Democracia. Parlamento. Escolas do legislativo.

ABSTRACT

LEMOS, Marcelo Verly de. **Municipal legislative schools as the locus of actions of education for democracy focused on political literacy**: the vision of leaders and policitally participative Nova Friburgo´s citizens. 2019. 250 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The purpose of this thesis is to analyze the role played by schools of the legislature linked to various city councils in the country regarding education for democracy and political literacy in order to combat the alienation and political apathy verified with the majority of the Brazilian population, as well as to identify the perception of politically engaged citizens in my municipality (Nova Friburgo) on the potential role to be played by the Legislative School linked to the local City Council in strengthening citizenship, democracy and popular participation in public actions and decisions. For this purpose, we consider for the purpose of the present work education for democracy and political literacy as sets of actions that aim to instrumentalize the citizen with knowledge and practices that allow him to broaden his civic and political consciousness, to improve his engagement both in mechanisms of formal democracy (voting, parties, elections) and in other instances that demand greater participation of society (residents' associations, unions, student associations, academic directories), as well as re-signifying the role of the Legislative. The mere transmission of content on philosophy, history and political science does not present itself as sufficient for such instrumentalization, and it is necessary to adopt more participative methodologies that allow the development of experiences and perceptions that solidify in the participants' imaginary and from there, become permanent practices in their daily living. Based on the responses offered by about 30 respondents, half of which were directors of municipal legislative schools located in several Brazilian states and half composed of politically participative citizens from Nova Friburgo, and using the methodology of content analysis, it was possible to verify the existence, validity and effectiveness of ongoing initiatives and their positive impact on the participants in the promoted activities. But its low capillarity (only 2% of the Brazilian municipal chambers currently have schools of the legislature), reaching a small fraction of Brazilian society, presents itself as a limiting factor to its educational potential, which can be reversed if a public policy is established stimulating and or inducing the spread of the same by the country.

Keywords: Political Literacy. Education for democracy. Parliament. Legislative Schools.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Satisfação com a democracia na América Latina	64
Gráfico 2 – Evolução do apoio à democracia na América Latina	65
Gráfico 3 – Percentual de apoio popular à democracia por país latino-americano ...	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das escolas do legislativo municipais brasileiras por estados da federação.....	90
Tabela 2 – Quadro comparativo contendo ano de fundação das escolas do legislativo municipais pesquisadas.....	110
Tabela 3 – Principal formação acadêmica dos dirigentes das escolas do legislativo municipais pesquisadas.....	112
Tabela 4 – Quadro-síntese contendo formas, metodologias e conteúdos que devem ser trabalhados pela Escola do Legislativo de Nova Friburgo ..	211

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABEL	Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
APEL	Associação Paulista das Escolas do Legislativo e de Contas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AVEVI	Associação dos Vereadores do Vale do Itapocu
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEFOR	Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados
CEVEST	Centro de Formação Profissional e Transferência de Tecnologia para a Indústria do Vestuário José Pereira da Costa
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COMAMOR	Conselho Municipal das Associações de Moradores de Nova Friburgo
COPPE/UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EAD	Educação a Distância
ECD	Educação para Cidadania Democrática
ELECAMP	Escola do Legislativo de Campinas
ELENF	Escola do Legislativo de Nova Friburgo
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ILB	Instituto Legislativo Brasileiro
INTERLEGIS	Programa de Modernização do Legislativo Brasileiro
ITS-RIO	Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PACQ	Plano Anual de Capacitação e Qualificação da Escola do Legislativo de Campinas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPFH	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
PPP	Projeto Político-pedagógico
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
QCA	<i>Qualifications and Curriculum Authority</i>
SAPL	Sistema de Apoio ao Processo Legislativo
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União

TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILEGIS	Universidade do Legislativo Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 METODOLOGIA.....	27
2 EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À ALIENAÇÃO POLÍTICA	35
2.1 A utilização da educação como instrumento de alienação política	36
2.2 A educação para a democracia como promessa não cumprida.....	49
2.3 A crise dos parlamentos e da democracia brasileira	55
2.4 O fomento à democracia por meio de ações de letramento político.....	72
2.5 Escolas do legislativo como locus de letramento político.....	85
3 VISÃO E PRÁTICA DE ESCOLAS DO LEGISLATIVO MUNICIPAIS BRASILEIRAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA E LETRAMENTO POLÍTICO	104
3.1 Caracterização das escolas do legislativo municipais participantes da pesquisa	106
3.2 Impactos produzidos pela escola do legislativo junto ao público interno e sociedade em geral.....	113
3.3 A visão dos dirigentes das escolas do legislativo municipais quanto à atuação de suas instituições como agências promotoras de conceitos de cidadania e democracia	120
3.4 Percepção dos dirigentes das escolas do legislativo municipais quanto à absorção de conceitos, valores e práticas políticas, cidadãos e democráticas por participantes de suas programações	123
3.5 Desenvolvimento de novas bases democráticas a partir do trabalho realizado pelas escolas do legislativo municipais: fato ou promessa.....	126
3.6 Estratégias de capilarização das escolas do legislativo no país	130
3.7 Ações de letramento político e participação de indivíduos e instituições extraquadros	133
3.8 Percepção dos dirigentes das escolas do legislativo municipais quanto à melhoria de imagem dos seus parlamentos a partir das atividades educacionais desenvolvidas e maior clareza dos participantes quanto às funções legislativas.....	140

3.9	Existência de projeto político-pedagógico nas escolas do legislativo municipais e ações realizadas/previstas	145
4	VISÃO E PERSPECTIVAS DE LIDERANÇAS POLÍTICAS E COMUNITÁRIAS FRIBURGUENSES A RESPEITO DO PAPEL DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO	152
4.1	A visão de cidadãos friburguenses politicamente participativos quanto ao nível de desenvolvimento democrático e déficit cívico existente atualmente na cidade	153
4.2	Cidadãos politicamente participativos em Nova Friburgo: o ideal local de cidadania	172
4.3	Contribuições oferecidas no campo da educação para a democracia e letramento político	179
4.4	A importância do desenvolvimento de ações de educação para a democracia e de letramento político junto à população de Nova Friburgo	189
4.5	Mecanismos de incentivo à participação popular disponibilizados pelo Legislativo de Nova Friburgo: diversidade e efetiva utilização	195
4.6	A importância da existência de uma escola do legislativo em Nova Friburgo	201
4.7	Como a Escola do Legislativo de Nova Friburgo pode contribuir de forma efetiva para o fomento à democracia através de ações de letramento político e conteúdos a serem ministrados	206
4.8	Professores da Escola do Legislativo de Nova Friburgo: como aprender sobre democracia com seus próprios alunos	213
4.9	Como reverter a degeneração da vida política que vem atingindo boa parte de nossa histórica política recente, em especial junto à população mais jovem?	220
	CONCLUSÕES.....	229
	REFERÊNCIAS	236
	APÊNDICE A – Questionário para dirigentes de escolas do legislativo municipais.....	236
	APÊNDICE B – Questionário para cidadãos friburguenses politicamente participativos.....	250

INTRODUÇÃO

Eu acho que deveríamos ter trabalhado mais a questão da consciência política. O avanço objetivo tinha que ter sido acompanhado de um avanço subjetivo. O avanço material tem que vir acompanhado de um avanço espiritual. Essas coisas têm que vir juntas para que o processo se consolide. Espiritual não no sentido religioso, mas no sentido ético, de valores. A ética tem que ser uma obsessão de um partido que transforma a vida material das pessoas. [...] Claro que tudo depende do esforço individual também, mas isso tem que vir acompanhado de um processo de formação política.

Fernando Haddad

É em meio a um dos momentos mais conturbados da história política nacional que desenvolvo esta tese. Após tempos de crescimento econômico, distribuição de renda e diminuição das desigualdades sociais, ainda que em intensidade e ritmo aquém das necessidades históricas da população brasileira, o fato é que desde o início da redemocratização, vivida pelo Brasil a partir de meados dos anos 1980, importantes avanços foram obtidos e verificados ao longo da década de 2000, em especial no que se refere à inclusão social, ampliação dos programas de transferência de renda, universalização do acesso ao ensino fundamental, significativa ampliação de vagas no ensino superior (público e privado), entre outros, todos eles frutos de decisões de natureza política, convertidas em políticas públicas federais, estaduais e municipais. Havia, paralelamente, um sentimento de pleno exercício da democracia e excelentes perspectivas de médio e longo prazo para nosso país.

No campo econômico, por exemplo, o Brasil viveu tempos de grande destaque, tanto local quanto internacionalmente, incluindo seu alinhamento aos BRICS, bloco econômico estruturado com a Rússia, Índia, China e África do Sul, o qual, pela magnitude de seus componentes, detentores de enormes mercados consumidores (principalmente chinês e indiano), iniciou uma nova configuração geopolítica no mundo. Selecionado ainda para sediar eventos esportivos de caráter mundial (Copa do Mundo e Olimpíadas), todos os holofotes se voltaram para o

Brasil. Além de ter sido muito bem sucedido em tais iniciativas, nosso país também obteve resultados expressivos decorrentes dos fortes investimentos em pesquisa e desenvolvimento realizados pela Petrobras, culminando na descoberta de novas e gigantescas jazidas no pré-sal, reforçando sua posição como *player* mundial no setor de petróleo e gás, com forte impacto em diversos setores econômicos e sinalizando futuro extremamente promissor, em especial no campo educacional, face ao atrelamento de percentual significativo de aplicação dos royalties decorrentes da exploração de petróleo em águas profundas ao sistema educacional brasileiro. Antes disso, porém, já havia ocorrido significativa expansão da oferta de vagas nos níveis superior e técnico de ensino, por meio da criação de novas universidades federais e institutos tecnológicos.

Ao longo desse período, muitos brasileiros passaram a ter acesso a bens de consumo duráveis e não duráveis, como jamais ocorrido na história do país. Políticas públicas de isenção fiscal, tanto para a implantação de novas empresas, quanto para redução do preço final de produtos diversos para o público consumidor, geraram efeitos significativos na economia do país, cujas taxas de desemprego alcançaram os menores percentuais da história recente, além de indicadores econômicos de excelente nível, validados por instituições que avaliam periodicamente a saúde financeira de países no mercado financeiro internacional. Esse é um brevíssimo relato pontuando, ainda que superficialmente, o pano de fundo de nossa trajetória rumo à tão sonhada inserção no rol dos países mais desenvolvidos do mundo, a qual se caracterizou muito fortemente pela ampliação do acesso ao mercado consumo, mais do que por reformas estruturais.

Nos últimos anos, entretanto, passamos a conviver diuturnamente com noticiário extremamente negativo, sinalizando diversos problemas que interromperam abruptamente nossa trajetória de crescimento e de exposição positiva do país no cenário internacional, parte dos quais oriundos da mais recente crise econômica mundial. Além de contribuírem sobremaneira para a crescente insatisfação da população com suas instituições, as quais têm sido alvo de contundentes críticas por motivos diversos, inclusive colocando em risco a própria confiança na democracia brasileira, tais fatos abriram margem para o crescimento de campos e grupos políticos descompromissados com valores democráticos tão duramente conquistados após o período da ditadura militar que vivenciamos entre 1964 e 1985.

Analisando a extensão temporal, podemos constatar que temos muito pouco tempo de vigência ininterrupta de ares democráticos no país. Digo ares e não fundamentos por concordar com análises de diversos autores, parte dos quais aparecerão nas páginas do presente trabalho, pela constatação de que nosso tão jovem sistema democrático foi capturado pelo regime capitalista em seus mais diversos níveis e esferas, fazendo com que características centrais como voto universal, eleições periódicas, partidos constituídos, liberdade de expressão, entre outras, também conhecidas como as “regras do jogo” democrático, fossem fortemente influenciadas pelo poder econômico, mediado pelos grandes meios de comunicação. Isso ocasionou enorme desestruturação do sistema político brasileiro, muito suscetível à força do dinheiro e dos interesses econômicos, grandes financiadores das campanhas eleitorais brasileiras (REIS, 2016).

Após as manifestações de junho de 2013, movimento iniciado por estudantes paulistas questionando o aumento da tarifa de ônibus e que, por motivos diversos, acabou por tomar proporções gigantescas, se espalhando por todo o país, o povo brasileiro foi às urnas para eleições nacionais e estaduais no ano seguinte, mantendo no poder tanto a presidente Dilma Roussef, quanto o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão. Em função de ser o Rio a sede dos megaeventos e também da Petrobras, além de sua importantíssima função cultural e turística, as atenções de todo o mundo se voltaram para a capital fluminense. Embora ambos os eventos tenham sido bem sucedidos, diversos fatores contribuíram para que o sonho brasileiro se tornasse um pesadelo que parece não ter fim, dentre os quais destaco a queda do preço internacional do barril de petróleo, investigações da Operação Lava Jato alcançando diversos executivos da Petrobras e lideranças políticas de vários partidos e o perfil dos eleitos para o Congresso Nacional no quadriênio 2015-2018, com as campanhas eleitorais da maioria dos parlamentares financiada pelos maiores grupos econômicos do país e, conseqüentemente, suscetíveis aos interesses das grandes corporações.

Para Gama (2018, p. 175), a oligarquia brasileira sempre que pôde trabalhou para impedir a existência de processos políticos que contribuíssem para a ampliação da democracia no país e, menos ainda, que ela pudesse evoluir até chegar ao ponto de se tornar um valor universal em nossa cultura. Ao longo do tempo, todas as vezes que seus interesses foram contrariados, agiu imediatamente para tirar do poder todos os líderes e movimentos que propugnavam pelo aprofundamento da

democracia brasileira, dentre os quais Getúlio Vargas (1954), João Goulart (1964) e Dilma Rousseff (2016). O próprio período democrático recente, liderado pelo presidente Lula, o qual projetou o país como grande potência política e econômica no hemisfério sul, levando-o ao alinhamento aos BRICs, citado anteriormente, e que permitiu a expansão política e comercial para novas regiões do planeta e promoveu o acesso a bens materiais e à universidade para milhões de brasileiros, acirrou o descontentamento dessa elite oligárquica, que reagiu por intermédio dos grandes veículos de comunicação e de lideranças políticas, impondo novos déficits de democracia à sociedade brasileira e suscitando enorme instabilidade política no país desde 2013.

Tais elementos, aliados à insatisfação da elite oligárquica brasileira, foram fundamentais para a construção do cenário que culminou na deposição da presidente reeleita menos de dois anos após sua reassunção ao cargo e, mais à frente, na prisão do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. A crise econômica, somada à instabilidade política e aos efeitos da citada Operação Lava Jato, aprofundou a desestruturação da economia brasileira, incluindo setores estratégicos como petróleo e gás e construção civil, além de culminar em decisões que, sob o pretexto de equilibrarem o orçamento público, comprometem enormemente o futuro do país. Dentre eles, podemos citar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos Públicos, que congela investimentos em saúde e educação por 20 anos, além das propostas de reforma trabalhista (já aprovada) e previdenciária (enviada pelo ex-presidente Temer em 2017, mas não votada, e, mais recentemente, encaminhada pelo presidente recém-empossado Jair Bolsonaro), colocando em risco o ainda frágil e incipiente Estado de Bem-estar social brasileiro, construído lentamente e a duras penas a partir da terceira década do século XX. Paralelamente, fomos e somos diariamente bombardeados com notícias relativas às denúncias e prisões de lideranças políticas e empresariais, confirmando o estreito entrelaçamento entre público e privado e reforçando a visão de que nosso sistema democrático foi capturado pelas grandes corporações.

Embora considere que a conjuntura nacional nos dias atuais não seja aparentemente favorável à retomada de regime ditatorial, para Gama (2018, p. 79) a oligarquia brasileira buscará criar meios de cercear a liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o que já pode ser confirmado ao longo das últimas

semanas, com os ataques à Lei Rouanet, aos cursos de filosofia e sociologia e os cortes orçamentários das universidades e institutos federais de educação, apenas para destacar as principais medidas do atual governo federal. O impacto junto ao sistema educacional será gravíssimo, reduzindo ainda mais o ensino à transmissão de técnicas úteis ao desenvolvimento de competências e habilidades que sejam indispensáveis à continuidade de reprodução do sistema capitalista e sua respectiva concentração de renda, fazendo com que a sociedade democrática seja ainda mais atingida, pela ausência de formação em valores sociais, políticos, filosóficos e morais.

Importa ainda destacar a crise da representação política verificada no país. Por ocasião da votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, foi possível constatar o reduzido número de mulheres, trabalhadores e não brancos dentre os deputados que participaram daquela sessão. Muitos eleitores criticaram o despreparo e a falta de qualificação dos nossos representantes na Câmara dos Deputados. Houve ainda aqueles que responsabilizaram as regras eleitorais atualmente vigentes no país como sendo as grandes responsáveis pelo baixo nível dos deputados federais. Estudos feitos por Nicolau (2017) apontam, contudo, que expressivo número dos que protestaram contra as atitudes e discursos dos deputados naquela ocasião já nem se lembrava mais em quem votou nas eleições anteriores, refletindo a alienação dos brasileiros na construção de todo o processo político-eleitoral que culminou na votação do impeachment, somada à crescente e contínua desconfiança dos eleitores em relação aos detentores de mandatos eletivos, cada vez mais evidente a partir das manifestações de junho de 2013. Ele atribui boa parte da crise política enfrentada pelo Brasil nos últimos anos a 3 fatores principais: regras de financiamento eleitoral, que priorizava o financiamento privado das campanhas; a corrupção a que se submeteu boa parte da elite política brasileira; e a significativa ampliação das instituições de controle junto às instituições típicas da representação política. Indico a crise econômica como um quarto fator importante. Juntos, criaram o contexto que levou a presidente Dilma a ser deposta do cargo.

Faço esse preâmbulo para recontextualizar minha tese, cujo início de estruturação ocorreu em meados de 2014, em cenário absolutamente diferente do que presenciamos atualmente. À exceção das já citadas manifestações de junho de

2013¹, ainda não vivenciávamos nenhum outro sinal do que estava por vir. Entretanto, podemos analisar retrospectivamente algumas falhas ou omissões ocorridas. Duas, a meu ver, centrais. Primeiramente, a não estruturação de sistema adequado de financiamento de campanhas eleitorais, já que a proposta de financiamento público nunca havia sido implementada, aparentemente por contrariedade da sociedade, refletida em pesquisas de opinião, o que fazia com que parlamentares evitassem votar a matéria. Sem financiamento público, para concorrer aos mais altos cargos da República, era necessária a preexistência de expressivos recursos financeiros e patrimoniais ou sua captação junto à iniciativa privada, já que, até as eleições de 2014, eram autorizadas doações empresariais para campanhas políticas. Tais financiamentos não ocorriam sem que houvesse, ao longo do exercício dos mandatos executivos e legislativos deles decorrentes, a existência de relevantes contrapartidas, cujos detalhes podem ser verificados em recente obra de Bruno Carazza, intitulada Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro.

E pelo menos outra falha, igualmente de extrema importância, que seria a busca de uma maior politização da população brasileira, que se informa basicamente por meio do acesso a notícias e matérias produzidas pelos grandes grupos de comunicação, em geral enviesadas ou manipuladoras, as quais contribuem para que o interesse de minorias endinheiradas se sobreponha às necessidades de uma maioria desvalida. Faz-se necessária a produção e o acesso a informações imparciais e aprofundadas sobre raízes e princípios da democracia, do papel do Estado, dos sistemas políticos, da relação entre representantes e representados, dos direitos e deveres de uma sociedade, entre outros temas, e sua divulgação junto à população brasileira, bem como o desenvolvimento de processos educativos que permitam a conscientização e o aprendizado de práticas democráticas e participativas.

O fato é que o nível de conhecimento da população sobre democracia e política no país se encontra muito abaixo do nível mínimo necessário à construção de uma sociedade justa e igualitária. Uma das potenciais causas para esse nível de

¹ Para Avritzer (2016, p. 15-16), tais manifestações apresentaram duas grandes novidades em relação ao histórico de participação em movimentos de massa no país: o restabelecimento de dinâmica separando mobilizações institucionais e não institucionais, o que não ocorria desde 2003, e perda do monopólio da esquerda em relação às tradicionais lideranças de movimentos dessa natureza.

desconhecimento parece estar associada ao ainda baixo nível educacional verificado no país, pois, se comparados a diversos outros países, em especial aqueles que apresentam maior índice de desenvolvimento democrático na América do Sul, continuamos apresentando resultados pífios. Para exemplificar, cito ranking divulgado em 2013, no qual os resultados brasileiros, em termos de tempo médio de escolaridade, correlacionados a indicador de desenvolvimento democrático, se apresentavam distantes das nossas necessidades históricas, em especial se comparados a Argentina e Uruguai. Se não explica por completo, apresenta, no mínimo, um bom ponto de partida para a análise de nosso déficit democrático: uma população mais escolarizada, em tese, possui melhores condições de se educar politicamente. Mas nem isso parece ser suficiente, já que o modelo de educação atualmente massificado, acaba por tornar produtiva e funcional ao sistema capitalista a escola improdutiva, parafraseando Frigotto (2010).

Nesse sentido, o tema da presente tese de doutorado foi escolhido devido à sua importância no cenário legislativo e democrático do país, versando inicialmente sobre a gênese, desenvolvimento e perspectivas das escolas legislativas no Brasil, fenômeno relativamente recente e que vem se ampliando por todo o território nacional, englobando tanto o Congresso Nacional, quanto todas as assembleias legislativas e pouco mais de 100 câmaras municipais de várias regiões do país. Com as diversas leituras, estudos e disciplinas realizados ao longo do estudo de doutoramento, bem como por meio de diálogos estabelecidos com o professor Zacarias Gama, orientador da presente tese, identifiquei as escolas legislativas criadas junto ao Parlamento brasileiro como potenciais multiplicadores do que autores como Bernard Crick (1978) e Rildo Cosson (2008), cujas ideias conheceremos ao longo do presente trabalho, denominam de “letramento político”.

Com isso, o objeto de investigação passou a ser o potencial papel das escolas do legislativo na promoção de princípios e valores democráticos junto ao seu público-alvo, originalmente servidores, assessores e parlamentares, em função de sua relativa similaridade com as escolas de governo, e que foi ampliado para abarcar a função de educação para a democracia e cidadania, constituindo-se em potencial ferramenta de letramento político, destinada à sociedade como um todo e não somente intramuros, voltada exclusivamente ao seu público interno. O presente trabalho se dedicará, portanto, a aprofundar tal pesquisa e buscar conhecer modelos e conteúdos de educação para democracia e letramento político atualmente

desenvolvidos por escolas legislativas municipais, vinculadas a câmaras de vereadores.

A motivação para desenvolver a presente tese se origina na minha própria experiência, pois exerci três mandatos consecutivos como parlamentar em Nova Friburgo, município serrano da região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro, entre 2005 e 2016, sempre desenvolvendo ações destinadas a aproximar o parlamento da sociedade local, notadamente por meio da realização de audiências públicas e da criação de projetos específicos como Câmara Jovem, Escola do Legislativo e Vereador vai à Escola. Isso porque, desde o primeiro mandato, iniciado em janeiro de 2005, pude constatar significativo distanciamento do poder legislativo em relação à população friburguense e, para minimizá-lo, busquei, além das iniciativas citadas anteriormente e de caráter mais institucional, disponibilizar todas as formas de contato a eleitores e cidadãos de maneira geral, fosse por telefone, e-mail, site e, nos últimos anos, WhatsApp e redes sociais. Contudo, à exceção de quando eram abordados temas polêmicos ou, mais precisamente, em momentos de crise (greves na educação, crise no transporte público, as já citadas manifestações de junho de 2013 etc.), constatei realmente esse enorme distanciamento, pelo menos na experiência que vivenciei no período do exercício dos mandatos legislativos que me foram outorgados pelo eleitorado de Nova Friburgo.

Além de facilitar o acesso da população aos meus diversos meios de contato, aproveitando a facilidade do uso das novas tecnologias de informação e comunicação e, por conseguinte, diretamente a mim, apresentei, objetivando diminuir esse distanciamento, como uma das primeiras iniciativas do primeiro mandato, projeto de lei instituindo o Programa Jovem Vereador junto ao Legislativo de Nova Friburgo. Como já havia à época outra iniciativa semelhante tramitando (Câmara Mirim), proposta por outro parlamentar, fizemos a junção das duas, transformando-as no projeto Câmara Jovem, cuja lei foi aprovada em 2006. Trabalho realizado por Macedo et al (2013) aponta que após o ingresso de estudantes em um programa dessa natureza, houve grande entusiasmo e interesse no debate e discussão de assuntos relativos à cidadania, participação, sociedade e o contexto em que estão inseridos.

Tal iniciativa foi efetivamente implementada no ano de 2012, propiciando, desde então, a alunos do ensino fundamental das redes pública e privada do município a participação no processo de escolha dos participantes organizado pela

Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo, em conjunto com a Câmara Municipal. Posteriormente, passaram a frequentar as instalações da Câmara, onde se reuniam para debater problemas da cidade, apresentando propostas e projetos em diálogo com os parlamentares municipais, entre outras ações. O projeto vem, desde então, contribuindo para uma maior aproximação da Câmara com parte da sociedade local, a partir de escolas e comunidades de onde se originam os alunos e seus familiares.

Diante desse diagnóstico, além do meu contínuo interesse em promover uma maior aproximação do Legislativo de Nova Friburgo com a sociedade local, ao perceber a necessidade de maior qualificação nas propostas, projetos e ações parlamentares e pesquisando iniciativas similares em vários municípios e estados brasileiros, apresentei, no início do terceiro mandato, projeto de Resolução Legislativa propondo a criação da ELENF, a segunda dessa natureza no Estado do Rio e a primeira de âmbito municipal em território fluminense. Posteriormente subscrita por todos os vereadores do município, a criação da Escola foi aprovada no final de 2013, regulamentada no início de 2014 e realizou suas primeiras atividades ao longo do primeiro semestre desse mesmo ano.

Foram oferecidos, desde então, diversos cursos para capacitação de servidores com pelo menos 10% das vagas reservadas para pessoas sem vínculo com o Legislativo; duas palestras livres, ministradas por profissionais do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e encontros específicos com as presenças do presidente da ABEL, Florian Madruga, e do professor Rildo Cosson, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um dos principais especialistas em educação para a democracia no país, cujas publicações serão citadas ao longo da presente tese. Após minha saída do Legislativo, ocorrida em dezembro de 2016, assumiu a coordenação geral da Escola o vereador Pierre de Moraes, um dos entrevistados na presente pesquisa.

O principal objetivo de minha tese consiste, portanto, em caracterizar esse movimento e sua importância para a sociedade brasileira atualmente e, em especial, os reais impactos que já traz ou que pode vir a trazer, no que tange à educação para a democracia, junto aos ambientes político-institucionais onde estão inseridas. Em outras palavras, se realmente atuam como agências promotoras de conceitos de cidadania e de que formas fazem isso. O que poderia ser feito para estimular a

ampliação da rede de escolas do legislativo municipais com vistas ao aprofundamento de conceitos e valores relativos à política e cidadania, e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de novas bases democráticas no país, também se constituiu como uma das preocupações do presente trabalho.

1 METODOLOGIA

A partir das referências teóricas adotadas como base bibliográfica do trabalho, apresentadas no capítulo 2, as quais sinalizam a importância da educação para a democracia e cidadania no empoderamento do indivíduo com vistas à sua melhor participação como cidadão proponente de melhorias que contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária, bem como as principais experiências desenvolvidas pelas escolas do legislativo, estabeleci como hipótese do trabalho se as escolas legislativas no Brasil têm contribuído de fato para o aperfeiçoamento e fortalecimento da democracia e para a qualificação das ações dos parlamentos aos quais estão vinculadas e de que forma poderia ser ampliado o impacto de sua atuação por meio da capilarização das iniciativas regional ou mesmo localmente, tendo como lócus as câmaras municipais.

Também pretendo identificar quais são as possibilidades de efetiva atuação no campo do letramento político, da educação para a democracia, numa escola legislativa de âmbito municipal, a partir da experiência de Nova Friburgo. Como ponto de partida, consulte o site da ABEL com o fito de atualizar dados e informações, tanto quantitativas quanto qualitativas, sobre as escolas legislativas em funcionamento no país, além de enviar e-mail ao seu presidente solicitando apoio à realização da pesquisa. Importante ressaltar, contudo, que, de um total de 5.570 municípios brasileiros, somente cerca de 120 contam atualmente com escolas do legislativo junto às suas câmaras de vereadores, o que representa apenas 2% do total de legislativos municipais no país. Não possui, a princípio, a capilaridade necessária para efetivar o desenvolvimento massificado de ações de letramento político.

Considerando as inúmeras definições existentes acerca dos principais temas que permearão todo o trabalho, optei por considerar as definições de O'Shea (2003) para gerar certa uniformização conceitual, em especial no que tange à democracia, cidadania e educação para a cidadania democrática (termo que também será denominado de educação para a democracia e letramento político em trechos diversos do presente trabalho):

A ECD é, pois, um conjunto de práticas e atividades desenvolvidas como abordagem ascendente, que procura ajudar os alunos, os jovens e os adultos a participar de forma ativa e responsável nos processos de tomada de decisões das respectivas comunidades. A participação é crucial para a

promoção e o reforço de uma cultura democrática baseada na consciencialização e no compromisso em relação a valores fundamentais partilhados, como os direitos humanos e as liberdades, a igualdade da diferença e o Estado de Direito.

Já o questionário utilizado, aplicado a uma amostra de 15 (quinze) escolas do legislativo municipais em funcionamento no país, buscou levantar as visões de seus responsáveis acerca da hipótese da pesquisa, bem como de outros temas que considero relevantes para clarificar a dimensão desse movimento no país nos dias atuais, já que o último estudo mais amplo, realizado pelo próprio Cosson, data de 2008. Entrevistei ainda participantes diretos e indiretos do processo de criação da ELENF, bem como membros da sociedade local com histórico de participação em organismos como conselhos municipais e outras entidades representativas, a fim de levantar suas visões quanto ao potencial papel a ser desempenhado pela Escola no desenvolvimento da democracia local. Os conteúdos obtidos foram transcritos na íntegra e, após, incorporados ao presente trabalho ao longo dos capítulos 3 e 4.

Para realização da pesquisa de campo junto aos componentes dos 2 grupos de entrevistados, optei pelo modelo de entrevistas estruturadas, ou seja, perguntas previamente formuladas, de forma a possibilitar comparação entre as respostas apresentadas, tanto em relação a semelhanças quanto diferenças (LAKATOS, 1996). Tanto nas entrevistas realizadas pessoalmente quanto via formulário eletrônico, foram apresentados os mesmos conjuntos de perguntas para todos os entrevistados. Segui as diversas etapas que asseguram a qualidade de entrevistas: o planejamento, cujas questões elaboradas foram estruturadas a partir de informações que desejava obter para análise; a escolha dos entrevistados (tanto os dirigentes de escolas do legislativo municipais quanto as lideranças que entrevistei em Nova Friburgo são conhecedores do tema, atendendo ao quesito de que sejam pessoas com familiaridade dos assuntos a serem abordados); e a oportunidade da entrevista (agendei com todos os respondentes friburguenses previamente, sendo parte das entrevistas realizada na minha residência e parte no local de trabalho dos entrevistados). Em relação às entrevistas feitas via formulário eletrônico, foram encaminhadas por e-mail contendo apresentação do autor do trabalho e objetivos da pesquisa, contando com suporte da ABEL², incluindo o link para resposta ao questionário. Considerando terem sido enviadas solicitações para quase 80 escolas,

² Recebi importante apoio do presidente da ABEL, Florian Madruga, e da assessora de comunicação, Deborah Andrade, através de e-mail encaminhado para todas as escolas constantes de seu cadastro, estimulando a participação na pesquisa.

considero o quantitativo de 15 respostas aquém do potencial da pesquisa, inobstante todos os esforços que fiz para ampliar esse número.

Para análise do conjunto de respostas às questões formuladas no presente projeto de pesquisa, a primeira delas direcionada a escolas do legislativo municipais que fazem parte do sistema de educação legislativa no país e a segunda objetivando identificar a visão de lideranças políticas e comunitárias de Nova Friburgo a respeito do tema objeto da presente tese, optei pela metodologia de análise de conteúdo, já que a mesma possibilita o atendimento de inúmeras necessidades de pesquisadores envolvidos na análise de dados de comunicação, em especial quando voltados a uma abordagem qualitativa. Uma das principais motivações para tal opção se deveu à sua adequação para a exploração qualitativa de mensagens e informações, haja vista o caráter eminentemente qualitativo das questões formuladas e encaminhadas para as duas amostras de pesquisa anteriormente citadas.

Para Moraes (1999), a metodologia de análise de conteúdo constitui uma forma de investigação usada com o objetivo de “[...] descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”. Tal formato de análise, direcionada à busca de descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados em nível mais aprofundado do que quando ocorre durante leituras comuns. Na visão de Carlomagno e Rocha (2016), a análise de conteúdo é uma técnica amplamente utilizada em pesquisas na área de ciências sociais e, quando feita corretamente, tem o potencial de revelar muitos aspectos sobre os objetos analisados. Embora especialmente relevante para estudos no campo da comunicação social, sendo vastamente utilizada por pesquisadores e estudiosos da área, ela também pode ser aplicada em outros campos do conhecimento. Para que surta resultados positivos, deverá apresentar especial cuidado com a fase de planejamento, coleta e sistematização dos dados, já que a posterior etapa de cunho analítico dependerá de coleta realizada previamente da maneira adequada. Há certo conflito entre autores no que tange à análise de conteúdo ser ou não ferramenta de uso exclusivo para análises qualitativas. Para os que contestam tal visão, se há alguma forma de sistematização de dados em planilha ou banco de dados, trata-se de pesquisa quantitativa-categórica.

A valorização das abordagens qualitativas na análise de conteúdo está associada, dentre outros fatores, “[...] especialmente a indução e a intuição como

estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar.”. Minha atuação prévia à pesquisa como parlamentar municipal e autor do processo de criação da Escola do Legislativo de Nova Friburgo, além de ter sido elemento central na decisão de escolha do tema a ser desenvolvido na presente tese, estimulou a estruturação dos questionários de forma a captar aquilo que considerarei como essencial à resposta aos objetivos do presente trabalho.

Nesse tipo de metodologia, a matéria-prima utilizada para viabilizar a análise de conteúdo pode se originar de diversos tipos de materiais, dentre eles revistas, jornais, livros, relatos autobiográficos, gravações, entrevistas, entre outras ferramentas disponíveis. No caso da pesquisa em tela, foram mais de 180 laudas de entrevistas, tanto as que foram respondidas por dirigentes de escolas do legislativo municipais diretamente em Formulário Google disponibilizado através do aplicativo Google Drive, quanto as entrevistas individuais realizadas pessoalmente por mim. Como afirma Moraes (1999), tais dados chegam em estado bruto, fazendo com que precisem ser processados de forma a facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a ser realizado pelo pesquisador nesse modelo metodológico.

Para Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é caracterizada como técnica utilizada para leitura e interpretação de conteúdo de todos os tipos de documento, incluindo entrevistas, os quais, caso analisados de maneira adequada, “[...] nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.” e pode ser enfocada sob diferentes prismas: (i) pode haver coincidência no sentido que o autor pretende expressar com o sentido percebido pelos leitores do mesmo; (ii) de forma inversa, a interpretação do sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor individual; (iii) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem específica e leitores diversos poderão captá-la com diferentes sentidos; e (iv) pode ocorrer de um texto expressar sentido do qual o próprio autor não esteja consciente.

Além disso, ao longo do desenvolvimento do trabalho de pesquisa, elementos textuais como letras, palavras e orações podem categorizar frases, descrever estruturas lógicas, verificar associações e interpretações. Para auxiliar nesse

questo, também fiz uso da ferramenta MAXQDA³ para melhor organizar os conteúdos a serem analisados, principalmente no que tange às palavras com maior incidência, extraídas dos relatos apresentados pelos respondentes, a qual expressa temas essenciais ao desenvolvimento da tese, quais sejam “escola”, “legislativo”, “pessoas”, “democracia”, “política”, “sociedade” e “participação”.

Importante destacar que valores e linguagem natural, tanto do entrevistado quanto do pesquisador, além do próprio sistema cultural no qual está inserido o objeto de pesquisa, são fatores que exercem influência sobre os dados e devem ser levados em consideração pelo pesquisador na análise do conteúdo dos textos. Por isso, a análise de conteúdo não deixa de ser uma interpretação pessoal por parte do pesquisador a partir de suas próprias percepções acerca dos dados e informações coletados, o que torna inviável uma leitura neutra. A posição do entrevistador o direciona a uma interpretação dos dados.

Considerando a temática definida como objeto do presente trabalho (educação para a democracia e letramento político), importa ressaltar o momento extremamente delicado porque passa o sistema político brasileiro, alvo de inúmeras denúncias, críticas e ataques ao longo dos últimos anos, tanto em função da divulgação pela mídia de muitos casos de corrupção envolvendo agentes públicos e privados, quanto pela crescente polarização política no país, a deposição de presidente eleita democraticamente, prisões de ex-presidentes e ex-governadores, entre outros aspectos, que acabam por afetar as reflexões feitas pelos respondentes. Moraes (1999), a esse respeito, diz ser indispensável compreender o contexto para entender o texto, ainda que com limitações naturais decorrentes da impossibilidade de se levar em consideração todas as condições coexistentes, anteriores ou posteriores à mensagem:

Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador. Isto estabelece certos limites. Não é possível incluir, nessa reconstrução, todas as condições que coexistem, precedem ou sucedem a mensagem, no tempo e no espaço. Não existem limites lógicos para delimitar o contexto da análise. Isto vai depender do pesquisador, da disciplina e dos objetivos propostos para a investigação, além da natureza dos materiais sob análise.

³ MAXQDA. Software destinado à análise de dados qualitativos e métodos mistos utilizado em pesquisas acadêmicas, científicas e comerciais. Disponível em: <<https://www.maxqda.com/brasil>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Para o alcance dos objetivos da presente tese e fazendo-se uso da metodologia de análise de conteúdo, torna-se ainda mais importante a clara fundamentação de seus objetivos, o que me leva a consolidar a intenção principal do presente trabalho, qual seja, identificar se as escolas do legislativo municipais vêm contribuindo de fato como lócus de ações de educação para a democracia e letramento político e o impacto que trazem e que podem vir a trazer à democracia brasileira.

A construção de tal finalidade de pesquisa não se deu previamente, mas sim como fruto das diversas leituras, sondagens, reflexões e respostas oferecidas tanto pelos dirigentes de escolas municipais que atenderam à nossa solicitação e responderam o questionário eletrônico disponibilizado, quanto pelas entrevistas detalhadas feitas pessoalmente com lideranças de Nova Friburgo para subsidiar de forma mais próxima o entendimento de como seria uma escola do legislativo com funcionamento efetivo e que contemplasse o máximo das aspirações apresentadas nas respostas obtidas. Ao se utilizar a análise de conteúdo como base metodológica de uma pesquisa, a clara explicitação de objetivos, ainda que construída ao longo do desenvolvimento do trabalho, contribui sobremaneira para delimitar o que realmente há de relevante nos dados coletados e associá-los ao fundamento da pesquisa:

Nesta abordagem, assim como as categorias poderão ir emergindo ao longo do estudo, também a orientação mais específica do trabalho, os objetivos no seu sentido mais preciso, poderão ir se delineando à medida que a investigação avança. Entretanto, de um modo geral é possível afirmar que ao concluir-se uma pesquisa é importante ser capaz de explicitar com clareza os objetivos do trabalho realizado.

Dentre as principais questões associadas à caracterização da comunicação, o foco do presente trabalho está associado às características intrínsecas à mensagem, à qualidade das informações nela contidas, seus argumentos, ideias e propostas apresentadas. Importante ressaltar que as duas amostras contêm perfis de respondentes integrados ao contexto da pesquisa: dirigentes de escolas do legislativo municipais e/ou pessoas com histórico de participação em ações de mobilização popular e representação política, o que pode ser depreendido a partir do conteúdo das respostas apresentadas e analisadas. No caso dos respondentes de Nova Friburgo, pelo fato de me conhecerem como pessoa politicamente ativa em função do exercício de funções públicas, incluindo mandatos legislativos, há também a perspectiva de que os resultados advindos do presente trabalho contribuam, de

alguma forma, para o desenvolvimento de ações de fortalecimento da democracia local.

Devido à minha familiarização com a temática abordada, bem como pelo conhecimento dos diversos entrevistados, alguns dos quais convivi durante anos no parlamento ou no exercício de outras funções públicas, foi possível inferir, ao longo das entrevistas feitas pessoalmente, algumas complementações não verbais decorrentes de gestos ou entonações, o chamado “conteúdo latente”⁴, as quais permitiram descortinar o real enunciado das respostas.

Seguindo a classificação proposta por Moraes (1999), a preparação das informações constantes do presente trabalho se deu através de extensa pesquisa bibliográfica, constante das referências, as quais subsidiaram a estruturação dos dois questionários, já citados anteriormente. Foram então coletadas as respostas via eletrônica (oriundas de dirigentes das 15 escolas do legislativo municipais respondentes) e pessoalmente, através de entrevistas junto aos representantes friburguenses com histórico de participação e engajamento político.

Na escrituração da base teórica do presente trabalho, segui o tradicional método de fichamento e resumo de conceitos-chave, transcritos para o corpo do trabalho. Já as entrevistas, transcrevi pessoalmente as que fiz junto às lideranças locais, totalizando dezenas de horas de escuta ativa. Após, procedi à releitura para ajustar o texto de forma a permitir maior fluidez no momento de sua incorporação e análise. Paralelamente a essa atividade e considerando as diversas reflexões dela advindas, pude oferecer minhas contribuições analíticas no corpo do próprio texto escrito, priorizando, contudo, as visões, opiniões e pensamentos dos respondentes.

A partir daí, pude perceber a necessidade de reforço de alguns conceitos teóricos, em especial relativos à alienação do cidadão, características da democracia brasileira e do sistema representativo eleitoral, o que me levou novamente à pesquisa bibliográfica e à consequente introdução de novos elementos e conceitos no corpo teórico do trabalho. Tal movimento é citado por Moraes (1999), quando diz que “[...] a análise do material se processa de forma cíclica e circular, e não de forma sequencial e linear. Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço.” A partir das

⁴ “[...] a busca de uma compreensão mais profunda não pode ignorar o conteúdo latente das mensagens, revelado antes pelo não dito que pelo expresso. Isto corresponde a uma leitura que capta nas entrelinhas motivações inconscientes ou indizíveis, reveladas por descontinuidades e contradições.” MORAES, L. (1999)

leituras e análises, tanto nesse momento, quanto anteriormente, precisei filtrar o perfil e quantidade de referências, para imprimir maior objetividade do trabalho.

Por fim, optei pela abordagem indutiva-constitutiva, tomando como ponto de partida os dados obtidos através das pesquisas realizadas, já que o objetivo de minha pesquisa consiste em buscar o desenvolvimento de uma maior compreensão do fenômeno investigado, no caso, o papel das escolas do legislativo municipais no que tange à educação para a democracia e letramento político, o que foi obtido graças ao perfil dos entrevistados, todos engajados, seja com escolas do legislativo municipais, seja com histórico de participação em movimentos sociais, políticos e partidários, entre outros, todos defensores intransigentes da democracia brasileira.

2 EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À ALIENAÇÃO POLÍTICA

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Paulo Freire

Ao longo do presente capítulo, apresentarei reflexões de diversos autores que abordaram a relação entre educação e democracia. Alguns, caracterizando o processo educacional tradicional como elemento alienante, de forma a conformar o cidadão aos ditames e requisitos do sistema capitalista sob o qual vivemos. Outros, sinalizando como uma das principais promessas não cumpridas pelos regimes democráticos, a ausência da educação para a cidadania democrática, o que dificulta participação mais efetiva dos cidadãos nas questões públicas. Também é abordada a crise dos parlamentos, parte da qual decorrente da própria crise da representação política e do sistema político como um todo, caracterizando as escolas do legislativo como uma estratégia de reposicionamento e mesmo de ressignificação do papel a ser desempenhado por tais instituições no contexto democrático em que funcionam.

A seguir, apresento contribuições de diversos autores acerca de conceitos e ações de educação para a democracia e letramento político, tanto no que se refere aos fundamentos históricos que as originaram, quanto as melhores práticas sinalizadas em algumas partes do mundo. A caracterização das escolas do legislativo como locus preferencial de realização de iniciativas dessa natureza finaliza o presente capítulo, descrevendo diversas atividades que vêm sendo realizadas com o objetivo de elevar o nível de desenvolvimento democrático dos seus participantes.

2.1 A utilização da educação como instrumento de alienação política

Na presente seção, apresentarei análises de diversos autores que apresentam um ponto em comum: a utilização do processo educacional geral (incluindo a mídia) como meio de manutenção de práticas, comportamentos e visão de mundo que dão sustentação à continuidade do funcionamento de uma sociedade dividida em classes, decorrente do modo capitalista de produção, o que contribui fortemente para certa naturalização das injustiças e da desigualdade, facilitando sua inculcação pelas camadas populares e, conseqüentemente, seu anestesiamiento e dominação pela classe dominante.

Para Harvey (2005, p. 82), se as ideias dominantes têm de ganhar aceitação como representantes do “interesse comum”, elas precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais e não contestáveis. Assim, essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de “justiça”, “direito”, “liberdade” são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico. Tais idealizações abstratas ocultam a existência de uma sociedade dividida em classes, como a que vivemos.

E em que sentido as classes sociais são o grande diferenciador do acesso desigual aos recursos de dominação? Porque a própria classe em que se posiciona determinada pessoa fundamenta, em grande medida, por si, essa desigualdade. Para O’Donnell (1981, p. 74), em decorrência dessa posição surgem probabilidades diferenciadas de alcançar prestígio social, educação, acesso à informação, capacidade para ser “escutado” socialmente e influir ideologicamente, disponibilidade de recursos para dirigi-los no plano propriamente político, o que, por sua vez, permite atingir o controle de outros recursos de dominação.

Para Souza (2017, p. 13), a crítica das ideias dominantes é muito importante, pois lutar contra elas tem o condão de iniciar processo de aprendizado que nos proporciona a libertação da situação de imbecilidade e idiotia na qual a população brasileira foi tragada pela “[...] estratégia de legitimação do poder real no país.”. Somente através de um exame aprofundado acerca do papel desempenhado pela mídia brasileira, que se esmerou em distorcer sistematicamente a realidade, inculcando de forma tão profunda na mente do povo uma espécie de “interpretação

dominante”, será possível iniciar o caminho da iluminação que permitirá novas e mais verdadeiras reflexões, e não a continuidade pura e simples dessa submissão.

Na mesma linha de raciocínio, Freire (2014, p. 164) considera ser indispensável a análise do conteúdo dos editoriais da imprensa relativos a um mesmo acontecimento. Por que razão os jornais optam por se manifestar de maneiras diferentes ainda que seja sobre o mesmo fato? Fundamental que o povo desenvolva espírito reflexivo para que faça leituras ou ouça noticiários sem se deixar levar acriticamente, mas sim como “[...] uma consciência que precisa libertar-se.” Até porque há vários mitos pairando sobre a sociedade (“todos podem ser empresários”, “todos têm direito à educação”, “todos são iguais”), de acordo com Freire (2014, p. 189), os quais se mostram de capital importância para que as massas populares permaneçam submetidas às elites dominantes, e que são introjetados por meio de conteúdos alienantes como se fossem comunicação e não mera lavagem cerebral.

Feres Júnior e Assumpção (2015) consideram ser necessária a regulação dos meios de comunicação, em especial no que tange ao seu regime de propriedade. Para ambos, a grande mídia no Brasil atenta diretamente contra as liberdades políticas dos cidadãos, pois funciona como instrumento da amplificação da comunicação política de um setor específico do espectro político ideológico e, além disso, não contabilizado legalmente como contribuição de campanha, sendo de certa forma naturalizado e percebido pela sociedade como se fosse livre de vieses, com linguajar objetivo, “isento” e equilibrado.

Além da constatação de que empresas e indivíduos influentes transacionaram volumosos recursos financeiros voltados ao financiamento de campanha eleitoral, geralmente em troca de vantagens ilegais em concorrências públicas e outros atos ilícitos, Feres Júnior e Assumpção (2015, p. 77) também afirmam haver evidências de mecanismos parecidos no que se refere à relação com grandes empresas de mídia, sendo o retorno, nesse caso, viabilizado através de anúncios de órgãos públicos nos meios de comunicação, bem como via compra em massa de assinaturas de jornais e revistas para escolas públicas e outros órgãos governamentais.

Para Feres Júnior e Assumpção (2015), a maneira pela qual o poder econômico impossibilita a igual liberdade política efetiva, o acesso equitativo à expressão da vontade política e a equidade de influência sobre a determinação dos

rumos políticos do Brasil, tornam a democracia brasileira “demasiado distante de um processo político justo”:

Isso pode ser visto cabalmente no problema do financiamento de campanha e da comunicação social de massa, que articulam poder econômico e poder político de maneira que impede a equalização da capacidade dos cidadãos influenciarem a formação da vontade coletiva. (FERES JÚNIOR e ASSUMPÇÃO, 2015, p. 73).

Para eles, o tremendo viés do oligopólio midiático brasileiro viola o valor da igualdade e da liberdade política, prejudicando seriamente nossa democracia, por induzir a opinião popular a convergir com seus próprios interesses. Isso ocorre através da publicação ininterrupta, tanto em jornais quanto em revistas, de manchetes desproporcionalmente desfavoráveis aos candidatos da esquerda, se comparado aos seus concorrentes de direita, centro-direita ou centro, principalmente em períodos eleitorais, configurando-se como máquinas de propaganda política:

Mais potente ainda como instrumento de comunicação política são telejornais como Jornal Nacional, que apresenta um viés em tudo similar a seus pares impressos. Isso sem falar nas revistas semanais, como Veja, Isto É e Época, que são ainda mais militantes e enviesadas que os referidos jornais impressos e televisionados. No mínimo, toda essa propaganda oposicionista é equivalente a um polpudo financiamento de campanha não contabilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Manchetes enviesadas, *spots* de rádio anunciando a capa da revista semanal, escândalos fabricados que atingem somente um lado da disputa etc., essas ações de mídia funcionam como panfletos, comícios e carreatas, ou seja, como propaganda eleitoral. (FERES JÚNIOR e ASSUMPÇÃO, 2015, p. 76-77)

Mas não é só a mídia quem exerce esse papel. Para Mészáros (2008, p. 45), as instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização. Mas apenas uma parte. Quer os indivíduos participem ou não, por mais ou menos tempo - mas sempre em um número de anos bastante limitado – das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados à sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas.

Sob as condições de escravidão ou servidão feudal, isto é naturalmente um problema bastante diferente daquele que deve vigorar no capitalismo, mesmo que os trabalhadores não sejam (ou sejam muito pouco) educados formalmente. Todavia, ao internalizar as inúmeras pressões externas, eles devem adotar as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites

individuais a suas aspirações pessoais. Apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação:

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008, p. 45)

As categorias de qualidade total, formação abstrata e formação polivalente, elaboradas por sociólogos, economistas, psicólogos, engenheiros, pedagogos e filósofos, sinalizam demandas de um “novo trabalhador” com uma nova qualificação, com capacidade de elevada abstração, flexível e participativo. Esta demanda explícita, para Frigotto (2010, p. 214), a natureza da tendência do processo de produção sob a nova base tecnológica e no plano da competitividade dentro da reorganização econômica e do novo padrão de valorização.

Mészáros (2008, p. 44) considera ainda que as determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação e não somente apenas as instituições educacionais formais, que se encontram integradas na totalidade dos processos sociais e somente conseguem funcionar adequadamente se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade.

Emir Sader, prefaciando Mészáros (2008, p. 16), assegura que, no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Em sua opinião, daí decorre a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Para ele, nada exemplifica melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Reforça sua visão ponderando que uma sociedade impeditiva da emancipação humana transforma espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro.

Sader prossegue em sua análise afirmando que a natureza da educação – como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas – está

vinculada ao destino do trabalho. Para ele (Sader apud Mészáros, 2008, p. 15-16), um sistema que se apoia na separação entre trabalho e capital e requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso a meios para sua realização, necessita, ao mesmo tempo, socializar os valores que permitem a sua reprodução. Se no pré-capitalismo a desigualdade era explícita e assumida como tal, no capitalismo – a sociedade mais desigual de toda a história -, para que se aceite que “todos são iguais diante da lei”, se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores na mente das pessoas.

Para Mészáros (1981, p. 269-270), nenhuma pessoa em perfeito uso de suas faculdades mentais negaria que a educação estava, à época, em crise, e assim permanece até os dias atuais, em especial no território brasileiro, foco da presente tese. Mas a natureza dessa crise, muito compreensivelmente, está longe de ser objeto da concordância de todos. A persistente e crescente intensidade da crise da educação nos principais países capitalistas, sugere uma conclusão muito diferente: a crise de hoje não é simplesmente a de uma instituição educacional, mas a crise estrutural de todo o sistema de “interiorização” capitalista.

As necessidades de um sistema crescentemente complexo de produção de mercadorias conseguiram esvaziar as “instituições democráticas” de toda a sua significação anterior, reduzindo até mesmo o Parlamento – que ele mesmo denomina de “pináculo das instituições democráticas” – à condição de uma associação de debates de segunda categoria, graças ao “consenso” (que significava de fato, se não necessariamente em intenção, o “conluio” puro e simples) que predomina em todas as questões de política mais importantes (MÉSZÁROS, 1981, p. 272). Assim, as várias estruturas hierárquicas da sociedade, que no passado tiveram importância vital na determinação da orientação da geração mais jovem, agora, por várias razões (a que voltaremos adiante), mostram-se não só ineficazes em sua função de orientação de valor, mas também se constituem em alvos claros para a oposição ativa e radical. Por isso, devemos considerar a crise da educação formal dentro da estrutura desse quadro mais amplo, pois está profundamente integrada à totalidade dos processos sociais.

Na visão de Harvey (2005, p. 87), a democracia burguesa sobrevive apenas quando obtém o consentimento da maioria dos governados; mas precisa, ao mesmo tempo, expressar o interesse distintivo da classe dirigente. Para ele, essa

contradição se resolve apenas caso o Estado se envolva ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas. A ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações.

Nesse sentido, a crise atual da educação formal é apenas a “ponta do iceberg”, pois como o sistema educacional formal não conseguiria funcionar com tranquilidade se não estivesse de acordo com o padrão geral da estrutura educacional da sociedade, podemos considerar que a crise das instituições educacionais se insere numa crise mais ampla, a da totalidade dos processos dos quais a educação formal é apenas uma parte:

A questão central da atual “contestação” das instituições educacionais não é simplesmente o “tamanho das classes”, a “inadequação das instalações de pesquisa” etc., mas a razão de ser da própria educação. Essa questão envolve inevitavelmente não só a totalidade dos processos educacionais, “desde a juventude até a velhice”, mas também a razão de ser dos instrumentos e instituições do intercâmbio humano em geral. Se essas instituições – inclusive as educacionais - foram feitas para os homens, ou se os homens devem continuar a servir às relações sociais de produção alienadas – é esse o verdadeiro tema do debate. A “contestação” da educação, no sentido mais amplo, é o maior desafio ao capitalismo em geral, pois afeta diretamente os processos mesmos de “interiorização” através dos quais a alienação e a reificação puderam, até agora, predominar sobre a consciência dos indivíduos. (MÉSZÁROS, 1981, p. 272-273)

Em relação à superprodução estrutural de intelectuais, o fundamental é que uma parte crescente da máquina econômica vem sendo ligada ao campo educacional, produzindo não só um número crescente de diplomados, tanto na graduação quanto na pós, como também toda uma rede de companhias diretamente interessadas na expansão da “cultura”, diz Mézáros (1981, p. 274). O fato relevante reside na constatação de que, na produção de intelectuais, ao contrário da produção de automóveis, o limite superior é a disponibilidade de oportunidades significativas de emprego (que dependem, é claro, da estrutura da sociedade como um todo), o que não pode ser inserido no sistema de cálculos da produção de mercadorias. A expansão econômica exige uma crescente produção intelectual, quaisquer que sejam sua qualidade e seus efeitos gerais, cuja reverberação de pensamentos e opiniões ocorre através da grande mídia.

Para Souza (2017, p. 124), o público é deixado indefeso perante a grande mídia, “sendo presa fácil para todo tipo de manipulação”. Apenas a exposição a argumentos opostos permite ao sujeito construir sua própria opinião, pois, ao ser

exposto às razões conflitantes, é instigado a perceber sua própria inclinação e quais dos argumentos apresentados lhes parecem ser mais justos e verdadeiros. Dessa forma, pode alcançar através de aproximações sucessivas a união da verdade com a justiça. Ele cita a constituição de televisões públicas na Europa como exemplo de estímulo à “[...] pluralidade social onde todo tipo de interesse significativo, patronal e dos trabalhadores é representado”:

Esses interesses são defendidos por múltiplos sindicatos, partidos, representantes religiosos, representados na direção da televisão pública. Essa é a origem de televisões públicas como a BBC inglesa, a TVE espanhola, a France Télévision, a RAI italiana, a RTP de Portugal, a ARD e a ZDF alemãs, entre outras. Os EUA e o Canadá também têm TVs públicas, a PPS e a CSA, respectivamente.” (SOUZA, 2017, p. 126-127)

O caso brasileiro foi diferente, segundo o autor, em especial no que se refere ao desenvolvimento da imprensa e da televisão: a regra seguida foi unicamente o interesse comercial de grandes grupos de comunicação. Arelada a tais interesses, sem a concorrência de televisões públicas, ao invés de se portarem como instância de mediação que estimulasse ou pelo menos permitisse a circulação dos diversos argumentos, opiniões e pontos de vista em disputa, tornaram-se arregimentadoras e instrumento de interesses privados “expostos como se fossem públicos.”:

Desse modo, o círculo discursivo se quebra no seu primeiro e principal elo de transmissão pública dos argumentos. O público de pessoas privadas perde a possibilidade de construir uma opinião autônoma e independente a partir da pluralidade dos argumentos em debate. Os telejornais e programas de debate da TV Globo e outros canais com pessoas que refletem a mesma opinião criam uma fraude evidente. A semelhança de opiniões visa criar, em um público sem padrão de comparação, um arremedo de debate. Abre-se caminho para todo tipo de manipulação midiática como a que ocorreu recentemente entre nós. (SOUZA, 2017, p. 127)

Para Souza (2017, p. 128), a ausência da pluralidade de informações e opiniões da grande mídia gera “seres humanos facilmente influenciáveis e manipuláveis”, sem condições de pensar por si próprios.

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação e não somente as instituições educacionais formais, as quais, embora estritamente integradas na totalidade dos processos sociais, não conseguiriam funcionar adequadamente caso não estivessem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo, já que o objetivo central é assegurar que cada indivíduo tenha

condições e possa adotar como suas submetas, as metas de reprodução do próprio sistema capitalista que lhe sejam objetivamente possíveis:

Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. Apenas em períodos de crise aguda volta a prevalecer o arsenal de brutalidade e violência, com o objetivo de impor valores, como o demonstraram em tempos recentes as tragédias dos muitos milhares de desaparecidos no Chile e na Argentina. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44)

O papel desempenhado pela educação tradicional, denominada por Freire (2014, p. 88) de “educação bancária”, torna ainda mais passivos os homens a fim de adaptá-los ao mundo, ou seja, quanto mais adaptados para a concepção “bancária” da educação, mais “educados” ou mesmo adestrados estarão. Isso porque, quanto mais as grandes maiorias populacionais se adaptarem às finalidades a elas delegadas, menos ideias e finalidades próprias terão. Para Freire (2014, p. 93):

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Seja através da mídia, seja através da escola ou de outros meios, através da internalização “naturalizada e imutável” de seus princípios e valores e por meio da manipulação, segundo Freire (2014, p. 198), as elites dominantes vão buscando a conformação das massas populares a seu objetivos, as quais, quanto mais imaturas politicamente se apresentarem, mais facilmente se deixarão manipular de forma a permitir que não se esgote o poder das mesmas. Para combater tal processo de alienação, faz-se necessária a busca da criação de consciência e organização:

O antídoto a esta manipulação está na organização criticamente consciente, cujo ponto de partida, por isto mesmo, não está em depositar nelas o conteúdo revolucionário, mas na problematização de sua posição no processo. Na problematização da realidade nacional e da própria manipulação. (FREIRE, 2014, p. 200)

Somente quando os oprimidos descobrem claramente a existência do opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, passam a acreditar em si mesmos e buscam superar a convivência com o regime que os oprime (FREIRE, 2014). Apenas uma descoberta no plano intelectual não é suficiente, mas fundamentalmente no campo da prática, oriunda de profunda reflexão e não somente na superficialidade de movimentos desconexos. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de diálogo crítico e libertador junto aos oprimidos, sem que eles sejam ainda mais expostos às práticas repressoras que caracterizam o opressor. Importa acreditar nos oprimidos e vê-los como sendo portadores de capacidade de pensar, refletir, decidir por si. Se não for assim, manteremos o padrão desalienador mantido pelos opressores, que luta contra a conscientização e engajamento dos oprimidos ao, intencionalmente, não estimular o diálogo. Para Freire (2014, p. 73), a ação política junto aos oprimidos deve ter um cunho de prática cultural com vistas à sua liberdade e, por isso, ação a ser desenvolvida deve primar “não para eles”, mas “sim com eles”.

Libertá-los dos grilhões mentais e sociais que os mantém submissos, a partir do reconhecimento dos padrões de dependência que lhe foram impingidos ao longo de sua vida, objetivando emancipá-los e permitir que vivam em total independência: o ideal da educação que liberta. Somente a partir da plena tomada de consciência quanto à situação de opressão e dependência à qual está submetido se viabilizará a reflexão crítica, a tomada de consciência e a tomada de decisão tão necessários para que saia da situação em que atualmente se encontra. Estimulá-lo ao engajamento após desvelar o estado de dependência a que atualmente está mergulhado é o caminho a ser seguido por uma prática pedagógica humanizadora, através do estabelecimento de relação dialógica e permanente (FREIRE, 2014, p. 77).

Tanto no processo educacional formal quanto em ações de educação para a democracia, deve ser estimulada a reflexão sobre a situação real da existência do indivíduo, como ele vive, que desafios enfrenta, os quais requerem respostas tanto no plano da consciência quanto na práxis, não sendo suficiente apenas discorrer sobre tal realidade ou depositar nele conteúdos dissociados de suas dúvidas, anseios e esperanças, mas sim abrir diálogo sobre a sua própria visão acerca de sua posição no mundo, bem como a nossa:

A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto. Por isto mesmo é que, muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a quem falam. E sua fala é um discurso a mais, alienado e alienante. (FREIRE, 2014, p. 120)

Daí decorre minha convicção de que a metodologia educacional a ser adotada em programas de formação em educação para a democracia e letramento político deve estimular a “dialogicidade da educação transformadora”, a qual proporcione a apreensão dos temas geradores a partir da realidade de cada indivíduo participante e que o auxilie na tomada de consciência e da busca de sua libertação. Para Freire (2014, p. 166), essa educação libertadora, não “bancária”, contribuirá para que os indivíduos se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo-o junto a sua própria visão do mundo, a partir das suas próprias sugestões ou dos membros do grupo em que estiver inserido para aprender:

Enquanto na prática “bancária” da educação, antidualógica por essência, por isto, não comunicativa, o educador deposita no educando o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboram para ele, na prática problematizadora, dialógica por excelência, este conteúdo, que jamais é “depositado”, se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos, em que se encontram seus temas geradores. (FREIRE, 2014, p. 142)

Para combater esse modelo educacional voltado ao “anestesiamento” da sociedade, Frigotto (2010, p. 216-217) sugere maior envolvimento dos segmentos progressistas. Para ele, a tradição de um Estado clientelista, paternalista e autoritário, no caso brasileiro, ofusca a atuação de setores progressistas mais amplos e dificulta a superação de uma visão moralista e reducionista de Estado. Isto se manifesta nas perspectivas maniqueístas do contra ou a favor do Estado. Para ele, o problema é de outra ordem. A possibilidade de avanço alternativo ao neoliberalismo na educação torna necessário trazer o embate, a disputa, o conflito, ao plano da esfera pública e isso implica no ingresso de mais sujeitos coletivos com densidade analítica e organizativo-política para dar densidade ao debate, parte dos quais, a meu ver, poderiam se integrar aos trabalhos desenvolvidos pelas escolas do legislativo espalhadas pelo país.

Ele entende ainda que, assim como o capital no seu processo de acumulação, concentração e centralização pelo trabalho produtivo vai exigindo cada vez mais, contraditoriamente, trabalho improdutivo, como se fossem verso e anverso de uma mesma medalha, “a improdutividade da escola” parece constituir, dentro

desse processo, uma mediação necessária e produtiva para a manutenção das relações capitalistas de produção. A desqualificação da escola, então, não pode ser vista apenas como resultante das “falhas” dos recursos financeiros ou humanos, ou da incompetência, mas como uma decorrência do tipo de mediação que ela efetiva no interior do capitalismo monopolista:

Cabe principalmente retomar, neste nível do trabalho, a questão do papel e o lugar da educação como mediadora dos interesses dominados. Surge, aqui, a problemática da direção e da estratégia que essa prática educativa deve assumir no interior do capitalismo monopolista, onde se amplia a separação entre mundo da escola e produção, trabalho manual e mental, e onde o Estado exerce uma dupla exploração. Enquanto explora como qualquer outro capitalista, e enquanto aparelho repressivo e ideológico, efetiva uma exploração política a favor do capital no seu conjunto. Esta função precípua do Estado no bojo das formas atuais de organização e gestão da produção capitalista não lhe tira a natureza de um espaço contraditório onde a luta de classes se faz presente. (FRIGOTTO, 2010, p. 152)

Faz-se necessário, para Frigotto (2010, p. 153), apreender o movimento da teoria do capital humano de forma a demonstrar sua pseudoconcreticidade. Ao produzir um conjunto de conceitos, postulados e técnicas, passa a ter a função de evadir a gênese real das leis que regem as relações sociais de produção no interior do capitalismo. O mascaramento fundamental decorre da visão burguesa de que cada indivíduo é, de uma forma ou de outra, proprietário e, como tal, depende exclusiva ou principalmente dele o seu modo de produção da existência e não das relações sociais, de poder e de dominação.

Para o mesmo autor (2010, p. 215), o que muda qualitativamente, como tendência para aqueles de que o processo produtivo necessita, é a passagem de um trabalhador adestrado para um trabalhador com capacidade de abstração mais elevada e polivalente. Mas muda sob a lógica da exclusão. O limite, o horizonte definidor é o processo produtivo demarcado pela naturalização da exclusão. No plano ideológico, a sutileza da tese da sociedade do conhecimento esconde, ao mesmo tempo, a desigualdade entre grupos e classes sociais, o monopólio crescente do conhecimento e, portanto, a profunda apropriação desigual do mesmo.

Ainda para Frigotto (2010, p. 215-217), a alternativa da educação numa perspectiva socialista democrática não pode inventar uma realidade supra-histórica, pois ela se forma no embate contra-hegemônico internamente a esta materialidade. Nos planos teórico, político, filosófico e ético, a perspectiva é a de não reduzir os processos educativos a uma concepção unidimensional, mas alargá-la na

perspectiva omnilateral e/ou politécnica que expresse as múltiplas necessidades humanas. E processos educativos de novo tipo implicam necessariamente o desenvolvimento de relações sociais e de um industrialismo de novo tipo. O “desempate” não comporta alternativas anacrônicas, pois estas já têm nome: neoliberalismo ou neoconservadorismo. A luta primeira e fundamental é garantir a escola básica pública (ensinos fundamental e médio) – dentro de uma perspectiva político-pedagógica que parta da diversidade cultural e social das crianças e jovens – para que se ofereça a todos a mais adequada formação político-profissional.

Sader (apud Mészáros, 2008, p. 15) reforça essa análise esclarecendo que o objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância deve ser a emancipação humana. Entretanto, a educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento dos objetivos funcionais da sociedade capitalista, quais sejam, garantir o fornecimento de pessoal e conhecimentos necessários “[...] à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se peça fundamental ao processo de acumulação de capital o estabelecimento de consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de opressão, perpetuação e reprodução desse sistema.

Para ele, o enfraquecimento da educação pública, paralelo ao crescimento do sistema privado, deu-se ao mesmo tempo em que a socialização se deslocou da escola para a mídia, a publicidade e o consumo. Aprende-se sempre, mas o que se aprende depende de onde e de como se fazer esse aprendizado. E pondera ainda que, ao pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia senão restabelecer os vínculos – tão esquecidos – entre educação e trabalho, elucidando: digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação.

Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho – uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores -, somente aí se universalizará a educação. Mészáros (2008, p. 16-17) questiona para que serve o sistema educacional (mais ainda, quando público), se não for para lutar contra a

alienação e para ajudar a decifrar os enigmas do mundo, sobretudo o do estranhamento de um mundo produzido pelos próprios homens?

Há mais de 30 anos, Mészáros (1981, p. 279) já dizia que as instituições e a ideologia do capitalismo monopolista são estruturalmente incapazes de resolver esse problema radicalmente novo. A intensidade e gravidade da crise ideológico-educacional do capitalismo de hoje são inseparáveis de seu grande desafio histórico. E tais constatações permanecem valendo até hoje. O que poderia ser considerada uma crise pontual, na verdade aparenta ser, segundo os autores citados, da própria natureza intencional do sistema capitalista, muito mais voltado a internalizar seus valores e perpetuá-los, do que propriamente contribuir para a emancipação humana. E isso impacta severamente na constituição do homem político, do cidadão, já que as assimetrias previamente existentes, características de uma sociedade cindida em classes, oferecem aos seus membros acesso diferenciado aos elementos que contribuem para sua formação, desenvolvimento e definição de prioridades, tempo de dedicação, afetando, inclusive, seu interesse e disponibilidade para participar mais ativamente dos debates políticos e das decisões que envolvam a coletividade.

Para Brandão (2007, p. 217), muito há que se desconstruir por um lado (as coalizões predatórias da nação e as hegemonias de atraso estrutural) e, pelo outro, muito há a ser construído no que se refere à mobilização, participação, politização, cidadania. Em suma, construir nova hegemonia, a partir do desmonte contínuo do pacto conservador de dominação interna, presente em qualquer escala espacial, inclusive nas menores. Escolas do legislativo poderiam contribuir sobremaneira nessa construção, caso direcionadas efetivamente ao desenvolvimento da conscientização da sociedade por intermédio da educação para a democracia.

Para Avelar (2007), o ideal democrático tem como fundamento o envolvimento dos cidadãos em áreas e atividades diversas da vida política, que variam desde as mais simples, como diálogos com amigos e familiares sobre os acontecimentos políticos de uma localidade ou de caráter mais abrangente (questões nacionais e internacionais), até a participação em partidos políticos, exercício de cargos públicos, mobilização popular contra decisões de autoridades políticas, candidatar-se, votar e ser votado, entre outras possibilidades. Torna-se, dessa forma, instrumento de legitimação e fortalecimento da institucionalidade democrática, além de propiciar a ampliação de direitos de cidadania. Permanece

como desafio a ser enfrentado a compreensão dos motivos que levam pessoas à participação e outros (grande maioria) ao absoluto distanciamento e apatia no que se refere a assuntos de natureza política. Quando previamente interessado por política, o cidadão se envolve em diversos modos de participação, sejam eleitorais ou organizacionais, mas “A maioria da população, porém, é pouco ativa, conformista e, no geral, desencantada com a política.” (AVELAR, 2007, p. 269).

Na visão da mesma autora, participação política e democracia estão diretamente imbricadas, embora nem todas as democracias existentes possuem elevado grau de participação popular, da mesma forma que nem todo ativismo se configure como luta efetiva por mais direitos de cidadania. Embora cite reflexões da Ciência Política que consideram a participação política como um risco à democracia, por questionar permanentemente as decisões de natureza política, há os que consideram não haver democracia sem participação. Alinho-me aos últimos.

Que medidas podem e devem ser adotadas a fim de buscar a reversão ou, ao menos, a minimização desse quadro de alienação, distanciamento e apatia? Escolas do legislativo poderiam contribuir nessa direção? De que forma as escolas legislativas vinculadas a parlamentos municipais, locus privilegiado do poder local, poderiam contribuir para a ampliação do protagonismo da sua comunidade e da sociedade local, considerando tratar-se de questão eminentemente política? Seria ela capaz de ampliar a consciência de cidadania e de engajamento democrático dos cidadãos a que representa, avançando em direção a um modelo de democracia mais popular, com maior engajamento e participação, rumo a uma espécie de “república popular”, ou se contentaria com a ampliação da participação democrática numa sociedade cindida em classes, mas contribuindo, de alguma forma, para o aprofundamento de políticas de bem-estar social? Iniciarei reflexões a esse respeito na próxima seção dessa tese.

2.2 A educação para a democracia como promessa não cumprida

Bobbio (1984), em seu clássico *O Futuro da Democracia*, aponta como promessas não cumpridas da democracia o que ele mesmo chama de incoerências e dificuldades da “democracia real”, a sobrevivência das oligarquias e do poder invisível, a revanche dos interesses particulares, a limitação dos espaços políticos e a insuficiente educação dos cidadãos. Ele considera ser de fundamental

importância, para viabilizar a expansão da democracia, compreender os motivos da dicotomia existente entre as promessas de ideais democráticos e a democracia real, ou seja, cotejar o que foi por ela prometido e o que efetivamente se conseguiu realizar, apresentando sua visão a respeito⁵:

1) ao invés do modelo que colocava o indivíduo como sujeito coletivo, uma sociedade pluralista na qual os sujeitos relevantes são os grupos; 2) ao contrário da representação política, a representação de interesses. Assim, relações que eram de natureza pública tornaram-se relações de natureza privada, um ato público transformou-se numa relação de troca em dois níveis: o primeiro, dentro do mercado político (a relação eleitor/partido – contrato bilateral); e o segundo, no interior do grande mercado (a relação entre partidos – contrato plurilateral); 3) a continuidade do poder oligárquico; 4) a não ocupação de todos os espaços possíveis; 5) a permanência do poder intransparente, o que significa uma barreira à realização do governo republicano, compreendido como um governo do poder público fundado na publicidade, uma coisa pública (não privada) e manifesta (não secreta); **6) o declínio da formação da cidadania** (grifo meu).

O citado declínio da formação da cidadania consiste no foco maior do presente trabalho, em especial por meio da identificação de iniciativas e instituições que atualmente contribuem para o letramento político e a educação para a democracia. A esse respeito, já no início de suas reflexões, Bobbio pondera:

Por fim, mais que uma promessa não cumprida, o ausente crescimento da educação para a cidadania, segundo a qual o cidadão investido do poder de eleger os próprios governantes acabaria por escolher os mais sábios, os mais honestos e os mais esclarecidos dentre os seus concidadãos, pode ser considerado como o efeito da ilusão derivada de uma concepção excessivamente benévola do homem como animal político: o homem persegue o próprio interesse tanto no mercado econômico como no político. Mas ninguém pensa hoje em confutar a democracia sustentando, como se vem fazendo há anos, que o voto é uma mercadoria que se cede ao melhor ofertante. (BOBBIO, 2017, p. 27)

Para Bobbio (2017, p. 35), no que se refere às modalidades de tomada de decisão, a principal regra democrática é a da maioria, base pela qual as decisões são consideradas coletivas e vinculatórias para todo o grupo, desde que aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar decisões. Por isso, quando se diz que num determinado período de tempo houve, em alguns países, um contínuo processo de democratização, em geral isso está associado à ampliação do direito ao voto para o maior número possível de pessoas naqueles países.

Bobbio afirma ainda que a única forma de se buscar algum consenso em torno do conceito de democracia (entendida por ele como contraponto a todas as

⁵ **O socialismo liberal de Norberto Bobbio.** Disponível em: <<https://norbertobobbio.wordpress.com/2010/04/05/o-socialismo-liberal-de-norberto-bobbio/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

formas de governos autocráticos) é a constatação de que ela se caracteriza por um conjunto de regras, premissas e pressupostos, primários e fundamentais, que normatiza claramente quem recebe autorização por meio de delegação para tomar decisões coletivas, em nome de outros, e por intermédio de quais procedimentos:

[...] para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos. (BOBBIO, 1984, p. 35)

No que se refere aos sujeitos passíveis de serem investidos do poder de tomar decisões coletivas e em nome de outros, para ser caracterizado como democrático, um regime deve permitir que sua base de escolha seja a mais ampla possível, só não sendo possível incluir a todos porque “mesmo no mais perfeito regime democrático, não votam os indivíduos que não atingiram uma certa idade”, segundo Bobbio (1984, p. 36). Daí se depreende o entendimento de que, pelo menos no que se referem ao voto, os regimes são mais democráticos à medida que ampliem o acesso ao processo de escolha do maior número possível de cidadãos.

Mas mesmo para Bobbio, amplitude de eleitores e regras previamente definidas não são, por si, suficientes para a caracterização mínima de um regime democrático. Para ele, é indispensável uma terceira condição: aos que são chamados a decidir, deve ser oportunizado o acesso irrestrito às diversas alternativas reais que se colocam à disposição para escolha e a autonomia nessa tomada de decisão. Para tanto, é imprescindível a garantia de direitos de liberdade, de expressão de opiniões, de associação, de filiação a grupos e partidos, de reuniões políticas, entre outras, direitos invioláveis do indivíduo, advindos da tradição liberal. Tais direitos individuais consistem, na visão de Bobbio, em regras preliminares e não as do próprio jogo:

Seja qual for o fundamento filosófico destes direitos, eles são o pressuposto necessário para o correto funcionamento dos próprios mecanismos predominantemente procedimentais que caracterizam um regime democrático. (BOBBIO, 2017, p. 38)

Bobbio (2017, p. 57) prossegue suas reflexões sobre o futuro da democracia apresentando promessas feitas e não cumpridas, dentre as quais, face ao objetivo da presente tese, cabe-me destacar uma: o “cidadão não educado”. Mesmo nas democracias mais consolidadas, verificamos o fenômeno da apatia política. Tanto na

época em que foi escrito o livro quanto mais recentemente, são significativos os contingentes de cidadãos que se abstém de participar das votações para eleição de seus governantes. Para ele, são pessoas que não estão orientadas nem por possíveis benefícios particulares advindos da eleição de representantes, nem por estarem potencialmente empenhados na articulação de demandas mais amplas e na formação de decisões coletivas com seus respectivos impactos na sociedade.

Segundo Bobbio, sempre esteve presente nos últimos 200 anos o argumento que vincula a transformação do súdito em cidadão fundamentado na atribuição de direito de cidadania ativa, e, pelo que se esperava, isso culminaria na educação para a democracia como consequência natural do próprio exercício da prática democrática:

[...] para o bom democrata, o reino da virtude (que para Montesquieu constituía o princípio da democracia contraposto ao medo, princípio do despotismo) é a própria democracia, que, entendendo a virtude como amor pela coisa pública, dela não pode privar-se e ao mesmo tempo a promove, a alimenta e reforça. (BOBBIO, 2017, p. 55-56)

Bobbio atribui o descumprimento de diversas promessas da democracia à idealização do projeto político democrático para uma sociedade bem menos complexa que a atual. Vários obstáculos não previstos surgiram em função de transformações vivenciadas pela sociedade civil. O primeiro deles envolve a crescente complexificação decorrente das transições econômicas, requerendo especialistas técnicos para a condução dos governos. Para Bobbio (2017, p. 60), se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, o expert, o profissional tecnicamente mais preparado, impossível que o mesmo venha a ser o cidadão comum, já que a democracia se sustenta na hipótese de que todos decidam a respeito de tudo e a tecnocracia, pelo contrário, objetiva que sejam convocados para participar da decisão somente aqueles poucos que possuam conhecimentos específicos.

Se por democracia direta se entende literalmente a necessidade de participação de todos os cidadãos em todas as decisões com as quais terá de conviver posteriormente, trata-se de uma insensatez, já que todos decidirem sobre tudo em sociedades complexas como as atuais é materialmente impossível e mesmo indesejável do ponto de vista humano (Bobbio, 2017, p. 71). E se ocorresse, reduziria todos os interesses humanos aos interesses da polis, à politização integral

do homem, à conversão do homem no cidadão total e, praticamente, na eliminação de sua vida privada.

A conversão, portanto, do indivíduo em cidadão, faz com que diversos outros espaços, além do sistema político em si, sirvam de palco para exercício de sua cidadania democrática. Isso culmina, na opinião de Bobbio (2017, p. 50), no fortalecimento do processo democrático: não na transição da democracia representativa para a democracia direta, mas na passagem da democracia política para a democracia social, estendendo o poder ascendente, até então focado apenas no campo da grande sociedade política, para uma maior amplitude junto à sociedade civil, em suas várias formas de articulação e expressão, dentre as quais duas se destacam, pelo tempo de permanência do indivíduo em seus espaços físicos: a escola e a empresa.

Com isso, verifica-se uma verdadeira reviravolta no desenvolvimento da institucionalidade democrática, resumida na seguinte fórmula: da democratização do estado à democratização da sociedade. Embora pareça contraditório que o surgimento da democracia política tenha se antecipado à democratização da sociedade, devemos iniciar nossa análise quanto a esse aspecto reafirmando que na esfera política são tomadas as decisões de mais relevante interesse público, as quais, por sua vez, requerem a prévia sinalização por parte da sociedade civil quanto à sua necessidade.

Voltando à análise de Bobbio (2017, p. 92), quando se objetivava provar o desenvolvimento democrático de um país, ao longo do tempo, utilizava-se como índice a extensão dos direitos políticos ao maior número possível de pessoas, ou seja, o direito de participar, ainda que indiretamente, da decisão de composição dos órgãos em que seriam tomadas as decisões políticas que afetariam a coletividade, por meio do sufrágio universal, do direito ao voto. Para ele, hoje não há mais avanço possível nesse aspecto em função de terem sido incluídas as mulheres e o limite de idade ter sido rebaixado para dezoito anos. No caso brasileiro, por exemplo, também é facultado aos maiores de dezesseis anos o direito ao voto. Também foram derrubadas outras barreiras anteriormente existentes, relativas a poder aquisitivo, raça etc. Se esse aspecto isoladamente respondesse aos reclames da democracia, estaríamos vivendo o melhor dos tempos. Entretanto, essa não é a nossa realidade, especialmente nos últimos anos.

Atualmente, quando se deseja estabelecer um índice de desenvolvimento democrático, não se deve mais considerar exclusivamente o número de pessoas que têm o direito de votar, mas o número de instâncias, além daquelas de natureza política, nas quais se têm a possibilidade de exercer o direito de voto:

[...] para dar um juízo de valor sobre o estado de democratização num dado país o critério não deve mais ser o de “quem” vota, mas o do “onde” se vota (e fique claro que aqui entendo o “votar” como o ato típico e mais comum do participar, mas não pretendo de forma alguma limitar a participação ao voto). (BOBBIO, 2017, p. 92-93)

Como exemplos desses novos espaços democráticos, podemos citar conselhos escolares; conselhos municipais, estaduais e federais de educação, assistência social, saúde etc.; conselhos de fábricas; grêmios estudantis; diretórios acadêmicos e conselhos universitários, entre outros, desde que facultada a participação de todos os atores diretamente envolvidos e afetados pelas decisões e ações que deles decorrerem. Bobbio (2017, p. 92-93) diz tratar-se de um processo apenas iniciado, do qual não se conhecia, pelo menos à época, nem etapas nem duração; se prosseguiria ininterruptamente ou se seria descontinuado. Pondera ainda que, paralelamente à necessidade do autogoverno, também existe o desejo de não ser governado e de ser deixado em paz. Excesso de participação, em várias escalas e níveis, pode gerar apatia política e a indiferença de muitos e, conseqüentemente, mais riscos ao processo de expansão da democracia.

Coutinho (2003, pp. 31-32), ao examinar o processo de redemocratização no período brasileiro pós-1970, afirmou que, se entendemos democracia como um processo de crescente socialização da política no rumo da socialização do poder, como uma conquista efetiva não só de regras do jogo, mas principalmente de igualdade substantiva, é preciso dizer com clareza que essa democracia é claramente incompatível com o modelo político, econômico e social implantado no país. Para ele, contrariamente ao que afirma Bobbio, as leis não garantem o estado democrático, pois considera impossível que exista democracia plena enquanto houver a sociedade de classes, o que somente ocorrerá quando for ultrapassado o modo capitalista de produção, responsável por forte constrangimento da efetiva participação popular. O próprio pertencimento a determinada classe é impeditivo da democracia plena, pois sempre haverá quem não possa acessar todos os direitos e outros que contarão com recursos financeiros mais do que suficientes não só para participar diretamente, mas também para se fazer representar por meio de polpudos

financiamentos em campanhas eleitorais. Esse é um dos grandes desafios a serem enfrentados rumo a uma maior democratização da sociedade.

Analisando o caso brasileiro, segundo Avritzer (2016), no que tange a rankings internacionais, o país se encontra mais bem situado em classificações nos que referem à democracia do que em outros, tais como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou de corrupção. Mesmo em meio à grave crise que temos enfrentado nos últimos anos, ampla maioria da população se mostra favorável à democracia no país, mas há impasses que atravancam a sua evolução. Embora com indicadores positivos de prática democrática, percebe-se certo desconforto no que tange ao aumento das expectativas da população em relação à performance governamental, bem como piora nos indicadores de avaliação da política e governos, o que não é exclusividade brasileira.

O mesmo autor (2016, p. 9) atribui a 5 elementos o que ele denomina de impasses da democracia brasileira: limites do presidencialismo de coalizão (em especial a perda de legitimidade da forma tradicional pela qual Executivo e Legislativo se organizavam, face aos inúmeros escândalos de corrupção); dicotomia existente entre a ampliação dos mecanismos de participação popular e a permanência do padrão relacional entre representantes e representados; novamente a corrupção, que revela a privatização do setor público por interesses empresariais; a diminuição da distância entre classe média e classes populares decorrente da reorganização social provocada pela diminuição da desigualdade social; e o hiperempoderamento do Poder Judiciário, tornando-se ator relevante no cenário político, mesmo que seus membros não sejam eleitos através do voto popular.

Mesmo com tais impasses, ele considera que a democracia brasileira funcionou bem, tanto em sua capacidade de produzir decisões, quanto na redução das desigualdades sociais, ao longo dos anos 1990 e 2000, mas julga ter alcançado seu limite no exercício do presidencialismo de coalizão e das deficiências no combate à corrupção. (AVRITZER, 2016, p. 27).

2.3 A crise dos parlamentos e da democracia brasileira

Dos diversos autores que li visando a estruturação do presente trabalho, dois se destacaram por apresentar visões bastante próximas da vivência que tive em meus mandatos parlamentares. Cinnanti (2011) caracteriza, com bastante

propriedade, as funções do Parlamento municipal e os principais desafios por ele enfrentados, em especial no que tange à imagem negativa da classe política perante a opinião pública, agravada nos últimos anos. E aponta as escolas do legislativo como importante ferramenta de qualificação dos parlamentos, incluindo o resgate de sua credibilidade a partir de sugestões de ações que o aprimorem e legitimem junto à sociedade da qual faz parte. Já Cosson (2008) faz uma verdadeira radiografia das escolas legislativas brasileiras, cotejando-as com diversas outras iniciativas em curso, tanto no Brasil quanto no exterior, voltadas a oferecer melhores condições de politização da sociedade como um todo. As contribuições de tais autores constituirão a essência da presente seção.

Apresentando diversas reflexões sobre a democracia brasileira, Cinnanti (2011) abordou aspectos relativos à representação, à imagem do Poder Legislativo no país, mecanismos de participação popular e mesmo os efeitos dessas relações sobre a qualidade do regime democrático ora vigente no Brasil. Suas análises consideram haver correlação direta entre a confiança da população nos poderes constituídos, o exercício pleno da cidadania e o próprio fortalecimento da democracia, destacando-se o importante papel a ser exercido pelo processo educacional, no geral, com o fito de ampliar capacidades analíticas da sociedade e, no particular, pelo papel da educação cidadã voltada à compreensão da função do indivíduo na sociedade política, como elemento constituinte da vontade geral que subsidia a representação por meio do voto direto.

No que tange à participação popular, Avritzer (2016, p. 28) aponta o desafio de como torná-la mais efetiva, mais plural e mais integrada ao sistema político existente, já que se constituiu ao longo do tempo como um dos resultados positivos da democracia brasileira. Melhor articulação entre participação e representação popular, em especial nas arenas públicas mais relevantes, deve ser o caminho a ser trilhado.

Outro aspecto que contribui negativamente para a imagem dos parlamentos está associado à centralidade do Poder Executivo no sistema político brasileiro, segundo Nicolau (2017). A maior cobertura midiática para os concorrentes a cargos executivos (Presidente, Governador e Prefeito) ofusca as candidaturas aos cargos proporcionais, à exceção de publicações ocasionais de perfis de candidatos em alguns jornais. A própria arrecadação de fundos e o tempo de TV são mais concentrados nas eleições majoritárias, tanto em relação à publicidade eleitoral

quanto aos debates televisionados, e alcança basicamente os candidatos a cargos executivos, embora os eleitores também votem para os cargos do Legislativo. Isso acaba por gerar o fenômeno da “amnésia eleitoral”, em que quase metade dos eleitores declara não se recordar em quem votou nas últimas eleições, diferentemente do que ocorre para cargos executivos, em que o nível de esquecimento é bem menor:

Um número significativo de eleitores não se lembra da escolha que fez nas eleições anteriores. Como posso acompanhar o mandato do meu deputado ou partido se não lembro em quem votei? Como posso punir meu deputado na eleição seguinte, se esqueci como votei na eleição anterior? (NICOLAU, 2017, p. 65)

Ribeiro (2011, p. 97-98) também aborda a centralidade do Poder Executivo, atribuindo à mesma a assunção das novas prerrogativas estatais de oferta de serviços públicos e de interferência na ordem econômica, incluindo funções legislativas, a partir do início da utilização dos decretos-lei no Brasil, em 1937. Para ele, o Poder Legislativo não se recolocou em posição relevante entre as instituições que ofereciam suporte para o processo de democratização da sociedade, não conseguindo nem mesmo exercer adequadamente as suas principais funções: representativa, legiferante e fiscalizatória. Um dos aspectos que contribui para o esvaziamento dos parlamentos se associa à pulverização da função de criação de leis por vários entes, diferente do que ocorria anteriormente, quando havia certa exclusividade de produção legislativa ao parlamento, já que “[...] na atualidade, existe um vasto conjunto de instituições e institutos que cumprem esse papel, como os conselhos setoriais, as agências regulamentadoras, os ministérios e os tratados internacionais.”

Para Coutinho (1979, p. 37), alguns dos pilares que norteiam e asseguram a existência de regimes democráticos continuam a ter pleno valor numa almejada sociedade socialista: liberdade de organização, pluralidade de sujeitos políticos, legitimação da hegemonia por meio de consenso democrático e autonomia dos movimentos de massa advindos da sociedade civil em relação ao Estado. Consideradas conquistas democráticas, são bases importantes para os defensores do socialismo:

[...] para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é

condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade.

Outro aspecto relevante apontado por Coutinho e que nos remete à reflexão que fiz no início do presente trabalho, refere-se à necessidade de aprofundamento político da democracia: o que ele chama de ampla incorporação organizada das grandes massas na vida política nacional, ou seja, a socialização crescente da política. Mesmo tendo sido duramente reprimida no período da ditadura militar, a última “revolução pelo alto” impulsionou indiretamente a sociedade civil brasileira a uma modernização conservadora e com diferenciação social:

Multiplicaram-se, sobretudo nos últimos tempos, organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base etc.); e, além disso, ganharam autonomia e representatividade, na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do país ou poderosos aparelhos de hegemonia, como a OAB, a CNBB etc. (COUTINHO, 1979, p. 43)

Cinnanti cita Chauí (2001), que sintetiza como alicerces e condições para a democracia, considerando critérios políticos e sociais, os seguintes aspectos:

- 1) O poder torna-se legítimo quando os dirigentes e mandatários são eleitos a partir de consultas populares periódicas, enfatizando-se a vontade majoritária, cujas condições centrais são a cidadania e a eleição;
- 2) O processo eleitoral possui como pressuposto a competição entre grupos, pessoas e partidos de posições diversas, os quais se associam mediante interesses comuns, em especial os partidos políticos;
- 3) A disputa eleitoral fundamenta-se na ampla publicidade de opiniões e na liberdade de expressão, cujo pressuposto é a existência da opinião pública como elemento indutor da criação da vontade geral;
- 4) Eleições em intervalos regulares é outro aspecto central na existência da democracia, pois visa proteger a minoria, garantindo sua participação em assembleias nas quais são decididas questões de interesse público, bem como contra a possibilidade de perpetuação de um único grupo no poder, de forma a refletir nas diversas instâncias decisórias a existência de divisões sociais (maioria/minoria), inclusive nos parlamentos;
- 5) O princípio da separação de poderes, por sua vez, faz com que a potência política seja limitada pelo Judiciário, que tem por objetivos institucionais garantir a integridade dos cidadãos perante seus governantes, bem como

assegurar a inteireza do sistema político contra a tirania, tendo como base protetiva a Constituição, considerando a existência do direito público e privado, da lei como defesa contra a tirania e, por conseguinte, a defesa da liberdade dos cidadãos.

Para Cinnanti (2011, p. 86), o exercício pleno da cidadania não é prerrogativa individual, mas depende da convergência entre postura/consciência do cidadão e a atuação estatal, sua institucionalidade, princípios e normas, bem como sua capacidade de garantir os direitos básicos da população, ao mesmo tempo em que possibilita sua participação nas diversas esferas decisórias. Importa destacar que a própria forma de organização e modus operandi da Administração Pública depende dos preceitos democráticos e de cidadania vigentes em dada sociedade. No caso brasileiro, consta da Constituição Federal de 1988, no parágrafo único do artigo 1º, o conceito de representatividade popular: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

Embora a administração pública brasileira seja composta pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de órgãos de controle externo, tais como as Cortes de Contas, tendo em vista o foco do presente trabalho se tratar das escolas do Legislativo, restringiremos nossa base teórica a aspectos relacionados ao parlamento brasileiro. Cinnanti (2011, p. 86) considera existirem desafios bastante complexos e peculiares na gestão dos legislativos, que também é afetado por práticas patrimonialistas, a exemplo de outras esferas de poder.

Uma característica importante e que deve ser levada em consideração ao longo do presente trabalho, e mesmo de outras reflexões no campo da política, é a convivência permanente do Legislativo com o ambiente político local, estadual e nacional, haja vista ser, dentre os três poderes, aquele em que as questões políticas interferem com maior intensidade. Muitos denominam os legislativos como Casa do Povo, inobstante a crise de representatividade e mesmo de legitimidade que tem sido verificada. Para a mesma autora, “O Poder Legislativo é mais flexível, mais aberto, mais permeável, e profundamente afetado pelos elementos da política”.

Um dos principais desafios, se não o maior, significa a admissão desta dimensão política, tão criticada e desvalorizada ao longo dos últimos tempos, como legítima e mesmo necessária à estruturação do contexto legislativo, cuja forma de eleição para escolha dos representantes e mesmo sua organização interna (mesa

diretora, comissões técnicas), depende sempre de composições político-partidárias, alianças e coligações, entre outros elementos fundamentais, além da culminância decisória através do voto. É nesse contexto, permeado pela convivência diária com os diversos elementos que compõem o sistema político-democrático (regras, votos, partidos etc.), que devem ser estruturadas práticas gerenciais que, além de absorver sua essência política, assegurem o bom funcionamento da máquina administrativa do Poder Legislativo e respeitem os princípios igualmente constitucionais da administração pública, dentre eles a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência, integrando as esferas política e administrativa.

Tais princípios são considerados normas gerais que fundamentam a ação do legislador e/ou do administrador público e, portanto, devem conformar a ação governamental e constituir a base de construção da confiança dos cidadãos e eleitores, enfim, da população como um todo, não somente nas instituições públicas, mas fundamentalmente, na própria democracia. Para Cinnanti (2011, p. 87), a existência de confiança na relação entre eleitores/representados e eleitos/representantes é considerada fator de atração do povo à participação, seja mediante o usufruto de direitos fundamentais, seja pelo cumprimento de seus deveres perante a coletividade e ao próprio sistema estatal. Alguns exemplos de exercício de cidadania podem ser verificados na ação de fiscalização da atuação da administração pública, um dos papéis mais importantes dos legislativos. Cabe ainda aos parlamentares a produção de leis que possuam qualidade de conteúdo, tanto em relação aos meios quanto às suas finalidades, e que afetem positivamente a coletividade, ao mesmo tempo em que respeitem os preceitos legais existentes no país.

Sendo considerado o parlamento o poder mais próximo da sociedade, em que os detentores do poder são eleitos pelo voto popular, natural que receba muitas críticas e mesmo personifique o desgaste atualmente verificado dos agentes políticos junto à opinião pública. Cinnanti (2011, p.87) considera que a perda de credibilidade do Parlamento pela população prejudica até mesmo o seu funcionamento interno, já que seu corpo de profissionais muitas vezes se envergonha por fazer parte dos quadros de instituição tão desacreditada perante a sociedade. Com isso, o próprio servidor legislativo evita ser identificado como parte integrante da instituição e, conseqüentemente, como detentor de mecanismos que propiciem não só o respeito aos princípios constitucionais, mas também o alcance

de objetivos esperados pela sociedade. A disseminação de gestões eficientes do Poder Legislativo poderia contribuir para minimizar o desgaste atualmente enfrentado pela administração pública brasileira:

Se os gestores do Legislativo – em primeiro lugar, as autoridades políticas que dirigem a Instituição e, subsidiariamente, os servidores responsáveis por gerir as diversas unidades administrativas – nortear suas ações e decisões pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, em muito contribuirão para aumentar a confiança de todo o país no Parlamento. Um Poder Legislativo que atue em favor do bem comum, que seja ético e transparente, promoverá o fortalecimento da democracia, ao ser considerado pelo real titular do poder – o povo – legítimo em sua representação. Da mesma forma, incentivará a participação popular nas suas diversas formas, o que representará um incremento no exercício da cidadania. Assim, podemos considerar que, da confiança da população no poder constituído e da qualidade do serviço público oferecido, decorre o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. (CINNANTI, 2011, p. 87-88)

Gestões pouco transparentes ou dissociadas do interesse público gerarão incongruência cada vez maior entre o que a população espera de seus representantes legislativos e o que efetivamente ocorre, na prática. Os diversos escândalos envolvendo autoridades públicas no país, inclusive legisladores, vêm gerando descrédito generalizado da população em relação à política, dificultando uma maior integração entre eleitores e eleitos. Sendo por norma constitucional um poder que possui a prerrogativa de fiscalizar o Poder Executivo, os legislativos têm se notabilizado, com frequência, como alvos, eles próprios, de grande exposição na mídia, onde são ressaltadas falhas, erros e práticas corruptas de seus membros, fazendo com que a percepção da sociedade quanto aos seus representantes seja cada vez mais negativa, ainda que desenvolva ações de comunicação e divulgação das ações legislativas mais relevantes que desenvolve. Para Cinnanti (2011, p. 89), o Legislativo não tem sido bem-sucedido em sua tarefa de divulgar o que tem feito de positivo e que seja realmente voltado ao interesse da população.

Natural, portanto, que o nível de engajamento e de participação popular nas ações e projetos liderados pelo Legislativo seja incipiente. Dentre outros motivos, devido ao juízo negativo de valor que a própria população constrói, seja influenciada pela mídia, seja por outros meios. Disso decorre um círculo vicioso: ainda que não acompanhe de perto as ações do representante em quem votou, o eleitor recebe informações de múltiplas fontes, muitas delas enfocando aspectos negativos do Legislativo como um todo. Com isso, associada à sua pouca disponibilidade e mesmo interesse em acompanhar de perto e/ou contribuir para o trabalho do

parlamentar que ajudou a eleger e menos ainda do Parlamento como um todo, se torna cada vez mais influenciado por informações que não construiu por si só, gerando insatisfação, desânimo e ceticismo. Sente-se ainda mais desmotivado e se distancia ainda mais, repercutindo negativamente na qualidade da democracia que vivenciamos.

Um dos entrevistados desse trabalho, cujo detalhamento será apresentado em capítulos futuros, foi o servidor de carreira da Câmara Municipal de Nova Friburgo, José Nascimento. Antecipo parte de suas contribuições em função da adequação de uma de suas respostas ao pensamento de Cinnanti, expresso acima:

E muitas vezes a pessoa, ela não entende que ela faz parte disso. Ela simplesmente sabe que ela tem que ir lá obrigatoriamente num determinado dia, votar, escolher uma pessoa e acabou, quando não é só isso. Isso faz parte de um processo. Ela escolher, escolher bem, a pessoa que ela vai colocar para poder representá-la já faz parte do processo, importantíssimo, então começa por aí. Antes mesmo da eleição, de se escolher um representante, ela tem que conhecer o que ele vai fazer, como ele vai fazer, por que ele vai fazer e quem é essa pessoa que ela vai colocar lá para ser um representante dela, daquela cidade, daquele município. Então, o processo começa muito antes mesmo do próprio momento da votação, tem que ser anterior a isso. A escola (do legislativo) pode começar a preparar exatamente a população para esse momento, anterior mesmo.

Outro aspecto que prejudica o funcionamento e qualidade da democracia brasileira, segundo Moisés (2008), consiste nos “importantes déficits institucionais associados à legalidade e à responsabilização do governo”, destacando-se a incapacidade do sistema político de responder às expectativas dos cidadãos pela ausência de mecanismos de responsabilização (accountability) de governos e governantes. Para eles (cidadãos), seus direitos de participação e representação, fundamentais à igualdade política, social e econômica, não possuem canais efetivos para a devida expressão ou mesmo para evitar problemas crônicos como corrupção ou crise econômica. Em sua visão, há clara correlação entre a desestruturação de valores políticos, insatisfação com a democracia e desconfiança de instituições, em especial nos partidos e parlamentos (municipais, estaduais e nacional).

Baixíssimos índices de identificação e vinculação partidária, péssimas avaliações sobre o Congresso Nacional e mesmo a dificuldade dos eleitores de se lembrar em quem votaram nas últimas eleições, como já citado anteriormente, são sinais inequívocos da fragilidade de nossa democracia. Todos esses elementos negativos contribuem para construir na sociedade um sentimento de prescindibilidade das estruturas político-partidárias, propiciando surgimento de

propostas de modelos supostamente democráticos denominados “sem partido”, “sem Congresso”, deslegitimando cada vez mais instituições basilares da democracia representativa e abrindo caminho para possíveis alternativas antidemocráticas. Balizando esse cenário de absoluta descrença no sistema político brasileiro, podemos citar pesquisa realizada pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no ano de 2016: enquanto cerca de 60% da população brasileira diziam confiar nas Forças Armadas, 57% na Igreja Católica, 37% na imprensa escrita e 36% no Ministério Público, apenas 11% acreditavam na Presidência da República, 10% no Congresso Nacional e 7% nos partidos políticos.

Para Moisés e Carneiro (2008), a democracia brasileira, embora pareça estar consolidada, enfrenta uma situação considerada paradoxal: embora a maioria dos brasileiros confira seu apoio ao regime democrático, 2/3 deles não confiam, em graus distintos, nos parlamentos, partidos políticos, governos, órgãos judiciários, polícia e nos serviços de saúde e educação. Quando os autores realizaram esse estudo, o Brasil sinalizava ter ingressado em um virtuoso ciclo de estabilidade política, o que não se sustentou por muito tempo, como já pudemos ver ao longo do presente trabalho. Recentemente, embora o que os autores citaram como passado relativamente distante da política brasileira (conflitos assumindo contornos de antagonismos irreconciliáveis, paralisia decisória, tensões entre o Executivo e Legislativo e intervenção de militares na política), tenha voltado a fazer parte do cenário nacional, ainda podemos considerar que estamos vivendo em um país democrático:

No período recente, embora governos, partidos políticos, o Congresso Nacional e o judiciário enfrentem graves denúncias de corrupção e malversação de recursos públicos, as instituições democráticas continuam funcionando, mesmo o seu desempenho sendo questionado; as Forças Armadas cumprem a sua missão constitucional e os ciclos eleitorais se sucedem com regularidade e normalidade, assegurando o princípio de alternância no poder. (MOISÉS e CARNEIRO, 2008, p. 3)

Por outro lado, se levarmos em consideração as contribuições de Sztompka (1999), que apresenta cinco práticas democráticas que exigem importante grau de confiança para que funcionem adequadamente e analisarmos o atual momento do Brasil, não podemos desconsiderar o enfraquecimento de nossa democracia, já que parte deles (prática da tolerância, aceitação do pluralismo e civilidade requerida pela relação de atores que competem por objetivos diferentes), não vem sendo respeitada por parte das lideranças políticas e da sociedade brasileira como um

todo, face ao elevado grau de polarização política existente atualmente no país. Considero que as demais práticas sinalizadas pelo autor, ainda que em graus variados, estejam em funcionamento. São elas: comunicação entre os cidadãos com vistas à definição de objetivos públicos, consenso mínimo sobre o funcionamento dos procedimentos democráticos e participação dos cidadãos em associações da sociedade civil e/ou em organizações de objetivos políticos.

Mas a crescente insatisfação com os resultados da democracia não é exclusividade do Brasil. Levantamentos realizados pelo Latinobarómetro desde 1995 apontam a diminuição da confiança na democracia na maioria dos países latino-americanos ao longo dos últimos anos, culminando com 2018 sendo considerado o pior ano da região em termos democráticos desde o início de sua medição, pois nenhum dos indicadores apresentou evolução positiva, além de diversos deles terem chegado ao pior resultado histórico. Um dos indicadores apresentados se refere ao nível de satisfação com a democracia, no qual o Brasil se apresenta como o país mais insatisfeito de todos:

Gráfico 1 – Satisfação com a democracia na América Latina

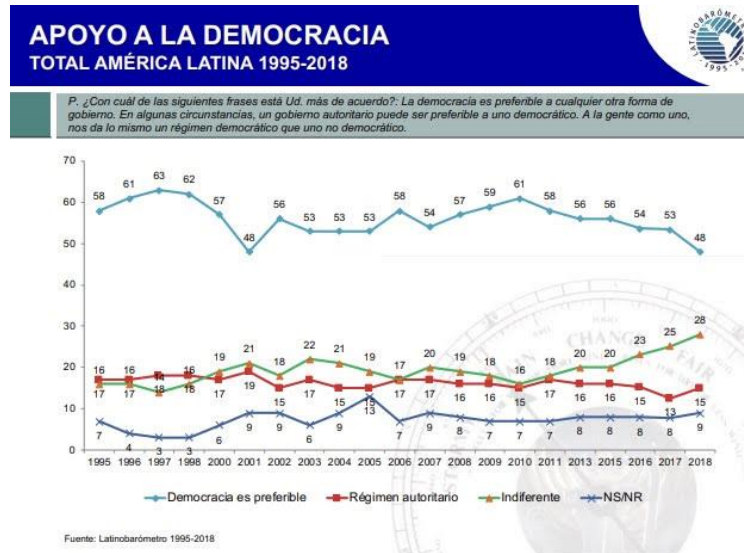


Fonte: Latinobarómetro (2019)

Para Lagos (2019), as instituições chegaram ao seu menor nível de confiança e a política, ao seu maior nível de desencanto, comparando os indicadores relativos à democracia a uma espécie de “diabetes democrática”: uma enfermidade invisível em sua origem, que não mata de imediato, mas quando aparecem os sintomas é difícil de erradicar e pode levar à morte. O apoio à democracia vem declinando nos últimos anos: após atingir o seu ápice no século XXI no ano de 2010, alcançou o seu

pioir resultado na sondagem realizada em 2018, quando também cresceu o número de pessoas indiferentes à democracia:

Gráfico 2 – Evolução do apoio à democracia na América Latina



Fonte: Latinobarómetro (2019)

Desde 2010, portanto, aumenta sistematicamente a quantidade de cidadãos latino-americanos que se declaram indiferentes ao tipo de regime político adotado em seu país, tendo aumentado de 16% para 28% os que assim se declaram, no período compreendido entre 2010 e 2018. Esse afastamento da política traz consigo a diminuição da quantidade de votantes, culminando no abandono daquilo que é coletivo para o refúgio no individualismo de sua vida pessoal.

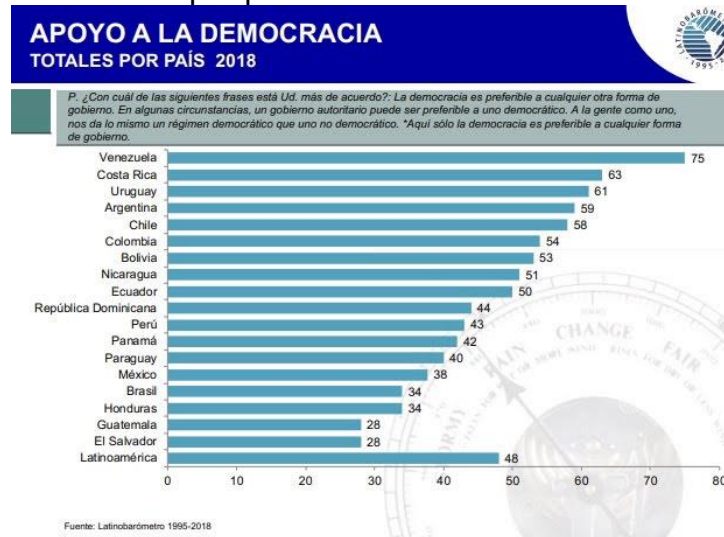
A análise realizada não atribui a queda dos indicadores exclusivamente aos países que deixaram de cumprir requisitos importantes para serem considerados democráticos, mas sim aqueles onde há problemas no funcionamento de suas democracias e estão apresentando diferentes graus de risco em deixar de sê-lo. Para os analistas do Latinobarómetro, já existem indicadores apontando para essa direção e isso deveria gerar algum alarme a respeito:

Este informe muestra altos niveles de “presión” en varias democracias de la región que deberían servir de voz de alarma para que aumenten los países no democráticos de la región. Sin militares, sin armas, es más difícil reconocer la pérdida de democracia.

Perguntada se a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, nos resultados da sondagem realizada junto à população no que se refere ao apoio à democracia no ano de 2018, o Brasil só se posicionou à frente de Guatemala e El

Salvador, empatando com Honduras, o que exemplifica ainda mais o delicado momento vivido pela democracia brasileira:

Gráfico 3 – Percentual de apoio popular à democracia por país latino-americano



Fonte: Latinobarómetro (2019)

Para Nicolau (2017, p. 138), as democracias enfrentam nos dias atuais uma série de desafios, dos quais se destacam: o contínuo declínio nas taxas de comparecimento às urnas; distanciamento existente entre os tradicionais partidos políticos e as novas formas de organização da sociedade, decorrentes da massificação do uso das tecnologias de informação e comunicação e mudanças culturais (coletivos, redes etc.); necessidade de reconfigurar o legislativo para que se reposicione diante de instituições não eleitorais superempoderadas (tribunais de contas, ministérios públicos, judiciário); diminuição da influência do poder do dinheiro a fim de garantir maior equidade nas disputas eleitorais; como motivar novos e qualificados cidadãos à participação política e mesmo eleitoral. Na sua visão, uma reforma eleitoral que valorize os partidos, crie regras mais justas que estimulem um maior equilíbrio na competição eleitoral e na distribuição do poder parlamentar e diminua a alta dispersão partidária atualmente verificada no país, poderia contribuir significativamente para um melhor funcionamento da democracia brasileira.

Sua agenda minimalista propõe os seguintes pontos para tal reforma: fim das coligações nas eleições para deputado federal, deputado estadual e vereador (já aprovada, entrará em vigor nas eleições municipais de 2020); oferecer a possibilidade aos partidos que não alcançarem quociente eleitoral nas eleições

proporcionais poderem disputar as cadeiras decorrentes das sobras; adoção de cláusula de barreira nacional de 1,5% (também já aprovada, entrou em vigor nas últimas eleições); manutenção da regra de registro de novos partidos (regra mantida até o presente momento); acesso ao fundo partidário e ao horário eleitoral gratuito restrito aos partidos que alcançarem a cláusula de barreira (23 partidos conseguiram ultrapassar a cláusula de barreira em 2018); manutenção da regra de fidelidade partidária para políticos eleitos (permanece em vigor); e correção das bancadas dos estados após cada censo demográfico (não há previsão de alteração desse aspecto).

Para Cinnanti (2011, p. 90-91), eleições periódicas e baseadas na institucionalidade democrática devem ser vistas como importante mecanismo de controle, oportunizando ao eleitor a revisão de sua decisão de ter delegado poderes a um determinado representante e buscar a eleição de outro parlamentar que atenda melhor às suas expectativas no exercício da representação. Embora eleitos por pessoas físicas, é pública e notória a influência do poder econômico na escolha dos representantes, face à criação de assimetrias financeiras e informacionais no processo eleitoral, como já citado anteriormente.

Inobstante terem sido capturados pelos financiadores de suas campanhas, que passam a ter vez e voz nas pautas que estabelecem, conduzem e apoiam durante o exercício de seus mandatos, há em contraposição aos parlamentares a expectativa do eleitorado que o sufragou nas urnas e que deseja ter um representante que os auxilie em suas demandas junto às diversas esferas de governo. Alguns denominam a isso de “despachante de luxo”. Bobbio (2017, p. 45) classificou como mandatos imperativos, vinculados ao atendimento de demandas específicas e individualizadas do eleitorado. Para Cinnanti (2011, p. 90), essa atuação política segmentada, voltada a atender solicitações específicas de sua base eleitoral, o chamado “varejo” da atuação política, contribui para que sejam relegadas expressivas parcelas da sociedade a segundo plano e, conseqüentemente, a deslegitimação dos políticos pelo povo, pois é “[...] comprometido o lastro do mandatário do poder na democracia brasileira – a representação –, uma vez que o cidadão não se reconhece naquele que o representa.”

Tudo isso (deslegitimação dos políticos, má avaliação popular, captura dos mandatos pelo poder econômico, distanciamento da sociedade de seus representantes eleitos etc.) ocasiona significativo impacto sobre o estado de ânimo

da população, estimulando seu comportamento rumo ao desinteresse e omissão de sua participação, influência, fiscalização e controle das ações do parlamentar. Considerando a relativa juventude de nosso sistema democrático após o período de ditadura militar, concordo com a autora quando diz que estamos vivendo numa democracia ainda imatura, em que ambos (eleitores e eleitos) estão aprendendo na prática a desempenhar seus papéis:

[...] os políticos, mandatários do poder, exercitam suas funções, testando os limites do que pode ser aceitável pela população; o povo, titular do poder, aprende a avaliar seus representantes e a referendá-los ou não. Aprende também a participar, a cobrar, a fiscalizar. Serão necessárias algumas legislaturas a mais para que o eleitor e os parlamentares estejam suficientemente amadurecidos de forma a construir um Legislativo mais respeitado e que represente com dignidade o povo brasileiro. (CINNANTI, 2011, p. 91)

Nas palavras de Morige (2014, p. 45), para “[...] reapaixonar a cidadania pelo interesse nos destinos de seu município, precisamos pensar e criar novas práticas participativas que influam nos caminhos dos governos.” Somente novos processos, mais eficazes do que aqueles já utilizados, contribuirão para que seja iniciada uma transformação da cultura política que estimule efetivo envolvimento dos diversos segmentos de uma dada sociedade, não somente em períodos eleitorais, mas durante todo o exercício dos mandatos eletivos. Devem ser buscadas novas formas de relacionamento, em especial nos ambientes educacionais:

Na organização das cidades e sua educação, a democracia na escola e/ou nos sistemas ou redes de ensino poderá ser construída pela transformação das relações em relações de autoridade partilhada, pela desfamiliarização e desnaturalização do poder dominante, pela desconstrução das relações verticais e pela busca de solidariedade, mas, sobretudo, pela ampliação dos espaços de participação e pelo compromisso político com a prática participativa. (MORIGE, 2014, p. 46)

Ele cita Paulo Freire como modelo inspirador da construção dessa nova consciência de cidadania, já que é realçada a capacidade de politizar de que é revestido o ato educativo e a potência a ele associada com vistas à construção coletiva do conhecimento e seu conseqüente potencial libertador e transformador, processo que leva o indivíduo a superar a consciência ingênua e avançar rumo à consciência crítica. Faz-se necessária prática educacional baseada na dialética ação-reflexão-ação transformadora, assumindo o educando seu papel de protagonismo como sujeito da história.

Uma das ferramentas que podem ser adotadas pelos legislativos de forma a contribuir para o desenvolvimento da educação cidadã, ao mesmo tempo em que se trabalha internamente na ressignificação do papel do Legislativo junto a parlamentares, assessorias e corpo técnico permanente, são as escolas do legislativo. Trabalho realizado por Carvalho (2014) reforça esse posicionamento, já que o Poder Legislativo, por intermédio das escolas do legislativo, além do tradicional papel de formar quadros para sua instituição-sede, “[...] passa a acumular a tarefa de transmitir conhecimento e ensinar cidadania por meio de cursos, programas, ações e atividades por elas desenvolvidas.”, tornando-se instrumento de fortalecimento do Legislativo perante a sociedade.

Ribeiro (2011, p. 99), além de reconhecer não somente a crise dos parlamentos, mas também sua complexidade, cogita ser a educação legislativa uma faceta da própria tentativa de reinvenção do Poder Legislativo, já que suas funções tradicionais vêm passando por profundas transformações. O mesmo autor (2010, p. 14) fala sobre a adoção de inovações, em especial na forma com que o Legislativo se relaciona com a comunidade. Ele aponta o desejo de verificar o quão institucionalizadas se encontram tais práticas inovadoras nas câmaras municipais e não as que sejam adotadas individualmente por parlamentares no exercício dos seus mandatos:

Interessam-nos, contudo, aquelas práticas incorporadas à instituição e que podem, portanto, ter continuidade, independentemente da reeleição de seus membros. Aliás, a continuidade das iniciativas depois da alternância do Poder, em especial da Presidência da Câmara, é uma das questões que emergiram ao longo da investigação.

Importante destacar previamente, contudo, quais são os principais papéis institucionais destinados constitucionalmente aos parlamentos. No caso brasileiro, legislar, fiscalizar o Poder Executivo e representar o povo. Trata-se de funções de natureza diversa e que requerem a devida atenção por parte dos detentores de mandatos temporários outorgados pela população por meio do sufrágio universal, as quais envolvem conhecimentos específicos sobre leis e outras bases técnicas que muitas vezes o próprio eleito desconhece.

Além dos aspectos técnicos e legais, há ainda a necessidade de compreensão por parte do representante quanto à filosofia que rege sua presença no legislativo no âmbito do sistema democrático vigente. Cinnanti (2011, p. 92) apresenta algumas indagações que devem servir de reflexão para os candidatos

eleitos, preferencialmente antes de assumirem seus mandatos, logo após a ocorrência dos processos eleitorais:

Será que o deputado federal considera como seus mandatários exclusivamente as categorias específicas que o elegeram, às quais prometeu apoio durante a campanha eleitoral? Ou ele se percebe como representante de todos os eleitores que nele votaram? Ou, mais ainda, será que o parlamentar se compreende representante da população abrangida pela atuação da Câmara dos Deputados, o que equivaleria a toda a população brasileira? De outro lado, também é importante buscar conhecer a perspectiva da população, que é a titular do poder exercido pelo Legislativo. O eleitor reconhece como seu representante apenas aquele parlamentar em quem votou, ou estende essa representação a todo o colegiado eleito?

Reflexão e resposta a essas e outras questões são imprescindíveis para que o representante eleito compreenda o papel e o funcionamento do Legislativo e nos remetem novamente às reflexões de Bobbio (2017, p. 44-45) sobre os modelos de mandatos imperativo e livre. A intenção do eleitorado, no que tange ao mandato livre, é de que as ações dos eleitos contribuam para uma melhoria da qualidade geral e da própria relação do mesmo com a sociedade, que tem sido pautada por desconfiança, descrédito, perda de legitimidade e na péssima imagem das casas legislativas no país. Também devem ser buscados mecanismos que propiciem a identificação das demandas, expectativas e anseios da sociedade representada. Trata-se de priorizar necessidades da coletividade em detrimento de interesses setoriais, por vezes corporativos, que se vestem de interesses gerais para que sejam naturalizados, universalizados e atendidos.

Cinnanti (2011, p. 92) apresenta outras questões relevantes para a clara identificação do grau de entendimento dos eleitores quanto ao seu real papel na sociedade, em especial aquilo que podem e devem esperar como contribuições dos eleitos:

Terá a própria sociedade consciência das suas necessidades? Mais ainda: o povo tem consciência da real dimensão do poder do qual é titular? Saberá o povo, ao menos, que é o titular desse poder? O entrelaçamento de todos esses elementos tece o pano de fundo da democracia participativa brasileira. Que público é representado? Que público influencia ou participa das decisões? Que interesses são priorizados pelo parlamentar no exercício de seu mandato?

É de amplo conhecimento que a população brasileira ainda se encontra, em grandes contingentes, desprovida de padrões adequados de renda e escolaridade, muitos vivendo em contextos urbanos e rurais precários, sem acesso a serviços

adequados de saneamento e saúde. A própria educação básica, ainda que universalizada no que tange ao ensino fundamental, carece de padrões de qualidade que permitam o pleno desenvolvimento das potencialidades dos brasileiros, em larga escala. A indisponibilidade de políticas educacionais de longo prazo e amplo alcance dificulta o acesso de boa parte da população a informações e, quando a acessam, geralmente são mediatizadas pelos grandes veículos de comunicação, comprometidos muito mais com a ampliação do mercado consumidor e com seus próprios interesses comerciais e financeiros do que propriamente em contribuir para a criação de capacidade analítica e crítica que auxilie no empoderamento dos indivíduos e da sociedade.

Ainda na visão de Cinnanti (2011, p. 92-93), o povo brasileiro se acostumou a receber ajudas estatais assistencialistas, sendo doutrinado para ser passivo, acomodado, dependente, obediente e subserviente. Para ela, é exatamente desse estado de torpor que resulta a eleição de grupos de parlamentares mal escolhidos:

Em uma relação contaminada pelas práticas patrimonialistas, os votos dos eleitores são negociados em troca de benefícios, que vão desde cestas básicas até cargos no governo. Então, configura-se um parlamento que, aos olhos da sociedade, não lhe representa. E também não lhe espelha.

Nesse contexto, amplia-se o distanciamento entre parlamento e sociedade, conferindo sérias ameaças à democracia participativa por gerar profunda desmotivação no sentimento dos eleitores e no desejo de participação popular. A melhoria da qualidade da representação política passa pela melhoria da qualidade da sociedade e isso depende fundamentalmente de processos educativos e formativos de caráter continuado. Desde a educação escolar de qualidade, passando por experiências e vivências junto a associações de moradores, órgãos de representação estudantil, sindicatos e partidos políticos, entre outros segmentos que compõem a sociedade. Em relação à esfera pública, principalmente a governamental, há que se buscar a ampliação do conhecimento da população sobre princípios que regem a política e a administração pública, os papéis específicos de cada poder, os resultados a serem esperados a partir da atuação dos poderes constituídos, entre outros, sem o quê dificilmente se obterá a criação e fortalecimento de consciência cívica e de cidadania necessária ao encurtamento do espaço que existe hoje entre sociedade (representados) e governo (representantes).

Em função de toda essa complexa teia de interesses e frustrações, além dos tradicionais e constitucionais papéis de legislar, fiscalizar e representar o povo, os Legislativos passam a assumir uma nova função, tanto com o objetivo de contribuir para uma relegitimação perante a sociedade, quanto para qualificação de seus públicos internos, sejam eles temporários (parlamentares eleitos periodicamente e suas assessorias) quanto permanentes (corpo técnico legislativo): a implementação de ações de educação para a cidadania, educação para democracia, letramento político. A esse respeito, falarei na próxima seção.

2.4 O fomento à democracia por meio de ações de letramento político

Antes de entrarmos propriamente na terminologia de letramento político, base das contribuições de Cosson e outros autores, importa conhecer conceitos gerais sobre letramento em educação. Isso porque o conjunto de ações desenvolvidas pelas escolas do legislativo, locus principal da presente tese, contribui para o letramento político de seus participantes. Na concepção de Goulart (2014, p. 37-38), o processo de aprendizagem da escrita somente é impregnado de sentido caso contribua para a efetiva inclusão das pessoas em dada sociedade, ampliando sua inserção política e participação social. Ela cita processos de escolarização e alfabetização concebidos por Paulo Freire como atos políticos e de prática de liberdade. Para ela, “Nosso país, vale lembrar, tem apresentado muitas dificuldades para efetivar esses processos de forma a transformar a condição de cidadania da população brasileira como um todo.”

O fato de muitos alunos não estarem plenamente preparados para compreender determinados assuntos em profundidade, contribui para que nossa sociedade viva e sinta a desigualdade social sem ter elementos que a permitam entender o porquê de tais diferenças (GOULART, 2014, p. 42). Ela cita Bakhtin, para quem a ampliação das possibilidades de inserção do indivíduo no mundo ocorre por meio da “[...] ampliação da comunicação da vida cotidiana, no processo de acesso às esferas superiores de conhecimento, indo além dos fatores biológicos e biográficos.” Em função disso, o ato de alfabetizar e de ser alfabetizado não pode perder o vínculo de pertencimento a tais esferas. (GOULART, 2014, p. 47).

Embora seja importante aprender a língua escrita com vistas à participação dos sujeitos na vida social, não se pode prescindir de outras perspectivas de

conhecimento, as quais são de grande relevância para a formação de cidadãos conscientes e críticos. Goulart cita novamente Paulo Freire, ao defender a tese de que “a proposta de leitura do mundo ampliada pela leitura da palavra [...] se coaduna melhor com o que se constrói aqui”. Ela discorda, contudo, da aproximação entre a noção de letramento e a proposta de leitura do mundo de Freire, já que a noção de letramento vem sendo associada mais a práticas sociais de leitura e escrita, ao passo que a leitura de mundo extrapola tais práticas em natureza e caráter, em especial devido ao viés filosófico que envolve. (GOULART, 2014, p. 48).

Soares (2005), por sua vez, questiona em que consiste alfabetizar e letrar e quais são os conhecimentos e capacidades envolvidos em ambos, além de refletir sobre a importância desses conceitos para a prática de ensino da linguagem escrita. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, alfabetização significa o “ato ou efeito de alfabetizar, de ensinar as primeiras letras”, ou seja, uma pessoa pode ser considerada alfabetizada ao dominar as habilidades iniciais, básicas, do ler e escrever:

Ao longo do século XX, porém, esse conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado, em razão de necessidades sociais e políticas, a ponto de já não se considerar alfabetizado aquele que apenas domina o sistema de escrita e as capacidades básicas de leitura e escrita, mas aquele que sabe usar a linguagem escrita para exercer uma prática social em que essa modalidade da língua é necessária. (SOARES, 2005, p. 47)

Em função disso, o conceito original de alfabetização já não é mais suficiente, já que a sociedade atual “exige também o saber utilizar a linguagem escrita nas situações em que esta é necessária, lendo e produzindo textos com competência”. Segundo a mesma autora, foi exatamente para “essa nova dimensão da entrada no mundo da escrita que se cunhou uma nova palavra, letramento”, o qual designa “o conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidos no uso da língua em práticas sociais e necessários para uma participação ativa e competente na cultura escrita.” (SOARES, 2005, p. 50). Mas um não ocorre sem o outro, pois ambos precisam estar articulados entre si, já que, embora distintos, são considerados indissociáveis para a aprendizagem inicial da linguagem escrita:

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização.” (SOARES, 2005, p. 54)

O Glossário de terminologia curricular da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2016, p. 58-59), por sua vez, caracteriza o letramento como “[...] a capacidade de identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e computar, usando materiais impressos e escritos associados a contextos variados”. Para tanto, é necessário envolver uma série contínua de aprendizagens, com vistas a possibilitar que o sujeito alcance seus objetivos, desenvolva seus conhecimentos e a plenitude de seu potencial, bem como participe totalmente da comunidade e da sociedade no seu sentido mais amplo. Tornam-se necessárias, nos tempos atuais, novas formas de letramento, especialmente as que estejam relacionadas às novas tecnologias, tais como letramento digital, letramento em informação, letramento em mídia e letramento em redes sociais, caracterizando o que se passa a denominar de “letramentos múltiplos”. Esse é um conceito que exige visão bem mais ampliada de alfabetização, também chamada de “novos letramentos” ou “multiletramentos”:

O conceito baseia-se no pressuposto de que indivíduos “leem” o mundo e compreendem o sentido das informações por outros meios além da leitura e da escrita tradicionais. Esses multiletramentos incluem modos linguísticos, visuais, áudios, espaciais e gestuais de fazer sentido. A crença que indivíduos em uma sociedade moderna precisam aprender como construir conhecimento a partir de múltiplas fontes e modos de representação é central para o conceito de múltiplos letramentos (SEEL, 2012, apud GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIA CURRICULAR, 2016, p. 59).

Dentre os multiletramentos necessários à cidadania, podemos incluir o letramento político, cujo nível é considerado baixo nas populações mais jovens, mesmo em países mais desenvolvidos. Citando pesquisas que verificam o nível de conhecimento e de participação política, Cosson (2008, p. 190) relata que vários pesquisadores demonstram “que há muito com o que se preocupar com a manutenção da democracia tanto em países emergentes quanto naqueles de maior tradição democrática”. Cita, dentre outros exemplos, pesquisa realizada na França em 2001 e que revelou o enorme desinteresse pelo público jovem em relação à política: 80% dos adolescentes de 13 a 17 anos sinalizaram não se interessar pelo tema e 78% raramente a discutem. Grupo de especialistas em Educação Cívica da Austrália cunhou a expressão “déficit cívico” para caracterizar “a ignorância, a alienação e o agnosticismo das pessoas, sobretudo os jovens, em relação à cidadania” (Hébert; Sears, 2002, p. 4, apud Cosson, 2008). Os mesmos autores relatam que há uma “percepção generalizada de crise da cidadania”, tanto no meio

acadêmico quanto na grande mídia, fatores que impulsionam estudos, pesquisas e ações no campo da educação para a cidadania.

Esse é um dos elementos que justificam a necessidade de se debater e aprofundar conhecimentos em relação ao impacto que as transformações sociais acarretam sobre mecanismos políticos fundamentais e que vêm sendo abordados ao longo do presente trabalho: democracia e cidadania. Em relação a este último, devido ao impacto da globalização envolvendo aspectos culturais, étnicos e econômicos, a dificuldade do acesso aos benefícios sociais por parte da sociedade, entre outros, que fragilizam a identidade territorial e/ou nacional, impõe um novo desafio à educação para a democracia: como e por quais mecanismos será possível atender ao novo conceito de cidadania global e multicultural?

Em síntese, seja por força do crescimento do número dos países que adotam o regime democrático, seja pelos baixos índices de conhecimento político e pela apatia social que ameaçam a estabilidade das democracias, seja pela revisão dos conceitos e mecanismos políticos que precisam ser inventados, recriados ou ajustados a novas realidades sociais, entre outros tantos fatores contextuais, não faltam razões para a importância e a urgência de se promover e discutir a educação para a democracia. (COSSON, 2008, p. 186)

O pressuposto básico é de que o cidadão não nasce pronto, sendo necessário desenvolvê-lo por meio de conteúdos, informações, experiências e vivências que o habilitem a interferir de forma consciente e qualitativa no processo político e, para isso, é preciso investir em formas de educação para a cidadania que contribuam nessa direção. E um dos caminhos mais relevantes, a partir das experiências pesquisadas pelo autor, é o do letramento político, ressaltando, contudo, ainda não se constituir num corpo estável e replicável de conhecimentos, mas sim, em experiências diversas que se encontram em franco processo de desenvolvimento. Cosson (2008, p. 192) destaca as várias terminologias utilizadas, tanto no Brasil quanto internacionalmente, e que são sinônimas de letramento político:

[...] educação cívica, educação política, educação para a democracia, educação para a cidadania, educação para a cidadania democrática, educação para a cidadania ativa, educação para a cidadania responsável, socialização política, engajamento cívico, educação democrática, desenvolvimento cívico, competência cívica, conhecimento político, educação cívica deliberativa, educação cívica democrática etc.

Uma distinção entre educação para a democracia e educação em democracia é feita pelo autor: a primeira se refere ao aprendizado de conceitos, leis e outras

informações específicas sobre a vida política; já a segunda trata do aprendizado da prática da democracia. Em minha vivência na administração pública, em especial no exercício de mandatos parlamentares, complementaria dizendo que ambas são indissociáveis na construção do cidadão pleno e participante efetivo do sistema democrático.

Após citar diversos autores que abordam a temática, Cosson (2008, p. 194) considera como letramento político o processo de apropriação de práticas sociais relacionadas à vida política e que se trata de “um estado permanente de transformação, uma ação que se estende no tempo, implicando graus e níveis diferentes de competência e aprendizagem contínua”.

Para Cosson (2015, p. 23-24), uma das principais justificativas para a implementação de ações de letramento político⁶ em países que mantêm a democracia como seu regime político se refere à constatação de que os cidadãos não nascem democráticos, precisando ser educados para viver em uma democracia. No caso dos parlamentos, mais importante ainda, pois trata-se de um poder que depende de práticas democráticas todo o tempo, já que suas deliberações ocorrem sempre através de ritos procedimentais pré-estabelecidos e conduzidos pelas diversas instâncias que o compõem (mesa diretora, comissões técnicas, plenário) e depende de contínuas deliberações através do voto de seus componentes, também eleitos.

O termo letramento político ganhou corpo no Reino Unido, ao constar de relatório final de uma comissão presidida por Bernard Crick⁷, o qual apresentou sugestões e recomendações a respeito da educação para a cidadania, sendo conhecido como “Relatório Crick”, cuja perspectiva do letramento político focaliza a aprendizagem escolar de forma que o indivíduo obtenha conhecimento, habilidades e valores que o capacitem a participar de forma ativa na sociedade em que está inserido, como “[...] cidadãos ativos, informados, críticos e responsáveis” (QCA, 1998, p. 9). Essa nova conceituação difere da anteriormente utilizada, que priorizava a transmissão de conteúdo sobre as instituições do sistema político e as leis, ao passo que o letramento político traz consigo “uma metodologia implícita de ensinar e

⁶ O termo **letramento político** teve sua origem mais recente com Bernard Crick e Ian Lister, em estudo feito para a Hansard Society e publicado há quarenta anos CRICK, Bernard e LISTER, Ian. Political literacy. In: In CRICK, B. and PORTER, D. (Eds). Political Education and Political Literacy. London, Longman e Hansard Society, 1978.

⁷ Escritor político e professor emérito de política das universidades Harvard e Sheffield, London School of Economics e Birckbeck College (1929-2008).

aprender: o conhecimento das instituições é mais bem adquirido por meio da discussão de problemas reais e por se tornar consciente de que as instituições são relevantes e devem ser influenciadas para resolver uma questão ou problema” (CRICK, 2002):

Para essa proposta, que de certa forma traduz um consenso da área, as atividades de letramento político devem ter como objetivo desenvolver a competência cívica e fomentar o engajamento político, por meio dos quais se combate a apatia e a indiferença, sobretudo dos jovens, em relação ao sistema político formal. (COSSON, 2015, p. 263)

Essa nova forma de perceber o processo educacional com vistas à preparação do cidadão a fim de estimulá-lo à participação nas diversas questões que regem a vida em sociedade, principalmente em países que adotaram regimes democráticos de governo, faz com que o letramento político, mais do que um conteúdo a ser ensinado, repassado ou transmitido, tenha por fundamento o exercício prático de experiências e vivências que ampliem suas competências cívicas e democráticas. Para tanto, é fundamental a adoção de modelo de ensino que estimule o aprendizado interativo, colaborativo e compartilhado, ao invés do tradicional ensino hierarquizado e transmissivo, em que o professor deixe de ser o protagonista do repasse da informação para se tornar o indutor de práticas colaborativas e de pesquisa que estimulem o desenvolvimento do espírito crítico e analítico.

São necessárias estratégias de ensino que adotem métodos ativos, participativos, construcionistas e que estimulem a interação entre professor e alunos e entre os próprios alunos, adotando como prática debates deliberativos, círculos de estudos, simulações de práticas democráticas de estímulo à cidadania, organização de campanhas abordando temas diversos e que sejam de interesse coletivo, desenvolvimento de projetos sociais a partir da análise crítica de demandas concretas e contemporâneas, entre outras. (COSSON, 2015, p. 266).

Questionamentos a respeito das diversas ações de letramento político que são oferecidas pelos parlamentos são apontados pelo mesmo autor: em que consiste em termos práticos o letramento político presente nessas atividades? Como tais atividades se desdobram em termos de educação para democracia? Qual a perspectiva do legislativo em termos de letramento político? Ele próprio as responde:

[...] essas atividades de letramento político sob o encargo dos órgãos pedagógicos das casas legislativas são importantes porque por meio delas

se atende institucionalmente à função primordial do parlamento de garantir o funcionamento democrático do Estado. Obviamente não estamos argumentando que o parlamento seja a única instituição com essa função em um estado democrático, mas sim que é essa a sua função primeira enquanto parte do estado democrático. (COSSON, 2015, p. 25)

A concepção do legislativo como centro irradiador da vida política e democrática de um país, por se tratar de espaço legitimado pelo voto popular e cujas deliberações legitimam a estruturação e implementação de políticas públicas conduz ao entendimento de que o “[...] parlamento tem como função primeira assegurar o funcionamento democrático do país.” Com vistas ao atendimento a essa concepção, na visão de Cosson (2015, p. 29), os parlamentos devem disponibilizar atividades de educação para democracia como uma de suas estratégias para o fortalecimento de sua legitimação popular.

Em sua tese de doutoramento, Cosson aprofundou sua pesquisa junto ao programa Estágio-Visita da Câmara dos Deputados. Embora os resultados da análise não possam simplesmente ser extrapolados para todas as atividades de letramento político que os legislativos desenvolvem, poderão ser úteis servindo de base para o aprimoramento de programas similares desenvolvidos por casas legislativas, bem como subsidiar espaços formais de educação à adoção de medidas dessa natureza, em especial através do estímulo a visitas aos parlamentos.

A utilização do termo “letramento político” vem se espalhando e consolidando no meio das escolas do legislativo, mas “[...] não faltam recusas ou restrições quanto a esse emprego cada vez mais amplo...”, nas palavras de Cosson (2015, p. 36), ao revisar a literatura sobre o tema. Tal oposição se deve ao termo não se referir diretamente à utilização da escrita, por se restringir a denominar certa habilidade ou mesmo por limitar a compreensão de processos mais amplos e que não estejam diretamente ligados à escrita:

Na abertura de um artigo em que desafia os pressupostos dos New Literacy Studies, Gough (1995), por exemplo, questiona a legitimidade desses termos compostos porque vários deles se distanciam da ou deixam de lado a habilidade de ler e escrever, que, conforme a raiz etimológica, seria o centro do conceito de letramento, para se aproximarem ou serem mais bem entendidos como competência, conhecimento ou habilidade em geral.

Gough (1995) apresenta dois sentidos usualmente associados ao termo letramento. O primeiro deles referido à habilidade de ler e escrever; e o segundo, associado à condição de ser educado. Ambos devem ser interligados para que se possa falar do termo letramento em contextos mais amplos. Para Kintgen (1988, p.

154), a facilitação da expansão do termo também se deve à duplicidade de sentido a ele conferido, em especial quando a ele se associa um adjetivo (letramento científico, letramento político, letramento cultural, por exemplo), pois o “[...] peso do campo semântico do letrado como aquele que possui conhecimentos é bem maior do que a relação com a escrita que está na raiz da palavra.”

Essa visão mais ampla do letramento também está expressa na revisão que a UNESCO (2005, p. 21) estabeleceu quanto ao seu próprio conceito inicial de letramento: “Letramento é a habilidade de identificar, entender, interpretar, criar, comunicar e computar, usando materiais impressos e escritos associados com contextos variados”, bem como uma aprendizagem que “... que habilita os indivíduos a alcançar seus objetivos, desenvolver seu conhecimento e seu potencial, e participar plenamente da sua comunidade e da sociedade mais ampla”.

Para Cosson (2015, p. 57-58), não é mais possível desconhecer a ampliação do uso da palavra letramento, inclusive no que tange à diversidade de uso, esclarecendo que uma das maneiras possíveis de reconhecer os diversos usos que se faz do termo consiste em distingui-los em três camadas de sentido: letramento (aquisição ou domínio da leitura e da escrita, associado à alfabetização); letramentos (no plural, em geral associada ao impacto das novas tecnologias e meios digitais, também chamada de multiletramentos ou novos letramentos); por fim, o campo associado ao presente trabalho, que são os letramentos adjetivados ou compostos, enfatizando-se a aprendizagem cultural permanente dentro de um domínio específico designado pelo adjetivo:

Também se destaca a preocupação em integrar conhecimentos a habilidades, competências e ação social, marcando nesses letramentos adjetivados uma posição sempre socialmente engajada. Esses elementos são usualmente descritos em listas ou compõem níveis e graus integrados que buscam favorecer a adoção do conceito em políticas públicas, assim como facilitar que seja medido e avaliado para ser individual e socialmente aprimorado.

Cosson (2015, p. 58-59) adota essa terceira camada de sentido para fundamentar o uso da terminologia de letramento político. Embora não ignore a associação com a escrita, busca a legitimação da palavra “[...] tanto no conhecimento quanto na ação que demanda para sua efetivação.”, além de procurar torná-lo um conceito que seja útil e passível de inclusão em propostas político-pedagógicas e curriculares, embora reconheça o risco de variabilidade ao longo do tempo:

[...] para esses letramentos adjetivados do qual o letramento político faz parte, o termo letramento recobre não mais apenas uma habilidade (de ler e escrever), nem somente uma competência (de produzir sentidos), mas sim e também um processo de conscientização que implica conhecimentos, competências e ações. Além disso, o letramento político não se restringe a uma questão escolar, com foco na aprendizagem da língua materna, nem a uma questão educacional, voltada para a aprendizagem de linguagens, antes incorpora esses aspectos ao se posicionar como uma questão social cujo horizonte de atuação é a aprendizagem cultural dentro de uma determinada sociedade.

Para Cosson (2015, p. 73-77), da mesma forma que o desenvolvimento de competências não se restringe à mera aquisição de conhecimentos acerca do sistema político, o engajamento dos cidadãos não pode se circunscrever ao voto ou à sua participação formal em instituições que compõem o sistema político:

[...] acreditar que o jovem ou o adulto não participa porque desconhece o funcionamento do sistema político e que basta informá-lo sobre esse sistema que ele automaticamente passará a participar da vida pública é uma visão simplificada de uma questão muito complexa. De tudo isso resulta que a competência e o engajamento político podem e devem ser vistos como parte do horizonte em que também se insere o letramento político desde que se tenha clareza sobre em que consiste o letramento e que educação política se deseja promover por meio dele.

Barros e Martins (2016), em artigo que analisou o impacto do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) junto ao comportamento político de jovens participantes, apontaram a existência de perfil diferenciado dos mesmos em termos de maior engajamento em comparação ao jovem brasileiro médio, obtendo relatos que apontam correlação direta entre a participação nas atividades promovidas pelo PJB e sua maior motivação, interesse e acompanhamento da política. Por outro lado, mais do que desinteresse ou apatia política, face às transformações sociais, econômicas e tecnológicas que vêm ocorrendo de forma acelerada, os jovens têm se afastado mais da política institucionalizada (partidos, eleições, voto), mas não da luta democrática, já que formas convencionais de ação política se encontram em processo de tensão permanente com outras modalidades de engajamento e participação social, segundo os mesmos autores.

Outro aspecto citado por ele diz respeito à transformação simultânea que ocorre entre o agente e o objeto, já que a apropriação das práticas sociais decorrentes do letramento político contribui para a mudança das pessoas e comunidades em que se inserem, rumo a uma maior participação na vida política. Muito mais do que o estabelecimento de relações partidárias ou eventual engajamento em uma causa específica, vida política é aqui entendida como a

promoção de práticas, conhecimentos e valores que traduzem e constroem o sentido do viver em comunidade, considerada por Dewey como a própria democracia:

De tal forma que, para nós, o letramento político expressa a apropriação de competências para a manutenção e aprimoramento de uma sociedade democrática (até porque o letramento político em sua plenitude demanda uma liberdade com que os regimes totalitários ou autoritários não podem arcar). (DEWEY apud COSSON, 2008, p. 195)

Defendendo o que chama de “pedagogia do letramento político”, Cosson faz reflexões sobre quais seriam as práticas, conhecimentos e valores necessários à manutenção e aprimoramento da democracia, acompanhando a definição elaborada por Bernard Crick. Tantas quantas são as nomenclaturas e as razões da importância e mesmo da necessidade de se desenvolver ações de educação para a democracia, também existem muitas e diferentes propostas e reflexões associadas aos conteúdos e metodologias passíveis de aplicação. O autor se propõe, a fim de delimitar as possibilidades e convergir para uma proposta, a apresentar o que considera ser uma “pedagogia consensual” voltada ao letramento político, com base em dois estudos seminais nesse campo:

O primeiro desses estudos são, na verdade, dois textos produzidos no âmbito do projeto Educação para a Cidadania Democrática do Conselho da Europa, iniciado em 1997, que reuniu um grupo de especialistas, membros de organizações nacionais e internacionais e representantes de ministérios da educação, com o objetivo de identificar valores e competências relevantes para a cidadania e seu ensino. (COSSON, 2008, p. 195)

Os textos a que ele se refere são “Conceitos básicos e competências fundamentais para a educação para a cidadania democrática”, de François Audigier (2000) e “Estratégias para o aprendizado da cidadania democrática”, de Karlheinz Duerr, Vedrana Spajic-Vrkaš e Isabel Ferreira Martins (2000). Ambos, resultado de discussões ocorridas ao longo do projeto supracitado e que refletiram, de certa forma, o consenso alcançado pelos participantes.

No primeiro texto, o autor reconhece ser complexa e, de certa forma, até mesmo improdutiva a tarefa de elaborar um inventário de competências. Por isso, propõe duas classificações para o que denomina de “competências fundamentais para o exercício da cidadania democrática”:

[...] construção de uma pessoa livre e autônoma, ciente de seus direitos e deveres em uma sociedade onde o poder de estabelecer a lei, isto é, as regras da vida da comunidade que definem a estrutura em que a liberdade de cada uma é exercida, e onde a nomeação e o controle das pessoas que

exercem este poder estão sob a supervisão de todos os cidadãos. (AUDIGIER, 2000, apud COSSON, 2008)

Segundo Cosson, são três as categorias de competências consideradas gerais (cognitivas, éticas ou de escolha de valores e sociais ou capacidades para ação) no campo da educação para a democracia e seus respectivos desdobramentos:

- Cognitivas (competências de natureza legal e política): conhecimentos relativos às regras da vida coletiva e à distribuição de poderes em uma sociedade democrática e suas instituições; conhecimento do mundo atual; competências de natureza procedimental, de argumentação e de reflexão; e conhecimento dos princípios e valores dos direitos humanos e da cidadania democrática;
- Éticas (ou de escolha de valores): diretamente relacionadas à liberdade, à igualdade e à solidariedade;
- Sociais (ou capacidade para ação) – se evidenciam na capacidade de viver e cooperar com os outros, de resolver os conflitos de acordo com princípios democráticos e na capacidade de participar da vida pública.

Outra classificação, apresentada em estudo de Ruud Veldhuis (Audigier, 2000, apud Cosson, 2008), organiza as competências em quatro dimensões, similares, de alguma forma, aos anteriormente citados:

- Dimensão política e legal – trata do conhecimento dos direitos e deveres relacionados à organização política e legal, onde se destacam a participação democrática, o funcionamento do governo e as responsabilidades civis;
- Dimensão social – associada às relações entre os indivíduos e o funcionamento delas na sociedade, incluindo valores, a exemplo da solidariedade, e questões como direitos de minorias e igualdade de gêneros;
- Dimensão econômica – relacionada ao trabalho, ao consumo e ao entendimento de como funciona a economia;
- Dimensão cultural – trata da história e dos valores da comunidade, das representações coletivas e da diversidade cultural.

Para que sejam desenvolvidas tais competências, é necessária uma ampla variedade de métodos e de abordagens pedagógicas, alguns dos quais Cosson relata a partir de estudos feitos por diversos autores. Em outro estudo citado por ele,

é traçado um perfil do que seria um “cidadão competente e responsável”, realçando suas qualidades:

Tal cidadão é informado e atento, devendo conhecer a história e o funcionamento da democracia americana, ter consciência das questões públicas, discernimento e espírito crítico, além de ser socialmente tolerante. É uma pessoa que tem interesse em participar da sua comunidade, seja contribuindo para e trabalhando com grupos organizados pela sociedade civil no serviço público, seja com fins de integração social, política, religiosa e cultural. Também atua politicamente, o que demanda habilidades, conhecimento e compromisso com as questões públicas, envolvendo os direitos e os deveres da cidadania, tais como protestar e votar. É, por fim, um cidadão com virtudes morais e cívicas, capaz de equilibrar seus interesses com a busca do bem comum e reconhecer a importância de seus deveres cívicos, além de ser socialmente responsável e confiante que sua ação cívica e política faz a diferença. (THE CIVIC, 2003, p. 12, apud COSSON, 2008, p. 193)

Para dar conta desse perfil de cidadão consciente, participativo e responsável, no relatório “A missão cívica das escolas”, produzido pelo Center for Information and Research on Civic Learning and Engagement e pelo Carnegie Corporation of New York e publicado em 2002 (The Civic, 2003, p. 23-28), são apresentadas seis estratégias e abordagens metodológicas que colaboram para a consecução dos objetivos ditados pela educação cívica:

- 1) Fornecer conceitos e informações sobre a democracia, a estrutura de governo, o sistema legal e as leis, isto é, o ensino formal do sistema político em que se vive;
- 2) Discussão em sala de aula de questões atuais de ordem local, nacional ou internacional, em especial as que sejam de maior interesse pelos estudantes, disponibilizando espaço organizado, aberto e seguro para a expressão de perspectivas e opiniões divergentes;
- 3) Proporcionar aos estudantes a possibilidade de praticarem o aprendizado obtido em sala de aula através da atuação em serviços comunitários, em que a aprendizagem dos conteúdos ocorra também por meio da prática reflexiva, com alunos atuando em projetos desenvolvidos ou escolhidos por eles mesmos;
- 4) Oferta de atividades extracurriculares que propiciem ao estudante maior envolvimento com sua escola e sua comunidade;
- 5) Encorajamento da participação dos estudantes na gestão escolar;

- 6) Participação dos estudantes em simulações de mecanismos e procedimentos democráticos, como acontece em jogos em que assumem papéis de personagens diversos, realizem votações simbólicas etc.

Após citar outras experiências e esclarecendo não ter a intenção de realizar escolhas entre uma possibilidade ou outra, mas sim apontar a existência de um caminho que ele próprio considere mais adequado para ser seguido, seja integralmente ou por meio das adaptações necessárias, Cosson propõe indicar às escolas do legislativo conteúdos e metodologias disponíveis para a construção de uma pedagogia do letramento político. Para tanto, considera existir um consenso em torno de um triângulo pedagógico, uma espécie de sustentáculo, com os seguintes vértices:

- 1) Conhecimentos sobre a democracia, governo democrático, organização política, instituições e seu funcionamento, a Constituição, direitos e deveres da vida em comum, ou seja, conhecimento sobre como o poder se distribui, organiza e funciona;
- 2) Valores, atitudes e práticas que sustentem e favoreçam a vida democrática, dentre os quais se destacam a tolerância (respeito pela diferença), a igualdade, a equidade (senso de justiça), a liberdade e solidariedade;
- 3) Práticas sustentadas em habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento do pensamento crítico, da participação decisória, da resolução pacífica de conflitos.

Ele considera que a apropriação desse triângulo ocorra por meio da justaposição com outro, que contenha como vértices as exposições, análises e experiências associadas à temática e proporcionadas pelas escolas do legislativo, potencializando, com isso, o sucesso dos programas de letramento político. E será exatamente nessa direção que desenvolverei a próxima etapa do presente trabalho: as escolas do legislativo como lócus privilegiado para o desenvolvimento de ações de letramento político⁸.

⁸ Há outras modalidades de incentivo à educação democrática no país, dentre as quais se destaca o movimento Politize!, que mantém site institucional com conteúdo de muita qualidade e com diversas programações de formação política. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

2.5 Escolas do legislativo como lócus de letramento político

Através de sua publicação *Escolas do Legislativo*, *Escolas de Democracia*, Cosson (2008) buscou alcançar dois grupos de pessoas: servidores do Legislativo e todos aqueles interessados pelo ensino em espaços não escolares e na educação para a democracia. Apresentando panorama sobre o funcionamento das escolas à época em que o livro foi publicado, disponibiliza ainda informações e análises detalhadas acerca das questões que ele considera centrais a tais iniciativas e que requerem maior atenção dos seus responsáveis, auxiliando sobremaneira na compreensão da relevância das mesmas para o fortalecimento da democracia brasileira. Destacando a missão pedagógica das escolas do legislativo, a publicação discorre sobre a importância do letramento político para o desenvolvimento cívico e cidadão da população, instrumentalizando-a a intervir com maior qualidade e consciência no sistema democrático em que vivemos:

Se dirigido formalmente aos servidores dos inúmeros legislativos do país e a tantos quantos se interessam pelo ensino em espaços não escolares e pela educação para a democracia, a rigor o texto em seu todo é uma resposta ao que Norberto Bobbio, em seu já clássico *O futuro da democracia*, denominou de promessa não cumprida com respeito à educação para a cidadania. (CURY apud COSSON, 2008, p. 9)

Além de apresentar informações detalhadas sobre a constituição e funcionamento das escolas do legislativo no país, mais precisamente as escolas vinculadas às assembleias legislativas, Cosson oportuniza aos seus leitores o contato com outras iniciativas advindas da sociedade civil e que comungam com as escolas do legislativo no sentido de contribuir para fortalecer a democracia preparando, desde cedo, adolescentes e jovens para a importância das instituições democráticas. Ele conceitua escolas do legislativo como sendo todas aquelas entidades que sejam mantidas ou formalmente ligadas ao Poder Legislativo e “[...] que tenham como finalidade a formação, capacitação e o desenvolvimento dos recursos humanos alocados nas respectivas Casas Legislativas”:

Daí a importância que tais escolas possuem ao buscar sensibilizar os jovens para o conhecimento das práticas legislativas e sua importância para a vida democrática, para a aceitação do conflito e para a busca dialógica da negociação e do consenso. Tais escolas do legislativo, como órgãos educacionais não escolares do próprio Legislativo, podem se tornar escolas de democracia se aceitarem que seus alunos possam vir a ser educadores dos educadores. (CURY apud COSSON, 2008, p.10)

As escolas do legislativo não são um fim em si próprias, pois requerem capacidades cognitivas prévias, as quais cabem à educação escolar propiciar em conjunto com outras iniciativas. Mas, no que tange à compreensão do papel dos legislativos na sociedade, o conhecimento do sistema político, o acompanhamento do trabalho do seu representante, entre outros aspectos, as escolas do legislativo têm potencial para desempenhar papel estratégico, podendo contribuir para diminuir ou mesmo eliminar o desconhecimento sobre o sistema político:

A ignorância é o pior dos algozes, pois aprisiona, por entorpecer o sujeito e lhe tirar o discernimento. A ignorância pode ser comparada, também, à cegueira. Assim, a priorização da educação do povo brasileiro, combinando iniciativas voltadas para o aumento da escolaridade média nacional com ações focadas na educação para a cidadania, apresentará impacto significativo na qualidade da participação popular. Mudanças nessa qualidade da participação, por sua vez, produzirão efeito na qualidade da representação, o que refletirá, finalmente, na qualidade da democracia. (CINNANTI, 2011, p. 93)

Para Marques Jr. (2009, p. 74), a educação legislativa consiste em ação deliberada, consciente e organizada do parlamento visando capacitar e qualificar a atuação dos diversos agentes envolvidos no processo de representação popular através do voto, bem como fortalecer possibilidades de participação democrática, seja do ponto de vista da própria instituição parlamentar, quanto da sociedade. Para ele, ações com esse condão vêm ganhando força e obtendo resultados ao longo dos últimos anos, tanto devido ao crescente reconhecimento e popularização do papel educativo exercido pelo parlamento, além das tradicionais funções de legislar e fiscalizar o Executivo, quanto pela “[...] criação, consolidação e ampliação, no âmbito dessas casas, de órgãos e setores voltados para o exercício efetivo dessa missão pedagógica [...]”.

Cosson (2008, p. 13) reforça esse entendimento, ao escrever que “Em face desse rápido crescimento e da abrangência do novo sistema educacional, o tema da educação legislativa se tornou muito mais complexo e desafiador”. Para ele, os questionamentos começam com o que é de fato e o que faz uma escola do legislativo, já que as mesmas se apresentam, pelo menos parcialmente, de forma similar às escolas de governo, visando à formação e aperfeiçoamento de servidores, as quais desenvolveram histórico mais amplo na administração pública do país. De certa forma, para Cosson, elas se constituíram complementarmente às escolas de governo, previstas inclusive no § 2º do art. 39 da Constituição Federal e criadas junto ao Executivo visando basicamente à capacitação de servidores e quadros

profissionais, cuja precursora no Brasil foi a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), implantada em 1986.

Entretanto, dela se diferem pela existência de diversas atividades que transcendem o perfil típico de um órgão de formação puramente técnica, constituindo uma nova função, que é a de “aproximar o Legislativo da sociedade e trabalhar para o fortalecimento da democracia por meio da educação política.” (COSSON, 2008, p. 14). Como exemplo, ele cita texto constante da apresentação da Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais: “A Escola do Legislativo nasceu da necessidade de aprofundar o saber sobre as práticas políticas, sustentáculo da democracia e do aprimoramento do conceito de cidadania. [...]”.

Constatamos, portanto, que as escolas do legislativo possuem papéis relevantes em pelo menos duas vertentes essenciais à democracia participativa: a aproximação entre representantes (eleitos) e representados (eleitores) e a busca de maior qualificação da própria instituição. Cosson (2008, p. 100) aprofunda a análise quanto à necessidade dessa aproximação, justificando-a tanto em termos da crise da representação, que leva os cidadãos a se distanciarem do mundo político e até mesmo a negarem legitimidade às eleições pela recusa da participação no processo, o que pode ser confirmado em notícias recentes, quanto em termos da imagem negativa do Parlamento oriunda de escândalos em que se envolvem os parlamentares:

Independentemente do diagnóstico, o consenso é que se faz necessário estreitar os laços entre a sociedade e o Legislativo. As soluções buscadas passam pela criação de mecanismos de participação direta da população nos trabalhos parlamentares, como é exemplo a multiplicação nas diversas casas legislativas das comissões de participação popular, as quais oferecem aos cidadãos a oportunidade de encaminhar diretamente proposições legislativas; e, no caso das escolas do legislativo, pela promoção de programas educativos voltados para o público escolar, como acontece com a visita guiada em que uma turma de alunos visita a casa legislativa e, além de conhecer as instalações, recebe preleções sobre sua história, missão e regras de funcionamento, podendo incluir a participação de parlamentares.

Para o autor, de todas as iniciativas desenvolvidas no âmbito das escolas do legislativo, uma das que melhor cumpre o papel de promover a educação para a democracia é o Parlamento Jovem, já que conduz os participantes a viverem concretamente o papel do parlamentar, desmistifica o Legislativo e o mundo político para seus participantes e aqueles que lhes são próximos (familiares e amigos):

De fato, ele permite que o jovem experiencie, como parlamentar, e construa, como cidadão, um saber próprio sobre a necessidade de cooperação e de diálogo como práticas sociais, incorporando os valores do autogoverno de uma comunidade dentro dos princípios de liberdade e igualdade de todos os seus membros [...] (COSSON, 2008, p. 121-122)

Embora não seja determinante, verifica-se em alguns parlamentos a atuação conjunta das escolas do legislativo com os parlamentos jovens, o que pode contribuir para a obtenção de resultados mais significativos no que tange à formação de novas lideranças e à melhor compreensão de como funciona o sistema político brasileiro. A esse respeito, retornaremos ao longo do presente trabalho.

Relatando experiências anteriores da busca de formação cidadã, incluindo a disponibilização do ensino sobre a Constituição brasileira e de disciplinas específicas sobre a História e Organização Social e Política do Brasil, até chegar à Educação Moral e Cívica proposta pelo regime militar em 1969, Cury afirma que:

O silenciamento da política em bases democráticas, a censura ao espírito de crítica e a impossibilidade de socialização no eixo da cidadania produziram um vácuo geracional e induziram muitos dos nossos jovens a substituir a política pelo consumo, a vida societária pela vertente do indivíduo possessivo. Desse vácuo, pode-se apontar a emergência de uma espécie de degeneração da vida política que atingiu parte de nossa história política atual. (CURY apud COSSON, 2008, p. 10)

Importa recordar o esforço desenvolvido pelo regime militar no período da ditadura iniciado em 1964, com o objetivo de doutrinar professores e alunos através do ensino de moral e cívica, concebido como orientação do Estado brasileiro regido por militares e direcionada aos fins almejados por ele:

Trata-se da condição de doutrinar corretamente, primeiro o professor, e depois, através deste, o aluno; o que se torna realmente uma difícil tarefa em um país polarizado por lutas políticas e ideológicas divergentes, entre setores da extrema esquerda (estudantes, sindicatos, ligas operárias) – embora nesse momento, início da década de 1970, em sua grande parte silenciada - e da extrema direita (militares e empresários). (ABREU & INÁCIO FILHO, 2006, p. 130)

Desse estado de desalento, significativamente aprofundado nos últimos anos em nosso país, é que advém a importância de que as escolas dos legislativos e outras iniciativas de educação para a democracia sensibilizem adolescentes e jovens para que conheçam as práticas legislativas, sua importância para a vida democrática, para a compreensão e aceitação do conflito, do dissenso, e da busca dialógica da negociação e do consenso.

Cury cita ainda que, ao longo do estudo de Cosson, também serão apresentadas experiências internacionais que insistem em buscar, pela via democrática, a importância e respeito às eleições livres, ao debate travado pelos parlamentos, à participação do cidadão nos espaços de políticas públicas, em especial no Poder Legislativo:

Todas essas experiências, nacionais ou internacionais, caminham no sentido do alargamento da participação dos cidadãos nos destinos maiores de seus países em cujo processo terá que haver uma aproximação virtuosa entre o Legislativo e a sociedade. Uma aproximação que os legislativos protagonizam reclamando a presença dos cidadãos em seus espaços, ampliando sua atenção e não temendo que, por esse gesto, os parlamentos se pensem a fim de que não sejam pensados por outros [...] (CURY apud COSSON, 2008, p. 12)

Para Cury, a introdução da prática democrática no dia a dia da sociedade juntamente com princípios de transparência, ética e cidadania a eles necessários, se constituirá na prova prática através da qual nosso país poderá, mais do que destruir ou evitar autoritarismos, desenvolver vida democrática pulsante e em novas bases. Ribeiro (2011, p. 101), por sua vez, entende que reconhecer a função educativa do Parlamento impõe a tarefa de construção de “[...] estratégias para a socialização do conhecimento produzido durante o processo legislativo para informar as decisões.”

Quais seriam então as principais contribuições a serem oferecidas por tais escolas no campo da educação para a democracia, majoritariamente estruturado e focado na educação formal, pergunta o autor do trabalho. Na definição do que são as escolas do legislativo, já se encontra pelo menos parte da resposta. Cosson (2008, p. 19) as vê como um “sistema de ensino” do Legislativo brasileiro, compreendendo órgãos vinculados ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Tribunal de Contas da União, dos estados e municípios, à Câmara Distrital e às assembleias legislativas dos vinte e sete estados da federação, além de cerca de 120 escolas legislativas vinculadas a câmaras municipais⁹. Quem articula esse sistema de ensino nacionalmente é a ABEL, que trabalha pela integração dos diversos organismos e iniciativas em curso no país, por meio de encontros anuais, e com o apoio do Interlegis¹⁰. Dados disponibilizados pela Associação apontam a

⁹ Levantamento realizado junto ao site oficial da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel). Disponível em: <<http://www.portalAbel.org.br/escolas/escolas-de-camaras-municipais>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

¹⁰ Programa do Senado Federal que desenvolve ações voltadas à integração e modernização dos parlamentos brasileiros, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para informações adicionais, acesse <http://www.interlegis.leg.br/>.

seguinte distribuição de escolas do legislativo municipal pelos diversos estados da federação:

Tabela 1 – Distribuição das escolas do legislativo municipais brasileiras por estados da federação

Estado	Quantidade
Acre	1
Amapá	1
Amazonas	1
Bahia	2
Ceará	2
Espírito Santo	3
Mato Grosso	2
Mato Grosso do Sul	2
Minas Gerais	46
Pará	1
Paraíba	2
Paraná	3
Pernambuco	3
Piauí	1
Rio de Janeiro	3
Rio Grande do Norte	2
Rio Grande do Sul	5
Rondônia	1
Roraima	1
Santa Catarina	9
São Paulo	28
Sergipe	2
	121

Fonte: ABEL (2018)

Percebe-se forte concentração de escolas do legislativo municipais nos estados de Minas Gerais e São Paulo, perfazendo cerca de 60% do total de escolas existentes. Minas, berço do movimento das escolas do legislativo no país e Estado com a maior quantidade de municípios no país, conta com 38% do total de escolas municipais. E São Paulo, segundo no ranking com maior número de municípios, responde por 23% do total de escolas do legislativo municipais.

Importante destacar que o primeiro encontro nacional das escolas ocorreu em 1999, promovido pela Escola do Legislativo de Pernambuco, quando foram então compartilhadas experiências entre estas duas escolas e também a de Santa Catarina e do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará. Uma das deliberações deste primeiro encontro foi justamente estimular e apoiar a criação de novas escolas do legislativo em todos os estados da federação. No ano de fundação da ABEL, 2003, havia onze assembleias legislativas com escolas criadas e sete efetivamente instaladas. Mais doze escolas foram criadas

entre 2003 e 2006 e, anos depois, todas as demais assembleias legislativas passaram a contar com escolas em suas estruturas. Para Cosson (2008, p. 14), o tema da educação legislativa se tornou complexo e desafiador no país em função do crescimento vertiginoso destas escolas e um dos potenciais motivos para esse crescimento expressivo parece estar associado à necessidade de uma maior aproximação do parlamento com a sociedade, tanto em função da “crise da representação com a baixa participação política nos regimes democráticos, [...] quanto à tentativa de resgate da imagem do Legislativo, fragilizada por escândalos recorrentes.” (Cosson, 2008, p. 67).

No que tange à crise da representação política, na visão de Marques Jr. (2009, p. 75), quanto mais complexa se torna a sociedade, menos funciona o tradicional modelo de democracia representativa, por motivos diversos: ele dificulta a detecção de demandas e interesses nos intervalos entre as eleições e distancia o eleitor do representante, afastando-o dos processos deliberativos. São requeridas novas formas de revalorizar a democracia participativa, através da “[...] crescente adoção de inovações institucionais, por parte dos diferentes poderes e esferas governamentais, no sentido da participação da sociedade no processo legislativo e decisório.” Outrora considerados como excludentes, democracias representativa e participativa devem ser vistas como dois lados de uma mesma moeda: instrumentos que objetivam maior envolvimento do cidadão, do representado, com o interesse público.

Para conhecimento do público em geral sobre as estruturas voltadas à formação existentes hoje no parlamento brasileiro, apresento sinteticamente considerações de Cosson a esse respeito. Ele relata que, embora não possua uma escola do legislativo nas configurações tradicionais, a Câmara dos Deputados desenvolve diversas ações educacionais voltadas à cidadania política e formação de profissionais para os legislativos, principalmente por meio do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento (CEFOR). Já o Senado Federal dispõe de três órgãos ligados à área de ensino, parcialmente superpostos, segundo Cosson: Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Universidade do Legislativo (Unilegis) e Interlegis. Ele cita ainda o Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, que, além das atividades de formação profissional, também possui escola de fiscalização e controle, museu, biblioteca e arquivo.

Como o foco do presente trabalho consiste na identificação da atuação das escolas do legislativo como promotoras de princípios democráticos na sociedade brasileira, apresentarei brevíssimo resumo acerca da arquitetura institucional descrita por Cosson em seu trabalho. Antes, porém, cabe destacar a visão de que seria pré-condição para a educação voltada à cidadania a universalização da escolaridade, partindo-se do pressuposto de que cidadãos melhor educados apresentariam, por consequência, maior predisposição à participação social (SOBRAL apud COSSON, 2008, p. 68).

Voltando à infraestrutura das escolas do legislativo, à época da realização dos levantamentos necessários à estruturação do seu trabalho, o autor detectou que a maioria delas possuía pelo menos uma sala de aula para o desenvolvimento de suas atividades de formação, embora existissem também as que estivessem funcionando em prédio próprio ou ocupando andar inteiro, como é o caso da Escola do Legislativo ligada à Assembleia do Rio de Janeiro. Segundo Cosson (2008, p. 22), a conquista de uma sala de aula costuma ser a primeira ação de uma escola após a sua criação, o que significa forte efeito simbólico de identificação por representar o locus pedagógico da escola.

Outros aspectos que constituem a base de estruturação de uma escola do legislativo, além do espaço físico, são suas regras de organização e funcionamento (lei de criação e regimento com as normas de funcionamento); a disponibilização de recursos orçamentários e financeiros; o projeto político-pedagógico, em que constem conceitos e trilhas de conhecimento a serem adotados pela escola; e a disponibilidade de profissionais para atuarem na mesma. Na pesquisa realizada, Cosson identificou que 2/3 das escolas possuíam regras de funcionamento e 1/3 detinha projeto político-pedagógico ou, pelo menos, planejamento das atividades:

A facilidade de definir o funcionamento administrativo e a dificuldade em definir os pressupostos educacionais parece indicar que as escolas do legislativo tendem a não se preocupar com as questões pedagógicas maiores do que as que envolvem as suas atividades cotidianas. Também se pode concluir que isso acontece porque funcionam efetivamente mais como órgãos de recursos humanos alçados à categoria de escolas do que como instituições de ensino propriamente ditas. (COSSON, 2008, p. 22)

Mas ele próprio também pondera que, além do fato de serem iniciativas relativamente recentes, uma das possíveis explicações para o baixo índice de existência de projetos político-pedagógicos nas escolas do legislativo seria a própria dificuldade de formalizar fundamentos pedagógicos de uma proposta educativa que

ainda se encontrava em processo de construção. Em encontros promovidos pela ABEL ao longo da década passada, foram apresentadas algumas propostas de construção de projeto político-pedagógico, o que sinalizou estarem seus responsáveis conscientes da “importância de registrar seus princípios e práticas pedagógicas em um documento, mas que, para uma grande parte delas, ainda não chegou o momento de tal formalização” (Cosson, 2008, p. 23). Essa é uma das perguntas que serão feitas no âmbito do presente trabalho: se as escolas do legislativo municipais possuem projeto político-pedagógico para nortear as suas ações, principalmente verificando se questões relativas ao ensino da democracia fazem parte do seu escopo.

Com o fito de interferir positivamente na forma como a sociedade interage com o sistema político, o público-alvo mais importante de uma escola do legislativo é o seu corpo discente. No levantamento realizado, Cosson (2008, p. 29) aponta que ele se compõe tanto de servidores quanto de público externo. Em relação aos primeiros, trata-se basicamente de ações voltadas à formação, treinamento e capacitação, ou seja, ações de desenvolvimento dos profissionais que atuam diretamente no legislativo. Já os alunos externos se dividem em três grupos. O primeiro deles se constitui basicamente do público escolar, já que parece haver um consenso de que as escolas do legislativo devem procurar manter relação de proximidade com alunos do ensino básico e superior, com vistas a suprir a carência de informações qualificadas sobre as atividades do parlamento para tal público, considerado fundamental para a mudança dos ânimos da população com a política, por estarem, em tese, mais abertos à busca pela informação e conhecimento;

Um segundo corpo discente das escolas do legislativo (vinculadas às assembleias legislativas, objeto da pesquisa de Cosson) se constitui por servidores de outras instituições, principalmente integrantes de legislativos municipais, já que, a exemplo dos tribunais de contas dos estados, que atuam como órgãos auxiliares dos legislativos municipais, as assembleias legislativas também o fazem no que se refere às escolas do legislativo. Isso ocorre tanto em função do próprio objetivo de boa parte das escolas quanto pelas ações de integração e modernização dos parlamentos, empreendidas pelo Interlegis.

Já o terceiro grupo é constituído pelo público que participa de eventos promovidos pelas escolas do legislativo e abertos à sociedade, sem uma clara identificação de perfil. Há ainda atividades feitas, em geral sob demanda específica,

voltadas a associações e sindicatos. Embora quantitativamente ainda não sejam representativos, do ponto de vista qualitativo, no que tange à busca do fortalecimento da democracia, devem ser considerados e por isso também deverão ser objeto de nossa pesquisa, quanto à participação nas atividades promovidas pelas escolas.

No que se refere aos seus principais objetivos, com base na pesquisa realizada por Cosson (2008, p. 30) junto a documentos de criação e funcionamento (resoluções legislativas, regimentos internos, projetos político-pedagógicos), foram condensados em oito os principais objetivos que norteiam as ações das escolas: (i) formação escolar para servidores e parlamentares, (ii) treinamento e desenvolvimento visando à qualificação de servidores, (iii) produção de conhecimento por meio da realização de pesquisas direcionadas ao trabalho legislativo, (iv) integração intrainstitucional visando adaptar o servidor ao legislativo, (v) aproximação social ¹¹, (vi) intercâmbio de informações e experiências interinstitucionais, (vii) divulgação das atividades e estudos realizados e, por último, (viii) o papel de assessoria, em geral às comissões temáticas ou técnicas do parlamento.

Para o autor, esses oito objetivos podem ser condensados em três grandes funções delineadoras da educação legislativa: 1) capacitação de servidores; 2) produção e divulgação de conhecimento sobre o Legislativo e 3) **promoção da democracia por meio da aproximação e integração do Legislativo à sociedade** (grifo meu). É sobre esse terceiro enfoque que será desenvolvida minha pesquisa de campo com o objetivo de buscar informações acerca de sua efetividade e seu potencial de interferência positiva no fortalecimento de princípios democráticos em nossa sociedade. Para Cosson, a função de promoção da democracia leva as escolas a ampliarem suas atividades rumo à sociedade, incluindo a educação para a cidadania como uma de suas missões. Ele cita o exemplo da Escola do Legislativo do Rio Grande do Sul, que inclui dentre seus objetivos o “estímulo a uma cidadania crítica e participativa, por meio de ações que aproximam a sociedade do Poder Legislativo Estadual”.

¹¹ Do ponto de vista do objetivo de nosso trabalho, a aproximação social se reveste da mais alta importância, pois é através dela que se estabelecem contatos e se permite o acesso da sociedade às ações da escola e do próprio legislativo, incluindo o desenvolvimento de programas de ensino voltados à formação e qualificação de lideranças comunitárias e políticas, segundo Cosson (2008, p. 31).

Das principais atividades desenvolvidas pelas escolas do legislativo no segmento da educação para a democracia, destacam-se as visitas orientadas e o Parlamento Jovem, também chamado de “Deputado por um dia”. As visitas costumam ser precedidas da disponibilização de material didático produzido para o encontro e posterior acompanhamento. Em algumas das iniciativas, os visitantes podem conversar com deputados e discutir questões de seu interesse. Trata-se de ações das mais importantes na direção do fortalecimento da cidadania e democracia:

O projeto Parlamento Jovem ou Deputado por Um Dia é, talvez, uma das mais disseminadas ações de educação para a cidadania do Parlamento brasileiro, antecedendo em vários casos a criação das escolas¹² e delas sendo independente, ou seja, a despeito de seu caráter eminentemente educacional é realizado por outro órgão da assembleia. (COSSON, 2008, p. 39)

Caracterizado por se tratar de um evento de porte no âmbito legislativo, envolve, na maioria dos casos, estudantes do ensino médio, mas também há várias experiências com alunos dos últimos anos do ensino fundamental. Iniciado com a seleção de estudantes junto às escolas, tanto públicas quanto particulares, de um dado estado ou município, o projeto tem sua continuidade por meio da promoção de cursos, palestras e debates, estruturação de projetos, visitas e conversas com os parlamentares, entre outras iniciativas, culminando com a posse dos jovens deputados ou vereadores. Durante esse dia, eles atuam como se fossem os próprios parlamentares, elegendo mesa diretora e comissões técnicas, debatendo e votando proposições que posteriormente são encaminhadas aos parlamentares “seniores” para análise e possível aproveitamento. Independentemente do modelo e da dimensão do projeto, ele oferece uma modalidade privilegiada de inclusão dos estudantes no ambiente parlamentar, na opinião de Cosson.

A maioria das escolas pesquisadas por ele (cerca de 70%) também realizam atividades externas, principalmente palestras em estabelecimentos de ensino regular, cujo conteúdo básico se refere ao Poder Legislativo em suas várias características e nuances, em especial os direitos e deveres dos cidadãos. Entretanto, apenas cerca de 1/3 delas realizava atividades com os mesmos conteúdos para a sociedade em geral. Uma iniciativa bastante interessante,

¹² Foi exatamente o que ocorreu na Câmara Municipal de Nova Friburgo: inicialmente foi aprovado o projeto de criação da Câmara Jovem e, anos depois, a Escola do Legislativo. Ambos, por minha iniciativa.

destacada pelo autor, é o projeto Fala Jovem, da Escola do Legislativo de Santa Catarina: durante uma hora, dois deputados são questionados por cem estudantes universitários, acerca das ações do Legislativo. Isso propiciou a construção de nova ponte entre os jovens catarinenses e o parlamento, permitindo a livre expressão diretamente a representantes estaduais.

Essa opção de dirigir suas ações para estudantes revela, segundo Cosson (2008, p. 69), que a educação para a cidadania política também é vista como uma espécie de complementação dos estudos formais, o que inclui a escola tradicional como um dos lócus adequados para que se desenvolva uma maior compreensão do funcionamento e da importância dos parlamentos para a democracia.

Igualmente importante no estreitamento da relação entre parlamento e sociedade é a produção e divulgação de conhecimento sobre o papel e ações do Legislativo, já que se encontra generalizada na sociedade uma compreensão restrita e limitada acerca das funções legislativas, o que objetivam e como funcionam os parlamentos:

De fato, em um mundo em que as ações políticas se fragmentam e se dispersam entre atores tão diversos quanto as empresas multinacionais e as organizações não governamentais, o Legislativo passou a ser visto como uma entidade corporativa que defende apenas seus próprios interesses. (COSSON, 2008, p. 45)

São necessárias, portanto, ações de desconstrução dessa imagem, clarificando o papel dos parlamentos na construção e fortalecimento da democracia. Não é à toa, por exemplo, que são fechados os parlamentos quando se iniciam as ditaduras e seus regimes autoritários. Integra ainda esse objetivo a própria necessidade de que os parlamentos construam sua agenda específica de discussão e, com isso, venham a fortalecer sua ação legislativa, fiscalizatória e democratizadora, por meio dos dados, estudos e indicadores que tiverem levantado e consolidado a partir das pesquisas realizadas. Para Cosson, a produção de dados e a consequente organização e análise das informações devem ser assumidas pelo próprio Legislativo e não somente pelo meio acadêmico ou pelo próprio Poder Executivo, levando a cabo a máxima que diz ser necessário às próprias instituições que se pensam, para que não venham a ser pensadas por outros.

Já no que se refere ao papel de promoção da democracia e de aproximação da sociedade ao parlamento, Cosson pondera que, mesmo parecendo paradoxal, já que o papel do Parlamento numa democracia representativa é exatamente o de

representar a sociedade e isso, por si, deveria estar fundamentado na proximidade entre representantes e representados, ela deve ser buscada na tentativa de reverter a tão difundida percepção de profundo desgaste da imagem do Legislativo, já citada anteriormente. Mesmo sendo considerado o poder mais próximo da sociedade, em especial se comparado ao Executivo e Judiciário, tanto pela legitimidade advinda de sua renovação periódica por meio do sufrágio universal, quanto pelas demais regras estabelecidas em regimes democráticos, é crescente a percepção negativa decorrente de diversos escândalos que envolvem diretamente os parlamentares. Isso contribui para os baixíssimos índices de confiabilidade obtidos pelos atores participantes do sistema político brasileiro (partidos, parlamentos, representantes) nas pesquisas de opinião.

As escolas do legislativo podem contribuir para o resgate da imagem dos parlamentos, permitindo uma interação mais direta junto à sociedade por meio de diversos programas educativos, já citados anteriormente. Entretanto, independentemente da relatada questão da imagem, Cosson considera como sendo primordial a função do Parlamento na promoção e fortalecimento da democracia:

Aqui é importante compreender que as ações de educação para a democracia são necessárias não porque a imagem do Parlamento seja negativa ou porque nosso sistema político não funciona como em outros países ou como se desejaria, mas simplesmente porque, em primeiro lugar, trata-se de educação, ou seja, uma ação permanente de aprendizagem e, depois, porque a democracia não é algo acabado ou pronto; ao contrário, a democracia, como mostra a história de suas vicissitudes, reconstrói-se e precisa ser repensada de acordo com cada sociedade. (COSSON, 2008, p. 46)

Cosson prossegue em sua análise afirmando que não se trata de negar as possíveis fragilidades do sistema político brasileiro, mas sim que existe uma tarefa bem maior do que fazer com que os parlamentares compreendam o próprio poder que constituem e que evitem se perder em práticas viciadas de representação política. E essa tarefa, a educação para a democracia, compreende função vital para o Legislativo, tanto quanto legislar e fiscalizar. Suas ações não devem ser consideradas como meros paliativos ou atalhos para minimizar desgastes de um parlamento que funciona inadequadamente, mas sim como elemento institucional básico, do qual proceda sua força e relevância.

Mais do que contornar ou desconsiderar o que se considera negativo ou mesmo deficiente no funcionamento parlamentar, incorporar tais elementos na reflexão necessária ao cumprimento “da missão de construir permanentemente, uma

sociedade de liberdade e justiça para todos, que é o que define hoje um país democrático” e, em função disso, a educação para a cidadania política, parece encontrar um lugar adequado nas escolas do legislativo: “Às escolas do legislativo cabe colaborar ativamente em tal função desenvolvendo programas educacionais de letramento político e abrindo novos canais de interação entre o Parlamento e a sociedade.” (COSSON, 2008, p. 46).

Uma das iniciativas apontadas por Cosson (2008, p. 82), e que vai ao encontro da proposta do desenvolvimento democrático e de fortalecimento da cidadania, advém do Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais), fundado em 1987. Dentre as ações empreendidas pela instituição, destacam-se o projeto Escola de Cidadania, voltado à formação de lideranças sociais, educadores populares e conselheiros de políticas públicas e gestores públicos, respectivamente intitulados de Programa de Formação de Lideranças Sociais, Programa de Formação de Educadores para a Cidadania e Programa de Democratização da Gestão Pública. A ideia central dos projetos é a capacitação e qualificação de atores da sociedade civil que possam intervir qualitativamente em suas cidades, por meio de projetos educacionais estimuladores do exercício da cidadania ativa e na formulação de políticas públicas que contribuam para a distribuição de riqueza e poder.

Para tanto, são oferecidos seminários, palestras e cursos. Já as oficinas são oferecidas como treinamentos destinados ao desenvolvimento de habilidades necessárias à atuação de líderes e demais atores dos movimentos sociais e englobam conteúdos como organização de reuniões, comunicação oral, elaboração de projetos, entre outros. E os seminários aprofundam a formação dos agentes por meio da análise de questões estudadas pelo Instituto, sendo citado como exemplo o Ciclo São Paulo, Que Cidade é Essa?, o qual objetiva apresentar uma imagem integrada da metrópole paulista e seus respectivos problemas. A Escola de Cidadania também desenvolve parcerias com entidades internacionais, dentre as quais se destacam a Fundação Ford (EUA) e a Oxfam (Inglaterra).

Para Cosson (2008, p. 83), a existência de instituições e iniciativas dessa natureza sinaliza a efetivação de um novo modelo de relações entre o Estado e a sociedade, em especial no que se refere à construção de possibilidades de aprimoramento das condições sociais da população por meio do fortalecimento do ambiente democrático no país. Isso porque são entidades que atuam com os

mesmos pressupostos de fiscalização da gestão e organização do Estado, papel central do Legislativo, ampliam os canais de cidadania política e ainda reforçam a participação dos cidadãos na vida pública:

Não é difícil, portanto, perceber que, ao lutar pela construção de uma democracia verdadeiramente participativa, o trabalho delas se identifica com a função de promover a democracia e desenvolver a cidadania política das escolas do legislativo. É esse papel essencial que as escolas do legislativo precisam incorporar para além do público escolar em suas atividades de aproximação do Legislativo com a sociedade. As práticas dessas entidades mostram que tal ampliação não é apenas possível, mas também necessária. (COSSON, 2008, p. 83)

Cosson também aborda o papel desempenhado por institutos e fundações político-partidárias na formação da cidadania política e na educação para a democracia, cuja existência está prevista em lei, mais precisamente no inciso IV, do artigo 44, da Lei Federal nº 9096/1995¹³, que instituiu o fundo partidário. Trata-se de instituições que realizam atividades de natureza educativa, alinhadas aos princípios filosóficos, ideológicos e programáticos das agremiações partidárias, mantendo sites e perfis em redes sociais que facilitam o acesso a materiais como estatutos, resoluções, atuação de parlamentares e executivos filiados à legenda, além de debater temas contemporâneos da sociedade brasileira.

Cosson cita a Fundação Ulysses Guimarães, o Instituto Teotônio Vilella e a Fundação Perseu Abramo, vinculadas respectivamente ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT), as três maiores agremiações partidárias brasileiras, além dos demais institutos existentes no país. Para Cosson (2008, p. 86), ainda que a maioria dos institutos e fundações político-partidárias tenha atuação mais político-eleitoral do que propriamente doutrinária, “as exceções confirmam que elas podem vir a constituir um polo de atuação relevante na área da cidadania política.”

Comparando tais instituições às escolas do legislativo, ele considera que aquelas atuam de forma complementar ao trabalho de educação para a democracia, promovido pelos parlamentos e organizações não governamentais, anteriormente citados. As escolas do legislativo atuam de forma mais ampla na formação da cidadania, enquanto institutos e fundações partidárias focalizariam no aspecto

¹³ “Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados: [...] IV - na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido.” PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9096.htm>. Acesso em: 01 jul. 2018.

particular da participação política, cuja entidade mais relevante é o partido político, atrelando a formação à ideologia partidária específica de cada agremiação. Mais do que relação de subordinação ou sequenciamento temporal, as atividades desenvolvidas pelas escolas do legislativo, pelas fundações e institutos partidários e pelas organizações não governamentais de promoção da cidadania e democracia, “apontam para um movimento de coordenação de esforços na construção de um ambiente democrático, o que leva à realização de atividades confluentes por diferentes atores sociais.” (Cosson, 2008, p. 86)

Mesmo que temas similares sejam abordados pelas instituições supracitadas, o fato de serem disponibilizados por instituições com perfis, objetivos e naturezas diferentes, já lhe oferecem outro sentido, além de ser excluída a função doutrinária nas escolas e organizações não governamentais (ONGs) que atuem com essa finalidade. O autor considera, portanto, que as fundações e institutos políticos são necessários tanto ao bom funcionamento dos partidos, pelas informações que trazem aos simpatizantes e filiados, contribuindo para o aprofundamento de conhecimentos relativos às bandeiras e objetivos da agremiação, quanto por sua perspectiva de intervenção na sociedade, no campo mais amplo da educação para a democracia, por oferecerem a compreensão do que são e para que servem os partidos políticos, instrumento fundamental ao bom funcionamento da mesma.

Dentre os desafios a serem enfrentados pelas escolas do legislativo, destaco o que se refere à necessidade de avaliação quanto à eficácia das atividades desenvolvidas por meio da medição dos seus resultados, o que costuma ser o ponto fraco de muitas instituições de natureza educacional, principalmente as citadas por Cosson em seu estudo. Para ele, é necessário apresentar resultados outros, que não somente os quantitativos, de atividades realizadas e pessoas atendidas nos cursos, seminários e palestras, não somente para justificar os recursos aplicados, mas até mesmo para justificar a importância da continuidade de sua existência. Elas também precisam ser medidas em termos qualitativos e esse é um dos objetivos da presente tese: quais seriam os indicadores passíveis de adoção visando avaliar se o papel de formação cidadã e de educação para a democracia tem sido efetivamente realizado pelas escolas do legislativo municipais e com que benefícios para a sociedade?

O próprio Cosson (2008, p. 87-88) sinaliza não ser trivial esse tipo de avaliação, já que “é bem diferente, pois, treinar um servidor ou agente político para

fazer uso de um portal na Internet e abrir espaços para a discussão e construção conjunta de práticas democráticas na gestão pública” e pondera ainda a respeito de “como conciliar a necessidade de avaliar qualitativamente atividades diversificadas e a legitimidade tanto interna quanto externa que advém da mensuração dos resultados obtidos?”

Ao longo do presente trabalho, por meio da contribuição de diversos autores, em especial de Cosson e Cinnanti, é possível constatar que as escolas do legislativo no Brasil têm assumido a função de aproximar o parlamento da sociedade por intermédio de ações pedagógicas diversas e associadas ao tema da educação política, dentre as quais se destacam, além do Parlamento Jovem, cursos, palestras, visitas orientadas e a produção e distribuição de material didático. Além das diversas motivações já apresentadas ao longo do presente trabalho, as escolas do legislativo surgem também como respostas às aceleradas transformações que vêm ocorrendo em nosso atual momento histórico, que colidem com a tradição centralizadora e autocentrada dos poderes constituídos e, em especial, à crise das funções de representar, legislar e fiscalizar:

Ela se faz presente no conjunto das ações do Legislativo como indicadores do funcionamento da democracia e, mais diretamente, na interlocução direta com a sociedade. É o que se observa, por exemplo, com a criação de espaços qualificados, como as audiências e os seminários, e a ampliação dos recursos de informação e comunicação. Também se manifesta, especialmente, nas ações da escola do legislativo que sem os conflitos e as tensões das instâncias de tomada de decisão ou de deliberação, como em um jogo amistoso, pode preparar políticos, técnicos e sociedade para o jogo democrático e qualificar a participação política para a construção de uma democracia cada vez mais plena. (COSSON, 2008, p. 188)

Já Cinnanti (2011, p. 93) reflete sobre a necessidade de adoção de políticas públicas voltadas à educação cidadã, já que disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização do Estado Brasileiro praticamente desapareceram dos currículos escolares

Não há mais, na vida escolar, educação para a cidadania. O indivíduo cresce sem a noção de pertencimento a um Estado, sem apropriar-se dos seus direitos e sem a consciência de seus deveres para com a coletividade. A formação do cidadão, por meio de atividades que lhe transmitam informação e favoreçam a reflexão sobre conteúdos pertinentes à cidadania será, certamente, uma medida eficaz para despertar-lhe a consciência e incentivar sua participação nos assuntos do Estado, que são, em primeira e em última instância, assuntos de seu interesse, pois toda ação do Estado repercute na vida do cidadão.

Para Cosson (2008, p. 189), o debate atual sobre a educação para a democracia vem adquirindo senso de importância e urgência. Ele atribui essa crescente relevância à hegemonia que foi construída pela democracia constitucionalista como forma de governo em amplitude nunca antes vista. Mesmo países com histórico de autoritarismo e totalitarismo vêm caminhando na direção de se adequar a padrões democráticos e ao fomento a novas práticas no jogo político, fazendo uso de programas diversos de educação para a democracia.

Patrocinados tanto por governos locais quanto por organismos nacionais e internacionais, tais programas adotam como referências um “modelo ideal de cidadania política” e os padrões culturais dos países de tradição democrática que construíram, desenvolveram e mantiveram as melhores práticas. Dentre tais organismos, a Civitas, organização não governamental de caráter internacional, elabora e disponibiliza publicações contendo diversas análises a respeito do tema. Na visão de Cosson (2008, p. 190), não se pode negar que tais ações ampliam, renovam e auxiliam uma melhor compreensão dos mecanismos de educação para a cidadania, cumprindo com relativo sucesso seu papel e demonstrando que, sob determinadas condições, a democracia pode ser ensinada.

Nessa direção, ele pondera ainda que o grande desafio a ser enfrentado pelo sistema de escolas do legislativo consiste na definição de sua identidade institucional, tanto para seu público interno, quanto para a sociedade em geral. Na sua visão, refletir sobre o que diferencia tais iniciativas de meros órgãos de recursos humanos é de fundamental importância, principalmente no sentido de sua distinção como instrumento de educação para a democracia e que tipos de programas, atividades e iniciativas deve implementar em um contexto histórico de definição do futuro do sistema de educação do legislativo. Para Cosson (2008, p. 204), “É hora de tomar decisões, e as escolas do legislativo precisam escolher se na sua caminhada serão, mais que escolas do legislativo, escolas de democracia.”, essência da pesquisa que realizo no presente trabalho.

Ele finaliza sua análise realçando o papel das escolas do legislativo como locus privilegiado na produção de conhecimento e de desenvolvimento de programas educacionais diversos sobre a democracia, seja isoladamente ou em parceria com outras instituições, tanto para seu público interno quanto para os mais diferentes públicos interessados. Defende ainda que o “letramento político seja,

acima de todas as suas funções, a missão pedagógica das escolas do legislativo.” (COSSON, 2008, p. 196)

Após conhecer as visões e análises de diversos autores no campo da democracia, seus desafios, bem como o papel da educação e do letramento político visando o fortalecimento dos parlamentos como locus privilegiado para o desenvolvimento de ações de ensino-aprendizagem nesse campo do conhecimento, entrevistei, ao longo do segundo semestre de 2018, decorridos 10 anos da principal publicação de Cosson (*Escolas do legislativo, escola de democracia*), diversas instituições que atuam no segmento, a fim de verificar o rumo adotado por elas ao longo desse período, contribuindo para responder à questão central apontada por Cosson em seu trabalho (se têm atuado realmente como escolas de democracia), além de outros aspectos apontados no decorrer da presente tese.

E, com foco no estímulo à retomada e efetivação do funcionamento continuado da Escola do Legislativo de Nova Friburgo, entrevistei diversos cidadãos friburguenses que participaram diretamente do seu processo de criação e/ou possuidores de histórico de participação em movimentos sociais e políticos, a fim de identificar possibilidades de contribuições a serem oferecidas a esta importante ferramenta de educação para a democracia, de forma a produzir resultados efetivos decorrentes da iniciativa e que gerem impacto para a realidade local.

3 VISÃO E PRÁTICA DE ESCOLAS DO LEGISLATIVO MUNICIPAIS BRASILEIRAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA E LETRAMENTO POLÍTICO

Com vistas à obtenção de dados empíricos acerca da atuação das escolas do legislativo municipais no que tange ao objeto da presente tese, estruturei entrevista com diversas questões contendo aspectos constantes da bibliografia revisada e que integra o presente trabalho, objetivando conferir junto a essas unidades educacionais vinculadas a parlamentos municipais brasileiros a convergência ou não, em sua realidade fática, ao que foi identificado nas referências pesquisadas. As questões foram incluídas em formulário Google Forms¹⁴ para todas as escolas do legislativo municipais constantes do cadastro da ABEL, cujos contatos foram gentilmente cedidos por sua equipe diretora.

Das 120 escolas do legislativo municipais citadas no site oficial da ABEL, enviei e-mail para 79 constantes do *mailing* disponibilizado pela associação, ao longo do mês de agosto. Ao longo das semanas seguintes, monitorei as respostas que foram submetidas ao formulário de pesquisa, disponível on-line, bem como encaminhei mais algumas mensagens reforçando a importância da participação na pesquisa, encerrando-a no dia 09 de setembro.

O questionário encaminhado continha uma questão inicial visando a identificação dos respondentes (caracterização da escola e da sua comunidade de entorno; município e estado da federação, população, nome completo e data de fundação da Escola do Legislativo; profissional responsável, com nome, cargo, formação e contatos; estrutura física e de equipamentos; e site e/ou páginas em redes sociais), de forma a permitir sua identificação. E uma questão final, de número 18, para que os respondentes incluíssem aspectos que porventura não tivessem sido cobertos pela pesquisa e que julgassem relevantes.

A essência dessa parte da pesquisa se circunscreveu às questões 2 a 17, as quais versaram sobre temas diversos correlacionados à realidade das escolas do legislativo, variando desde a percepção dos dirigentes das escolas quanto aos impactos produzidos junto ao público interno do Legislativo correspondente, bem

¹⁴ Google Forms ou Formulários Google é um aplicativo de administração de pesquisas incluído na suíte de escritório do Google Drive, juntamente com o Google Docs, o Planilhas Google e o Apresentações Google. O Forms apresenta todos os recursos de colaboração e compartilhamento encontrados no Documentos, Planilhas e Apresentações.

como à sociedade local, até a visão da instituição quanto a estar contribuindo para o desenvolvimento de novas bases democráticas para o país a partir do trabalho realizado. Verificou-se também se o dirigente considera ser sua escola do legislativo uma agência promotora de conceitos de cidadania e democracia e de que forma isso ocorreria, em especial quanto ao nível de aprofundamento do público participante de suas programações em temáticas associadas à política.

Buscou-se verificar ainda se há percepção de aperfeiçoamento interno e mesmo de fortalecimento dos princípios democráticos do próprio Parlamento ao qual a escola está vinculada, destacando-se as efetivas ações de letramento político e educação para a democracia porventura em curso ou que já tivessem sido feitas ao longo da existência da escola do legislativo. E se há repercussão positiva na imagem do Parlamento em função das ações empreendidas por sua unidade educacional. Também busquei identificar se ocorre a participação de indivíduos e coletivos com capacidade crítica e densidade analítica, organizados politicamente, na programação de atividades da escola, bem como se há momentos em que seja oferecido protagonismo à sociedade local para que expresse seus anseios e opiniões.

Além das atividades realizadas internamente, procurei saber se a escola dirigida pelo respondente oferece experiências e vivências junto a associações de moradores, órgãos de representação estudantil (grêmios e diretórios), sindicatos e partidos políticos ou se ficam restritas apenas ao espaço próprio da instituição. A existência de projeto político-pedagógico e programações pregressas e futuras foram outros aspectos pesquisados através do questionário, bem como a visão dos respondentes quanto às possibilidades e formas de ampliação da capilarização das escolas do legislativo municipais no Brasil, já que apenas cerca de 120 municípios, de um total de 5.570, possuem hoje iniciativas dessa natureza.

Os resultados obtidos serão apresentados ao longo das próximas subseções, bem como suas respectivas análises, tomando-se como base as contribuições dos diversos autores que compõem a base teórica do presente trabalho, notadamente Bobbio, Cosson e Cinantti, as quais subsidiaram a estruturação dos questionários, tanto voltado aos dirigentes das escolas do legislativo municipais, quanto para cidadãos friburguenses politicamente participativos, que compuseram a amostra da pesquisa.

3.1 Caracterização das escolas do legislativo municipais participantes da pesquisa

Das cerca de 80 escolas do legislativo municipais constantes do mailing disponibilizado pela direção da ABEL a quem encaminhamos a mensagem apresentando nossa pesquisa e solicitando apoio na resposta ao questionário, 14 assim o fizeram. Nossa amostra passa a ter 15 escolas do legislativo respondentes por conta de entrevistas *in loco* que fiz com o presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo, o coordenador geral da Escola do Legislativo local e 2 (dois) servidores de carreira da instituição. Como existem atualmente 124 escolas do legislativo municipais no país listadas no site oficial da ABEL, a amostra pesquisada representa cerca de 12% do universo total de escolas.

Apresentarei a seguir as características principais de cada escola do legislativo municipal que nos encaminhou resposta, ordenada alfabeticamente pelo nome de sua cidade de origem, reproduzindo a íntegra de cada resposta obtida, logo após a caracterização inicial:

1) Escola do Legislativo Eliana d'Arc da Silva, Câmara Municipal de Araxá (MG):

"Município – Araxá. Estado da Federação - Minas Gerais. População - 102.238 habitantes. Nome completo - Escola do Legislativo Eliana d'Arc da Silva. Data de fundação da Escola do Legislativo - junho de 2017. Responsável: Nome - Isabella Allmohalha. Cargo - Secretária geral e Diretora da Escola do Legislativo. Formação – Letras. Contato - 34 3612-6910."

2) Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Bálamo (SP):

"Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Bálamo, município de Bálamo - Estado de São Paulo, com população estimada de 9.000 habitantes; a Escola iniciou suas atividades em janeiro de 2017, após ter formalizado sua criação e objetivos no ano de 2016; a Escola é coordenada pelo Diretor da Câmara Municipal, Elton Marangoni Rodrigues de Assis, graduado em comunicação social (camara@cmbalsamo.sp.gov.br); a Escola não possui estrutura própria, utilizando os equipamentos e as instalações da Câmara Municipal. As informações são postadas em página do Facebook (@escoladolegislativo)."

3) Escola do Legislativo de Campinas (Elecamp), Câmara Municipal de Campinas (SP):

"Campinas/SP, 1.173.370 habitantes (IBGE 2016). Através da Resolução nº 886 de 17 de fevereiro de 2014, foi elucidada a organização administrativa da Escola do Legislativo de Campinas – Elecamp, bem como definidos seus

objetivos, os quais posteriormente constituíram seu Regimento Interno, elaborado em outubro de 2014 e publicado no DO de 19/12/2014, por Ato da Mesa Diretora nº 16/2014. A Escola do Legislativo de Campinas - ELECAMP iniciou suas atividades em 09 de abril de 2014, nas dependências da Câmara Municipal de Campinas, em local especialmente designado para essa finalidade. Criada pela Câmara Municipal de Campinas, para atender os servidores, agentes políticos e comunidades (através da educação política e cidadã), a Elecamp, conta com: um Subsecretário (Reginaldo Pedro Moretti), uma Coordenadora Pedagógica (Nely Monteiro), uma analista legislativa Pedagoga (Danielle Smith Balloni) e duas técnicas legislativas (Bruna Buso e Elisa Motta). A Elecamp está estabelecida em prédio diverso da Câmara Municipal e conta com uma página no site da Câmara Municipal de Campinas. Todos os servidores da Elecamp, exceto o Subsecretário, são concursados e de carreira.”

4) Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Formosa, Goiás:

“Formosa (GO). População: 120 mil pessoas. Nome da escola: Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Formosa. Fundação: 05/jun/2018. Responsáveis: Presidente - Professor Rafael Barros de Almeida (vereador), formado em Administração; Diretor - Alex Nunes de Oliveira (aux. adm.), formado em Geografia e Pós-graduação em Análise de Ambiente e Geografia; Coordenador Geral - Diogo Veríssimo Luz (aux. adm.), formado em Marketing e Pós-graduação em Gestão Pública Municipal. A escola possui uma sala própria para reuniões e atendimento ao público com sala de leitura, computador e impressora, além de centenas de livros disponibilizados pelo Senado Federal. Na internet possui apenas uma página do Facebook (facebook.com/escoladolegislativoformosago) e está sendo providenciado um espaço na internet (site) para o programa.”

5) Escola do Legislativo de Guarujá, Câmara Municipal de Guarujá (SP):

“Escola do Legislativo de Guarujá, cidade: Guarujá - SP, população 300 mil habitantes. Fundação: dezembro de 2016. Responsável: Vanessa Ratton - diretora da ELG, assumiu em junho de 2017. É jornalista, psicopedagoga, mestre em comunicação e semiótica pela PUC-SP. telefone: 13 4009-2175 – e-mail: escoladolegislativo@camaraguaruja.sp.gov.br. Sala da diretora, computador e impressora, telefone, salão de eventos com 150 lugares, *datashow* e microfone. Página no Facebook: <https://www.facebook.com/Escola-do-Legislativo-de-Guaruj%C3%A1-1908810016006123> e link no site da câmara: www.camaraguaruja.sp.gov.br.”

6) Escola do Legislativo Professor Eraídes Rabelo, Câmara Municipal de Itajubá (MG):

“A Escola do Legislativo de Itajubá, MG, foi fundada em junho de 2013 e recebeu o nome da Professora Eraídes Rabelo. O Município de Itajubá hoje conta com uma população aproximada de 100 mil habitantes. A estrutura da escola conta com um espaço no segundo andar de um anexo da Câmara Municipal de Itajubá, contendo 7 salas, 2 banheiros, uma copa e uma cozinha. A Escola acolhe em seu ambiente uma Biblioteca do Legislativo e um Memorial da Câmara Municipal. Temos uma sala de vídeo equipada com atendimento para 45 alunos e uma sala de aula equipada para atendimento de até 20 alunos. Atualmente está à frente da nossa Escola como Diretor, o professor Carlos Rodrigo Modena. Nas redes sociais podemos ser encontrados através dos links

<http://www.itajuba.cam.mg.gov.br/camara/escola-legislativo> e Facebook @escoladolegislativodeitajuba.”

7) Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza, Itapevi (SP):

“Itapevi/SP, 200.769 habitantes (2010-ONU), Escola do Parlamento Doutor Osmar de Souza - 27/11/15, Roberto Eduardo Lamari - Diretor Geral - Advogado - 11 41414472, uma sala de secretaria com quatro servidores - uma sala de aula com capacidade para 25 carteiras e 3 prateleiras com livros para a futura biblioteca, site: camaraitapevi.sp.gov.br/escola - Facebook: Escola do Parlamento de Itapevi - Instagram: .com/epitapevi.”

8) Escola do Legislativo da Câmara Municipal de João Pessoa (PB):

“Escola do Legislativo da Câmara Municipal de João Pessoa, PB, 800 mil habitantes. Criada através da Resolução nº 27, de 19 de junho de 2008, e recebeu o nome de Escola do Legislativo Professor Celso Furtado. Presidente da Escola do Legislativo de João Pessoa - Paulo Eduardo de Sá Barreto.”

9) Escola do Legislativo de Juiz de Fora Professor William Coury Jabour, Câmara Municipal de Juiz de Fora (MG):

“Município: Juiz de Fora/MG; População: 563.769 (dados do IBGE/2017); Escola do Legislativo de Juiz de Fora "professor William Coury Jabour"; Data da fundação: 25 de setembro de 2008; Responsáveis: Diretora – Maria Aparecida Fontes Cal / Advogada / 32 3250-2929; Supervisor das Atividades da Escola do Legislativo – Sérgio Lopes Loures / Advogado – 32 3313-4929. Instalações: equipamentos audiovisual (*datashow*, computador, som), sala de aula (carteiras, tablado, quadro branco); Site: <http://www.camarajf.mg.gov.br/geral.php?tipo=ESCLEGIS&c=12>; Rede social: <https://www.facebook.com/Escola-do-Legislativo-de-Juiz-de-Fora-289607251217004/>”

10) Escola do Legislativo de Marabá, Câmara Municipal de Marabá (PA)

“Escola do Legislativo de Marabá, no município de Marabá, 217.594 habitantes (IBGE 2017), no estado do Pará. A Diretora da escola é a servidora efetiva Gabriela Pereira da Silva e o telefone para contato é (094) 98405-1327. A escola foi criada em novembro de 2015, mas a resolução que oficializou sua criação foi através da Resolução nº 492 de 2016.”

11) Escola do Legislativo de Nova Friburgo, Câmara Municipal de Nova Friburgo (RJ)

“Nova Friburgo – RJ. 190.084 (IBGE 2018). Nome: Escola do Legislativo de Nova Friburgo. Criada em 2013 e regulamentada em 2014. Coordenador geral: Vereador Pierre de Moraes, professor secundarista. Não conta com estrutura própria.”

12) Escola do Legislativo de Poços de Caldas, Câmara Municipal de Poços de Caldas (MG):

“Poços de Caldas - MG, aproximadamente 166.000 habitantes. Nome: Escola do Legislativo de Poços de Caldas, fundada em 2008; Diretora: Taís Aparecida Ferreira, assistente legislativo (servidora pública desde 2016), ensino superior (graduada em administração), (35) 3729-3877, e-mail: escola@pocosdecaldas.mg.leg.br; a escola conta com uma sala para treinamentos com *datashow* e computadores, e realiza suas atividades através da Assessoria de Imprensa e Comunicações.”

13) Escola do Legislativo Prefeito José Adjuto Filho, Câmara Municipal de Unai (MG):

“Unai/MG - população em torno de 83.000 habitantes. A Escola do Legislativo Prefeito José Adjuto Filho foi criada por lei em junho de 2014 e inaugurada no dia 10 de outubro do mesmo ano. Dirigida por José Carlos da Costa, Diretor da Escola desde a inauguração até a presente data, graduado em ciências biológicas e é servidor de carreira da Câmara de Unai. A escola possui ainda uma secretária, também servidora efetiva, Eliene Pereira de Oliveira. A estrutura da escola é composta por uma biblioteca, uma sala de administração, uma sala de secretaria e uma sala de aulas com 35 lugares, dotada de sistema de som, *datashow*, tv de 48", ar condicionado, entre outros. A escola também utiliza o plenário da casa legislativa quando o evento é de maior porte. Site: <https://www.unai.mg.leg.br/institucional/escola-do-legislativo>. Facebook: <https://www.facebook.com/elegisunai/>”

14) Escola do Legislativo Dr. Homero Tarragó, Câmara Municipal de Uruguaiana (RS):

“Município: Uruguaiana UF: RS População: 125.435 (censo de 2010) - Estimado para 2017 => 129.784. (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/uruguaiana/panorama>) Nome: Escola do Legislativo Dr. Homero Tarragó Data de Fundação: Criada em 30.05.2017 (Resolução 12/2017). Inaugurada em 19.06.2017. Responsável: Ricardo Aires Simas - Diretor da Escola. Formação: Graduado em Tecnólogo em Web Design e Programação, com duas especializações. Estrutura física: dispomos de um notebook e uma sala com três armários onde foram reunidos todos os livros adquiridos por esta Casa Legislativa, a fim de criarmos a biblioteca do Legislativo, que será organizada pela Escola do Legislativo. Facebook: <https://www.facebook.com/EscolaDoLegislativoDrHomeroTarrago/> A Escola do Legislativo de Uruguaiana conta com apenas um servidor em seu quadro, no cargo de Diretor. Este servidor não atua exclusivamente na Escola. O Poder Legislativo de Uruguaiana tem seu horário de funcionamento das 8h às 14h. As atividades da Escola são realizadas no horário das 14h às 18h.”

15) Escola do Legislativo Vereador Marcos Mannes da Associação das Câmaras e Vereadores do Vale do Itapocu – AVEVI (SC)

“Escola do Legislativo Vereador Marcos Mannes da Associação das Câmaras e Vereadores do Vale do Itapocu - AVEVI, que atende os municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá, Schroeder, Massaranduba, São João do Itaperiu e Barra Velha no estado de Santa Catarina. Sou Ilton Piram, Assessor da AVEVI, Radialista, meu Fone (47) 99652-9899. Nossa estrutura é uma pequena sala junto à Rodoviária de

Jaraguá do Sul. Os nossos cursos e eventos realizamos nos plenários das câmaras. Site www.AVEVI.org.br – facebook/AVEVIvereadores.”

A partir da análise das respostas e da obtenção de dados complementares¹⁵, constatamos a participação de 5 escolas do legislativo de cidades mineiras, 4 paulistas, 1 fluminense, 1 gaúcha, 1 goiana, 1 paraibana e 1 paraense, além das 7 catarinenses, reunidas em uma única associação, totalizando 15 escolas do legislativo respondentes. Os municípios de origem das respostas variaram, em termos populacionais, de cerca de 9.000 habitantes (Bálsamo, São Paulo) a quase 1.200.000, caso de Campinas, também localizada em São Paulo. Das 15 escolas do legislativo respondentes, 11, ou seja, a ampla maioria da amostra, foi criada a partir de 2013, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Quadro comparativo contendo ano de fundação das escolas do legislativo municipais pesquisadas

Ano de fundação	Quantidade de ELMs
1984	1
2008	3
2009	-
2010	-
2011	-
2012	-
2013	2
2014	2
2015	2
2016	2
2017	2
2018	1

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor do presente trabalho (2018).

Embora não reflita a totalidade das cerca de 120 escolas do legislativo municipais atualmente existentes no país, o fato de 80% das respondentes terem sido criadas a partir de 2013, ano em que ocorreram as chamadas “manifestações de junho” e que aceleraram o processo de descrédito enfrentado pela classe política, nos leva a cogitar a hipótese de que tanto o surgimento da escola, quanto sua prontidão em contribuir para a presente pesquisa podem estar relacionadas à visão

¹⁵ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/unai/panorama>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

de que um dos papéis a serem desempenhados por essas unidades educacionais consiste em contribuir para o resgate de credibilidade e fortalecimento da imagem dos parlamentos em que fazem parte.

Foi possível constatar ainda a existência de grande disparidade entre as diversas escolas do legislativo no tocante à sua estrutura física e de equipamentos. Há desde aquelas que informaram não possuir estrutura própria nenhuma (caso da Escola do Legislativo de Bálamo), o que pode ser reflexo de sua criação recente (2017), até escolas com vasta estrutura física e de equipamentos, como as de Guarujá (sala da diretoria, computador e impressora, telefone, salão de eventos com 150 lugares, *datashow* e microfone) e Unai (biblioteca, sala de administração, sala de secretaria e sala de aulas com 35 lugares, dotada de sistema de som, *datashow*, tv de 48", ar condicionado).

Experiência que chama a atenção, particularmente, é a da Escola do Legislativo da AVEVI, Em Santa Catarina, cujos legislativos dos 7 municípios participantes (Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú, Schroeder e Barra Velha) criaram em 1984 a referida Associação, com os seguintes objetivos:

- 1) Proporcionar a integração e o conagraçamento dos vereadores da microrregião;
- 2) Maior poder reivindicatório junto às esferas públicas municipais, estaduais e federais;
- 3) Realizar permanentemente estudos dos problemas sociais e econômicos dos municípios que integram a Associação;
- 4) Trocar informações sobre experiências administrativas e legislativas;
- 5) Defender as reivindicações dos municípios da microrregião em face de distribuição das rendas estaduais e federais;
- 6) Desenvolver o espírito de classe política entre os representantes populares que militam nas câmaras.

Dos 6 objetivos expressos, pelo menos 2 se associam aos objetivos das escolas do legislativo: tanto o que se refere à troca de informações sobre experiências vivenciadas no âmbito de cada Câmara Municipal, quanto o desenvolvimento de espírito de classe política entre os detentores de mandato, os quais tangenciam alguns dos objetivos que fundamentaram a criação das escolas do legislativo brasileiras. Isso fica ainda mais claro em afirmação feita pelo dirigente da

AVEVI, que disse sempre estar a entidade “[...] atenta às reivindicações da classe, em especial no que se refere à valorização dos trabalhos dos vereadores e da classe política.”

Segundo informações da própria Associação, ela atuou fortemente até os anos 90, mas, em função de indefinições relativas à sede e formas de financiamento, teve suas atividades paralisadas até o início de sua retomada em 2005, concretizado na legislatura de 2009-2013, quando “[...] os vereadores definiram os valores da contribuição financeira das câmaras ou vereadores para com a AVEVI, o local de sua sede, e a composição de uma nova diretoria.” Embora a AVEVI tenha escopo de atuação mais amplo, como se pode depreender dos seus objetivos institucionais supracitadas, é possível constatar sua atuação na esfera da educação para a democracia acessando seu endereço na Internet. Ao fazê-lo agora, constatei pelo menos 2 matérias na página principal versando sobre temas recorrentes das escolas do legislativo brasileiras: “Escola do Legislativo da AVEVI inicia as tratativas para o curso para candidatos a vereadores” e “AVEVI prestigia posse dos vereadores mirins em 2019”, esta última ocorrida junto à Câmara de Jaraguá do Sul, uma das 7 integrantes da Associação, cuja população total estimada engloba cerca de 297.568 habitantes.¹⁶

Em relação ao perfil de formação dos seus atuais dirigentes, as escolas do legislativo que responderam nosso questionário estão representadas da seguinte forma:

Tabela 3 – Principal formação acadêmica dos dirigentes das escolas do legislativo municipais pesquisadas

Formação do dirigente	Quantidade
Comunicação Social/Jornalismo	2
Administração	2
Direito	2
Professor	2
Servidor público	2
Letras	1
Ciências Biológicas	1
Matemática	1
Tecnólogo em Programação e <i>Webdesign</i>	1
Não informado	1

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor do presente trabalho (2018).

¹⁶ Levantamento populacional dos municípios de Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú, Schroeder e Barra Velha efetuado pelo autor do presente trabalho. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/unai/panorama>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

Em relação aos dados apresentados acima, se considerarmos que os perfis de formação superior em Letras, Ciências Biológicas e Matemática, em geral estão associados à profissão docente, podemos identificar 1/3 de professores ou correlatos à frente das escolas respondentes. Profissionais de comunicação, advogados e administradores também possuem destaque nessa posição, com representantes de cada uma das profissões dirigindo 2 escolas do legislativo, o que reforça a importância dos processos de comunicação junto à sociedade, do Direito como fonte emanadora dos princípios legais que regem a administração pública, em especial o próprio legislativo, e Administração, pela base de gerenciamento organizacional e de estrutura, também característica das unidades educacionais no âmbito do legislativo. Duas das escolas do legislativo responderam que são dirigidas por servidores de carreira sem, contudo, identificar sua formação básica.

Na próxima seção, apresentaremos a visão dos dirigentes entrevistados quanto aos impactos produzidos pela escola do legislativo da qual é o responsável, tanto em relação ao seu público interno (vereadores, assessores, servidores de carreira) quanto à sociedade que o circunda.

3.2 Impactos produzidos pela escola do legislativo junto ao público interno e sociedade em geral

Inicialmente, cumpre ressaltar limitação da presente pesquisa. Pelo fato de se dirigir aos gestores das escolas do legislativo municipais, capturar-se-á sua visão a respeito dos impactos produzidos junto aos públicos de interesse, sem validação junto à população atendida, o que requereria esforço acima dos objetivos do presente trabalho, mas que pode subsidiar futuras pesquisas na área. Feita essa observação, apresentaremos ao longo da presente seção a visão de dirigentes de 15 escolas do legislativo municipais acerca dos reais impactos produzidos pela unidade educacional do legislativo, tanto interna, quanto externamente. A ordem de exposição será aleatória, seguida de minha análise quanto à sua aderência à base teórica do presente trabalho.

No caso da Escola do Legislativo de Nova Friburgo, serão aproveitadas falas tanto do presidente da Câmara (Alexandre Cruz), quanto do coordenador geral da Escola (Pierre Moraes) e de dois servidores de carreira (Hugo Lontra e José Nascimento). Hugo, com maior engajamento político, constará da parte do trabalho

que se refere a lideranças e Nascimento, com atuação mais voltada para questões internas do Legislativo friburguense, terá a maior parte de suas respostas apresentadas ao longo do presente capítulo. Para melhor organização do trabalho, optei por utilizar sempre o termo Escola do Legislativo, seguido do nome da cidade, ao invés de especificar cada nome individualmente.

Das 15 escolas do legislativo municipais respondentes, 13 afirmaram perceber claros impactos decorrentes dos trabalhos desenvolvidos por suas unidades educacionais. Algumas delas mais associadas ao público interno, o que reflete na qualidade da produção legislativa, na adequação dos documentos legais, na qualificação dos debates, entre outros. As respostas dos dirigentes das escolas do legislativo municipais que caminham nessa direção são apresentadas a seguir, seguidas de análise quanto ao seu conteúdo:

Com certeza, junto ao público interno, as atividades de capacitação são bastante concorridas, principalmente devido ao fato de que a lei que criou a escola criou também a gratificação temporária que concede 1% de abono a cada servidor que completar 60 horas de cursos e, no máximo, 3%, e com validade de 4 anos. Ou seja, a cada 4 anos o servidor tem que renovar as 180 horas de capacitação para manter a gratificação de 3%. (Escola do Legislativo de Unaí)

Sim, a Câmara Municipal de Campinas passou por uma reestruturação administrativa em 2014, de modo que ingressaram mais de 150 servidores nas mais diversas áreas. Deste modo, o investimento em capacitação foi primordial para que os trabalhos sejam cada vez melhores. Além disso, a Elecamp tem um Programa voltado à Formação de Agentes Políticos, que promove a ambientação dos edis no início da legislatura e aprimora os conhecimentos destes, bem como de seus assessores parlamentares ao longo do mandato, promovendo palestras, cursos e outras atividades nas áreas de interesse. (Escola do Legislativo de Campinas)

Sim! Atualmente a Escola do Legislativo acompanha uma série de legislações vigentes que tem como executora a Escola do Legislativo. O impacto interno é no oferecimento de Cursos voltados para a formação dos vereadores, assessores legislativos e funcionários em geral. (Escola do Legislativo de Itajubá)

Sim. Melhoria da qualificação dos servidores e assessores. (Escola do Legislativo de Guarujá)

Realizamos uma capacitação na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), possibilitando que os servidores do Legislativo possam atender a comunidade surda, promovendo a inclusão social. Também foram realizadas turmas abertas ao público. Destacamos, também, a conscientização ecológica, trabalhando o tema de reciclagem do lixo produzido por esta Casa de Leis. Realização de oficinas de utilização do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), sistema que trouxe enorme transparência e poder de fiscalização, por parte do cidadão, de todo o processo legislativo. (Escola do Legislativo de Uruguaiana)

Sim. A Escola do Legislativo promove cursos de capacitação, palestras e eventos para os servidores, assessores e vereadores que são o público interno da Câmara. (Escola do Legislativo de Araxá)

Há impactos, é visível a melhora na produção dos documentos oficiais, a organização dos gabinetes, o cuidado com a alimentação do SAPL, que é usado para tramitação de proposições dos vereadores, projetos de leis, informações à comunidade, entre outros. A organização interna da Câmara melhorou muito, há muito o que fazer, mas já estamos avançando. (Escola do Legislativo de Marabá)

Sim. Capacitação dos servidores e parlamentares, conscientização dos participantes dos projetos institucionais sobre o papel e a importância do Poder Legislativo. (Escola do Legislativo de Poços de Caldas)

Há, mas muito pouco. Gabinetes cujos servidores participam de formações e treinamentos são os mais elogiados pelos setores técnicos da Casa em relação a prazos e práticas. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Sim. No público interno, a maior capacitação com relação a temas recorrentes para o dia-a-dia do Legislativo. (Escola do Legislativo de Juiz de Fora)

Primeiramente, quero parabenizá-lo pois quem criou a Escola do Legislativo de Nova Friburgo foi você. Temos ampliado o projeto porque é importante para a cidade, mas esse impacto principal começou de fato com os funcionários. Começamos com pequenas reuniões, pequenas palestras. O próprio funcionário da casa, que na época era secretário de expediente e agora é o controlador, foi um dos primeiros palestrantes. Depois o Nascimento, outro funcionário de carreira, (ofereceu um curso) para eles entenderem o papel principal do servidor público na casa legislativa e entender qual seria a fundamentação da Escola do Legislativo na Casa. Obviamente, nós passamos por algumas dificuldades, porque nós não tínhamos espaço físico adequado e agora nós estamos tentando criar duas boas salas, estamos mudando a lei para termos dois assessores diretos, que vão trabalhar única e exclusivamente na Escola do Legislativo. Nós queremos aumentar essa demanda, trazendo para cá novos palestrantes. A gente vai fazer com que a escola realmente funcione. Agora, que ela teve um impacto na vida de todos os servidores, teve. (Presidência da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

Sim, existe, acho que desde sua criação especialmente. Impactos no que diz respeito inicialmente ao processo de formação interna dos servidores públicos e também dos grupos de assessoria da Câmara Municipal. O próprio Regimento Interno da casa foi ensinado, praticamente transmitido, na sua reformulação, a partir da Escola do Legislativo. Agora, a Câmara de Vereadores está com a (previsão de) aprovação da Lei Orgânica e a escola do legislativo tornar-se-á a principal fonte de emanção da nova Lei Orgânica, de reforma *in totum*, do poder legislativo municipal. [...] a Escola do Legislativo manteve contato e veio exatamente no andamento da Lei Orgânica, o que trouxe certa dificuldade no desenvolvimento da escola. Mas agora, pelo contrário, ela vira um alimento imenso para poder desabrochar e florir com as políticas e com a situação política que a Lei Orgânica propõe. Mas quando viajamos para o Paraná, por conta do encontro das escolas legislativas, eu estabeleci contato com a escola de contas da União, no caso, do Tribunal de Contas da União (TCU), e a gente está para fazer um fórum pela escola do legislativo, aqui, de combate à corrupção. Então a gente vai reunir o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o TCU [...] isso está em prelo para um desenvolvimento também desse trabalho e que vai ao encontro também da perspectiva da Lei Orgânica. Então a ideia da escola

legislativa é também (estimular) outras proposições que nasceram dentro e relacionadas a ela, dentro de lei. (Escola do Legislativo de Nova Friburgo)

A gente tem profissionais que trabalham diretamente com os vereadores, que são a base dos legislativos. E para que esses profissionais atuem de uma melhor forma, eles precisam conhecer o trabalho de assessoria, o trabalho ligado aos edis, aos vereadores. Nada melhor que a escola do legislativo para poder treiná-los nesse sentido. [...] Então, o primeiro curso que eu apliquei lá foi nesse sentido: treiná-los para que eles pudessem oferecer um melhor trabalho dentro da assessoria de cada gabinete. E eu creio que foi atingido esse objetivo inicialmente. (Servidor José Nascimento, da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

Pelos relatos apresentados pelos diversos dirigentes das escolas do legislativo pesquisadas, é possível constatar sua validade como elemento interno de qualificação e aprimoramento dos seus respectivos legislativos, ressaltando ainda aspecto importante: nas entrevistas feitas pessoalmente, caso da presidência e coordenação da Escola do Legislativo de Nova Friburgo, o aprofundamento na resposta foi bem maior, permitindo a detecção de aspectos mais diversificados envolvendo a visão dos gestores quanto à adequabilidade e efetividade do instrumento na melhoria das atividades desenvolvidas internamente pelo Legislativo. No geral, são citadas melhorias em relação a atendimento ao público, maior conhecimento dos diversos setores e atividades desempenhadas internamente, produção dos documentos oficiais com melhor qualidade, tramitação de processos via sistema eletrônico com maior fluidez, incluindo capacitação em LIBRAS, que se desdobrará em ação de inclusão social do Legislativo junto a deficientes visuais. A Escola do Legislativo de Unaí apresentou ainda estratégia adotada pela instituição para estímulo à participação dos servidores, atrelando melhorias na remuneração à participação em cursos e treinamentos.

Pelas respostas apresentadas e considerando que um dos papéis a ser desempenhado pelas escolas do legislativo consiste exatamente em melhorar a qualidade do seu funcionamento interno a partir da formação continuada, da qualificação de seus servidores, pelo menos na amostra da presente pesquisa, é possível constatar o alcance de tal objetivo.

No que se refere à atuação junto ao público externo, tendo em vista o objetivo da questão em identificar o impacto das escolas do legislativo municipais junto à sociedade local, ainda que do (limitado) ponto de vista de seu corpo dirigente, as escolas do legislativo pesquisadas apresentaram as seguintes respostas:

E, com relação ao público em geral, oferecer maneiras de que as pessoas, a população, possa se envolver com o legislativo, possa aprender o que é um mandato de um vereador, o que ele faz, qual é a função própria dele de vereador, coisa que às vezes a população não sabe. As pessoas não sabem exatamente qual é a função do vereador e, se a escola do legislativo aproxima a população do legislativo, a gente consegue fazer com que as pessoas comecem a entender o que é a função de cada um lá dentro. Então eu acho também que é possível trazer para a escola uma série de cursos, de congressos, de seminários, alguma coisa que possa trazer, enriquecer esse conhecimento da população de uma maneira geral. (Servidor José Nascimento, Câmara Municipal de Nova Friburgo)

Quanto à comunidade em geral, percebeu-se uma aproximação muito boa da comunidade em relação ao poder legislativo, principalmente os estudantes, que têm atividades anuais no parlamento. (Escola do Legislativo de Unaí)

Sim, pois estas são as principais funções da Escola de Governo, capacitar o servidor e promover a cidadania para o munícipe. (Escola do Legislativo de Itapevi)

Outro impacto significativo dar-se-á na educação política e cidadã, com a formação política de jovens e o Parlamento Jovem. (Escola do Legislativo de Campinas)

No modo externo, temos vários projetos de cidadania que envolvem a sociedade civil, passando pelos eixos da educação básica - Ensino Fundamental I e II; Ensino Médio e projetos voltados para a Terceira Idade. (Escola do Legislativo de Itajubá)

Capacitação de entidades do Terceiro Setor e Conselheiros Tutelares. Capacitação de Mulheres quanto aos seus direitos (através de) parceria com as promotoras legais populares. Promoção do Exercício de Cidadania com Projeto Câmara Jovem e Câmara no Bairro. (Escola do Legislativo de Guarujá)

A Escola do Legislativo começou suas atividades recentemente, havendo perspectivas de impacto junto à comunidade a médio e longo prazo. O que podemos observar nesse curto espaço de tempo foi o impacto da Escola junto às escolas da rede de ensino do município, principalmente em razão do envolvimento de alunos em atividades de educação política. (Escola do Legislativo de Balsamo)

Já para o público externo, a Escola promove projetos para desenvolver a cidadania dos jovens e eventos para entrega de honorarias. (Escola do Legislativo de Araxá)

Outro impacto visível é a aproximação do Poder Legislativo com a sociedade, através do Programa Câmara Mirim, que trabalha o Projeto Conhecendo a Constituição em Miúdos junto à rede pública de ensino. As palestras nas diversas instituições, as formações para o Terceiro Setor, os saraus e exposições trouxeram uma nova roupagem à Casa de Leis: recebemos muitos elogios e comentários que expõem a mudança de postura dos cidadãos em relação ao órgão. Cada ano que passa aumenta a procura pelas escolas públicas e particulares para participarem dos programas, para visitarem a Câmara, para que desenvolvamos palestras e outras ações nos bairros. Além da procura de Câmaras municipais das cidades vizinhas que nos procuram para obter informações dos projetos. (Escola do Legislativo de Marabá)

Ainda não. Nosso primeiro programa, voltado ao público externo, ainda está em fase de inscrição e internamente também há atividades referentes à organização do cronograma em atendimento a este público. (Escola do Legislativo de Formosa)

Sim, alguns programas, como o vereador mirim. (Escola do Legislativo de AVEVI)

Sim. No público interno, a maior capacitação com relação a temas recorrentes para o dia-a-dia do Legislativo. No público externo, a disseminação de informação sobre temas pautados como relevantes. (Escola do Legislativo de Juiz de Fora)

Na sociedade, ela começou a ter no momento em que nós começamos a ir para as mídias, porque até então era um tabu: o que era a escola do legislativo? As pessoas não tinham esse conhecimento. O povo, a população de um modo geral, não tinha esse conhecimento. Através da TV Câmara, da Rádio Câmara, foi o primeiro ponto que nós passamos a levar à comunidade a importância da criação, da permanência e, acima de tudo, do investimento na Escola do Legislativo. O segundo ponto foi passar para as mídias sociais e, acima de tudo, para a imprensa de um modo geral. Mas eu acho que, sem dúvida nenhuma, teve um impacto muito bom. (Presidência da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

Analisando as respostas apresentadas, é possível perceber a visão positiva dos dirigentes das escolas quanto à efetividade da aproximação ocorrida entre seus legislativos e as sociedades locais, através das ações desenvolvidas por suas unidades educacionais, as quais apresentam modalidades diversas: inserção de estudantes no parlamento, através do Parlamento Jovem, Câmara Jovem, Câmara Mirim e Vereador Mirim, nomes diferentes para iniciativas similares; ações de capacitação de entidades do terceiro setor; ações de educação política desenvolvidas junto a alunos da educação básica; estímulo a visitas ao Legislativo; entre outras. A Escola do Legislativo de Marabá cita o projeto Conhecendo a Constituição em Miúdos¹⁷, que é desenvolvido junto à rede pública de ensino, com resultados positivos.

Já a Escola do Legislativo de Nova Friburgo, que tem à sua frente hoje o vereador Professor Pierre, um dos responsáveis pela resposta ao questionário, aprofunda a visão de integração da unidade educacional junto a iniciativas com impactos em um dos mais importantes segmentos econômicos da cidade, que é o turismo:

Por exemplo, a lei municipal que instituiu o guia municipal de turismo, o guia regional local. Essa legislação estabelece que a escola do legislativo

¹⁷ Lançado em Marabá o projeto Conhecendo a Constituição em miúdos. Disponível em: <
<https://www.zedudu.com.br/lancado-em-maraba-o-projeto-conhecendo-constituicao-em-miudos/>>.
 Acesso em: 17 mar. 2019.

trabalhará, assim que regulamentada a lei do guia, na formação ainda maior dos guias locais. Ou seja, formações de natureza histórica, natureza legislativa, de história legislativa, de história do município, para poder exatamente dar uma ampliação na questão turística da cidade e desenvolver o turismo receptivo. A escola legislativa tem um papel fundamental nesse contexto. Essa parte do turismo é muito forte, eu acredito que vai ser a maior chave da escola do legislativo num primeiro momento dela na gestão atual.

Ele destaca ainda a possibilidade de efetivar ações de letramento político junto a importantes segmentos da sociedade local, dentre eles os prestadores de serviços de táxi:

Outra questão também correlata, não só os guias, mas os taxistas, o comércio, ou seja, a escola do legislativo não vai só servir ao servidor público da Câmara Municipal ou também da Prefeitura, ela também vai se abrir para setores sociais e de forma exatamente a desenvolver o envolvimento do protagonismo político nas pessoas em cada setor. Ou seja, a gente acaba promovendo uma politização, um letramento político como é proposta das escolas do legislativo, a qual enalteço.

O parlamentar correlaciona ainda as iniciativas da Escola do Legislativo de Nova Friburgo e da Escola de Governo e Gestão da Prefeitura local, recém-criada no município:

Primeiro, onde vai se desenvolver o artigo 1º do Ato das Disposições Transitórias Orgânicas da legislação. O artigo 1º desse Ato diz que os poderes municipais deverão, por todos os meios possíveis, divulgar a Lei Orgânica. A Lei Orgânica traz a Escola de Governo e Gestão dentro do município à luz da Escola do Legislativo, porque a Constituição da República determina que apenas a União, as casas federais, quer dizer, no caso a União, e o Estado devem ter escola de governo e aqui em Nova Friburgo a gente teve uma iniciativa da secretaria, inclusive com participação sua, muito importante pela luz que teve em relação à Escola do Legislativo municipal, foi lançada também essa semente no Executivo e a gente assegurou a Escola de Governo e Gestão dentro da Lei Orgânica. O governo já tinha preparado um decreto relativo a isso, mas agora a gente assegurou isso na Lei Orgânica à luz da Constituição da República também. Então, assim, a Escola do Legislativo vai se tornar o grande elemento de fonte irradiadora das novas políticas que estão se instituindo no bicentenário de Nova Friburgo. Então ela entra com um papel fundamental nos 200 anos da cidade como irradiadora. E, pra fechar, ela vai ser irradiadora do que dispõe o artigo 486 da nova Lei Orgânica, que a gente vai desenvolver mais à frente, que é o programa de erradicação do analfabetismo político.

O fato de o vereador ter sido o relator da nova Lei Orgânica de Nova Friburgo, aprovada recentemente, faz com que sua visão sobre a Escola do Legislativo se expanda e se vincule a temáticas diversas, sendo necessária, contudo, a concretização das diversas iniciativas e sua efetiva vinculação com a unidade educacional do legislativo local, a fim de confirmar sua efetividade como ação da

escola e não do mandato individual do parlamentar, inobstante os relevantes méritos das iniciativas propostas.

Para José Nascimento, servidor da Câmara Municipal de Nova Friburgo, um dos principais impactos verificados junto ao público participante das programações oferecidas pela Escola do Legislativo consiste em maior clareza quanto ao papel constitucionalmente atribuído ao vereador, haja vista tratar-se de representante eleito pelo voto popular:

A possibilidade de abrir o leque para a população de como é feito esse trabalho, de como é que seria o trabalho do vereador, para que ele conheça, para que ele acompanhe e até vigie o que está sendo feito pelo vereador. É claro, se ele elegeu, ele tem todo o direito de acompanhar o trabalho e verificar se está sendo feito o trabalho da forma correta ou não. Da mesma forma como o legislador tem essa prerrogativa de acompanhar o trabalho do executivo, é uma das prerrogativas dele, eu acho que a população que elegeu esses vereadores, que elege esses vereadores, ela tem toda possibilidade de também fazer esse trabalho de fiscalização, de orientação e, quando ela é orientada nesse sentido, ela é capaz de ajudar e muito pra esse processo democrático, para poder a população entender que ela faz parte desse processo.

Com base nas respostas apresentadas e análises efetuadas, foi possível identificar a existência de relevantes impactos produzidos pelas escolas do legislativo, tanto internamente, quanto junto à sociedade, do ponto de vista de seus gestores. Na seção a seguir, verificaremos se as escolas do legislativo são consideradas agências promotoras de conceitos de cidadania e democracia, como isso ocorre e se há evidências que comprovem tal feito.

3.3 A visão dos dirigentes das escolas do legislativo municipais quanto à atuação de suas instituições como agências promotoras de conceitos de cidadania e democracia

Vários autores nos quais baseei o presente estudo apontaram as escolas do legislativo como agências promotoras de conceitos de cidadania, participação, democracia e civismo, dentre os quais se destacam Cosson (2008), Cinnanti (2011) e Ribeiro (2011). Para verificar a efetivação de tais princípios, obtive diversas respostas por parte das escolas participantes de minha pesquisa de campo, cuja metodologia já foi apresentada anteriormente. Destaco a seguir as principais contribuições oferecidas pelos respondentes, evitando duplicidade de conteúdos de respostas, ou seja, quando uma escola do legislativo “falar” o mesmo que a outra,

apenas uma resposta abordando a temática apontada será mantida. Também não serão apresentadas respostas genéricas ou evasivas, que não tenham dados objetivos, como programas desenvolvidos, quantidade de pessoas impactadas etc.. Seguem as principais respostas:

Sim. Promovemos alguns cursos e oficinas voltadas à comunidade e ao público interno. Especificamente com relação aos conceitos de cidadania e democracia, podemos citar as oficinas de SAPL que promovem a participação do cidadão como fiscalizador do trabalho legislativo. Aumentou de 64 para 218 o número de pessoas que acompanham os trabalhos desta Casa. Dentro do Programa Visite a Câmara, os visitantes conhecem um pouco do funcionamento do Legislativo Municipal e tem a oportunidade de exercer o papel de vereador, por alguns instantes. O feedback dado pelos professores que trouxeram seus alunos para visita é sempre positivo. (Escola do Legislativo de Uruguaiana)

Promoção do Exercício de Cidadania com Projeto Câmara Jovem e Câmara no Bairro. Mais de mil estudantes e munícipes participaram, os vereadores realizaram indicações e requerimentos de informação sobre estas solicitações. Projeto Vencedor do Prêmio Boas Práticas Legislativas. Realização de Curso gratuitos para a comunidade, como de Libras, Comunicação Assertiva e Cultura de Paz. (Escola do Legislativo de Guarujá)

Sim! A Escola do Legislativo carrega em seu eixo formativo uma missão fundamental na propagação dos conceitos de cidadania e democracia e isso ocorre em vários momentos em que a Escola se encarrega de aproximar o Poder Legislativo junto à Sociedade Civil. Nos diversos projetos que temos, destaque: Escola vai à Câmara; Parlamento Jovem; Juventudes nos passos da Cidadania e Semana Municipal de Cidadania e Conscientização Política. São momentos fortes que marcam e justificam tal afirmação. (Escola do Legislativo de Itajubá)

Com certeza sim, e pelo simples fato de que as atividades desenvolvidas, principalmente as voltadas para o público externo, têm o foco sobretudo na educação política e cidadã. Exemplos são o projeto Parlamento Jovem de Minas, o projeto Escola na Câmara, visitas monitoradas, entre outros. (Escola do Legislativo de Unai)

Sim. Através de iniciativas que aproximam a comunidade da Câmara, a Escola do Legislativo promove a cidadania e a democracia. Um bom exemplo é o "Projeto Líderes do Futuro - Uma Juventude Mais Cidadã" que convida estudantes de escolas públicas a conhecerem o Legislativo Araxaense. Por meio dessas visitas, os estudantes aprendem sobre as funções da Casa de Leis e podem debater suas ideias com os vereadores. (Escola do Legislativo de Araxá)

Pode sim, através de sua estratégia de trabalho, das ações que desenvolvem junto à comunidade, aproximando as pessoas da Casa. Capacitando seus agentes políticos, servidores e toda a sociedade, sobre o funcionamento do Poder Legislativo. Promovendo o diálogo e as parcerias. Podemos citar como evidência o Projeto Conhecendo a Constituição em Miúdos que desenvolvemos no primeiro semestre em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, para que 6.300 alunos tivessem acesso e estudassem a Constituição Federal numa linguagem mais acessível e jovem, que culminou na premiação de alunos do 6º, 7º e 8º ano com produção de artigos de opinião, crônicas e desenhos sobre os 30 anos da

Constituição Cidadã. Além disso, dia 30 de agosto agora, teremos a final da Gincana Cidadã, em que finalistas das turmas de 9º ano participarão de uma gincana de perguntas e respostas que testarão seus conhecimentos sobre a Constituição e cidadania. Foi um sucesso o projeto, os alunos evidenciam a alegria em ter participado, o conhecimento adquirido no decorrer da aplicação, sobre temas que não faziam ideia, como direitos sociais. (Escola do Legislativo de Marabá)

Sim. Através dos projetos institucionais desenvolvidos, especialmente o Parlamento Jovem de Minas, há um maior interesse de nossos jovens nas questões políticas e nas funções do Poder Legislativo. Há inúmeros relatos de participantes sobre a relevância dos projetos em sua formação cidadã. (Escola do Legislativo de Poços de Caldas)

Ela deveria ser, ou almejar ser. Um dos eixos da Escola é a informação – e formação – mais apurada ao cidadão comum acerca da democracia, do funcionamento do Estado e da Casa Legislativa. Em João Pessoa, tentamos fazer por meio de visitas guiadas e formativas e por programa de estágio-visita¹⁸. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Você plantou a semente, nós estamos adubando para que ela possa crescer e dar mais frutos. A Escola do Legislativo hoje faz parte da nova Lei Orgânica do município. Ela conta com a Escola do Legislativo, com a Câmara Jovem. No passado, não havia. Eu tenho dito que nós não matamos nem dizimamos a antiga Lei Orgânica, a gente simplesmente melhorou, pois ela durou quase 30 anos e essa nova irá durar 40 a 50 anos. Então a própria Escola do Legislativo, a importância dela é tão grande pra nós e, principalmente, para o legislativo municipal que ela hoje faz parte desse importante documento. (Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

Unanimemente, os respondentes consideram suas escolas do legislativo como sendo agentes promotores de cidadania e democracia, das quais cerca de 2/3 exemplificaram nominando os diversos projetos, programas ou prêmios em curso: Câmara Jovem, Estágio-Visita, Parlamento Jovem, Constituição em Miúdos, Gincana Cidadã, Líderes do Futuro, Escola na Câmara, Visite a Câmara, Câmara no Bairro, Boas Práticas Legislativas, Juventudes nos passos da Cidadania e Semana Municipal de Cidadania e Conscientização Política. Como as escolas do legislativo de Poços de Caldas e Unaí se referiram nominalmente ao Parlamento Jovem de Minas, inferi tratar-se de programa desenvolvido pela Escola do Legislativo de Minas Gerais e desenvolvido em parceria com os municípios mineiros, que funciona ininterruptamente com edições desde 2004 e chegará à sua 16ª edição em 2019, com as inscrições já tendo sido encerradas:

“Em 2019, o Parlamento Jovem de Minas faz 16 anos. Esse programa de formação política voltado aos estudantes do ensino médio dos municípios mineiros cria a oportunidade de conhecer melhor a política e os

¹⁸ Sobre um modelo de programa Estágio-Visita, cito a tese de doutorado do Prof. Rildo Cosson: LETRAMENTO POLÍTICO NO LEGISLATIVO: a experiência do programa Estágio-Visita. UFMG. 2015.

instrumentos de participação no Poder Legislativo municipal e estadual. A cada ano, os jovens escolhem um tema de relevância social e vivenciam atividades de estudo, debates e deliberação que contribuem para sua formação política. É uma iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), por meio da Escola do Legislativo (ELE), **realizada em parceria com diversas câmaras municipais mineiras** (grifo meu). Inscrições para Câmaras Municipais interessadas: de 10 a 30/9/2018”.

Ainda que seja numa amostra relativamente pequena, as respostas apresentadas pelos dirigentes de escolas municipais ao presente trabalho sinalizam o desenvolvimento de diversos programas e projetos voltados a estimular junto ao seu público-alvo (principalmente alunos da educação básica, pelos relatos apresentados) reflexões e práticas sobre cidadania, civismo, democracia e participação. Na próxima seção, buscaremos identificar a percepção dos dirigentes das escolas do legislativo municipais quanto à absorção dos conceitos e valores relativos à política e cidadania pelos participantes dos diversos projetos e iniciativas desenvolvidos.

3.4 Percepção dos dirigentes das escolas do legislativo municipais quanto à absorção de conceitos, valores e práticas políticas, cidadãos e democráticas por participantes de suas programações

Para além das programações oferecidas pelas escolas do legislativo municipais, o que realmente importa é o nível de absorção de conhecimentos e práticas que qualifiquem os participantes a uma atuação mais consciente no mundo em que vivemos, em especial no que tange ao seu maior envolvimento com os destinos de sua comunidade, cidade, Estado e país, evitando o fenômeno da alienação e apatia que já nos referimos anteriormente no presente trabalho. Os dirigentes das escolas municipais, questionados a esse respeito, opinaram positivamente: eles acreditam que os participantes das diversas programações oferecidas, parte das quais citadas na seção anterior, absorvem conteúdos transmitidos e vivenciados, embora não tenhamos elementos no âmbito da presente pesquisa para aferir junto aos mesmos essa percepção e, principalmente, se geram transformações em suas atitudes e comportamentos como cidadãos. Conheçamos as respostas:

Sim. A pluralidade de ideias, o agir pelo bem comum, a importância da participação popular, a representatividade. (Escola do Legislativo de Poços de Caldas)

Ainda não realizamos nenhum dos programas. Mas a intenção é a de que, a partir do momento em que as pessoas inscritas sejam provocadas a se questionarem sobre o papel dos poderes públicos no Brasil, eles possam perceber melhor as questões ligadas à boa política e a cidadania. (Escola do Legislativo de Formosa)

Percebemos, como por exemplo, as reais atribuições de um vereador, como funciona o orçamento no município, as competências dos órgãos, como Executivo e Legislativo. O que auxilia na cobrança de seus direitos e cumprimento de deveres, e faz com que compreendam e saibam como e a quem exigir. (Escola do Legislativo de Marabá)

Sim, percebo isso ativamente através da participação dos jovens nos projetos, principalmente nos relatórios em que os mesmos demonstram um processo de reconceituação do termo política e se abrem para novas formas de atuarem politicamente dentro da sociedade. A participação cidadã desses jovens é transformadora a partir do contato com os projetos da Escola do Legislativo. (Escola do Legislativo de Itajubá)

Sim. A importância da participação efetiva junto às comunidades de onde vêm, bem como a consciência de que cada um desempenha um papel de importância na comunidade e precisa fazer seu papel. (Escola do Legislativo de Campinas)

A verdade é que os jovens chegam à Câmara com conceitos bem rústicos nesse aspecto, com pouco entendimento sobre a organização do Estado brasileiro, quase nada sabem sobre o papel de cada poder, não entendem de forma clara como funciona a legislação eleitoral, a Constituição etc. Um dos projetos que melhora muito essa visão é o Parlamento Jovem, que traz o jovem ao debate e ao exercício da democracia e com um fundo de formação política interessante. O desenvolvimento é sensível a cada final de projeto. (Escola do Legislativo de Unai)

Os participantes, normalmente, saem satisfeitos dos eventos promovidos pela Escola, e isto se mostra através das pesquisas de satisfação. Em relação aos conceitos e valores, eles são conforme o tema abordado em cada evento. (Escola do Legislativo de Itapevi)

Estes conceitos sempre são aprofundados pelas casas legislativas. No fortalecimento dos programas que são instituídos pela escola. (Escola do Legislativo da AVEVI)

Hoje só conseguimos fazer tal acompanhamento com os estagiários-visitantes. Eles nos relatam que conseguem intuir como um parlamentar e sua equipe recebem demandas variadas e buscam solucionar problemas em curto, médio e longo períodos. No entanto, trata-se de questões pontuais que não chegam ao desenvolvimento de novos conceitos ou valores. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Sim. Valores relacionados à participação política e ao seu funcionamento. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Com certeza! A Escola do Legislativo, sendo uma fonte irradiadora do conhecimento político, ela concorre para a eliminação do analfabetismo político, com o letramento político e para a formação de uma sociedade mais crítica e mais consciente, uma sociedade que se liberta pelo conhecimento. Eu não posso acreditar que uma reforma no Brasil poderá ocorrer se não houver juntamente com outras medidas, de posição, de visão política, de destinação para a pátria, que passe pela formação política de

seu povo, pela libertação das correntes que ainda assolam ideologicamente a população a partir da ignorância. Então, na hora em que nós tivermos uma sociedade que, progressivamente, alcance um teor de letramento político, nós melhoramos a qualidade do voto, a qualidade do exercício do cidadão e, conseqüentemente, a qualidade da gestão pública, porque a gente vai ter uma população mais presente e participante. (Escola do Legislativo de Nova Friburgo)

Com base nas respostas apresentadas, podemos considerar que dirigentes das escolas do legislativo, pelo menos daquelas constantes de nossa amostragem, consideram ocorrer a absorção de conhecimentos e valores relativos à política, cidadania e democracia por parte daqueles que se envolvem com suas diversas atividades. Dentre as respostas apresentadas, uma me chamou a atenção pelo aprofundamento da reflexão, feita pelo dirigente da Escola do Legislativo de João Pessoa, tanto por apontar a efetividade do funcionamento do programa Estágio-Visita (“Eles nos relatam que conseguem intuir como um parlamentar e sua equipe recebem demandas variadas e buscam solucionar problemas em curto, médio e longo períodos.”), quanto pelo próprio autoquestionamento feito: “No entanto, trata-se de questões pontuais que não chegam ao desenvolvimento de novos conceitos ou valores”. Embora haja diversos relatos quanto à relevância das programações oferecidas, será que realmente contribuem para o desenvolvimento de novos conceitos e valores, fazendo com que o cidadão se sinta mais preparado e mesmo mais motivado a participar das diversas modalidades de atuação democrática?

Evidencia-se relativa dificuldade na aferição de tal efetividade, dentre outros motivos por envolver forte grau de subjetividade, o que requereria uma outra pesquisa abordando, ao longo de período histórico mais amplo, os resultados e práticas vivenciados por ex-participantes de programas de letramento político e, mais precisamente, dos programas oferecidos pelas escolas do legislativo municipais constantes do presente trabalho. Cosson (2015), após comparar grupo de ex-participantes do programa Estágio-Visita da Câmara dos Deputados, constatou não ter havido alteração significativa no comportamento dos indivíduos, transcorridos alguns anos após a participação no programa.

Inobstante tais reflexões, na seção seguinte verificaremos a percepção dos respondentes quanto à sua própria visão de estarem ou não contribuindo para o desenvolvimento de novas bases democráticas para o país a partir do trabalho de sua escola do legislativo.

3.5 Desenvolvimento de novas bases democráticas a partir do trabalho realizado pelas escolas do legislativo municipais: fato ou promessa

Antes de ingressar propriamente na apresentação e análise das respostas efetivadas pelos dirigentes das escolas legislativas municipais, importa reforçar sua pequena capilarização hoje no país. Considerando possuímos mais de 5.500 municípios e apenas 120 com escolas do legislativo municipais criadas, parte das quais provavelmente não esteja em funcionamento, seria ilusório imaginar elevado impacto das mesmas no fortalecimento de novas bases democráticas para o país. Isso poderia ocorrer a médio e longo prazo caso houvesse a criação de política pública de estímulo à expansão das mesmas, da mesma forma que ocorreu quando da implementação do SAPL), efetivado através do Interlegis, da Câmara dos Deputados. E mesmo considerando todo o sistema de educação para a democracia existente atualmente no país e distribuído entre Congresso Nacional e assembleias legislativas, ainda se encontra muito limitado e restrito, não alcançando a maior parte da sociedade brasileira. Ainda que não alcançasse todos os mais de 5 mil municípios, mas se fosse estruturada através de regiões, a exemplo do que ocorreu com a AVEVI, poderia ser verificada uma expansão significativa das escolas e, conseqüentemente, maior influência de suas ações no sentido da educação política dos cidadãos.

Retornando à questão central da presente seção, objetivei identificar se os dirigentes das escolas do legislativo municipais consideram estar contribuindo para o desenvolvimento de novas bases democráticas para o país a partir do trabalho realizado em sua escola do legislativo. As respostas apresentadas apontam visão unânime dos dirigentes das escolas componentes de nossa amostra quanto à contribuição oferecida para que sejam desenvolvidas novas bases democráticas no país, como pode ser comprovado através das transcrições a seguir, destacando de antemão a fala das direções das Escolas do Legislativo de Guarujá e de João Pessoa, respectivamente, “mesmo que seja um pequeno passo” e “muito pouco”:

Com certeza. Se não for para este bem, não haveria o porquê das Escolas de Governo. (Escola do Legislativo de Itapevi)

Sim, formar e informar os jovens sobre a importância da participação política, consideramos ser o caminho para o desenvolvimento desses conceitos de democracia na vida cotidiana do cidadão. (Escola do Legislativo de Campinas)

Sim, com certeza e este é um dos papéis principais e razão de existência da Escola do Legislativo. (Escola do Legislativo de Itajubá)

Sim. Trabalhamos com crianças do 4º e 5º ano fundamental, falando sobre o funcionamento dos 3 poderes da República. Acreditamos que a criança de hoje será um adulto fiscalizador e participativo, amanhã. (Escola do Legislativo de Uruguaiana)

Sim, sem dúvida alguma consideramos que o trabalho desenvolvido pela nossa Escola do Legislativo está contribuindo e irá contribuir muito mais para as bases democráticas do país, principalmente porque estamos trabalhando com educação política junto a crianças a partir de 03 anos de idade, que farão parte de um processo continuado de aprendizado nesse sentido. (Escola do Legislativo de Bálamo)

Sim. Principalmente por incentivar os jovens a participarem mais ativamente da política e mostrar a eles a importância da política em nossas vidas. (Escola do Legislativo de Araxá)

Acredito, pois percebo ao final de um ano trabalhando com determinadas escolas do vereador mirim, que os alunos saem mais informados e encantados com as possibilidades na política, que o político deve agir sempre pensando no bem coletivo, no respeito aos cidadãos e que é possível melhoramos nosso entorno mesmo não assumindo cargos políticos. Acredito na educação cidadã que forma cidadãos críticos e conscientes de seus papéis. (Escola do Legislativo de Marabá)

Sim. Pois acreditamos que a base da democracia é assegurada a partir do momento em que promovemos debates e discussões em torno dos mais variados temas do cotidiano de nossa cidade. Outra base é a informação, pois a partir do momento em que ocorre a maior difusão de dados em torno do funcionamento de nossa sociedade, ocorre maior participação e o convite para integrar no sistema democrático se torna mais evidente. (Escola do Legislativo de Formosa)

Sim, mas muito pouco, a partir de uma abertura para que a população compreenda melhor o Poder Legislativo e para uma conscientização do servidor deste poder de que deve alcançar excelência para melhor servir às pessoas. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Eu, estando presidente, acho que é uma ideia que tem que ser implantada, tem que ser valorizada e nós temos feito. Agora, ela tem que se aprimorar mais e tem que ter mais apoio. Eu acredito que no próximo ano, seja eu o presidente ou esteja alguém presidente, a gente vai ter condições muito grandes, até pelo espaço físico que a gente quer criar. A gente vai ter condições. Olha, eu posso te garantir, 90%, para que ela seja realmente o carro-chefe da Câmara Municipal. (Presidência da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

É, nós tivemos através do Regimento Interno, houve uma qualificação dos servidores [...] Dados assim [...] especificamente numéricos, estatísticos, de fato não dispomos ainda. Mas futuramente a gente pode começar a trabalhar nesse sentido para desenvolver isso, até porque vai ser fruto do crescimento da escola. Mas fica claro que alguns servidores passaram a ter um conhecimento mais apurado do Regimento Interno e também do funcionamento da casa graças à Escola do Legislativo. (Escola do Legislativo de Nova Friburgo)

Além de entenderem como sendo um dos papéis institucionais das escolas do legislativo, todos os respondentes afirmaram estar contribuindo para o desenvolvimento de novas bases democráticas para o país, de formas diversas: conscientização de estudantes, profissionalização de servidores, maior difusão de dados para a sociedade, maior conhecimento dos instrumentos legais que regem o legislativo e a cidade (Regimento Interno e Lei Orgânica) e novos formatos de participação. Mas houve, como citado acima, os que consideram estar aquém do potencial ou mesmo da real necessidade de nossa sociedade.

Complementarmente a essa questão, busquei identificar junto aos respondentes se eles possuem elementos ou dados que comprovem a atuação de sua escola do legislativo na direção do aperfeiçoamento e fortalecimento da democracia, além da própria qualificação do parlamento do qual é parte integrante. Das escolas do legislativo respondentes, apenas Poços de Caldas e Formosa declararam não ter elementos que comprovem tal atuação. As demais apresentaram argumentos diversos confirmando possuírem elementos ou dados comprovando tal atuação, como pode ser verificado a seguir:

Há elementos, além de testemunhos de estudantes, como projetos de leis de autoria real de estagiários patrocinados pelos vereadores que os acolheram os quais não se enquadram na vala comum dos nomes de logradouros e concessões de utilidade pública. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

A Escola do Legislativo de Juiz de Fora possui um perfil mais voltado para a capacitação dos servidores. O aperfeiçoamento profissional interfere positivamente no desempenho das atividades diárias. Não possuímos dados estatísticos ou pesquisa devidamente formatada para medir tais indicadores. Essa percepção se dá pelo desempenho diário do corpo funcional. (Escola do Legislativo de Juiz de Fora)

Nossa escola é pioneira neste modelo de reunir várias câmaras e atuar como associação. Só este fato mostra que tem interesse nesse aperfeiçoamento e qualificação do parlamento. Porque faz com eficiência e é mais econômica. (Escola do Legislativo da AVEVI)

Não sei se o que tenho de fato sejam ferramentas que comprovem, mas temos questionários, aplicados aos alunos no final dos anos do Programa, relatórios e a fala de diretores dos departamentos da Câmara, gestores escolares, dos alunos, que podem ressaltar a importância do trabalho. (Escola do Legislativo de Marabá)

Em sua curta trajetória, a Escola do Legislativo já recebeu cerca de 700 estudantes para conhecer o trabalho parlamentar e já realizou 12 cursos e palestras de capacitação para o público interno. (Escola do Legislativo de Araxá)

Ainda não quantificamos os resultados obtidos. No entanto, no relatório enviado para o e-mail pode-se observar a realização de atividades que

fortalecem a democracia e qualificam o Parlamento. (Escola do Legislativo de Uruguaiana)

Aumento do número de pessoas que acompanham as sessões. (Escola do Legislativo de Guarujá)

Sim. Temos um banco de dados que nos permite avaliar de forma positiva o número de alunos assistidos pela Escola do Legislativo ao longo desses 5 anos de existência, além das contínuas etapas de formação continuada oferecidas para os vereadores em exercícios e assessores de gabinetes. (Escola do Legislativo de Itajubá)

Sim, a participação dos vereadores e assessores foi bastante expressiva ao longo desses anos, num crescente. O número de inscrições alcançadas reflete o interesse e participação destes. (Escola do Legislativo de Campinas)

Na verdade, esses elementos são visíveis na forma de comentários entre a própria população e os meios de comunicação e redes sociais. A escola consolida toda sua atividade anualmente através de relatórios, e o que se percebe é um crescimento da participação popular ao longo dos anos nas atividades da Escola do Legislativo. (Escola do Legislativo de Unai)

Através das pesquisas de satisfação distribuídas ao final de cada evento. (Escola do Legislativo de Itapevi)

Dentre as respostas apresentadas, podemos sintetizar as diversas formas de comprovação da atuação da unidade educacional do legislativo tanto no que se refere ao aperfeiçoamento e fortalecimento da democracia, quanto da própria qualificação do parlamento que lhe mantém da seguinte forma: quantidade de alunos atendidos, respostas a questionários com pesquisas de satisfação ao final de cada atividade, número de participantes das sessões legislativas, participação popular, efetividade da participação dos parlamentares nas programações desenvolvidas, depoimentos de concluintes das programações oferecidas, projetos de lei oriundos de sugestões apresentadas em programações da escola do legislativo.

Com base nas respostas apresentadas, é possível constatar que há sim direcionamento por parte das escolas do legislativo municipais em desenvolver ações voltadas ao aprimoramento do processo democrático em suas localidades, através do oferecimento de uma série de mecanismos, os quais causam impacto positivo junto aos seus participantes, embora limitados do ponto de vista do alcance de maior número de pessoas, que poderiam contribuir para uma mudança cultural e de prática política em seu município, Estado e, conseqüentemente, país. Os relatos quanto aos resultados obtidos se restringem a elementos de observação interna, mais do que a conseqüências junto à própria sociedade como um todo. Tal

constatação nos remete a aspecto anteriormente tratado, associado à baixa capilarização das escolas do legislativo municipais no país, o que será objeto da próxima seção.

3.6 Estratégias de capilarização das escolas do legislativo no país

Ainda que considerada como importante instrumento de fomento à educação para a democracia através de ações diversas de letramento político, é notória a incipiência do movimento junto aos municípios. Embora todas as assembleias legislativas do país já possuam escolas do legislativo, assim como as 2 casas que compõem o Congresso Nacional, quando se fala em municípios, o percentual deles que contam com escolas do legislativo vinculadas aos seus parlamentos ainda é irrisório: cerca de 2%. Isso, por si só, inviabiliza a potência da iniciativa no sentido do seu espraiamento junto a contingentes populacionais mais elevados. Por isso, questionamos aos dirigentes das escolas do legislativo municipais se eles acham possível ampliar a capilarização de tais iniciativas no Brasil e como isso poderia ser feito, tendo sido apresentadas as seguintes respostas:

Sim. Através da divulgação do trabalho e da troca de experiências entre as Escolas do Legislativo existentes e da formação e qualificação de equipes para desenvolver o trabalho dentro das Câmaras Municipais. (Escola do Legislativo de Araxá)

Sim, entendemos que isto pode ser feito, principalmente, através das Associações das Escolas como a ABEL e a APEL - Associação Paulista das Escolas do Legislativo e Contas. (Escola do Legislativo de Bálamo)

Sim. Divulgando nos municípios vizinhos e incentivando-os a criarem Escolas do Legislativo. O Rio Grande do Sul possui em torno de 500 municípios e apenas 6 a 8 deles possuem Escola do Legislativo. Estamos auxiliando o município vizinho (Barra do Quaraí) a criar sua própria Escola. (Escola do Legislativo de Uruguiana)

Tornar obrigatório o funcionamento das mesmas em todas as cidades. Parcerias com Escolas da Rede Pública, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Técnico e Universidades. (Escola do Legislativo de Guarujá)

Acredito que a capilarização das escolas do legislativo no Brasil seja possível através das Escolas de Governo dos Poderes Legislativos Estaduais, com capacitação e incentivos às Câmaras Municipais para que organizem na formação de suas escolas no governo local. Infelizmente, nem todas as Câmaras Municipais possuem estruturas organizacionais para criarem suas escolas, tanto em recursos físicos quanto estruturais. O apoio das Assembleias Estaduais junto às Câmaras é fundamental para o fortalecimento e expansão das Escolas do Legislativo em todo o país. (Escola do Legislativo de Itajubá)

Sim, a ABEL já faz esse trabalho e acredito que cada Escola pode contribuir para essa disseminação no sentido de oferecer um trabalho de qualidade. A Elecamp contribui para essa ampliação, no sentido de prestar assistência técnica às Escolas recém-criadas para a construção do Regimento Interno, Projeto Pedagógico e Plano Anual de Capacitação e, ainda, oferecendo aos municípios do entorno a oportunidade de participar das atividades de capacitação que oferece. A Região Metropolitana de Campinas frequenta as ações de capacitação promovidas pela Elecamp. (Escola do Legislativo de Campinas)

Falando da minha região, que fica no Noroeste de Minas, a melhor forma de isso acontecer é a Escola do Legislativo desenvolver atividades voltadas para profissionais do legislativo e estender os convites de participação às câmaras da Região. Com isso, eles fazem o curso e conhecem o funcionamento da Escola. A melhor forma de expansão eu acredito que seja o trabalho regional. (Escola do Legislativo de Unaí)

Sim. Este é um interesse individual de cada município. (Escola do Legislativo de Itapevi)

É claro que é um trabalho a médio e a longo prazo. Não dá para pensar na escola do legislativo ser implantada assim de forma rápida e que se venha pular de 100 para quinhentos, de quinhentos para mil, para os mais de cinco mil municípios que existem no Brasil. A gente vai chegar a um número muito maior, mas com o tempo, eu creio. Eu creio que logo a gente vai ter uma quantidade muito maior de câmaras em que sejam implantadas as escolas do legislativo, a partir do momento que as pessoas conheçam a importância da escola do legislativo para cada Câmara. (José Nascimento, servidor da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

Acredito que sim, informando e demonstrando os resultados de outras escolas, que evidenciam a importância do trabalho das escolas do legislativo. (Escola do Legislativo de Marabá)

Sim. Através de mais investimentos e publicidade em torno da temática. Somos a primeira escola legislativa no estado de Goiás em nível municipal e percebemos que há na realidade falta de pessoal, de investimentos e possível baixo interesse em torno do assunto. (Escola do Legislativo de Formosa)

Sim. Divulgando sua importância no processo democrático como instrumento de formação política e educação para a cidadania. (Escola do Legislativo de Poços de Caldas)

Acreditamos que sim. Só seguir o nosso modelo. (Escola do Legislativo da AVEVI)

Sim, ou associando-as a um corpo de consultoria legislativa ou incentivando os servidores ao desenvolvimento de pesquisas – acadêmicas ou não – que visem, entre outras coisas a: melhor ensinar ao cidadão comum acerca das sutilezas do Legislativo; formar o servidor da Casa; dar eficiência à máquina pública. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Sim. A capilarização das Escolas é possível por meio da criação de uma rede de escolas devidamente formalizado. Um exemplo desta tentativa, mesmo que ainda pouco abrangente, é a ação da ABEL. (Escola do Legislativo de Marabá)

[...] das 15 câmaras que nós recebemos nesse 1 ano e meio aqui em Friburgo, para conhecer a metodologia de trabalho da nossa administração,

14 não conheciam (escola do legislativo), a de Niterói já tinha. E, das 14 que não conheciam, 6 vão implantar. Então é uma evolução. Mas, como eu te disse, isso tem que ser, como você tem feito muito bem, propagado e levado às pessoas para que elas tenham conhecimento. (Presidência da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

Primeiro tem que se dar um formato mais definido de que tipo de escola a gente quer. Tendo essa clareza em estudos e pesquisas, através de experiências concretas de escolas, como está sendo feito nesse trabalho de modo laudatório, poderá se ter uma noção clara dos objetivos da escola legislativa e, progressivamente, poderá se implementar no nível federal, a partir de um projeto de lei federal, determinando que as câmaras municipais e as assembleias legislativas disponham de escolas legislativas. E pode ser feito mediante o artigo 29 da Constituição da República num processo progressivo mediante o quantitativo populacional, porque há aquelas câmaras com recursos mais parcos que poderiam ser, aos poucos, instrumentalizadas de modo que tivessem um tempo até maior pra poder se adequar. Mas o interessante, como diz o Senador Cristovam Buarque, é começar já. A gente precisa começar já. E creio que o instrumento progressivo utilizado seria o artigo 29 da Constituição da República. (Escola do Legislativo de Nova Friburgo)

A partir da análise das respostas apresentadas, podemos constatar vários aspectos importantes. Um deles é a relevância da ABEL como elemento impulsionador da capilarização das escolas do legislativo no país. Há pelo menos duas citações dando conta disso, além de uma referência à sua congênere paulista, a APEL. Outra se refere à possibilidade de estruturação à criação de uma legislação federal que estimule os municípios à criação de suas escolas do legislativo no âmbito de seus parlamentos.

Outro ponto importante se refere à integração regional, cujo exemplo da AVEVI é dos mais significativos no âmbito do presente trabalho, incluindo ações de divulgação da escola nos diversos municípios que compõem a região. Eles próprios dizem que “É só seguir nosso modelo.” Embora saibamos quão complexo é estabelecer integração intermunicipal, por motivos diversos, e a própria Associação tenha levado bastante tempo desde sua idealização até sua implementação efetiva (cerca de 20 anos), realmente considero tratar-se de modelo a ser conhecido mais a fundo para possível adoção por outras regiões do país. Mesmo que não haja a criação formal de uma associação, o apoio das escolas já constituídas às novas iniciativas de parlamentos vizinhos, pode se constituir como importante instrumento de estímulo a essa capilarização, como respondeu a Escola do Legislativo de Unaí, dizendo que “A melhor forma de expansão eu acredito que seja o trabalho regional.” O exemplo da Escola do Legislativo de Campinas é emblemático nesse sentido, pois consta “[...] prestar assistência técnica às Escolas recém-criadas para a construção

do Regimento Interno, Projeto Pedagógico e Plano Anual de Capacitação e, ainda, oferecendo aos municípios do entorno a oportunidade de participar das atividades de capacitação que oferece.”

Também há sugestões para que seja estabelecida obrigatoriedade de implementação das escolas do legislativo municipal mediante legislação federal, bem como incentivadas parcerias das escolas do legislativo com instituições educacionais tradicionais, da educação básica ao ensino superior.

Na próxima seção, verificaremos junto às escolas do legislativo participantes da presente pesquisa quais são as ações de letramento político e de educação para a democracia desenvolvidas, se há a participação de indivíduos e coletivos com capacidade crítica e densidade analítica, além de organizados politicamente, e se há ações protagonizadas pela sociedade local no âmbito das escolas.

3.7 Ações de letramento político e participação de indivíduos e instituições extraquadros

As principais ações de letramento político oferecidas pelas escolas do legislativo municipal, decorrentes das respostas ao questionário apresentado, serão apresentadas a seguir. Cabe destacar, preliminarmente, que fica reforçada a hipótese de que as escolas do legislativo, além de instrumentos de qualificação de seu corpo interno (vereadores, assessores e servidores de carreira), pelo menos na amostra do presente trabalho, vêm trabalhando através de diversas ferramentas voltadas à educação para a democracia, citadas anteriormente por autores que compõem a presente tese. Apenas 2 das 15 respondentes afirmaram não estar realizando atividade de letramento político (Formosa) ou não respondeu (Unaí). Das demais, vejamos o que diz cada uma em resposta à questão “Que ações de letramento político e de educação para a democracia vêm sendo desenvolvidas por sua escola?”:

Como já dito, a Escola do Legislativo de Juiz de Fora está mais voltada para a capacitação do público externo, sendo que possuímos um setor (denominado Centro de Atenção ao Cidadão) que desenvolve mais programas voltados para a sociedade, como Parlamento Jovem, Câmara Mirim e Escola da Cidadania. Apesar desta repartição de tarefas, que muitas vezes se interagem, a Escola promove palestras com temas específicos buscando o letramento político e a educação para a cidadania. (Escola do Legislativo de Juiz de Fora)

As visitas guiadas e formativas de estudantes e o programa de Estágio-Visita. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Nosso principal evento é o curso de formação para futuros vereadores que proporcionamos um ano antes das eleições. E depois seguimos com cursos de qualificação para os eleitos. (Escola do Legislativo da AVEVI)

No início de cada legislatura são oferecidos cursos preparatórios aos parlamentares. Também desenvolve dois projetos institucionais de educação para a cidadania: "Parlamento Jovem de Minas" (desde 2009) e "Câmara em Visita" (desde 2001). Eventualmente também são promovidos cursos de capacitação aos servidores. (Escola do Legislativo de Poços de Caldas)

Como ressaltai antes, temos o Programa Câmara Mirim, Projeto Conhecendo a Constituição em Miúdos, Gincana Cidadã, Programa de formação de servidores e agentes políticos, que trabalhamos desde redação oficial, SAPL, oratória até o uso dos bens públicos. (Escola do Legislativo de Marabá)

A principal ação de letramento político que desenvolvemos é o "Projeto Líderes do Futuro - Uma Juventude mais cidadã". A iniciativa tem o objetivo de proporcionar aos alunos a experiência de conhecer o Legislativo e entender o seu papel através da troca de experiências com os parlamentares, incentivando assim, a Educação Política. (Escola do Legislativo de Araxá)

A Escola do Legislativo desenvolve várias atividades de conteúdo político. Os trabalhos atingem crianças e adolescentes dos 03 ao 17 anos, ou seja, começa no ensino infantil, passa pelo ensino fundamental até adolescentes do ensino médio. Nesse caminho, as atividades desenvolvidas são variadas, indo desde o teatro de fantoches, para crianças do ensino infantil e início do fundamental, até trabalhos desenvolvidos por alunos do ensino fundamental II e ensino médio sobre educação política, com elaboração de textos e imagens. Além disso, é feita eleição para constituição da Câmara Jovem, cujos alunos eleitos passam a conhecer a realidade do legislativo e de diversos setores do poder executivo, com o objetivo de serem agentes transformadores no futuro. Destacamos também que a Escola do Legislativo desenvolveu um material como Cartilhas, Gibis, Folheto que são entregues aos alunos, tratando de temas variados sobre cidadania e educação política. Por fim todos os alunos das escolas do município são encaminhados à Câmara Municipal para participarem de atividades, como o citado teatro de fantoches e palestras. (Escola do Legislativo de Balsamo)

Basicamente: * Oficina SAPL; * Programa Visite a Câmara; e * Oficina Os três Poderes. (Escola do Legislativo de Uruguaiana)

Divulgação dos cursos EAD do Senado, Interlegis, Programa Câmara Jovem e Câmara no Bairro e curso de Formação de Liderança Comunitária. (Escola do Legislativo de Guarujá)

Cursos, Seminários, Palestras, Projetos de cidadania voltados para a juventude. (Escola do Legislativo de Itajubá)

Curso de Formação Política para Jovens (15 a 24 anos) e Parlamento Jovem. (Escola do Legislativo de Campinas)

A principal é um curso de Educação Política ministrado para os alunos dos terceiros anos do ensino médio em todas as escolas estaduais de nosso município, em que levamos profissionais para falar sobre: Democracia,

Cidadania e Divisão de Poderes, Adesão do Programa do Vereador Mirim e Concurso de Redação, o qual tem como tema este ano a Constituição. (Escola do Legislativo de Itapevi)

Primeiramente, a questão ligada ao conhecimento legal, das estruturas legais. Primeiro, entender o funcionamento das estruturas normativas do poder legislativo municipal, ou seja, sair de dentro para fora. A partir desse processo efetivado agora e isso será feito pela Lei Orgânica, deverão começar a ser trabalhadas as questões da administração pública, inclusive em parcerias com o Tribunal de Contas do Estado. (Escola do Legislativo de Nova Friburgo)

O mix de atividades oferecidas pelas escolas do legislativo municipais participantes de nossa pesquisa está alinhado ao que diz a literatura já consultada a respeito, anteriormente citada como parte integrante do presente trabalho. Apenas para efeito ilustrativo, destacarei os diversos programas em desenvolvimento pelas escolas do legislativo municipais que responderam à nossa pesquisa:

- Centro de Atenção ao Cidadão;
- Parlamento Jovem;
- Câmara Mirim;
- Escola da Cidadania;
- Visitas guiadas;
- Estágio-Visita;
- Curso de formação para futuros vereadores;
- Câmara em Visita;
- Projeto Conhecendo a Constituição em Miúdos;
- Gincana Cidadã;
- Programa de formação de servidores e agentes políticos;
- Projeto Líderes do Futuro - Uma Juventude mais cidadã;
- Teatro de fantoches para crianças;
- Câmara Jovem;
- Cartilhas, gibis e folhetos;
- Oficina SAPL;
- Programa Visite a Câmara;
- Oficina Os três Poderes;
- Divulgação dos cursos EAD do Senado;
- Programa Câmara no Bairro;
- Curso de Formação de Liderança Comunitária;
- Cursos, Seminários e Palestras;
- Projetos de cidadania voltados para a juventude;
- Curso de Formação Política para Jovens;
- Curso de Educação Política com conteúdo sobre Democracia, Cidadania e Divisão de Poderes;
- Concurso de Redação.

As iniciativas acima listadas, extraídas de uma pequena amostra, demonstram a diversidade de instrumentos desenvolvidos pelas diversas escolas do legislativo municipais a fim de promover a educação para a democracia, todas consonantes ao que diz a literatura a respeito de ações de letramento político. Mas será que tais projetos incorporam a visão externa da sociedade, com a participação de indivíduos e coletivos que tragam suas experiências e vivências, aprimorando as práticas de letramento promovidas por essas unidades educacionais, estimulando o protagonismo da própria sociedade junto às escolas do legislativo municipais? Duas questões foram incluídas no formulário de pesquisa com o objetivo de verificar se há esse tipo de participação: “Nas ações da sua escola do legislativo há a participação de indivíduos e coletivos com capacidade crítica e densidade analítica, organizados politicamente? Quais e de que forma participam?” e “São desenvolvidas ações em que a sociedade local seja protagonista? De que forma?”. Os dirigentes apresentaram as seguintes respostas:

Poucos, mas têm. Um e outro de sindicato. Partidos políticos, porque obviamente é uma casa política e se elevam através dos seus representantes que ali estão ou são ligados a algum vereador. [...] Acho que vai avançar. Mas já há uma procura: toda vez que nós vamos em algum programa de TV, principalmente na Rádio Câmara, a gente tem divulgado a importância da Escola do Legislativo, da Câmara Jovem e da Escola Cidadã. Os professores trazendo para dentro da Câmara as crianças, os adolescentes, para começarem a conhecer a política local, ele começar a saber a importância do legislador da cidade. Porque a gente pode talvez, quem sabe, no futuro muitos venham ocupar uma cadeira daquela ali. Preparar o futuro administrador, o futuro político, dentro da própria Câmara, através da Escola do Legislativo. Mas hoje ainda não tem com muita base esse tema não. A gente está ainda fluindo. (Presidência da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

Temos todo tipo público, desde cidadãos do lar até doutorados, que participam dos cursos oferecidos pela Escola. [...] já tivemos eventos voltados especificamente para ONGs, Associações, Líderes Comunitários, Terceiro Setor, microempreendedores etc. (Escola do Legislativo de Itapevi)

Nem sempre, mas por vezes pessoas engajadas em causas específicas se fazem presentes de forma organizada. Participam com o comparecimento e intervenção direta por meio de perguntas ou na própria solicitação de realização de um evento. [...] Muitos dos eventos que realizamos buscam cumprir data do calendário oficial do município, o que permite o protagonismo e engajamento de grupos razoavelmente organizados. (Escola do Legislativo de Juiz de Fora)

A Escola do Legislativo tem uma característica que é a parceria. Na verdade, há pouquíssimo gasto porque sempre que há um projeto a ser desenvolvido, o que se busca são pessoas da sociedade que conseguem falar com desenvoltura sobre determinado tema. Como o foco é muito voltado para os jovens, as pessoas não só se voluntariam para a atividade, como ficam muito felizes em poder contribuir de alguma forma para a

formação democrática, política e cidadã. Como foi dito na questão anterior, a escola, para funcionar bem, depende da colaboração da sociedade, essa é a melhor forma de protagonismo e acontece aqui. (Escola do Legislativo de Unai)

No Programa de Estágio-Visita, o estagiário deve apresentar ao término um trabalho de intervenção, seja um projeto de lei, indicação de serviços, fruto de sua pesquisa *in loco* em comunidades ou advindas de demanda de grupos classistas. Na Virada Legislativa, ação da Câmara em parceria com o ITS-RIO, na qual a escola participa ativamente, há a preparação das pessoas interessadas em transformar uma ideia em um projeto de lei de iniciativa popular, que em seguida é colocado em *app* de coleta de assinaturas. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Não identifico esse público ainda. As ações, tendo em vista o histórico da Elecamp e a intensa necessidade de capacitação interna, são recentes. (Escola do Legislativo de Campinas)

Nossos cursos são para vereadores, mas abrimos também para toda comunidade e sempre gratuitos porque temos a parceria de outras instituições. E os participantes sempre trazem propostas importantes para o debate. Sempre temos a participação da sociedade, com lideranças políticas e comunitárias. Sempre através de cursos. (Escola do Legislativo da AVEVI)

Sim, temos ações culturais como o coral da Câmara Municipal coordenado pela sociedade civil e financiado pela Escola do Legislativo, além de seminários e palestras organizados pela população com apoio subsidiário da Escola. (Escola do Legislativo de Itajubá)

Cedemos o espaço para reuniões de ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips e Associações; promovemos atividades culturais e de sustentabilidade; realizamos eventos de interesse público em parceria. (Realizamos) sessões nos bairros onde os vereadores vão para ouvir a população. (Escola do Legislativo de Guarujá)

Inicialmente, os programas estão voltados a alunos dos níveis superior, médio e fundamental e esperamos nos organizar para, em breve, acolher este público. [...] A intenção dos programas é a de fazer com que a sociedade possa canalizar ideias que venham a se tornar propostas reais a serem debatidas no plenário. (Escola do Legislativo de Formosa)

Alguns eventos foram realizados para grupos específicos: Ciclo de estudos jurídicos voltados para advogados e estudantes de direito. Oficina SAPL para partidos políticos. Palestra para o Grupo Fantásticas Mulheres. As participações se dão na forma de questionamentos e interação. Ainda não foi desenvolvida alguma ação tendo a sociedade como protagonista. Estamos programando uma atividade para a Semana da Bandeira, com este intuito. (Escola do Legislativo de Uruguaiana)

Sim, os saraus de poesia, em que os protagonistas são os escritores locais; nas exposições são os artistas; nos programas com as escolas, são os alunos e professores. (Escola do Legislativo de Marabá)

As atividades são desenvolvidas especificamente com alunos da rede de ensino, dentro do principal projeto da Escola, denominado Projeto Ponte. Dentro da Escola existe outro projeto denominado Formação Cidadã, com atividades voltadas para a comunidade em geral. (Escola do Legislativo de Balsamo)

Sim. As ações da Escola do Legislativo contam com participação ativa dos Vereadores. Eles participam de debates com os visitantes e sugerem temas para eventos e palestras. A sociedade local é protagonista das cerimônias de entrega de honrarias. Através desses eventos, a Escola do Legislativo incentiva e reconhece o trabalho de entidades e pessoas que se destacam com o desenvolvimento de ações inovadoras em diversos setores. (Escola do Legislativo de Araxá)

Embora a ampla maioria dos respondentes tenha respondido positivamente às questões relativas à participação de cidadãos com capacidade crítica e analítica, organizados politicamente, nas programações oferecidas, bem como se há ações em que a sociedade local seja protagonista, as respostas apresentadas caminham em direção parecida à questão anterior. Relatam basicamente iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pelas escolas, as quais, embora contem com a participação de cidadãos oriundos de diversos segmentos, não os posiciona como protagonistas, como líderes das atividades promovidas, o que dificulta a adoção do ponto de vista de segmentos da sociedade nas ações promovidas pelas escolas.

Uma das poucas exceções é relatada pela Escola do Legislativo de João Pessoa: por ocasião de sua participação no programa Estágio-Visita, o estagiário deverá apresentar um trabalho propondo alguma intervenção, seja na forma de projeto de lei ou indicação de serviço a ser realizado, o qual se origina de demandas apontadas por comunidades visitadas. Embora no início da programação do Estágio-Visita ele se posicione passivamente, na estruturação e posterior submissão do trabalho, ele se torna protagonista. Na mesma escola, através de parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS-RIO), também são preparadas pessoas para transformarem ideias em projeto de lei de iniciativa popular, posteriormente inserido em aplicativo de smartphone para coleta de assinaturas e validação.

Numa perspectiva de integração e não de protagonismo, busquei identificar se são oferecidas experiências e vivências junto a associações de moradores, órgãos de representação estudantil, sindicatos e partidos políticos, entre outros segmentos que compõem a sociedade local e, caso positivo, como ocorrem e com que receptividade, regularidade e resultados, obtendo as seguintes respostas:

A princípio, as escolas, através desse projeto Escola Cidadã. As associações de moradores, nós começamos a visitá-las nesse segundo semestre, então a gente está começando a levar para eles. Os sindicatos, nós não chegamos ainda, vamos fazê-lo. Mas o que foi inicialmente, como eu falei no início da entrevista, os funcionários da casa, todos os funcionários, não só os de carreira, mas como os comissionados. Estamos

aí falando de quase 200 pessoas. Em seguida, nós passamos para a escola, tivemos já duas escolas participando e, o principal, a Câmara Jovem. Hoje, a Câmara Jovem tem que participar ali para conhecer o que é, até porque quando eles começam a fazer os projetos, (para) eles terem um conhecimento técnico do que é aquilo que estão fazendo. Então nós temos hoje três etapas ou temos três representatividades: Escola, a própria Câmara Jovem através dos adolescentes e os funcionários. Nós vamos ampliar agora sim, no segundo semestre, para as associações e sindicatos. Partidos políticos a gente caminha, mas é muito difícil de participar. Infelizmente, no Brasil, essa é uma opinião minha, particular, os partidos políticos não são orgânicos, são partidos geralmente cartoriais, que se reúnem de dois em dois anos para as eleições. Isso é ruim. Acredito que com (uma reforma política) vai mudar a mentalidade porque aí eles vão poder se interessar. Mas até então, eu não vejo a presença de partidos políticos. Muito poucos se interessam, (quem se mobiliza) mais os partidos de esquerda, aqueles que têm um conhecimento realmente orgânico de querer fazer a boa política. (Presidência da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

Sim, são oferecidos, mas não de forma sistemática. Há uma preocupação maior de realização do evento em torno de um tema que naturalmente atrai indivíduos e grupos. (Escola do Legislativo de Juiz de Fora)

Todos nossos eventos são abertos ao público e gratuitos. (Escola do Legislativo de AVEVI)

São ofertados, com regularidade. Por exemplo, o Câmara Mirim acontece durante um ano, as palestras são agendadas a pedido das instituições e vereadores. (Escola do Legislativo de Marabá)

Estamos mais próximos da comunidade, a Câmara passou a ser efetivamente a Casa do Povo e a estar aberta para a população. (Escola do Legislativo de Guarujá)

Foram ofertados os serviços da Escola do Legislativo aos Partidos Políticos, Escolas públicas e privadas e para algumas entidades representativas da sociedade. Ainda com baixíssimo retorno. Formamos uma parceria com a ONG Grupo Caminho Azul para a realização do curso de LIBRAS. (Escola do Legislativo de Uruguaiana)

Sim, através da oferta dos cursos, a receptividade é variável, depende da necessidade e os resultados, para quem participa, normalmente são positivos. (Escola do Legislativo de Itapevi)

Das questões apresentadas até agora para apreciação e resposta das escolas do legislativo, a que apresentou a maior quantidade de respostas negativas foi exatamente essa. Das 15 escolas respondentes, 9 afirmaram não haver nenhuma ação de integração junto a associações de moradores, órgãos de representação estudantil, sindicatos e partidos políticos. E, das que responderam, nenhuma informou objetivamente quais dessas instituições participam. Isso nos leva a crer que alguns dos espaços de maior relevância na sociedade, em especial no que se refere à participação e cidadania, não estão sendo devidamente trabalhados pelas

escolas do legislativo, pelo menos as que constam de nossa amostra, o que deve ser objeto de atenção e mudança de atitude de seus dirigentes.

Na próxima seção, verificaremos a percepção dos dirigentes das unidades educacionais dos legislativos municipais quanto ao impacto das ações por elas desenvolvidas na melhoria da imagem dos parlamentos aos quais estão vinculadas, bem como se há mudanças na percepção dos participantes quanto ao real papel exercido pelo poder legislativo em um regime democrático.

3.8 Percepção dos dirigentes das escolas do legislativo municipais quanto à melhoria de imagem dos seus parlamentos a partir das atividades educacionais desenvolvidas e maior clareza dos participantes quanto às funções legislativas

Dos autores que compõem a revisão bibliográfica do presente trabalho, alguns, como Cinnanti (2011) e Cosson (2008) citaram a intenção de melhoria da imagem dos parlamentos como um dos objetivos associados à implantação de escolas do legislativo. Nesta seção, inicialmente buscaremos identificar junto às escolas participantes da amostra qual é a percepção dos seus dirigentes quanto ao alcance desse objetivo e as evidências que fundamentam seu ponto de vista. Importante destacar que 1/3 das escolas disse não ter evidências de que essa melhoria da imagem realmente ocorra. Vamos às respostas:

A Escola de Governo tem como principal objetivo aproximar o cidadão do poder legislativo de nossa cidade através da educação, com a promoção de cursos e palestras dentro da Casa de Leis, mostrando desta forma que temos o interesse em mostrar o verdadeiro significado do poder legislativo no município. (Escola do Legislativo de Itapevi)

Eu vejo o crescimento da credibilidade do legislativo, da Câmara, quando ele é capaz de oferecer algo mais pra população do que simplesmente fazer algumas coisas que eles já estão acostumados a ver dentro dos legislativos, mas mantendo uma distância do povo, da população. A escola do legislativo, eu penso assim, que ela aproxima o legislativo da população. Ela tem feito esse trabalho. (José Nascimento, servidor da Câmara Municipal de Nova Friburgo)

A seriedade é a melhor forma de criar uma credibilidade, a sequência do trabalho, tentar manter uma atividade mesmo com as constantes trocas na direção da Casa Legislativa. Hoje os eventos promovidos pela Escola do Legislativo são alguns dos mais concorridos da Câmara Municipal, bem diferente do que acontecia nos primeiros anos, então eu acho que a seriedade e o trabalho é que faz uma boa imagem, e a escola consegue isso. (Escola do Legislativo de Unai)

Estamos mais próximos da comunidade, a Câmara passou a ser efetivamente a Casa do Povo e a estar aberta para a população. (Escola do Legislativo de Guarujá)

A participação nas Audiências Públicas, Sessões Legislativas, eventos do poder Legislativo e participação na Tribuna popular nas sessões ordinárias, tudo isso é um reflexo do aspecto positivo que o Poder Legislativo vem ganhando junto à sociedade civil. (Escola do Legislativo em Itajubá)

Muitas matérias em jornais, participação da população nos eventos da Câmara. (Escola do Legislativo de Guarujá)

Pelas constantes matérias veiculadas nos jornais impressos do município. E pelos resultados obtidos no curso de LIBRAS. Um aluno de nosso curso, servidor público, auxiliou um pai surdo a matricular seu filho na Escola. Este fato foi muito louvado na sociedade. (Escola do Legislativo de Uruguaiana)

Os participantes dos Projetos se tornam cidadãos cientes de que o trabalho do vereador é limitado e que muitas ações que são cobradas dos parlamentares na verdade só podem ser realizadas pelo Executivo. Além disso, os cidadãos passam a ter conhecimento dos projetos em andamento na casa e são convidados a acompanhar mais de perto o trabalho da Câmara. (Escola do Legislativo de Araxá)

Como nós construímos um projeto regional, podemos afirmar que este modelo acrescenta na imagem dos parlamentos. (Escola do Legislativo de AVEVI)

A participação de inscritos no programa de estágio e o pedido de parcerias por parte da Universidade tem aumentado, inclusive com vereadores envolvidos com as ações da Escola, além do testemunho dos estagiários, que, na maioria das vezes, é iniciado justamente com esse tipo de afirmação: de que passou a ver a Câmara com outros olhos. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Qualquer iniciativa que aproxime a sociedade do parlamento com a prática de uma agenda positiva, que é a informação e a capacitação, contribui para a boa imagem do legislativo. (Escola do Legislativo de Juiz de Fora)

O maior elemento é que o poder legislativo e o parlamento, de certa forma, sempre é tratado de forma fechada. A Escola consegue proporcionar a abertura, ela se abre. Por exemplo, a Câmara Municipal tem um programa Câmara Jovem, que tende a se ampliar agora, e a Escola do Legislativo entra com um papel importante semeador junto também para fortalecimento da Câmara Jovem. Então a Escola é essencial para que o parlamento possa se integrar à sociedade que ele representa. E há um distanciamento no Brasil entre parlamento e sociedade. Essa é uma situação muito grave e penso, como já disse anteriormente, que a Escola do Legislativo é o elo fundamental para essa aproximação por meio do conhecimento.

A partir das respostas apresentadas, embora haja uma certa falta de objetividade, podemos constatar alguns elementos considerados como evidência para os dirigentes: crescente participação popular nas atividades desempenhadas pelo parlamento e pela própria escola; exposição na mídia local, através da publicação de diversas matérias em veículos de comunicação, notadamente jornais; e procura por universidades objetivando o estabelecimento de parceria. Embora não

tenha ainda realizado nenhuma atividade junto ao público externo, segundo suas próprias palavras, a Escola do Legislativo de Formosa apresentou resposta que, a meu ver, sintetiza a relevância da unidade educacional no fortalecimento da imagem dos parlamentos:

Acreditamos que, basicamente, o fato de aproximar as pessoas à realidade e ao cotidiano legislativo possibilita uma melhor percepção em torno das atividades realizadas pelos vereadores, além de observar de uma forma mais objetiva a atividade por eles desempenhadas.

Entretanto, a partir das informações obtidas junto às escolas componentes da amostra de pesquisa do presente trabalho, não foi possível constatar evidências mais concretas que assegurem a efetividade da perspectiva anteriormente apresentada, qual seja, a melhoria da imagem dos parlamentos a partir das atividades realizadas pelas escolas do legislativo. A estruturação de um formulário de pesquisa permanente, sondando participantes antes do início das atividades nas escolas do legislativo, logo após e um certo tempo depois, poderia se constituir em instrumento importante na busca de informações mais precisas quanto a esse quesito.

Outra contribuição importante oferecida pelas escolas do legislativo consiste em esclarecer quais são os papéis exercidos pelos diferentes poderes da República, de forma a eliminar ou, ao menos, diminuir a distorção atualmente verificada, em que se requer, por exemplo, o exercício de funções executivas (tapar buraco, construir escolas ou postos de saúde etc.) de detentores de mandatos legislativos.

A esse respeito, o servidor José Nascimento, da Câmara Municipal de Nova Friburgo, considera tratar-se de uma importante função da escola do legislativo, a partir do momento que se disponha a realizar alguma atividade com esse objetivo:

Então eu vejo uma importância muito grande da escola do legislativo, em trazendo esses treinamentos, esses cursos, essas capacitações, porque ela é capaz sim de mostrar para a população as diferenças entre um poder, o que faz cada um deles e aí ela é capaz de exercer a cidadania dela de forma mais ampla, entendendo qual é o papel de cada um.

Ainda para Nascimento, o maior afluxo de pessoas estranhas aos quadros do Legislativo, em função do oferecimento de seminários e palestras, atraídas pelo conteúdo das programações, com temas que ela se interessa em aprender e se informar melhor, sinaliza que elas se sentiram mais à vontade para frequentar o parlamento e isso contribui para maior aproximação da população com o legislativo:

[...] se vai à escola do legislativo, se vai a uma palestra, se ouve, se inteira lá a respeito do assunto e se a pessoa que foi gostou do que foi dito, como foi dito, da forma como foi feito o planejamento daquilo, ela é capaz de sentir um interesse maior pelos assuntos da Câmara. Até no dia a dia mesmo. Ir às reuniões, acompanhar as votações dos projetos no dia a dia da Câmara, acompanhar os vereadores, assistir na televisão, por exemplo, o que está sendo feito no dia a dia do legislativo.

Percebe-se na fala de Nascimento o entusiasmo e carinho que nutre pelo Poder Legislativo, quando diz que “A gente tem trabalhos excelentes no Senado, na Câmara Federal, nas estaduais e nas câmaras municipais. Temos excelentes vereadores em todas elas, só que tem que ser acompanhado o trabalho de cada um deles.”. Ele vê a escola do legislativo como uma ferramenta que vem aproximando a população, pois “[...] as pessoas hoje, infelizmente, estão um pouco afastadas dos legislativos por conta de uma série de situações que a gente já viu acontecer.”. Por atuar em setor diretamente envolvido no atendimento ao público, Nascimento traz uma informação alvissareira:

No meu setor, por exemplo, a gente atende pessoas, a gente atende ao público externo e a gente vê a quantidade de pessoas que estão vindo e indo o tempo todo à Câmara, vindo para as reuniões, se inteirando, querendo saber a respeito de determinados projetos e leis que foram aprovados na Câmara. Então, a gente vê um número crescente de pessoas se interessando pela política e pelo que está sendo feito na Câmara aqui em Friburgo. Então, é evidente que se as pessoas têm maior interesse é porque alguma coisa está fazendo com que elas se interessem mais. E eu vejo a escola do legislativo como sendo um dos atrativos que têm trazido a população para a Câmara.

Para verificar a efetividade da clarificação do entendimento acerca da diferença de funções de cada poder constituído, os dirigentes das escolas do legislativo municipais participantes da presente pesquisa foram arguidos acerca da compreensão por parte de alunos e ex-alunos de sua unidade educacional quanto às funções específicas do poder legislativo. A esse respeito, a fala do dirigente da Escola do Legislativo de Nova Friburgo me parece oportuna, sinalizando que um dos próprios responsáveis por essa distorção é o candidato, que ao longo da campanha faz promessas incongruentes com a natureza do cargo legislativo pleiteado:

Então isso historicamente vem no inconsciente coletivo e repisado inclusive pelo desconhecimento dos agentes sociais, muitos dos quais até mesmo se candidatam e acabam fazendo compromissos executivos e não propriamente compromissos legislativos. Então é uma agenda executiva dentro de uma campanha política legislativa e isso gera uma desinformação absurda e que tem um efeito nocivo porque, uma vez constituído qualquer parlamento, cria-se uma expectativa falsa do poder legislativo em relação às suas atribuições.

Por outro lado, importa ressaltar, como já feito anteriormente, que a visão ou opinião dos dirigentes não encerra a questão, já que não está incluído na amostra dessa pesquisa o público-alvo das escolas, ou seja, seus alunos. A maioria dos respondentes considerou haver maior conscientização dos participantes das programações das escolas do legislativo quanto aos reais papéis e funções desse poder. Entretanto, a resposta apresentada pelo dirigente da Escola do Legislativo de Formosa vai ao encontro do que falei anteriormente, pelo fato de não haver alunos ou ex-alunos das escolas na pesquisa de campo por mim realizada: “Não podemos ter certeza pois, apesar de evidências de que as pessoas não tenham este conhecimento, ainda não realizamos atividades para apurar esta questão.” Conheçamos as demais respostas:

Sempre que têm acesso passam a perceber essa concepção e essa diferenciação, fundamental, aliás, que exista. Talvez seja essa uma das funções precípuas das escolas legislativas no que tange à função constitucional das câmaras de vereadores, das assembleias legislativas, do Congresso Nacional. No geral, há uma confusão muito grande. Há uma cultura, até porque, isso é interessante falar, as câmaras no Brasil seguiram o modelo português até hoje praticado. O poder legislativo e executivo se fundem, tanto que aqui (Nova Friburgo) a gente teve o próprio presidente da Câmara, Jean Bazet, (que) era ao mesmo tempo prefeito e presidente da Câmara. [...] Isso gera uma descrença de atuação, um pessimismo e, conseqüentemente, um afastamento do envolvimento político. Então isso é muito grave, isso é muito grave. Por isso que (educar politicamente) se constitui como uma das funções fundamentais do poder legislativo. (Escola do Legislativo de Nova Friburgo)

Isso é variado, mas a maioria sabe diferenciar. (Escola do Legislativo de João Pessoa)

Não podemos ter certeza pois, apesar de evidências de que as pessoas não tenham este conhecimento, ainda não realizamos atividades para apurar esta questão. (Escola do Legislativo de Formosa)

Apresentar a função de cada um dos três poderes é uma das principais preocupações das atividades que realizamos, pois percebemos que essa é a dúvida principal da maioria da população. (Escola do Legislativo de Araxá)

Um dos objetivos da Escola, objetivo inclusive de palestras realizadas, é justamente delinear as funções de cada poder, para que os participantes saibam diferenciar os poderes constituídos e suas funções específicas. Esse tema começa a ser tratado com crianças a partir dos 10 anos de idade. (Escola do Legislativo de Bálamo)

Sim. Especialmente os que participam da Visita à Câmara e da Oficina Os Três Poderes. (Escola do Legislativo de Uruguaiana)

Sim, frequentemente são desenvolvidas ações de capacitação no sentido de delimitar e fortalecer a atuação do Poder Legislativo. (Escola do Legislativo de Campinas)

As respostas apresentadas sinalizam haver a percepção dos dirigentes das escolas do legislativo pesquisadas quanto a um maior entendimento por parte dos alunos e demais participantes das programações oferecidas no que tange à especificidade das funções do mandato legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar, principalmente, e não a execução, por caber tal função a outro poder. Entretanto, graças à cultura equivocadamente estabelecida ao longo do tempo, pela proximidade do vereador junto à população e devido a campanhas dos próprios candidatos ao cargo distorcendo a função a ser exercida futuramente caso eleito, entre outros motivos, as ações promovidas pelas escolas do legislativo municipais precisariam ganhar amplitude muito maior para alterar a atual percepção vigente, ainda que os dirigentes considerem ter havido tal mudança junto aos que passaram pelas programações de sua unidade educacional. Na próxima seção, será identificada a existência de projetos político-pedagógicos nas unidades educacionais do legislativo objeto da presente pesquisa, quais ações foram realizadas nos últimos 12 meses e se há programação para os próximos 12 meses.

3.9 Existência de projeto político-pedagógico nas escolas do legislativo municipais e ações realizadas/previstas

Um dos instrumentos apontados como sinal de maturidade das escolas do legislativo municipais por diversos autores e que fundamentam (ou deveriam fundamentar) a estruturação das diversas ações das escolas do legislativo é o projeto político-pedagógico (PPP), o qual tem por objetivo envolver a comunidade educacional na construção de identidade e proposta específica daquela unidade escolar, com vistas ao desenvolvimento de processo ensino-aprendizagem que contribua efetivamente para a ampliação do conhecimento do seu corpo de alunos. Além disso, nenhuma escola funciona a contento se não oferecer atividades contínuas e alinhadas ao planejamento definido. O objetivo da presente seção consiste, portanto, em identificar, dentre as escolas do legislativo respondentes, quais possuem PPP e rol de atividades (realizadas e previstas) em um universo de 24 meses, de forma a verificar a consistência das atividades promovidas pela escola como unidade educacional de fomento à educação para a democracia.

Cerca de metade das escolas respondentes afirmou não possuir PPP e, das que relataram tê-lo, o conteúdo das respostas não permitiu aferir se, de fato, ele

realmente existe, como por exemplo “Sim, o nosso projeto contém essas práticas e busca melhorá-las junto com as práticas dos nossos parceiros.” e “Sim. Pesquisa de interesse de temas; liberdade de expressão; transparência.”. Ou seja, elementos inconclusivos que não permitem assegurar de fato a existência de PPP nas escolas. A Escola do Legislativo de Formosa declarou estar sendo seu projeto “[...] elaborado com base em outros PPPs de outras Escolas do Legislativo adaptadas à nossa realidade.” Pelas respostas apresentadas, foi possível constatar a ausência ou, no mínimo, utilização inadequada de projetos político-pedagógicos das escolas pesquisadas, o que pode ensejar uma contribuição específica da ABEL no sentido de instrumentalizá-las para tal ou mesmo o estabelecimento de parcerias entre as escolas do legislativo e os sistemas municipais de educação.

Já no que se refere à programação das atividades realizadas ao longo dos últimos 12 meses e previstas para os próximos 12, as escolas apresentaram as seguintes respostas:

Escola do Legislativo de Itapevi - Seu dirigente informou ter realizado cerca de 70 atividades nos últimos meses, que podem ser consultadas no site oficial da escola, no link cursos. Em relação à programação para os próximos 12 meses, relatou que, conforme “[...] o projeto político pedagógico, a programação das atividades é feita no início de cada ano com a revisão mensal, podendo ser flexíveis, ou seja, podemos inserir e retirar do programa atividades.”

Escola do Legislativo de Campinas - Foram realizados cerca de 150 palestras, 120 cursos externos e 30 cursos internos, num investimento financeiro de cerca de 1 milhão de reais ao longo dos últimos 12 meses, segundo seu dirigente. Para o próximo período, informou que “[...] desenvolve anualmente seu PACQ - Plano Anual de Capacitação e Qualificação, que é aprovado no segundo semestre do ano anterior à sua vigência e execução.”

Escola do Legislativo de Itajubá Sinalizou ter realizado os projetos Escola vai à Câmara, Parlamento Jovem, Câmara Mirim e Juventude nos passos da cidadania, além de Semana Municipal de Cidadania e Conscientização Política. Também foram realizados Encontros com a Política, além de seminários, cursos e palestras. Seu dirigente declarou haver programação para os próximos 12 meses, mas sem detalhamento.

Escola do Legislativo de Guarujá - Seu dirigente apresentou extensa relação de eventos promovidos, entre palestras, cursos e oficinas, abordando temas

diversos, tais como Ética no setor público, Reforma da previdência e trabalhista, Estrutura da Câmara da Guarujá, A importância do Legislativo, Agenda 21, Cultura da Paz, Comunicação assertiva, Liderança comunitária, Como falar em público, Capacitação para o Terceiro Setor, Capacitação para equipe de pregão, O futuro do emprego, Orçamento Participativo, Controle do cidadão: de olho na gestão pública, Capacitação para Conselheiros Tutelares, Marketing digital, Fluxo de caixa, Sistemas de controles, Fiscalização e Gestão de Contratos, Gestão administrativa efetiva, Teatro aplicado à educação, Qualidade de vida e combate ao estresse para servidores e assessores e Coaching. As atividades promovidas alcançaram cerca de 1.200 participantes. Ainda segundo a direção da escola, a programação é feita semestralmente.

Escola do Legislativo de Uruguaiana - Foram destacadas as seguintes atividades de natureza permanente e que foram realizadas nos últimos 12 meses: Programa de Capacitação dos Estagiários; Programa Visite a Câmara; Oficinas de SAPL; capacitações internas e Curso de LIBRAS. Havia a previsão de realização, até o final de 2018, dos seguintes eventos: Recepção do Fogo Simbólico; Concurso alusivo à Semana da Bandeira; 2º Ciclo de Estudos Jurídicos e 1º Ciclo de Estudos Administrativos.

Escola do Legislativo de Bálamo - Teatro de fantoches, desenvolvimento de trabalhos sobre educação política para alunos da educação básica, Câmara Jovem, desenvolvimento e distribuição de materiais como cartilhas, gibis e folhetos abordando temas como cidadania e educação política.

Escola do Legislativo de Araxá - Foram realizadas 10 edições do Projeto Líderes do Futuro - Uma Juventude mais Cidadã, 4 cerimônias para entrega de honrarias e 12 atividades para o público interno, entre palestras e cursos de capacitação para setores específicos. Para os próximos 12 meses, estão previstas 10 edições do Projeto Líderes do Futuro - Uma Juventude mais Cidadã, 3 Cerimônias para entrega de honrarias e 10 atividades para o público interno, ou seja, basicamente as mesmas atividades do período anterior¹⁹, com ajustes nos quantitativos das 2 últimas.

¹⁹ Tal constatação nos leva a uma reflexão: o termo projeto está associado a iniciativas com objetivo específico e com prazo determinado de início e fim. Já programas apresentam maior abrangência, podendo, inclusive, serem compostos por vários projetos. A nomenclatura de algumas iniciativas, como as citadas acima, precisa de ajustes por parte das escolas do legislativo.

Escola do Legislativo de Poços de Caldas - Ao longo dos últimos 12 meses, foram realizados cursos preparatórios voltados aos parlamentares que assumiram na atual legislatura, bem como curso sobre as novas regras do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, aprovado pela Lei nº 13.019 e alterado pela Lei nº 13.204, de dezembro de 2015. Também foram realizadas edições do Projeto Parlamento Jovem nos anos de 2017 e 2018 e diversas visitas no âmbito do Projeto "Câmara em Visita". Em relação à programação dos próximos 12 meses, a direção da escola informou estar em fase de elaboração, mantida a realização de nova edição do Parlamento Jovem e novas visitas ao Legislativo.

Escola do Legislativo de João Pessoa - Foram oferecidos 4 cursos com foco interno, estruturação dos programas de estágio e visitas guiadas, além do oferecimento de consultoria de pesquisa para assuntos do próprio Legislativo. A direção informou ter previsão de atividades para o quadrimestre e não para o ano, mas não chegou a informar qual seria.

Escola do Legislativo de Juiz de Fora - Segundo a direção da escola, foram realizados debates, palestras e mobilizações em áreas públicas externas à Câmara, “[...] sempre versando sobre tema relativo à política ou ao parlamento”, além de comemoração de datas previstas no calendário oficial do município. Não houve detalhamento da programação do próximo ano, informando tratar-se de planejamento semestral.

Escola do Legislativo de Nova Friburgo - Curso de SAPL para novos assessores

Com base nas respostas apresentadas, foi possível constatar a realização de inúmeras programações pelas escolas participantes da pesquisa ao longo dos últimos 12 meses, tanto voltadas ao seu público interno (vereadores, assessores e servidores), quanto ao público externo, visando maior integração do Legislativo com a sociedade local. Há iniciativas que possuem caráter permanente e outras, realizadas pontualmente. Também foi possível constatar a convergência dos temas abordados aos conteúdos tradicionalmente oferecidos por escolas do legislativo, de acordo com a bibliografia utilizada para a estruturação desse trabalho. Não fica evidenciada, contudo, a adoção de metodologias mais inovadoras ou participativas, mas sim formatos mais tradicionais, como cursos, palestras e seminários, com raríssimas exceções, evidenciando transmissão de conteúdos de forma unidirecional, sem que haja maior envolvimento, engajamento e participação dos

inscritos na programação, o que considero elemento limitador ao potencial de conscientização política dos participantes, já que não envolve práticas que solidifiquem o aprendizado dos conteúdos.

Com o objetivo de abrir a possibilidade de complementação de informações pelos dirigentes das escolas pesquisadas, foi incluída uma última questão, com poucas, mas relevantes participações. Vários dirigentes se colocaram à disposição para encaminhamento de novas informações, documentos etc., caso necessário. A Escola do Legislativo de Campinas, instalada na cidade com maior população dentre as pesquisadas na presente tese, através de seu dirigente, declarou acreditar que tais unidades educacionais possuem papel muito importante na qualificação do corpo de servidores do Legislativo. Destacou os principais objetivos da sua instituição, dois dos quais se referem a essa capacitação interna e o terceiro, aberto à comunidade:

- Oferecer aos parlamentares e aos servidores da Câmara Municipal de Campinas suporte conceitual e treinamento para a elaboração de normas legais e para o exercício do poder de fiscalização; - Oferecer aos servidores da Câmara Municipal conhecimentos técnicos para o exercício de suas funções, considerando suas lotações e suas atribuições; - Capacitar a comunidade em temas relacionados às atividades institucionais do Poder Legislativo, podendo promover palestras, oficinas e seminários.

Já o dirigente da Escola do Legislativo de João Pessoa apresentou como justificativa para a baixa quantidade de iniciativas realizadas até o presente momento a ausência de rubrica orçamentária, o que obriga a realização de ações sem nenhum custo. Como anualmente é estruturada proposta orçamentária visando o planejamento das ações para o exercício seguinte, é possível reverter esse quadro, desde que haja decisão da mesa diretora da Câmara em fazê-lo.

Alguns dos pilares fundamentais ao pleno desenvolvimento de uma escola do legislativo, segundo o dirigente da Escola do Legislativo de Juiz de Fora, são “[...] planejamento, estrutura física, pessoal (principalmente um corpo docente credenciado), apoio dos demais setores da instituição (principalmente o responsável pela gestão de pessoas) e parcerias.”. Tanto por minha experiência legislativa e de criação da Escola do Legislativo de Nova Friburgo, quanto pelas relevantes contribuições oferecidas pelas direções das escolas do legislativo municipais que nos auxiliaram respondendo às questões apresentadas, concordo com tais observações.

Destaco, dentre as respostas apresentadas, as palavras complementares do atual coordenador geral da Escola do Legislativo de Nova Friburgo, vereador Pierre de Moraes, educador com vasta experiência nas redes pública e privada de ensino na cidade e que vem exercendo o terceiro mandato consecutivo junto à Câmara Municipal de Nova Friburgo. Por ocasião da criação da Escola, a partir de 2013, o vereador ocupou a posição de coordenador pedagógico, à época em que fui o coordenador geral. Com minha saída do Legislativo, ele assumiu a direção da Escola e vem planejando a retomada das atividades, juntamente com a presidência do Legislativo, em um novo patamar. Sua última contribuição para a estruturação do presente trabalho aponta um aspecto que considero de extrema relevância para que as escolas do legislativo municipais alcancem sua plena potência como efetivo instrumento de letramento político em nosso país, qual seja, a ampliação de sua capilarização:

Primeiro eu quero saudar a pesquisa, fundamental ao processo democrático, ao processo de alcançar o letramento e a politização da sociedade e penso as escolas legislativas como instrumento fundamental para esse processo. Como eu já coloquei no curso da entrevista, os elementos fundamentais da escola do legislativo. Penso que essa tese de doutorado possa alcançar uma capilaridade junto aos setores de conhecimento da sociedade, inclusive políticos, de modo a termos um efeito guarda-chuva dentro do processo de politização do país através de medidas legislativas que possam gerar eficiência, eficácia e efetividade nas atribuições de competência democrática, cidadã e capilarizadora da escola legislativa.

Ao longo de dezenas de páginas, pudemos conhecer as ações implementadas e desenvolvidas por 15 escolas do legislativo municipais, as quais gentilmente responderam nosso questionário de pesquisa. Seus dirigentes relataram o que de fato vem ocorrendo no dia a dia das escolas, as principais modalidades de projetos e ações que foram adotados, perfis dos públicos que participam das programações oferecidas, se eles percebem mudanças na visão dos participantes quanto à imagem e papel do poder legislativo que sedia a escola, entre tantas outras informações. Aliás, valiosas informações, que poderão nos auxiliar numa maior compreensão da realidade das escolas legislativas municipais no Brasil e, conseqüentemente, contribuir para o aprimoramento de suas estruturas e iniciativas.

Acredito que tais dados e análises já seriam suficientes para compor a empiria do presente trabalho. Mas desejo avançar mais. No próximo capítulo, apresentaremos entrevistas com diversas lideranças políticas e comunitárias com

domicílio eleitoral em Nova Friburgo, buscando identificar o que seria uma Escola do Legislativo ideal, que contribuísse efetivamente para a melhor educação para a democracia possível e para excelentes ações de letramento político em meu município de origem.

4 VISÃO E PERSPECTIVAS DE LIDERANÇAS POLÍTICAS E COMUNITÁRIAS FRIBURGUENSES A RESPEITO DO PAPEL DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO

Além de verificar junto à amostra de escolas do legislativo municipais aspectos diversos acerca de suas ações voltadas à educação para a democracia e ao letramento político, temática constante do capítulo anterior, considerei pertinente a realização de entrevistas junto a lideranças políticas e comunitárias do município onde resido e em cuja Câmara Municipal exerci 3 mandatos consecutivos, período em que aprovei, entre outros projetos, as legislações que viabilizaram a criação da Câmara Jovem e da Escola do Legislativo. Ao longo de minha trajetória na vida pública, tive a oportunidade de conhecer cada um dos 15 entrevistados(as), os quais, sem demérito para tantas outras pessoas com quem convivi desde meados de 2000²⁰, constituem grupo com capacidade crítica e densidade analítica suficientes para refletir sobre os princípios e objetivos que regem as escolas do legislativo no país e, mais precisamente, apresentar *insights* e sugestões com vistas ao fortalecimento e consolidação da Escola do Legislativo de Nova Friburgo, cuja potência ainda não se encontra devidamente explorada.

Por também comporem várias correntes do espectro político local, vários deles filiados a partidos políticos²¹ e a segmentos diversos que compõem o sistema político local, ao convidá-los à participação e reflexão visando responder às diversas questões apresentadas durante a entrevista, nutro a expectativa de sensibilizá-los quanto à importância do seu apoio e esforço pessoal e institucional à Escola do Legislativo de Nova Friburgo, contribuindo para que a mesma deixe de ser uma promessa e passe a desenvolver plenamente seu potencial, com estabelecimento de projeto político-pedagógico, calendário de atividades, diversificação dos grupos atendidos, adoção de novas metodologias de ensino-aprendizagem, sistematização das ações, entre outras possibilidades, todas voltadas a fortalecer a educação para a democracia no município.

²⁰ Nesse momento, a então candidata à Prefeitura de Nova Friburgo, a médica Maria da Saudade Medeiros Braga, me formulou convite para auxiliá-la na organização de sua campanha, a qual foi vitoriosa tanto em 2000 quanto na reeleição em 2004. Em janeiro de 2001, assumi minha primeira função pública municipal, como secretário de administração na primeira gestão da prefeita Saudade.

²¹ PSOL, PT, PSDB, PPS, PSB e PDT são as siglas que abrigam ou já abrigaram a maior parte dos respondentes deste capítulo, conferindo amplo leque de posições ideológicas no espectro político brasileiro.

Iniciarei a primeira seção do presente capítulo abordando a percepção dos 15 respondentes quanto ao nível de desenvolvimento democrático verificado atualmente em Nova Friburgo, bem como a intensidade do déficit cívico por eles identificado.

4.1 A visão de cidadãos friburguenses politicamente participativos quanto ao nível de desenvolvimento democrático e déficit cívico existente atualmente na cidade

Inobstante o fato de ter incluído nas perguntas relativas ao nível de desenvolvimento democrático e déficit cívico a solicitação de oferecimento de nota de 0 a 10, cumpre ressaltar o caráter de elevada subjetividade em relação a tal avaliação, bem como a ausência de validade estatística, se é assim que devo dizer, das pontuações solicitadas aos respondentes. Mais do que classificar, graduar, comparar etc., a inclusão de uma nota objetivou estimular reflexão mais profunda a cada um dos participantes. E, nesse sentido, creio ter alcançado plenamente os objetivos propostos.

Para tanto, foram estabelecidas duas perguntas, em pontos distantes do questionário (questões 1 e 11), com os seguintes enunciados: “Numa escala de 0 a 10, quão desenvolvido democraticamente você considera o município de Nova Friburgo?” e “Numa escala de 0 a 10, qual é o nível de déficit cívico (ignorância, alienação e descrença das pessoas, sobretudo as mais jovens, em relação à cidadania e participação política) existente em Nova Friburgo?”. A opção de inseri-las em posições equidistantes no questionário não foi casual, pelo contrário: objetivei iniciar a reflexão buscando identificar a visão do respondente quanto ao nível de desenvolvimento democrático em Nova Friburgo, saturá-lo de diversas outras questões e reflexões e, quase ao final, argui-lo quanto ao nível de déficit cívico verificado na cidade. Com isso, os respondentes terão mais elementos para confirmar ou não a visão inicial, já que se espera alguma congruência entre as respostas 1 e 11, por se tratar de temas correlatos.

Tanto no que se refere ao nível de desenvolvimento democrático quanto de déficit cívico em Nova Friburgo, houve grande variação nas respostas. Há os que veem de forma mais positiva o engajamento político do cidadão friburguense e há aqueles que acreditam estarmos muito distantes do mínimo ideal. Vários aspectos

são destacados pelos respondentes, o que denota visões diferentes, inclusive do que mais prezam como pontos centrais no processo democrático. O advogado Rafael Borges, por exemplo, sinaliza uma nota baixa para o nível de desenvolvimento democrático na cidade pelo fato de eleger chefe do executivo com relativo déficit de legitimidade decorrente das regras que compõem nosso sistema eleitoral. Ele também questiona a ausência do que chama de “vida democrática orgânica” na cidade:

Nova Friburgo, por um acidente do destino, não tem segundo turno, nem dificilmente terá, por causa do limite da lei eleitoral [...] aqui a gente pode ter uma eleição para o Executivo com baixíssimo (percentual de votos), grande déficit de legitimidade. O sujeito se elege com pouco mais de 20% dos votos. O prefeito atual, de cada 5 friburguenses, só 1 votou nele. No entanto, ele é o prefeito. Não só por isso. Eu dou uma nota baixa também porque as instituições aqui não funcionam, não existe uma vida democrática orgânica na cidade. Existem iniciativas democráticas, aqui, acolá, mas isso não está completamente inserido dentro das estruturas de poder que tem no município.

No que tange ao nível de déficit cívico, Borges considera que Nova Friburgo se localize numa espécie de “média nacional”, atribuindo tal fato à característica do friburguense médio, influenciado por sua história industrial e operária, sem que tenha, contudo, desenvolvido a respectiva consciência de classe. Ele associa sua análise ao fenômeno do polo de moda íntima friburguense, que acabou se tornando conhecido nacional e internacionalmente como exemplo de empreendedorismo protagonizado por ex-costureiras demitidas de uma grande fábrica multinacional instalada na cidade em 1940:

[...] o operário friburguense tem uma certa aspiração ao patronato, porque ele já viu iguais a ele ascendendo socialmente pela via do trabalho. [...] O que aconteceu em Friburgo com as confecções é um case mundial. Então, Friburgo tem um pouco dessa coisa: você olha para o lado e você tem um camarada que teve uma origem pobre, muito parecida com a sua, mas que subiu significativamente na escala social pelo trabalho e você acha que aquilo é possível pra você também e aquilo formata sua ideologia, aquilo impede que você se veja com consciência de classe. Aquilo te coloca ideologicamente numa classe social diferente daquela que materialmente você pertence.

Em sua opinião, tal forma de pensar inibe processos de formação política, fazendo com que Nova Friburgo seja um pouco mais conservadora do que a média nacional. Ele diz ainda considerar que a população friburguense não seja mais despolitizada do que a maioria das cidades, como Teresópolis, Petrópolis, outras cidades da região serrana fluminense, mas tão despolitizada quanto. Nesse ponto

específico, ele credita esse posicionamento à forma pela qual a política brasileira se desenvolveu, sem uma base educacional voltada ao letramento político:

Nunca houve uma preocupação efetiva com esses processos de formação política. A gente se preocupou com a economia, em ter uma moeda forte, se estabilizar internacionalmente e isso de certa forma foi alcançado com os governos democráticos que a gente teve, de Fernando Henrique e de Lula, mas tanto da parte de Fernando Henrique quanto de Lula, não houve preocupação quanto à politização do povo e isso desemboca agora nesse flerte que a gente vem tendo com ímpetos autoritários.

Já o professor Raul Marcos apresenta visão mais otimista quanto ao nível de desenvolvimento democrático verificado na cidade e associa sua opinião ao histórico político do município e também à mobilização sindical verificada desde o início de sua constituição como polo industrial no interior do Estado do Rio:

Eu diria que Friburgo [...] de 0 a 10 é uma cidade 7. É uma cidade que tem um histórico político muito forte e de formação de lideranças, inclusive no Estado do Rio e também junto ao governo federal. Daqui nós tivemos vários representantes ligados a movimentos políticos, partidários, sindicatos e outras representações da sociedade civil organizada, que tiveram um papel relevante, tem um papel relevante, tanto no Estado, quanto no país e no próprio município. Por isso eu creio que é uma cidade que, devido a esses movimentos sociais, uma ação muito efetiva também dos sindicatos e por ser também uma cidade hoje polo (industrial). Depois, com o tempo e as competições entre estados, diminuiu um pouco. [...] os movimentos sindicais são muito fortes em Friburgo. E também o setor de educação em Nova Friburgo é muito forte, o que acaba contribuindo também para a discussão política e partidária no município. Por isso eu creio que é uma cidade nota 7, subindo.

Já no que tange ao índice de déficit cívico, Raul Marcos considera Friburgo uma cidade diferenciada, ainda que tenha havido elevado nível de abstenção e de votos nulos e em branco nas últimas eleições municipais, a exemplo do restante do país. A esse respeito ele diz:

Se a gente tomar como base os eleitores da última eleição, nós tivemos um governo eleito com cerca de 30% de sua população votante. Então nós temos aí uma grande parcela da população que não se manifestou, não indo a uma manifestação também, mas que tem a condição de analisar o processo como um todo e isso eu acho que replica não só na cidade, mas replica no país todo, 60%, 70% da população ainda está muito aquém do que deveria chegar, de saber, pelo menos, votar ou decidir o seu voto. A gente simplesmente vê se abstendo do ato de votar, o que é um processo que também acontece em democracias mais antigas do que a nossa.

Ele aprofunda a análise na direção do que já falamos anteriormente nesse trabalho: a dificuldade dos representados (eleitores) em entender o papel, estrutura e objetivos dos órgãos para os quais elegemos representantes e outorgamos mandatos, sejam de natureza executiva ou legislativa. Além, como também já citado

anteriormente, sofrer de um certo estranhamento ou mesmo alienação das estruturas de poder:

Ele ainda não se vê como parte ativa da transformação. Ele não consegue ver isso. O Estado é algo muito distante dele. Quem é o Estado? Quem é a figura do Estado? Ele não consegue enxergar que representa aquilo que a sociedade é. A gente tem feito as críticas no Brasil das mudanças e foram feitas mudanças políticas no Brasil. E a figura do homem (público) tem sido desgastada, mas o homem público é o reflexo daquilo que nós somos como sociedade sim. Então eu acho que nós estamos (deixando) muito a desejar.

Ao final de sua resposta, Raul Marcos destaca a importância de iniciativas como a da escola do legislativo, lamentando, contudo, sua baixa capilaridade no país, como também já foi discorrido anteriormente:

Aí mostra mais uma vez a importância de instituições como a escola do legislativo. E eu não sei, não tenho esses dados, eu creio que está mais no seu trabalho, qual o número de escolas do legislativo que nós temos no Brasil? Percentual muito pequeno, chega a ser quase irrisório²². Se a gente puder imaginar que, provavelmente, estão mais próximas dos centros políticos, aquelas que têm escolas do legislativo, provavelmente são capitais ou muito mais próximas do poder e como um exercício tímido ainda. A gente vê o quanto (ainda é incipiente). E se imaginar o nosso território e a rede que isso é de município, o quanto mais afastado dos centros políticos e de discussão das ideias, do conhecimento, mais dependentes eles são, então mais difícil e desafiador é o processo.

Ele também aponta o risco de que a escola do legislativo se caracterize como um projeto específico de um parlamentar, ainda que dirigente da escola, sinalizando ser necessária sua incorporação como política pública permanente:

Normalmente por decisões políticas para atender só um momento, aquilo que eu falei da escola do legislativo, alguém que chegou ali na presidência e tem uma visão mais ampla do que é política, do que significa política e forma a escola do legislativo, às vezes mais como um currículo dele, como ações do seu mandato, um período às vezes que realmente é uma visão mais ampla de amadurecimento da nossa sociedade, do nosso país como um todo. É tímido, mas é importante e é preciso dar seguimento nisso.

Nas palavras da professora Angela Fernandes, doutora em políticas públicas e formação humana pela UERJ, o ponto de partida para responder às questões apresentadas se relaciona ao resgate do significado da palavra civismo e relata parte de sua experiência a esse respeito:

Nós tivemos uma questão importante para colocar, que é essa palavra civismo. Ela foi assim abruptamente jogada no lixo quando se encerrou a ditadura militar, porque as pessoas tomaram horror à palavra. Você tinha

²² Como já relatado anteriormente, realmente é irrisória a quantidade de escolas do legislativo municipais no país, o que limita severamente sua potência de contribuição à melhoria da democracia brasileira.

aquelas matérias OSPB, Moral e Cívica. Isso era uma coisa assim produzida: tinham cartilhas de um lado preto e branco, do outro lado colorido. Comunismo é isso, democracia é o colorido. E comunismo sempre com a fotografia preto e branco. Então, aquela coisa de colocar como se fosse o demônio, uma coisa horrorosa, que come criancinha. Então voltou essa dicotomia horrorosa e proposital.

Ela faz um emocionante relato de como foi praticamente obrigada a se posicionar politicamente no período da ditadura militar, ainda que não tivesse clareza quanto ao que estava ocorrendo no país naquele exato momento:

Você vê que eu estou contando minha história, como eu entrei no movimento, a gente não sabia nem o que era comunismo. Sabia de estudar no colégio, mas não tinha conhecimento, não fomos pra causa porque queríamos o comunismo. Fomos para a causa pela indignação pelo que estava acontecendo: as pessoas sumindo, as pessoas morrendo e de repente, o que estava acontecendo, a gente não pode conversar, não pode se reunir, não pode lutar por uma bandeira, nem que seja por uma saia curta, o que está acontecendo? Você foi jogado na causa, aí você vai estudar, né... O que é comunismo? Quais são os partidos de esquerda? O que os caras pensam? Aí você vai conhecer os caras. Nós fomos jogados no movimento.

Fernandes considera ser necessário o resgate do civismo no país, o que acabou sendo contaminado pelas atrocidades cometidas durante o regime militar brasileiro e que, conseqüentemente, prejudicou severamente a relação dos cidadãos com diversos símbolos nacionais, o que de certa forma vem ocorrendo nos últimos anos, desde as manifestações de junho de 2013, fazendo com que significativa parcela da população brasileira não se sinta mais representada nesses símbolos, com o desgaste chegando até mesmo à camisa da Seleção Brasileira:

Em relação ao déficit cívico, eu acho que é grande por conta de uma geração, quando acabou a ditadura, não querer nem isso, nem aquilo, nem hino, nem nada, porque lembrava a ela coisas atroz. E que eu acho que tem que ser retomado. Gente, a gente mora num país continental que tem coisas maravilhosas. Agora eu vou negar que eu sou patriota? Eu não quero sair do país. Tem um monte de gente que quer ir embora para Portugal, quer sair do Brasil, desistir do Brasil. Eu não quero sair do Brasil, eu gosto do povo desse país, eu faço parte desse povo aqui, que é um povo generoso, que está tão generoso que nem vai pra rua. Eu não quero sair desse país. Eu gosto. Quais são as insígnias desse país? É o hino nacional, a bandeira nacional. Que bandeira é essa? Vamos discutir a questão do positivismo da bandeira nacional, que é ordem e progresso, uma mensagem positivista. Vamos discutir porque é ordem e progresso. Vamos discutir porque tinha que ser isso. Quando ela foi criada? O que aconteceu historicamente? Vamos fazer uma crítica dentro de um pensamento, de conhecimento, de estudo, e aí eu estou sendo cidadão, vou participar.

Em função do que vem ocorrendo nos últimos anos no país, ela considera estarmos atualmente com baixo nível de democrático, em análise de caráter mais

nacional do que propriamente local. Na sua justificativa para a baixa nota concedida (nota 3), Fernandes considera já termos passado por momentos muito melhores ao longo de nossa história:

A luta do 13º saiu daqui (de Nova Friburgo): Costinha, Lilico e Manoel. Fundação do primeiro SEPE na década de 80. Saíram daqui lutas grandes. Nós tivemos a participação popular pela Lei Orgânica, foi intensa na minha época (1989-1992). Era maciça, a Câmara ficava lotada. Eu tive até que mudar o Regimento, porque dizia que não podia entrar de calça comprida, mas qual a mulher que vai colocar saia pra entrar aqui dentro, vindo do trabalho? Aí eu tive que mudar o Regimento pra deixar o povo lotar a casa. Entrava com faixa, com manifestação na rua, a praça parava com tanta gente. Nós já tivemos isso.

Na visão do professor Ricardo Lengruber, Nova Friburgo merece uma nota intermediária, mais precisamente 5, por considerar que o município tem alguma participação democrática, em especial no período eleitoral, nas mais diversas esferas (municipal, estadual e federal), e em algumas áreas específicas, como associações de moradores, conselhos municipais etc. Mas muito aquém do potencial por ele vislumbrado:

Mas se a gente olhar para o ordenamento jurídico brasileiro, a possibilidade de construção de conselhos, de associações e tudo o mais, nós ainda (precisamos caminhar) muito. E a participação democrática, digamos assim, praticamente se restringe apenas ao momento do voto e não necessariamente no acompanhamento daqueles que recebem os mandatos e tudo o mais.

No que tange ao nível de déficit cívico, Lengruber considera a questão complementar à anterior, e mantém a mesma nota 5, atribuindo tal valoração a diversos aspectos, associados à dificuldade do eleitor em identificar os papéis dos diversos poderes e, conseqüentemente, dos próprios eleitos que assumem mandatos em tais espaços:

Há um desconhecimento do que é a função, por exemplo, de um vereador e há, portanto, tão logo ele seja eleito, [...] uma desacreditação muito grande em relação a ele porque eventualmente aquilo que se espera que ele fizesse (calçar a rua, ajudar na iluminação, abaixar a passagem do ônibus), não são efetivamente atribuições que ele tem, competências que ele tem diante de si. Então eu acho que o que você está chamando de déficit cívico é um pouco isso: falta de informação de quem é quem.

Lengruber também aborda a alienação como outro elemento extremamente pernicioso na vida democrática, não só do município, mas de todo o país, destacando o fato de que, ao não se envolver politicamente, o indivíduo será fatalmente substituído por outro, que pensará e decidirá em seu lugar:

A questão da alienação me parece muito séria ultimamente porque basicamente eu parto sempre da suposição de que o sujeito alienado é aquele que alguém está pensando no lugar dele e ele tá reproduzindo pensamento de outro. E a gente tem grupos cada vez maiores, em termos ideológicos e mesmo que o indivíduo não pertença efetivamente àquele grupo, ele pensa com a cabeça daquele grupo.

Embora a entrevista tenha sido realizada antes dos dois turnos das eleições gerais de 2018, as palavras proferidas por Lengruber tiveram tom profético, haja vista a fortíssima influência do voto evangélico nas eleições, principalmente para a presidência da República, sendo considerado por analistas como o fator decisivo para a vitória de Jair Bolsonaro:

E, na história recente do Brasil, nos últimos 40 anos, especialmente os evangélicos, cresceram muito em número, mas eu acho que cresceram mais ainda na influência de valores para a sociedade, que em alguns aspectos são muito positivos, mas em outros aspectos são questionáveis. Especialmente porque a igreja evangélica no Brasil é uma igreja proselitista, ou seja, ela está em busca de gente para engrossar suas fileiras. Na verdade, é uma igreja missionária buscando gente pra deixar de pensar de um jeito e passar a pensar do jeito dela. Então é muito intolerante com qualquer discurso que seja diferente do dela. Estou me referindo ao caso da igreja especificamente porque mesmo o indivíduo que não pertence a um grupo religioso, a uma igreja pentecostal ou uma igreja neopentecostal, muitas vezes é influenciado por aquela cultura, porque ele passou a infância na igreja ou porque ele tem um familiar em casa daquele grupo. Então ele não participa efetivamente, mas ideologicamente ele compõe aquele grupo.

A excessiva personalização verificada no processo político brasileiro e a descrença nos partidos políticos também foram apontadas por Lengruber como elementos restritivos à plenitude de nossa democracia, fazendo com que o discurso de se votar no “novo” não carregue consigo a análise quanto à qualidade do candidato:

Esse é um problema sério, que é um círculo vicioso: a política no Brasil é feita em torno de pessoas, pessoas que se elegem, pessoas que se apresentam, em detrimento de partidos, em detrimento de projetos mais amplos, mais duradouros e aí quando aquela pessoa é acusada de um crime, acusada de algum desvio de conduta que seja, você desacredita das pessoas. Por exemplo, a gente hoje vive dessa história de muita gente falando que é preciso renovar a política, como se isso fosse sinônimo de renovar as pessoas. Não necessariamente. A pergunta é: renovar o que efetivamente? O que é que há na política que a gente efetivamente não gosta, que a gente não quer mais. Me parece na verdade que é o jeito de fazer essa política que precisa ser renovado, é meio que chover no molhado, mas eu acho que Friburgo tem um pouco disso.

Outro entrevistado para nosso trabalho foi o engenheiro Antônio Carlos Rezende, popularmente conhecido em Nova Friburgo como Cacau Rezende²³. Ele inicia sua resposta à indagação sobre o nível de desenvolvimento democrático vigente no município com uma importante reflexão sobre a política e o homem:

Minha formação acadêmica é Engenharia Civil, artista plástico autodidata e tenho esse papel político, talvez por vocação. Na verdade, acho que todos nós somos políticos por natureza. Todos nós que vivemos em sociedade nos tornamos homens políticos. A sociedade tem essa ideia de coletividade, portanto, há necessidade de você estar constantemente negociando, face à diversidade de interesses, de conflitos, e a política é justamente o instrumento para que a gente possa fazer com que essa negociação se dê da melhor forma possível. Então nós somos políticos por excelência e por natureza.

Ele relata o início de sua participação nos movimentos políticos, também ocorrida durante o período da ditadura militar brasileira, quando era um adolescente com 14 anos de idade. Embora a ditadura tenha sido elemento estimulador de sua participação, ele considera que sua geração foi prejudicada no que tange à prática da democracia:

Sou de uma geração que foi estrategicamente alienada em relação a questões da sociedade, da cidadania. Fomos prejudicados principalmente pela falta de liberdade com o golpe militar de 64. Naquela ocasião, com apenas 14 anos e de família com pouca ou quase nenhuma militância política, a coisa ficou mais difícil. E então ficou muito mais fácil ser cooptado pelo regime instalado. Assim, estudei e me formei dentro de um ambiente tipo “milagre brasileiro”, “Brasil, ame-o ou deixe-o.” meus professores eram quase todos da escola de cadetes de Agulha Negra. Uma espécie de fantasia construída com a qual fomos nos acostumando e acabamos prisioneiros. A faculdade era um local (o diretório acadêmico) onde jogávamos xadrez e nunca discutíamos política.

Sua própria turma na universidade sofria influência direta do regime militar, já que contava com um agente infiltrado do DOPS, que embora não entendesse nada de engenharia, segundo Cacau, ali estava para ser os olhos da ditadura:

Quando eu me formei é que descobrimos que na nossa turma tinha um agente do DOPS. Tinham tudo preparado, notas, tudo direitinho, e o cara não entendia nada de engenharia, interessante é que não percebíamos nada. No final perdoamos, talvez pela amizade que acabou acontecendo. Quando descobrimos já era o 5º ano. Descobrimos que ele era um agente do DOPS, justamente para direcionar ou impedir que as conversas fossem para o campo político.

²³ Cacau, ao se candidatar ao cargo de vereador em Nova Friburgo, transformou sua campanha em verdadeiro instrumento de conscientização política: circulava pelos grandes centros urbanos da cidade falando sobre urbanismo, planejamento participativo, cidades sustentáveis, entre outros temas, mais do que propriamente fazendo campanha eleitoral e pedindo votos.

Cacau atribui ao regime ditatorial vivido no período de 1964 a 1985 a carência de lideranças políticas no país, lamentando a perda de Brizola e a recente prisão de Lula:

Hoje nós estamos pagando um preço muito grande por isso: falta de liderança. Você vê que, pra minha idade há uma falta de liderança enorme. Agora, estamos presenciando isso, catando a dedo novas lideranças. Os mais antigos se foram, nós fomos perdendo os nossos ídolos. Brizola, todos grandes políticos. Os grandes estadistas, esses nós já não temos mais. Agora mesmo, um dos maiores, o Lula, eles conseguiram também, pelo menos até o momento, retirar do cenário político²⁴.

Ele não considera ter sido casual, mas sim proposital, pois fazia parte dos objetivos das lideranças do golpe militar de 1964 inibir a atuação das lideranças políticas progressistas e democráticas então existentes, bem como dificultar o surgimento de novas lideranças. Ele atribui à eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, na primeira eleição presidencial direta pós-ditadura militar, todo o déficit democrático que vivíamos até então: “Collor, por exemplo, nós fomos enganados, aquela fantasia foi criada e ele era um objeto, vinha exatamente daquele berço (ditadura) e nós só fomos descobrir isso mais tarde.”

Voltando sua análise à questão local, após relatar sua sólida formação acadêmica, por um lado, e a ausência de oportunidades para colocar sua visão de planejamento urbano participativo em prática, Cacau pondera sobre o que é exatamente uma cidade democrática, vinculando-a ao potencial papel educativo das escolas do legislativo:

E eu pergunto para você: o que é ser uma cidade democrática? Isto significa democratização do espaço público, universalizar a acessibilidade à saúde, à educação, ao transporte público. [...] Por exemplo, quando você fala assim em escola legislativa, a primeira coisa que me vem à mente é educação. [...] Há uma espécie de simbiose entre democracia e educação. Uma não existe sem a outra. [...] quando a democracia está combalida, quando a democracia é atingida e ferida, as consequências são desastrosas. Falta de liberdade, a verdade começa a ser encoberta, deixa de existir... E a cidadania, que está altamente ligada ao exercício democrático, nem se fala. E aqui na nossa cidade, posso dizer para você: infelizmente, se eu tivesse que dar uma nota, eu não vou falar num número, mas eu daria uma nota péssima.

²⁴ Cacau, a exemplo de boa parcela da população brasileira, nutria esperança quanto à candidatura presidencial de Lula no momento de realização da entrevista, em 02 de agosto de 2018. No final desse mesmo mês, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por 6x1 rejeitou a candidatura de Lula: G1. TSE decide por 6 votos a 1 rejeitar candidatura de Lula. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/31/maioria-dos-ministros-do-tse-vota-pela-rejeicao-da-candidatura-de-lula.ghtml>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

No que se refere ao nível de déficit cívico, Cacau igualmente se mostra bastante cético, embora justifique-o por considerar que as pessoas estão, de certa forma, prisioneiras da alienação política. Ele relata ter vários amigos com boa escolaridade, boa formação cultural, mas que se encontram prisioneiros do modelo societário atualmente vigente no país e que não se insurgem contra ele:

[...] eu fico ainda mais triste, porque às vezes numa conversa e você deve vivenciar isso também pra caramba, pessoas do nosso nível falando coisas absurdas de se ouvir, gente que teve o privilégio de ter algum tipo de formação, defendendo essa política que aí está. Cara que frequentou universidade e vem com umas conversas que nem respondo. Eles não perceberam ainda, mas são também prisioneiros desse sistema (globalizado) perverso.

Ele reconhece, entretanto, a dificuldade que tais pessoas enfrentam para buscar uma maior conscientização política, alterar a forma como veem o mundo, saírem do estado letárgico em que vivem. Embora considere existirem algumas pessoas que conseguem “se libertar desses grilhões”, ele justifica a inação das demais e, em consequência, não se sente capaz de pontuar o nível de déficit cívico friburguense:

Alguns ainda conseguem, mas a maioria, Marcelo, fica prisioneira. E como é que eu vou atribuir uma nota a quem já não tem força, não tem possibilidade, até desconhece outras alternativas, outras possibilidades de soluções. A gente fala sobre elas, mas eu pergunto pra você: apesar de todo o avanço que da humanidade (mesmo com todos os erros, depois de tanto tempo, alguma coisa acaba sendo feita), o que elas têm senão uma enorme desigualdade social? [...] é preciso ter cuidado para atribuir nota, acho até que não faz nenhum sentido. A sociedade de uma maneira geral, incluindo todo mundo, jovens, todo mundo, as pessoas da nossa (convivência). Até aqueles privilegiados, coitados, todos são prisioneiros do sistema e nem percebem o que está acontecendo.

Finaliza sua análise quanto ao déficit cívico apontando que, se por um lado devemos reconhecer tal situação como dada, como fática, pelo outro nos cabe justamente criar possibilidades de ampliação da consciência política, cidadã e cívica:

E o que nós temos que fazer é justamente criar possibilidades dessas pessoas se conscientizarem disso. De como são prisioneiras desse sistema. A gente deve fornecer as informações necessárias para que elas comecem a se libertar desses grilhões. Fazer com que comecem a pensar: “Opa, espera aí, tem uma alternativa.” [...] Então esse é o caminho. Isso é que eu acredito.

Para o professor e vereador Pierre de Moraes, Nova Friburgo, numa faixa de 0 a 10, se encontra atualmente no nível 4, mas com potencial para desenvolver muito mais. Ele diz que, se comparada à realidade brasileira, Nova Friburgo estaria

em um nível maior. Mas pelo potencial do que pode vir a ser desenvolvido, pontua 4, “[...] o que mostra para nós um horizonte muito grande de (ampliação da) participação da atividade política em Nova Friburgo.”. Já no tocante ao índice de déficit cívico, Pierre considera muito elevado, atribuindo nota 8, atribuindo parte desse déficit a questões culturais e até mesmo relacionadas ao que ele considera ser uma má qualidade musical atualmente, em comparação a outras épocas:

[...] a gente tem um desconhecimento muito grande, um desinteresse, uma frieza muito grande da atividade política. Você vai entrar numa sala de aula, você pega 1, 2, 3 alunos, no meio de 30, que tem essa perspectiva. É impressionante, Marcelo. E cada vez que o tempo passa, está piorando. Então assim, eu temo muito pelo futuro se não houver uma mudança significativa de pensamento. A gente vê exatamente a lavagem (cerebral) pela música.

Citando especificamente o funk, que teve suas origens baseadas em mensagens críticas e ligadas à vida das comunidades, Pierre considera que o ritmo foi relegado a segundo plano devido à expansão do rap. Para ele, o funk se constituía com instrumento político de olhar a sociedade:

[...] era só mais um Silva que a estrela não brilha, ele era funkeiro, mas era pai de família.”. Então você tem ali uma narrativa que brotava das comunidades. “Cidade de Deus é o maior barato e te pergunta: brigar pra quê, pra quê? Se você for lá uma vezinha só, você nunca mais vai esquecer.”. Olha só o que acontece. Era a integração na sua comunidade, com seu meio, o funk arrancou isso, foi arrancado do funk, aliás. Aí houve um processo claro de individualização, de interesses pessoais, erotização profunda, hoje pornográfica. Então, quer dizer, o funk, ele foi desfigurado.

Pierre finaliza sua análise atribuindo aos grandes veículos midiáticos a escolha de que tipo de música será disponibilizada para seus ouvintes, tendo praticamente desaparecido dos principais canais músicas de bandas críticas como Legião Urbana, Barão Vermelho, Paralamas do Sucesso e Engenheiros do Havai:

Não, não tem mais espaço nas rádios. É totalmente limitado e, com esse crescimento da informação, diluiu-se ainda mais. Então os grandes veículos midiáticos escolhem e colocam que tipo de música que se quer. E aí gera uma grande onda alienante, é uma onda assim que me preocupa muito e aí gente pega hoje um grupo de jovens que sequer tem um conhecimento de Legião Urbana, não quer ouvir. Música clássica então é rejeitada pela grande maioria. Não entra reflexão. As músicas que fazem pensar. Não tem. Então esses instrumentos também têm que ser utilizados como forma de libertação nas escolas e nos instrumentos de mídia. Passa pela questão da cultura e do entretenimento dos jovens.

Para o ex-vereador Cláudio Damião, Nova Friburgo é um município que ainda precisa se desenvolver muito do ponto de vista democrático. Ele considera existir um

“[...] déficit político, de debate político, muito aprofundado.” Embora não tenha elementos para dizer se isso também ocorra no restante do país, ele considera estarmos vivendo “[...] um período de retrocesso muito grande.” Instado a pontuar, ele considera que Nova Friburgo estaria em um nível 7, “[...] pela minha visão de vivência junto aos movimentos que participo.”. Em relação a quão significativo é o déficit cívico da população friburguense, Damião cita diálogo recente com um jovem de 22 anos:

[...] conversando com os jovens, hoje mesmo eu tive um exemplo disso, um rapaz de 22 anos e a gente falou de direitos humanos. E ele não reconhece os direitos humanos como uma prerrogativa da sociedade, do cidadão. Ele se alienou de tal ponto e ele é uma pessoa que se preocupa, que até se interessa, quer falar sobre os assuntos, mas quando eu digo que ele se alienou, ele perdeu a referência de que ele é um ser humano. Se ele é um ser humano, ele tem o direito humano. Você concorda com os direitos dos animais? “Ah, concordo.”. Mas dos humanos não? “Não, porque se um sujeito cometer um delito, ele vai pra delegacia e é solto.”. Mas isso não é uma referência para você tratar uma questão da magnitude dos direitos humanos.

O ambiente de crescente polarização política verificado no país ao longo dos últimos anos, agudizado no processo eleitoral de 2018, o que já vinha sendo sinalizado até mesmo antes de sua ocorrência por lideranças políticas nacionais, contribui, na visão de Damião, para o fortalecimento de ideologias mais extremadas e a preocupação externada em sua entrevista, realizada antes do 1º turno das eleições presidenciais de 2018, acabou se concretizando com a eleição de Bolsonaro:

Então você percebe uma desinformação e talvez uma formação mais para um campo ideológico extremado à direita, fascista. Essa palavra é perigosa, mas ao mesmo tempo ela está ilustrando muito o momento que a gente está vivendo com as opiniões que são expressadas e com os comportamentos. Eu estou muito assustado com esse momento em que a gente vive porque se a gente for falar abertamente de um candidato hoje à presidência da República, a gente consegue identificar, pelo menos as pesquisas demonstram isso, uma proximidade da juventude com o candidato que tem o discurso fascista. Isso é preocupante.

Em relação especificamente a Nova Friburgo, da mesma forma que outros respondentes, Damião também considera ser uma cidade que possui “identidade política conservadora”. Para comprovar sua afirmação, ele cita diversas eleições presidenciais em que candidatos à presidência da República no campo da esquerda perderam as eleições na cidade, mesmo tendo vencido na maioria dos municípios

do Estado. Nas últimas eleições presidenciais, Bolsonaro venceu em Nova Friburgo com avassaladores 72% dos votos:

O Lula ganhou uma, mas perdeu as outras. Dilma perdeu todas. Então isso é uma demonstração de quanto nós temos uma visão ideológica num campo, numa cidade operária, de formação operária, de costureiras, de operários, de metalúrgicos, de professores, que têm uma concepção política não adequada à condição social dessas pessoas. Como é que você imagina um trabalhador que se coloca na condição do detentor dos meios de produção?

Borges, anteriormente, apresentou visão similar a esse respeito, atribuindo à possibilidade que verifica de ascender socialmente como ocorreu com tantos ex-operários que conhece, o fato do trabalhador friburguense não ter desenvolvido consciência de classe que o estimule e instrumentalize a se posicionar política e eleitoralmente de forma diferente da que tem feito. Damião considera a escola do legislativo como ferramenta com potencial de auxiliar no que ele chama de “iluminação”:

Ele confunde os papéis, então essa formação política, de situar a pessoa no seu devido lugar político e histórico como cidadão, eu acho que vai contribuir para que a gente tenha um avanço. Iluminar as ideias e as cabeças das pessoas para essa cidadania plena, que passa por esse processo político, que passa por um processo ideológico.

Damião avança em sua reflexão pontuando questão central no debate político verificado atualmente no país. Sob o pretexto de coibir genericamente a ideologização política, o que se tem visto ao longo dos últimos anos no país consiste em adotar princípios liberais e conservadores como se fossem não ideológicos. A esse respeito, Damião afirma:

Todos nós temos ideologia. Outro dia eu estava falando com um camarada: “Ah, eu não tenho ideologia. Eu sou liberal.” Como? Só de você dizer que não tem ideologia, você já tem ideologia. Quando você diz que você é liberal, mais ideológico ainda você é. Então, é um desafio enorme.

Especificamente em relação ao candidato Jair Bolsonaro, eleito presidente da República nas últimas eleições, Damião considera ser um exemplo de como temos um enorme déficit cívico ao cogitar elegê-lo²⁵, o que se confirmou cerca de 2 meses após a realização dessa entrevista:

²⁵ Na época em que o entrevistei, Bolsonaro pontuava no 2º lugar nas pesquisas de intenção de votos, atrás do ex-presidente Lula, que acabou tendo seu registro de candidatura cassado pelo TSE. O candidato do PT lançado em sua substituição, Fernando Haddad, disputou o segundo turno das eleições presidenciais e foi derrotado, mas obteve votação expressiva: mais de 47 milhões de votos.

[...] um déficit muito grande e esse candidato, por exemplo, é um déficit civilizatório. O cara propor extermínio de pessoas porque são bandidos e a alegação de bandido é muito dirigida a negro, pobre, morador de favela. Uma discriminação à mulher, porque mulher tem que ganhar salário menor do que homens. Isso é uma coisa absurda, inimaginável. Falar contra quilombolas, que em tese não servem nem mais para reprodutores, ou seja, ele está falando dos negros, dos homens e mulheres que foram trazidos pra cá e construíram esse país, com seus braços, com seus esforços, com seu sangue, pessoas que foram escravizadas e até hoje têm dificuldade de encontrar seu lugar na sociedade.

Damião conclui suas reflexões em resposta à indagação formulada, considerando que Nova Friburgo é uma cidade conservadora, politicamente mais à direita, ainda que formada por pessoas não ricas em sua grande maioria²⁶:

A maioria é pobre, remediada, operário, metalúrgico, professor, comerciante, costureira, costureiro: esse é o grupo econômico mais concentrado na cidade de Nova Friburgo. Temos os bancários e tal... e tem uma fina nata de empresários que dominam e controlam o capital na cidade, mas a massa da sociedade deveria refletir um pensamento mais afinado com as suas necessidades, com a sua própria vivência. O que é que o cara vive? Ele usufrui dos bens de consumo? Não, ele não usufrui, ele é excluído desse processo, mas ainda assim ele pensa com a cabeça do que o domina, do que controla os meios de produção e a economia. Então a gente tem um déficit aí, um atraso brutal, que precisa ser vencido a partir de formação, de educação e muito debate político, que complementa a questão anterior.

A advogada Célia Campos caminha na mesma direção que Damião, ao considerar Nova Friburgo uma cidade extremamente conservadora, pouquíssimo afeta tanto às questões relacionadas a direitos humanos quanto identitárias. Ela pontua nota 2 para o município e justifica dizendo tratar-se de “uma cidade preconceituosa e que não aceita suas origens”:

A gente teve escravidão aqui sim. A gente tem esse mito da Suíça brasileira, criado pelo Dr. Heródoto²⁷ numa jogada de marketing para levar isso para o mundo, mas nós não somos. Somos uma cidade operária. Nós somos uma cidade operária, colonizada por alemães (alemães vindos da Primeira Guerra Mundial) que, inclusive de uma forma geográfica na cidade (no estudo do professor João Raymundo, se não me engano²⁸), colocou as fábricas equidistantes e com vilas operárias, porque era para eles morarem ali por perto, justamente para o operário não poder se comunicar e aí não fazer política.

²⁶ Segundo o IBGE, a média salarial dos trabalhadores formais friburguenses era de 1,8 salários mínimos em 2016, ocupando a 55ª posição no ranking dos 92 municípios fluminenses e a 2.836ª posição no ranking dos 5.570 municípios brasileiros. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-friburgo/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²⁷ Heródoto Bento de Mello foi prefeito de Nova Friburgo em 4 períodos, entre 1964 e 2010. Para saber mais: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Her%C3%B3doto_Bento_de_Mello>. Acesso em: 20 mar. 2019

²⁸ Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado. 2003. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2003_ARAUJO_Joao_Raimundo_de-S.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Em relação ao déficit cívico friburguense, Campos considera-o no nível máximo, em especial no segmento da juventude, fortemente influenciada pelas distrações que estão disponíveis atualmente, além do fato de já virem de certa forma contaminados pelo ambiente familiar. Ela relata a alegria que sentiu ao ver jovens presentes à palestra proferida pelo professor e filósofo Emir Sader na sede da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na cidade, realizada no ano passado:

A descrença deve ser 10. É muito difícil você ver a juventude, vamos falar principalmente de Friburgo. [...] A dificuldade é como atrair essas “crianças” com tanta distração que tem por aí? E eles têm uma descrença na política, por óbvio, porque pai e mãe já estão descrentes na política graças àquela emissora²⁹, e passam isso dentro de casa. Por isso que eu estou falando: essa mudança cultural vai levar um tempo porque essa juventude que está com outras plataformas de conhecimento, elas até conseguem criar essa consciência e educar seus filhos, a gente vai levar um tempo. A mudança cultural é muito mais lenta. A Globo levou aí 50 anos para transformar esse país no que ela transformou. São 50 anos ali... agora tem gente acordando.

Ainda se referindo à juventude, Campos considera ser muito difícil ter jovens engajados politicamente, em função da sua descrença, da sua alienação, que para ela é máxima, mas existem janelas de oportunidade decorrentes de temas e formatos coletivos emergentes, que de alguma forma poderiam sensibilizá-los:

Você pode não ser engajado politicamente, quando a gente fala isso, pode ser de repente (o despertar), num grupo sobre racismo, num grupo de inclusão social, pré-vestibular para negros, pode ser qualquer tema. Às vezes é uma questão de afetação mesmo: você se identifica mais com determinada situação. Pode ser empoderamento feminino. Tem umas pautas identitárias aí que estão bombando. É muito difícil mudar essa cultura. Às vezes a gente se pega cometendo algum ato de racismo ou algum ato de machismo, que a mulher também é machista. Mas a gente precisa observar: aqui eu errei, não vou fazer isso de novo, não vou pensar assim outra vez.

Outro participante de nossa pesquisa de campo foi o deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Glauber Braga, recém-empossado para seu 4º mandato consecutivo. Sobre o nível de desenvolvimento democrático friburguense, Glauber declarou ser difícil contextualizar a cidade fora do contexto geral do país. Em função disso, ele pontua nota 5, mas diz que à medida da continuidade da entrevista, o que ele falar sobre Friburgo também se referirá ao cenário nacional. No que tange ao nível de déficit cívico, ele também pontua nota 5, dizendo que “[...] se colocar menos que 5, eu vou estar sendo muito arrogante. Se

²⁹ Célia Campos mantém como um de seus princípios de vida evitar citar o nome da TV Globo.

eu colocar mais do que o 5, vou estar desestimulando o processo de ampliação do processo de organização e participação [...]”. Para Glauber, sua opção pela nota 5 sinaliza que ao estar no meio do caminho, você demonstra que a cidade já possui experiência acumulada, mas que você ainda tem objetivos a alcançar.

Para o advogado e ex-vereador Roberto Wermelinger³⁰, Nova Friburgo possui uma “[...] estrutura política, administrativa e social bem estável”. Ele pontua entre nota 6 e 7. Já no que se refere ao déficit cívico, ele considera ser enorme:

Mais de 70% dos jovens e da população não têm participação política nenhuma. A gente vê isso até nas pesquisas de intenção de voto, o que é muito interessante. No quadro que nós temos hoje, você apresenta uma pesquisa: fulano tem tantos por cento, beltrano tem tantos por cento, mas de quantos decididos, qual o percentual de pessoas que estão opinando com uma visão formada. Ai você vê que é de 20%, 30%. [...] a cada eleição (vem) aumentando o número de pessoas que não participam do processo, que não vão votar, que votam nulo, branco. Já chegou na última a 50%. E a expectativa é de que a próxima seja a maior de todas³¹.

Hugo Lontra, advogado e servidor de carreira da Câmara Municipal de Nova Friburgo, um dos instrutores dos primeiros cursos oferecidos pela Escola do Legislativo, considera que o município possui bom nível de desenvolvimento democrático – pontua nota 8 - em função de “[...] certa estabilidade das instituições.”, o que faz com que a população respeite e entenda o papel das diversas instituições que compõem o sistema político-administrativo local:

Temos um poder legislativo atuante e respeitado em certa forma, tendo em vista (a falta de) o respeito pelos políticos que identificamos hoje no país. Nós temos um respeito pelas instituições do poder executivo e, sobretudo, o poder judiciário, que, apesar de não ser municipal, complementa aqui o ciclo de poder no município de Nova Friburgo, porque nós temos comarca.

No que toca o nível de déficit cívico friburguense, Lontra pondera que Nova Friburgo se posiciona à parte das grandes capitais por se fechar em seus próprios conhecimentos, o que a limita na busca de novas visões de natureza política e mesmo administrativa:

³⁰ Há pouco mais de 10 anos, quando exercíamos nosso primeiro mandato parlamentar em Nova Friburgo, Roberto Wermelinger me presenteou com um exemplar do clássico O futuro da democracia, do filósofo italiano Norberto Bobbio, publicação que se tornou um dos fundamentos da presente tese.

³¹ Mais um entrevistado com proféticas palavras, proferidas cerca de 2 meses antes das eleições. Em 2018, mais de 31 milhões de brasileiros, cerca de 21,29% do total de eleitores cadastrados no TSE, não compareceram para votar. O acréscimo de não votantes em relação ao 1º turno foi superior a 1 milhão de eleitores: R7. Abstenção recorde: 31 milhões de brasileiros desistem de votar. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/prisma/christina-lemos/abstencao-recorde-31-milhoes-de-brasileiros-desistem-de-votar-28102018>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Parece que (a cidade) se fecha, se enclausura num ar de reinado. Não sei se a influência imperial tem algum ponto nisso. E essa ciência de que sabe tudo e que o que vive em Nova Friburgo é o certo, talvez gere nas pessoas uma certa dificuldade de ampliar seu foco de compreensão para novas tendências, novos hábitos, novas condutas. Isso faz com que a população não reconheça a necessidade de evoluir como cidadão.

Ele atribui a essa percepção a dificuldade que se enfrenta na cidade para que os cidadãos se desenvolvam plenamente como tais. Na sua opinião, isso deveria motivar a busca de “[...] novos meios de fazer política e identificar na política uma solução para saída da crise e não demonizar a política [...]”. A própria literatura sobre o tema, já abordada no presente trabalho, sinaliza que um dos princípios basilares dos processos democráticos consiste em considerar como oponentes e não inimigos aqueles com quem se disputa pleitos eleitorais. Princípio que, infelizmente, vem sendo largamente desprezado em nosso país.

Também entrevistei o ex-vereador e ex-deputado estadual pelo PSOL, jornalista Wanderson Nogueira, que se encontrava no exercício do mandato à época da entrevista. Sobre o nível de desenvolvimento democrático verificado em Nova Friburgo, Wanderson apresentou visão mais abrangente do ponto de vista territorial, englobando a região centro-norte, da qual Nova Friburgo é município-polo:

Nova Friburgo é município polo da região, mas acho que ainda dá para fazer uma separação de Friburgo para a região. Friburgo está um pouco acima da região, mas ainda tem alguns ranços de uma política velha, antiquada, com um índice de participação muito pequeno se você comparar com a capital, mas vem se desenvolvendo. Acho que Nova Friburgo estaria entre 5 e 6. Acho um pouco acima da média, mas é difícil estipular qual é a média também, a nível nacional. A nível estadual também. Friburgo estaria acima da média estadual, mas abaixo da capital, por exemplo.

Para ele, em termos de déficit cívico, Nova Friburgo também se encontra à frente da região e abaixo da capital. Em sua análise, ele destaca o município de Cordeiro como bem próximo de Nova Friburgo, em especial pelas últimas mobilizações ocorridas na cidade³², lideradas por jovens que, segundo ele, querem fazer a diferença:

É claro que aí se você for fazer muito recorte também você vai pegar por áreas: tem lugares que participam mais, lugares que participam menos. [...] me surpreende talvez Cordeiro por estar bem próximo de Friburgo. Cordeiro está bem próximo de Friburgo, pelo menos pelas últimas mobilizações que

³² O deputado se refere à mobilização realizada em torno da edição 2018 do projeto Parlamento Jovem, do qual era o responsável na ALERJ. Disponível em: <<http://www.wandersonnogueira.com.br/nd,112,pj10-deputado-wanderson-nogueira-viaja-a-regi%C3%A3o-para-mobilizar-a-participa%C3%A7%C3%A3o-dos-alunos-na-d%C3%A9cima-edi%C3%A7%C3%A3o-do-projeto.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

a gente viu na cidade. Mas eu acho que, na juventude especificamente, há jovens querendo fazer a diferença. Há exceções. Mas são exceções, de fato são exceções. Acho que a gente está aí na casa do 5, 6. Infelizmente, está na média da população, está muito afastada da média geral, ainda que as pessoas estejam nas escolas, estejam tendo mais oportunidades que no geral, está na média da população. Não vejo muita diferença não.

Outro entrevistado para o presente trabalho foi o advogado e assessor parlamentar na Câmara Municipal de Nova Friburgo, Luís Felipe Saturnino. Para Saturnino, Nova Friburgo deve receber nota 7, por haver alguns espaços democráticos no município, em especial conselhos municipais (cerca de 25, segundo ele), parte dos quais não funciona e/ou já foram até desativados. Em relação aos conselhos, considera que a baixa participação é decorrente da acomodação da população:

Ela vota e a partir daí ela não cobra, ela não participa. Então os conselhos geralmente são compostos por membros quase que permanentes ou vitalícios. Só saem de lá se quiserem ou [...] se desistirem. Então isso é um problema. Poucas pessoas participam porque é de maneira voluntária. E o conselho também tem o problema de ser atrelado... quer dizer, não é um problema. Pela norma ele é atrelado ao Poder Executivo, mas às vezes não tem autonomia, ele pode ser asfixiado tanto do ponto de vista orçamentário, porque ele depende do orçamento do município, que geralmente é baixo em relação à manutenção dos conselhos e depende da boa vontade sempre do secretário da pasta para, às vezes, fazer o conselho funcionar e às vezes tem o atrito entre os secretários e os membros dos conselhos. Eu penso, às vezes, que o ideal seria eleger o presidente do conselho sem ser o secretário da pasta, pra não haver confusão entre o gestor e o órgão fiscalizador.

Saturnino considera necessária a criação de espaços de participação no município, tanto junto ao Poder Executivo quanto Legislativo, em especial no que se refere ao orçamento público, considerado por ele uma peça “[...] muito fechada, hermética.”. Ele cita experiência ocorrida no início dos anos 2000 e liderada pelo governo municipal, inspirada em diversos outros municípios que, à época, faziam o mesmo:

[...] já houve até a tentativa de implantação aqui do orçamento participativo. Sylvio Montenegro é que foi o líder. Tinha o Sandro Gripp, estudei com Sandro. O orçamento participativo seria uma coisa importante, porque acontece muito que as coisas são definidas no gabinete sem atender às demandas da população. Acho que, às vezes, os secretários e o prefeito, principalmente, deveriam sair mais do gabinete (claro, tem que ficar no gabinete para despachar as questões burocráticas), mas para ver os problemas reais da cidade, entendeu?

Saturnino, que participou recentemente da estruturação da nova Lei Orgânica Municipal de Nova Friburgo, bem como do novo Regimento Interno do poder

legislativo friburguense, para a qual foram realizadas dezenas de audiências públicas sobre os diversos temas que a compõem, considera haver na cidade “[...] um déficit de democracia, acho que da democracia de oportunidade.”, a qual, segundo ele, consiste na “[...] possibilidade de as pessoas terem oportunidade tanto de participar da vida política da cidade quanto de terem acesso a determinados entes do município.”:

Na questão da participação no poder legislativo, foi até importante no novo Regimento Interno, ele hoje permite a Tribuna Livre, tem o momento de fala do cidadão, pode se inscrever para falar durante a sessão. Um cidadão pode falar uma vez por semestre, pelo menos, durante a sessão transmitida pela TV Câmara. Foi uma conquista que a gente colocou no Regimento Interno. A gente criou alguns instrumentos de participação. Foi criada a primeira comissão de legislação participativa, depois foi regulamentada a legislação participativa. Isso é importante porque é um canal que a população tem para demandar ao legislativo as suas prioridades. Só que o problema é o desconhecimento que a população tem disso.

Já em relação ao déficit cívico, Saturnino considera ser muito grande, já que, para ele, não há participação política, devido ao fato de as pessoas serem “[...] acomodadas, [...] muito acomodadas.”, o que poderíamos considerar como sendo um efeito colateral negativo do próprio processo democrático:

Democracia representativa dá nisso, dá a possibilidade da pessoa se acomodar. Ela delega e a partir daí não é mais responsabilidade dela, quando deveria ser o contrário. Ela deveria ter um *accountability* permanente. Acho que o engajamento político do cidadão, a participação política dele, a participação comunitária, acho que isso é importante também, ter a participação comunitária deles. Às vezes até mesmo o engajamento voluntário em causas voluntárias, que é até um déficit meu, gravíssimo.

Ele finaliza sua resposta opinando que o cidadão tem que começar a entender que votar não é o único objetivo ou mesmo o fim da sua participação política, mas sim o ponto de partida de uma atitude de cobrança permanente do seu representante e/ou dos políticos eleitos, mesmo que seu candidato não tenha logrado êxito no processo eleitoral: “[...] acho que a gente tem que ter mais instrumentos de democracia participativa, eu acho que esse é um indicador principal [...] e uma maior participação social nesses espaços políticos.”

Na próxima seção, serão apresentadas e analisadas as respostas dos entrevistados à questão suscitada de um típico “cidadão politicamente participativo”, de forma a identificarmos que características comportamentais e atitudinais, comporiam esse cidadão “ideal”.

4.2 Cidadãos politicamente participativos em Nova Friburgo: o ideal local de cidadania

Buscando identificar o que seria um cidadão politicamente participativo, uma espécie de cidadão ideal, procurei saber junto às diversas lideranças que entrevistei, que características eles julgavam compor esse perfil. Para o deputado Glauber, a participação política se dá em várias frentes, em especial a partidária, mas não somente através dela. Para ele, o cidadão politicamente participativo pode fazer um acompanhamento das ações e atividades políticas a partir de sua própria posição social, como o indivíduo se organiza em relação à classe que participa, como membro de alguma associação e entidades diversas que compõem a sociedade civil organizada. Nesse sentido, ele considera que Nova Friburgo ainda carece de espaços mais amplos e que estimulem maior participação e, em especial, a construção de base social mais consistente. Ele destaca o recente surgimento de novos movimentos de participação no município:

Mas tem movimentos novos que estão acontecendo e que têm que ser olhados com lupa. Por exemplo: até pouco tempo a gente não tinha um coletivo negro com substância para poder ampliar as suas ações e atividades no município como a gente tem hoje. A gente tinha iniciativas fundamentais e importantes, mas isso está se adensando, esse é um novo movimento que está ocorrendo. Você já vê a ampliação, por exemplo, do movimento feminista: ações e atividades de resistência de mulheres nos mais variados espaços públicos.

Reflexão interessante realizada por Glauber ainda em resposta a essa questão se refere à presença de sua mãe, Saudade Braga, à frente do governo municipal de Nova Friburgo ao longo de 2 mandatos consecutivos, no período de 2001 a 2008³³. Mesmo sendo mulher e tendo aberto vários espaços no primeiro escalão para ocupantes mulheres, o que nunca tinha ocorrido na história do município, faltou estimular o debate político a respeito da presença da mulher na política:

Você veja, Marcelo, que eu sou filho de Saudade, Saudade que foi a primeira prefeita mulher de Friburgo. Naquela época, você tinha um governo que tinha a secretária de fazenda que era mulher, a secretária de meio ambiente que era mulher, as secretárias de obras e assistência social, a secretária de esportes, a secretária do trabalho, controle interno, de

³³ Entre janeiro de 2001 e março de 2004 e, posteriormente, de junho a setembro de 2005, exerci funções diversas na gestão da ex-prefeita: secretário de administração, de gabinete, geral de governo e desenvolvimento econômico.

administração em determinados momentos foi também mulher³⁴, mas não existia uma discussão política da nossa parte. Aquilo na verdade era um movimento intuitivo, de quem estava na liderança do Executivo, e que tinha essa sensibilidade, mas que não houve naquele momento um movimento de organização para refletir exatamente essa realidade para que isso fosse uma política consistente ao longo do tempo.

Na visão do vereador Pierre, o cidadão politicamente participativo é aquele que busca conhecer quais são as funções institucionais dos órgãos públicos, que participe das atividades políticas realizadas na cidade, que busque o exercício de cidadania no que ele denomina “nova ágora do século XXI”, monitorando as atividades desempenhadas pelos poderes legislativo e executivo, além da participação direta em conselhos municipais. É aquele que destina parte de sua agenda diária para exercer sua cidadania, atuando em prol de seu bairro e cidade e que também se envolva “[...] no contato com as autoridades públicas a fim de requerer as mudanças, inclusive mediante os instrumentos hoje de mídias sociais, de forma ética e politicamente consciente.”

Na mesma direção caminha Rafael Borges, alegando tratar-se de cidadão que esteja presente nos conselhos municipais e que tenha alguma filiação partidária:

Eu acho que a filiação partidária é um dado, um elemento fundamental de cidadania. As filiações partidárias deveriam ser algo estimulado. O partido político é, por excelência, um instrumento de acesso às estruturas de poder. Então as filiações têm que ser prestigiadas. Um cidadão que participasse dos debates, das associações de bairro, enfim, os pequenos pontos de produção de saber democrático. Acho que esse é o critério.

Professor Raul credita à mídia o desalento da população brasileira quando o assunto é participação e engajamento. Embora na realidade de Nova Friburgo ele considere existir uma boa parte da população historicamente engajada, o desgaste sofrido pelo homem público em decorrência de tantas notícias negativas faz com que a “[...] população, no senso comum, não procure saber, se inteirar e estar envolvida com as questões públicas.”. Sua esperança reside na população jovem, ora em formação nas escolas e universidades em Nova Friburgo, e no maior engajamento junto aos diversos conselhos municipais existentes:

[...] eu creio que é através da educação, por Friburgo ser um polo, muitos jovens têm sido provocados a estarem participando de uma vida pública mais ativa. Nós temos aqui os conselhos municipais que funcionam nas diversas áreas. Pode melhorar muito, porque muitos dos conselhos ainda

³⁴ Além das secretarias citadas por Glauber, também foram ocupadas por mulheres ao longo da gestão da ex-prefeita, as secretarias de educação e saúde. No caso da educação, foram 8 anos consecutivos tendo à frente da pasta a professora Maria Beatriz Abicalil Couto.

sofrem uma ingerência daqueles que estão no poder, sofrem influência, mas o fato de termos diversos conselhos organizados, eu creio que é um avanço. Então se eu pudesse apontar alguma coisa nesse sentido, eu acho que os conselhos municipais de educação, saúde e nas outras áreas também, contribuem para que a população comece a se aproximar. De uma forma tímida, já foi melhor, mas eu creio que é o contexto nacional do momento.

Na opinião da advogada Célia Campos, não é trivial pensar e agir politicamente. Uma das características que o cidadão politicamente participativo possui é pensar política e se preparar para tal, pois há a necessidade de pesquisar, buscar informações, comparar posicionamentos. Um dos elementos que mais prejudicam tal busca, para ela, é o roubo do nosso tempo promovido pelo sistema capitalista, já que segundo as suas próprias palavras, “Se a gente não tem tempo pra se dedicar, você não consegue aprender e nem pensar política.”:

Pensar política é muito difícil. A política em si precisa de, no mínimo, algum nível de conhecimento, ela precisa de informação, ela precisa de informação com visão plural, e isso tudo dá muito trabalho. Você pensar política, agir politicamente, é uma coisa que dá trabalho.

O engajamento pode variar, a depender da área de interesse do cidadão politicamente participativo. Há aqueles que lutam contra o racismo, outros contra a discriminação da população composta por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) e diversos outros temas. Para Campos, “Existem pessoas engajadas na cidade, mas eu percebo que é um grupo bastante pequeno.”

Na visão de Cacau Rezende, ainda somos muito jovens em termos de participação, de democracia e mesmo de cidade, que completou recentemente 200 anos. Desde a redemocratização, o pouco tempo transcorrido aliado à falta de práticas mais democráticas e participativas, especialmente junto ao poder público, impediu maior ampliação da conscientização política da população. Ele aponta a necessidade do desenvolvimento de olhar mais amplo e integrado, contemplando a diversidade de representações existentes na sociedade:

Pra mim, cidade é resultado de um elenco de atores, diversos atores, que vão desde as instituições, a construção civil, o comércio, a indústria e todos os seus setores industriais, a região, a educação, a saúde, as pessoas propriamente ditas, o engenheiro, o médico, o arquiteto, o trabalhador do campo, o trabalhador da construção civil, o operário comum, todos são atores de formação e transformação de sociedade, que agem e interagem com ela. E não dá para você tentar resolver problemas, a meu ver, e eu acho que essa é a grande passagem de amadurecimento político que a gente tá tentando fazer, se a gente não olhar a sociedade com todos esses atores participando igualmente da sua construção. Eu sei que isso é difícil. [...] Então eu acho que nesse sentido a gente tá aprendendo muito sobre

participação, mas não é na nossa cidade só. Somos novos em democracia e temos muito ainda que amadurecer nesse campo da participação.

A cooptação de lideranças comunitárias pelos governos municipais, em geral vinculadas a associações de moradores, foi um dos elementos desestimuladores da participação popular em Nova Friburgo, apontou Cláudio Damião. O que poderia ser considerado fruto de uma luta política, qual seja a conquista de uma melhoria no bairro, na comunidade, passou a ser tratado pelos ocupantes do poder executivo local como a concessão de um favor, mais do que atendimento a justas reivindicações. Com isso, ele considera que as associações, outrora muito atuantes, “[...] perderam sua personalidade reivindicatória, participativa.” O enfraquecimento do movimento estudantil, igualmente pujante na sociedade friburguense em passado relativamente recente, também foi apontado por Damião como sendo um aspecto negativo do atual momento da cidade:

Um outro aspecto, também, de participação, que eu percebo e ele hoje está enfraquecido, eram os grêmios estudantis. Nós tivemos grandes movimentos aqui no município com a participação do jovem e é fundamental à formação do jovem, na sua cidadania, a partir da sua participação política, que não necessariamente a partidária. As reivindicações, por exemplo, do passe livre: na época, os sindicatos, no final da década de 90, o sindicato dos bancários participou muito proximamente, sem interferir ou sem dar liderança, apoiando o movimento da juventude, na reivindicação do passe livre, que foi um movimento que teve muita consistência aqui no município de Nova Friburgo.

Tal movimento, segundo Damião, era formado por jovens a partir da organização feita nas escolas e que se dirigiam às ruas e praças para apresentar reivindicações justas, como por exemplo na própria questão do transporte escolar, já que muitas famílias não detinham (como ainda não detém) recursos para custear a passagem de ônibus³⁵. A partir da mobilização efetuada, viabilizou-se a gratuidade no transporte público para alunos da rede municipal de ensino. Ou seja, dois espaços fundamentais à mobilização e participação popular (associação de moradores e grêmios estudantis) se enfraqueceram nas últimas décadas na cidade.

³⁵ Enfrento essa realidade atualmente, por estar à frente da secretaria de ciência, tecnologia, inovação e educação profissionalizante e superior da Prefeitura de Nova Friburgo, responsável pelo gerenciamento do CEVEST. Boa parte dos alunos matriculados nos cursos de corte, costura e modelagem evade precocemente por não conseguir arcar com o custo diário da passagem de ônibus. Estamos tentando inserir no novo Edital de Concorrência para escolha da(s) concessionária(as) responsável(is) pela prestação do serviço no município, o custeio da gratuidade das passagens dos alunos do CEVEST, haja vista sua importância social e econômica formando milhares de profissionais há quase 15 anos para um dos principais setores industriais do município.

Segundo Ricardo Lengruber, cidadão politicamente participativo é aquele que participa das campanhas políticas, não necessariamente como candidato, mas, no mínimo, apresentando algumas bandeiras e que participe de conselhos ou associações representativas de classe, contribuindo para reflexões na área educacional, ocupando espaços de representação dentro da própria unidade educacional em que convive (escolas, universidades).

A exemplo de outros entrevistados, Felipe Saturnino também considera que uma das características primordiais do cidadão politicamente participativo é o acompanhamento da política local. Ele considera que pouquíssimas pessoas o fazem. Ele vê as pessoas reclamando muito nas redes sociais, no mundo virtual, mas com pouco engajamento no mundo real. Aqueles que se dedicam à participação política local apresentam os seguintes comportamentos, segundo Saturnino:

Se informa sobre as atribuições de competência de cada poder, legislativo, executivo [...] E acompanha o que está sendo feito tanto pela Prefeitura quanto pela Câmara. Tem gente que acompanha a Câmara. Eu já fui surpreendido no supermercado, parado (por cidadão). O pessoal acompanha a TV Câmara.

A opção de se manifestar no mundo digital e não no mundo real pode estar associada à necessidade de o cidadão ter que despendar tempo, precisar abrir mão de algum tempo de lazer ou trabalho, enfim, de sua rotina, a fim de cobrar e participar. Ele denomina a participação e engajamento político de “ágora da diáspora”, associando sua prática ao outrora tradicional boato que movimentava os bastidores da política, no caso de Nova Friburgo, também chamado de “voz das esquinas”:

Eu acho hoje que as redes sociais, eu estou chamando de a “ágora da diáspora”. Diáspora quando as pessoas estão cada uma em um canto e a ágora é onde as pessoas se encontram para discutir. Só que elas discutem ali e tudo fica ali. Só que tem também um ponto de vista... hoje em dia, o político, ele está muito preocupado com as redes sociais, com o que é falado nas redes sociais. Eu acho que as redes sociais às vezes desinformam, não informam, porque hoje as pessoas acham que qualquer um nas redes sociais pode ser jornalista. Não é assim. Então, só que repercute muito mais nas redes sociais do que o cara procurar informação verdadeira, ir checar se a informação é correta. As *fake news*, na realidade, são o velho e bom boato. Bom boato, não, ruim boato. O velho boato da campanha política. Era aquele boato que o cara, durante a campanha eleitoral, botava 3 ou 4 falando ali naquele ponto de ônibus, um buchicho, que o cara ouvia do lado, soltava pro outro e daqui a pouco estava dentro do ônibus, estava todo mundo falando.

Aliás, o crescente fenômeno das *fake news*, pouco tempo após a realização das entrevistas para o presente trabalho, se configurou como um dos elementos mais importantes no processo político-eleitoral brasileiro, impactando fortemente o resultado final a partir do vasto uso de informações falsas durante o período eleitoral, para o quê a candidatura presidencial vitoriosa contou com o apoio do ex-assessor de Donald Trump, Steve Bannon.

Para o deputado Wanderson Nogueira, o cidadão politicamente participativo se caracteriza por ser alguém que tenta interferir o tempo todo no processo político e não somente em períodos eleitorais. Raramente há protagonismo que não seja de lideranças políticas formais, o que é motivo de lamento para ele:

O grande problema é sempre só em época de eleição a cidade respirar a questão política. As pessoas não percebem o poder que elas têm, principalmente quando se fala de mobilização ou quando se fala mesmo em interferência nos poderes. A cidade só é mobilizada quando alguma liderança puxa essa mobilização. Liderança que digo é a de cargo político. Raramente essas mobilizações são puxadas por pessoas que estão fora dos cargos políticos.

Ainda segundo Wanderson, a população de Nova Friburgo precisa “[...] aprender melhor a se mobilizar e não depender apenas de uma liderança para puxar essas mobilizações.” No passado recente, as mobilizações foram realmente lideradas por políticos no exercício de mandatos, tanto em relação à crítica ao aumento da passagem de ônibus quanto sobre a possibilidade de privatização dos estacionamentos públicos nas vias centrais da cidade. Ele questiona ainda a revisão do plano diretor participativo, liderada pelo governo municipal no mandato anterior (2013-2016), que teve baixa participação da sociedade friburguense e, ao ser submetido à apreciação do Legislativo local, não chegou a ser colocado em votação.

Hugo Lontra, por sua vez, reputa cidadão politicamente participativo como sendo aquele que não somente exerce seu direito de cidadania, mas também “[...] o dever de obter as informações, filtrar as informações e fazer com essas informações algo que possa refletir na sua opinião política.” E complementa dizendo que ele “[...] precisa ser melhor educado quanto a isso, não só o cidadão friburguense, mas o cidadão geral (brasileiro).”

Alexandre Cruz, presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo no biênio 2017-2018 e reeleito recentemente, por unanimidade, para o biênio 2019-2020, considera o exercício periódico do voto como sendo fundamental para se caracterizar alguém como cidadão politicamente participativo, dizendo que “Se você

não vota, depois você não tem o direito de cobrar.” Outro aspecto importante, na visão do parlamentar, está associado à constante busca por informações, com especial cuidado no que se refere à sua veracidade. Quem também pensa dessa forma é Roberto Wermelinger, que disse ser politicamente participativo quem “[...] lê jornal, ouve rádio, que se mantenha atualizado, acompanha, discute. Eu acho que esse é o cidadão que está politicamente capacitado a atuar.” Cruz, em continuidade à sua resposta, me disse: “Você que é um homem ligado à ciência e tecnologia, hoje o WhatsApp é uma grande arma; se usada para o mal, é uma tragédia.”

Mas ele declara acreditar que a política esteja em processo de mudança e que chegaremos ao ponto de a “[...] (termos a) população que a gente quer e a população vai ter o político, o gestor, que ela quer.” Alexandre avança em sua análise considerado ser necessária a posse de informações corretas, saber e propagar exclusivamente o que é verdade e também “[...] acreditar no seu município e cobrar dos seus governantes, com muita determinação, mas com respeito, a cidade que você quer.” Mas também fazer a sua parte como munícipe, zelando por sua cidade:

Agora, de que forma também? Fazendo a sua parte, não jogando lixo na rua, não jogando binga de cigarro no chão, não parando nas esquinas da calçada, sabe? Eu vejo muito isso e me irrita profundamente: jogando óleo usado nos bueiros. Então, nós temos que fazer a nossa parte também. É como na casa da gente. Acho que isso é o cidadão ideal que a cidade precisa, porque cada um vai fazer a sua parte: o gestor e o cidadão. E, se ambos fizerem as suas partes, aí nós vamos estar economizando dinheiro, o dinheiro que vai ser economizado vai ser investido em qualidade de vida, seja na área que for, né? Mas eu acredito nisso.

A partir dos relatos apresentados, é possível fazer uma síntese dos principais aspectos que caracterizam, no entendimento dos entrevistados, um cidadão politicamente participativo em Nova Friburgo: alguém que se interessa no dia a dia pelos rumos da cidade; que se informa adequadamente através de fontes fidedignas; que participa dos diversos instrumentos disponibilizados à participação, em especial conselhos municipais, partidos políticos, agremiações estudantis e associações de moradores; e que não se abstenha de votar ou vote nulo ou em branco e que, além de votar, acompanhe os políticos no exercício dos seus mandatos, tanto aqueles em quem tenha votado como nos demais eleitos que compuserem os poderes executivo e legislativo, buscando diferenciar, inclusive, quais são as funções específicas de cada um. Em linhas gerais é como interpreto as respostas apresentadas no contexto do presente trabalho.

4.3 Contribuições oferecidas no campo da educação para a democracia e letramento político

A escolha do grupo de friburguenses entrevistados para o presente trabalho se deveu a alguns aspectos, dentre eles meu reconhecimento quanto à dedicação e empenho de cada um deles, em suas respectivas áreas de atuação, no sentido de contribuir para uma melhor qualificação do debate político na cidade, seja no próprio parlamento municipal, seja em associações de moradores, junto ao sistema educacional ou em atuação sindical, entre outros campos e possibilidades. A presente seção objetiva trazer a conhecimento público as diversas contribuições oferecidas por essas lideranças, as quais podem modelar e inspirar que outros também o façam, em especial junto à Escola do Legislativo de Nova Friburgo, que poderá se tornar um importante canal de expressão de diversas modalidades e práticas de educação para a democracia e letramento político.

O vereador Pierre, que também atua como professor em escolas públicas e particulares na cidade, como já relatado anteriormente, disse, inicialmente, se considerar “[...] um grande incentivador da erradicação do analfabetismo político”, explicitando suas diversas ações nesse campo:

[...] vinha desde a época só como professor, na condição de professor, na condição de jovem, de ter uma participação social. Quando a gente alcança a representação política, a gente se torna um ator que tem que dar conta de um serviço e de uma responsabilidade muito grande. Então eu penso que a contribuição maior é uma ressignificação do poder legislativo dentro das suas competências. E a maior contribuição do ponto de vista legal, seja no novo regimento da nova Câmara, seja na compilação como relator de uma nova Lei Orgânica do município, em suma, nas várias experiências, até mesmo nos pronunciamentos, procurando ter um discurso e ter um pronunciamento de caráter educativo, técnico, que forme a população e não que use como um trampolim político que deturpe e deseduque a população.

A advogada Célia Campos inicia sua resposta com uma reflexão que considero importante: “[...] qual é a educação que a gente está falando e com qual viés a gente vai criar esse letramento político?”. Na sua opinião, nível elevado de escolarização não está associado à elevação da consciência política, exemplificando com o perfil médio dos eleitores de Bolsonaro: “[...] homem, branco, classe média alta e com escolaridade alta. E aí? Essa escolaridade deu em quê? No fascismo?”. Ela volta a atribuir ao sistema que rege boa parte da economia mundial e a brasileira em particular, o capitalismo, a falta de tempo das famílias ao engajamento político,

seja na sua comunidade, em partidos políticos ou associações de moradores. Sua reflexão alcança o segmento religioso, similarmente ao que refletiu anteriormente o professor Ricardo Lengruber:

O tempo gasto, às vezes, que poderia ser com política e aí, por estarmos numa sociedade cristã, ele é dedicado à igreja. A igreja, e seja qualquer uma das religiões, não cabe dentro dessa doutrina cristã o exercício do pensamento, porque ali a verdade é revelada. Na política você precisa ter um pensar, um exercício de pensar: pegar informação daqui, dali, ler autores e tal e formar sua convicção.

Após reflexões iniciais, de caráter mais genérico, Campos apresenta algumas de suas contribuições no campo da educação para a democracia: participar de debates ou palestras, bem como trazer pessoas dos grandes centros de pensamento político para fazê-lo, como ocorreu em 2018 com as vindas dos professores Emir Sader e João Feres junto à OAB; atuar nos bastidores da política, sugerindo ou apoiando a elaboração de projetos de lei, como ocorreu recentemente na estruturação dos novos Regimento Interno da Câmara Municipal e Lei Orgânica Municipal, bem como junto a vereadores e deputados de seu círculo de relacionamentos. Ela também atribui os serviços gratuitos que realiza junto à Defensoria Pública como outra forma de contribuição.

Já Cacau Rezende reconhece que não teve a oportunidade de oferecer contribuição prática significativa, mas apresenta algumas reflexões importantes à essência desse trabalho:

[...] eu estou cansado de nós ficarmos falando o tempo todo de plano, e nada de prática. Nós estamos criando um grande obstáculo. Isso porque se nós não conseguirmos ter ações práticas de fato, nós estamos colocando a população num certo abismo de descrença. Planejamento que já é uma palavra muito difícil pra se entender. E toda vez que a gente faz isso, isso não tem resultado, não resolve o problema das pessoas. O que a gente está construindo? Nós temos que ultrapassar esse período, essa coisa de parecer que ficou uma espécie de promessa. Nós precisamos arrumar um jeito de trazer ou chegar a eles, e colocá-los no centro da discussão.

Essa pode se constituir como uma das principais ferramentas de politização da sociedade friburguense a partir da Escola do Legislativo de Nova Friburgo: incluir o cidadão no centro da discussão sobre os rumos da cidade, sobre o papel do Legislativo e as funções do Executivo, entre outras, pensando, inclusive, na possibilidade de estruturação de um núcleo de informações sobre a cidade, até hoje inexistente, o que considero ser um dos problemas mais graves do município, por impedir o estabelecimento de políticas públicas baseadas em dados reais, o que,

segundo a arquiteta urbanista Ermínia Maricato, citada por ele, denomina de “analfabetismo urbano”:

A gente vive uma falta de informação enorme sobre a cidade, sua formação, suas transformações, urbanismo, seus atores principais, como é que agem, como interagem com ela e entre si. Essa dinâmica do elemento urbano se modifica constantemente e a gente tem poucas informações sobre isso, até para fazer diagnóstico, (dispor de) dados. Se você perguntar quantas pessoas vive na pobreza de fato em Friburgo, quantas têm ou não escolaridade... será que sabemos de fato? ... a gente não tem dados que possam garantir um diagnóstico perfeito pra gente aplicar uma política pública preventiva para resolver de uma vez os problemas da cidade.

Ricardo Lengruber dividiu suas contribuições no campo da educação para a democracia em 3 grandes áreas: religiosa, docência e gestão pública. Formado em Teologia, atuou como pastor da Igreja Metodista durante vários anos e sempre buscou se engajar em projetos da igreja que associavam fé e política, fé e cidadania. A esse respeito ele diz entender que “[...] a política institucionalizada deve ser sim uma espécie de braço dos valores que o cristianismo prega e acredita, [...] (como), por exemplo, ligados à questão da solidariedade, do amor ao próximo, dos direitos iguais das pessoas, a não discriminação e coisas nesse sentido.” A associação que faz entre fé e política não contém a prática do proselitismo, como faz questão de esclarecer:

Eu particularmente acho que é muito importante a gente resgatar nas igrejas esses espaços de reflexão sobre fé e política pela perspectiva filosófica da coisa, não apenas como o direcionamento do voto de um determinado rebanho religioso para um candidato.

Já no tocante à educação, setor em que atua como professor na área de ciências humanas, ministrando disciplinas como filosofia, sociologia, filosofia do Direito, ética e teoria da justiça, Lengruber, embora entenda a sala não como “palanque de convencimento político-partidário-eleitoral”, considera-a importante espaço de reflexão sobre a sociedade:

E eu procuro fazer isso com o meu trabalho, especialmente dando espaço para que os alunos manifestem suas opiniões, porque o grande desafio, especialmente no ensino superior, é que o professor se coloca numa posição muito autoritária, no sentido de que é ele quem tem informação e ele transmite essa informação ao seu aluno. (São) Espaços de aula muito curtos, então o professor tem um conteúdo a passar, no geral ele dá uma grande palestra e, no final, faz a chamada e vai todo mundo embora. Mas se a gente consegue separar um tempo para que o aluno manifeste opiniões, orientadas naturalmente através de um trabalho de pesquisa, alguma coisa, é possível pelo menos você levantar discussões sobre pontos de vistas discrepantes, conflitantes, que apareçam.

E a terceira área em que Lengruher julga ter contribuído no campo da educação para a democracia foi em sua passagem pela secretaria municipal de Educação no ano de 2012, quando implementou a primeira eleição direta de diretores e dirigentes de unidades públicas de ensino, pleito em que cerca de 50% das escolas passaram a contar com gestores eleitos diretamente pela comunidade escolar, bem como apoiou a implementação do projeto Câmara Jovem junto ao Legislativo municipal e a dinamização dos conselhos escolares.

Professor Raul Marcos opina similarmente ao professor Lengruher no que se refere à importância do papel docente no estímulo a reflexões sobre política, democracia e cidadania. Para ele, “Professor é aquele que não pode se omitir de provocar o pensamento, a discussão política, [...] a discussão política faz parte da vida do educador.” Ele reconhece a influência que recebeu de seus educadores ao longo de sua formação acadêmica, de “[...] diversas linhas ideológicas ou visão política, de mundo, e que fizeram eu ter a minha própria visão de mundo, visão que a gente está sempre procurando estar antenado e até (se) modificar.” Ele também cita a importância das redes sociais como sendo estimuladoras de uma “[...] provocação muito maior na sociedade, já que hoje as informações chegam muito mais rápido.” Raul reconhece ainda a importância de instrumentos legislativos no fomento à educação para a democracia em Nova Friburgo:

A gente conseguir ver movimentos como a Escola do Legislativo em Friburgo, isso é maravilhoso. Ver também projetos onde os jovens das escolas públicas tenham acesso através da Câmara Mirim, da Câmara Jovem, tenham acesso a uma discussão política, a se enxergar através disso, Parlamento Jovem no Rio de Janeiro, ou os projetos da Câmara Federal ou do Senado, que aproximam a juventude. Eu creio que isso só tende a crescer, está muito tímido ainda, mas são vertentes que a gente tem que trabalhar.

A exemplo de outros entrevistados, ele cita ainda a preocupação com as *fake news*, opinando que cabe a cada cidadão, especialmente àqueles que se apropriam de informações de melhor qualidade, combatê-las:

Nas redes sociais, eu creio que todo cidadão que procurou se informar melhor deve combater as *fake news* da vida, devem combater aquelas notícias falsas e devem orientar os mais jovens a pesquisarem, a discutirem uma notícia que venha pronta e com objetivos diversos para deturpar, desviar o pensamento, orientações da juventude. Então é muito importante que a informação seja questionada também pela juventude e eu acho que esse é um papel que eu tenho procurado fazer na minha atividade comum, no trabalho.

Raul Marcos finaliza sua resposta a respeito das contribuições que oferece para o letramento político em Nova Friburgo abordando o que considera ser um grande desafio: conseguir transformar informação em conhecimento. Na sua visão, a juventude atualmente dispõe de muita informação, mas pouco conhecimento, não sabendo exatamente o que fazer com essa informação e de que forma ela pode ser útil para sua vida e seu futuro.

Gabinete itinerante, rodas de conversa, emendas participativas, Parlamento Juvenil: essas são algumas das contribuições oferecidas pelo deputado Wanderson Nogueira ao longo dos mandatos exercidos entre 2015 e 2018³⁶. Embora não estivesse exercendo mandato municipal nos anos de 2017 e 2018, ele também liderou mobilizações na cidade, questionando decisões da administração municipal:

[...] a gente foi para a rua com a questão da venda das ruas da cidade, o estacionamento rotativo. Eu acho que as vagas, e a gente falou muito isso com as pessoas, as vagas devem ser sim organizadas, mas não no formato apresentado pela prefeitura, o formato não é o adequado. (Outro exemplo foi) A questão dos ônibus intermunicipais. Ou seja, essas mobilizações vão demonstrar ainda que alguém tem que fazer, porque se eu ficar esperando alguém fazer, ninguém faz, então você vai lá e faz. E puxa essas mobilizações e tenta mostrar às pessoas o poder que elas têm quando elas se mobilizam e reverterem situações, como algumas foram revertidas e outras que infelizmente não conseguiram a reversão. Mas, no mínimo, cria um constrangimento da autoridade pública.

Outro respondente que mantém práticas participativas ao longo do exercício de seus mandatos é o deputado Glauber. Na sua visão, o sistema representativo brasileiro está falido e não será ultrapassado com ideias esdrúxulas como a de um possível retorno à ditadura militar e sim com o fortalecimento dos mecanismos de participação direta, ou seja, com mais política, mais engajamento, mais instrumentos de fomento à participação.

Desde seu primeiro mandato como deputado federal, ele realiza periódica e sistematicamente audiências públicas de prestação de contas em Nova Friburgo e, com o passar do tempo, passou a fazer também rodas de conversa em pontos de grande fluxo de pessoas na capital fluminense, além de circular por vários municípios fluminenses:

Toda segunda-feira, por exemplo, meio dia, a gente tem uma roda de conversa no Largo da Carioca, que não é só de prestação de contas. É microfone aberto, exatamente para que naquele espaço as pessoas possam trocar com a gente. A gente tem que ter a oportunidade de conversar com

³⁶ Wanderson Nogueira exerceu o mandato de vereador de Nova Friburgo nos anos de 2015 e 2016 e de deputado estadual em 2017 e 2018.

quem pensa diferente. A gente não pode só permanecer nas nossas bolhas, dialogando com aqueles que já tem estruturalmente um pensamento parecido à esquerda. A gente precisa furar essa bolha.

Outra iniciativa criada pelo deputado com o objetivo de estimular a participação popular foi discutir o orçamento público. Através do instrumento denominado “emendas participativas”, o deputado e sua equipe chegam a um determinado município, não somente Nova Friburgo, convidam as pessoas para uma reunião pública, onde poderão conhecer como funciona o orçamento federal, apresentar as diversas demandas de suas comunidades e, democraticamente, decidir qual(is) dela(s) será(ão) atendida(s) através de solicitação do deputado para inclusão no Orçamento da União do ano seguinte:

O que é o resultado prático disso? Ali a gente discute o orçamento federal, ali a gente discute com a comunidade local qual é o processo para que uma emenda seja executada e chegue ao município, para acabar também com aquela história do deputado que chega em determinada comunidade se colocando como pai da obra ou aquele que fez o asfaltamento da rua ou fez a construção de uma escola. Então, é um processo também de construção coletiva, exatamente pra gente politizar e ser politizado a partir da discussão do orçamento.

Glauber cita um exemplo recente, ocorrido no município de Sumidouro, onde havia realizado uma reunião na Câmara Municipal, poucos dias antes da entrevista, para discussão de emenda participativa para inclusão no orçamento federal, com cerca de 200 participantes:

Por que foram mais de 200 pessoas? Porque há alguns anos, a gente começou esse projeto lá, as pessoas foram para a mesma Câmara e decidiram que seria feito calçamento numa comunidade chamada Serra Porteira Verde. E, a partir do calçamento de Serra Porteira Verde, as pessoas viram que há um potencial de participação. A gente procurou criar um comitê de acompanhamento da emenda designada e elas retornaram então e novos comitês foram formados para fazer o acompanhamento do que vem por aí.

Além de manter a prática de realização de audiências públicas de prestação de contas ao longo de todo o seu mandato, o deputado também vem procurando institucionalizá-la junto à Câmara dos Deputados para que os demais parlamentares sejam obrigados a igualmente fazê-lo. Para ele, não adiantaria que tal prática ficasse restrita ao seu mandato individual, por isso sua intenção de formalizá-la como marco legal:

[...] eu apresentei um projeto, uma proposta, um projeto de lei, que ficou conhecido como “lei do banquinho”, que é, na verdade, a necessidade de todos os membros do legislativo federal, estadual e municipal prestarem

contas das suas atividades de maneira periódica em espaço público, fixado no seu gabinete aonde ele vai estar e nas redes oficiais, do mandato exercido. Tem um parecer já apresentado, do deputado Chico Alencar, (mas) a matéria até hoje não foi colocada em votação. Ele modifica, para não gerar uma obrigação para o legislativo estadual e municipal, porque a gente poderia estar ferindo o pacto federativo. Mas é uma outra proposta que parte desse mesmo pressuposto.

Glauber cita ainda sua participação na comissão de legislação participativa, idealizada pela deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP) e que, segundo ele, é a mais desprestigiada de todas na Câmara dos Deputados. Ele tem procurado fazer com que cada vez mais pessoas tomem conhecimento do trabalho realizado pela comissão e apresentem suas propostas, desde que organizadas em segmentos da sociedade civil, estimulando o processo de organização política.

Outro respondente que aponta ter contribuído através de uma comissão de legislação participativa para a educação democrática foi Felipe Saturnino. Tendo atuado entre 2013-2016 como assessor do ex-vereador Gabriel Mafort (PT e PPL), desde o início o parlamentar ostentava o lema “mandato participativo” e objetivava contribuir para uma “[...] conscientização da população [...] tentar acabar com aquela história que o vereador é o despachante de luxo. E demonstrar qual é a atribuição real do vereador.”. Eles enfrentaram muitas dificuldades ao longo do caminho “[...] porque tem uma cultura política que a sociedade demanda do vereador ser o despachante de luxo.”.

Chegaram a implementar o gabinete itinerante, através do qual recebiam muitas demandas das comunidades e as encaminhavam ao poder executivo: “[...] em sua grande maioria, a gente não era atendido e a gente tinha bastante dificuldade de retornar lá porque nós éramos cobrados (sobre o atendimento) da demanda.” Ele atribui parte dessa dificuldade ao fato de o vereador ser de oposição ao governo municipal daquele período, o que ele questiona:

[...] o correto seria, independentemente de qualquer (apoio), o administrador público ter o princípio da impessoalidade, um comportamento republicano. Porque quando ele está ali atendendo à demanda do vereador, é porque ele está fazendo o meio de campo entre o vereador, a sociedade ou aquele bairro, aquela comunidade e a Prefeitura. Mas, como eu falava sempre, tem o ônus e o bônus de ser oposição. O ônus de ser oposição é você não ser atendido em suas demandas locais, paroquiais.

Após enfrentarem inúmeras dificuldades e o conseqüente desgaste delas advindo, optaram por abandonar esse caminho, dirigindo esforços para a estruturação da comissão de legislação participativa, citada anteriormente pelo

deputado Glauber em sua experiência na Câmara dos Deputados, a partir da qual foi institucionalizada a possibilidade de serem sugeridos projetos de lei e diversas outras proposições ao legislativo friburguense. Um dos desafios enfrentados foi tornar de conhecimento público a existência e atribuições da comissão:

As pessoas desconheciam a comissão. A gente ia até as entidades organizadas, ONGs, sociedade civil organizada mesmo, apresentava isso e eles ficavam maravilhados. Aí a gente explicava como fazer, faz um texto curto e apresenta, manda pra comissão de legislação participativa que a gente vê a viabilidade jurídica e transforma num projeto de lei, num projeto de indicação legislativa, o que for possível fazer juridicamente. E a gente conseguiu fazer alguma coisa. Mas a gente precisou provocar a sociedade, a gente precisou divulgar, precisou fazer uma divulgação e procurar as entidades, procurar as pessoas.

O instrumento foi aperfeiçoado com a aprovação do novo Regimento Interno do Legislativo de Nova Friburgo, trabalho que também contou com o apoio técnico de Saturnino, ampliando possibilidades de participação até o nível do cidadão, prescindindo da subscrição de entidade com personalidade jurídica. Mas considera ainda ser muito baixo o nível de conhecimento da população quanto a essa possibilidade, o que requereria, a seu ver, um trabalho mais proativo da assessoria de comunicação da Câmara. Ele destacou ainda sua atuação na estruturação da nova Lei Orgânica do município:

[...] as minhas contribuições maiores que eu nunca achei que fosse deixar, primeiro foi o Regimento Interno da Câmara, que eu trabalhei, e a segunda, eu acho que é legado maior, que eu nunca pensei na minha vida, quando eu estava lá nos bancos da faculdade de Direito, que eu fosse participar da elaboração da Lei Orgânica do meu município. Eu acho que é um legado meu que eu deixei, que eu plantei, que eu entrei para a história.

Ao finalizar sua resposta, destaca o fato de que sempre quando ocorrem situações polêmicas envolvendo decisões do Executivo, as manifestações tendem a ocorrer na Câmara. Ao invés de se dirigirem ao Palácio Barão de Nova Friburgo, sede do Poder Executivo da cidade, se dirigem à Câmara a fim de ter acesso aos parlamentares e, a partir deles, pressionar a prefeitura na busca da solução do problema em questão. Ele atribui tal movimento da população tanto ao desconhecimento do que é competência do Executivo ou do Legislativo, quanto pelo que considera ser maior facilidade de acesso ao vereador do que ao prefeito ou secretários municipais.

Filiação partidária é uma das possíveis contribuições para a democracia brasileira e friburguense na visão do advogado Rafael Borges. Ele afirma sempre ter

tentado fazer do partido um instrumento de estímulo a debates voltados a “[...] robustecer as estruturas democráticas no município.”, da mesma forma que vê sua atuação junto à OAB com esse objetivo:

Acho que a OAB, como uma entidade respeitada e tendo a força política e a legitimidade popular da qual desfruta, ela pode ser um instrumento muito importante, [...] fundamental de fortalecimento das estruturas democráticas. Acho que a OAB de Friburgo cumpre muito bem esse papel. Cumpria já no mandato do Carlos André Pedrazzi, vem cumprindo muito bem o papel no mandato da Mônica Bonin e eu, de alguma forma, colaboro com essas lideranças para consolidar a OAB como esse espaço, essa trincheira de defesa da democracia.

Já para o advogado e ex-vereador Roberto Wermelinger, sua participação em lutas nos movimentos sociais e sindicais, além do próprio exercício de mandatos parlamentares, teve por objetivo contribuir para formar base de conhecimento sobre a importância de se viver em sociedade:

Isso é o que permite que as pessoas possam crescer, se valorizar e enxergar que você precisa se educar, se formar, para fazer boas escolhas, para contribuir para melhorar a sociedade. Eu acho que eu fiz isso no movimento sindical, no movimento social também, apoiando associações de moradores, a COMAMOR³⁷, enfim, era essa a mensagem que a gente tentou passar.

Hugo Lontra, servidor do Legislativo de Nova Friburgo, aponta como sua principal contribuição para a democracia friburguense o trabalho que realiza no sentido de garantir a publicação de leis de qualidade, assim como as notícias, atualizações e programas criados pelo poder legislativo, incluindo, dentre eles, as ações de capacitação dos públicos interno e externo da Câmara.

Contribuições importantes também foram oferecidas pelo ex-vereador e sindicalista Cláudio Damião. Em sua atuação sindical, principalmente na presidência do Sindicato dos Bancários de Nova Friburgo, ofereceu inúmeros cursos de formação política destinados tanto para sindicalizados, quanto para a sociedade em geral. A esse respeito, ele ponderou:

Eu atuo no movimento sindical já há algum tempo, especialmente no movimento sindical bancário e a nossa percepção é de que a gente deveria estar envolvendo a juventude, os estudantes, as associações. Quando a gente fazia formação, a gente convidava o movimento a participar. É uma pequena escala, mas de alguma forma você está contribuindo para o letramento político. Outra contribuição é a participação em diversas atividades escolares. Algumas vezes fui convidado a falar sobre temas

³⁷ O Conselho Municipal das Associações de Moradores é uma entidade que congrega as diversas associações de moradores de Nova Friburgo e exerceu importante papel catalizador das mesmas até o início dos anos 2000.

relevantes dentro da minha vivência política em escolas do município, especialmente escolas estaduais.

Já no exercício dos mandatos parlamentares, Damião destacou algumas iniciativas que contribuíram na direção da educação para a democracia: ele foi autor do projeto de criação da Câmara Itinerante, objetivando levar o Legislativo às diversas localidades para ouvir anseios e demandas dos seus moradores, segundo ele, “[...] mais ouvir do que falar.” Para ele, o posicionamento dos vereadores como se fossem a própria ouvidoria da Câmara pode contribuir significativamente para o processo de politização da sociedade. Outra ferramenta destacada pelo ex-vereador é a Tribuna Livre, criada no início dos anos 2000 pelo ex-vereador Eduardo Valentim, e que recebeu emenda de Damião visando “[...] ampliar a participação da sociedade, do cidadão, das associações, das entidades, para que elas pudessem também se dirigir à Câmara e expressar suas opiniões.”

Outra contribuição que considera ter oferecido para o letramento político em Nova Friburgo foram as leis de transparência. Para ele, “Na medida em que você oferece legislação de transparência, você está politizando, está formando, está demonstrando àquele cidadão a importância dele.” Ao permitir o acesso a informações sobre a administração pública local, tanto no Executivo quanto Legislativo, o cidadão passa a ter “[...] conhecimento daquilo que é fruto dos impostos que ele paga [...] os resultados políticos na cidade [...] têm um pedacinho de cada um de nós, de cada cidadão, na construção do coletivo.”

Inúmeras e importantes contribuições foram oferecidas pelos líderes que escolhi para representar Nova Friburgo na presente tese, em que aprofundo estudos sobre educação para a democracia em nosso país. Sou testemunha da atuação de cada um deles e do seu comprometimento cívico com o desenvolvimento de Nova Friburgo. De uma maneira ou outra, todos são grandes fontes de inspiração e de ideias para o fortalecimento dos processos de letramento político na cidade. Precisam apenas estruturar ou encontrar espaço a fim de conquistar organicidade, sistematização e continuidade, o que pode ser um importante papel nucleador a ser desempenhado pela Escola do Legislativo de Nova Friburgo.

Na próxima seção, verificarei o pensamento deles quanto à importância do desenvolvimento de ações de educação para a democracia e letramento político no município, iniciando pelo professor Raul Marcos.

4.4 A importância do desenvolvimento de ações de educação para a democracia e de letramento político junto à população de Nova Friburgo

Além de diversos outros aspectos já abordados na entrevista que fiz junto a cidadãos friburguenses politicamente engajados, pretendo verificar junto aos respondentes se eles consideram importante a realização continuada de ações de educação para a democracia e letramento político na cidade. O primeiro deles será o professor Raul Marcos. Ele considera a escola do legislativo como um bom exemplo dessa possibilidade e acredita que embora haja um expressivo volume de informações disponível atualmente, principalmente para a juventude, também há, por outro lado, aqueles que não detém a mesma possibilidade de acesso. A esse respeito, ele diz que:

[...] nós temos uma parcela enorme da nossa população alheia à informação. Até a própria informação que a gente acha que tem (disponível) pelas redes sociais, a grande parcela da população está fora disso. Porque são grupos, as redes são grupos pequenos. Se pensa que se está falando pra muita gente, se fala realmente pra muita gente, mas muito de nossa população está alienada do processo de como funciona, como é o processo democrático que a gente vive.

Paralelamente à dificuldade do acesso às informações, temos outro problema, que é a ausência de reflexão crítica e filtragem das informações que chegam por parte da população ao receber mensagens via celular, redes sociais etc.:

Uma grande massa da nossa população acredita naquilo que recebe em primeira mão, replica aquilo sem nenhum tipo de critério porque é assim a vida dele. Ele não gera questionamentos, ele não faz questionamentos a respeito da informação. Então nós temos hoje um grande desafio, de propiciar à população a condição para que ela faça a leitura de mundo. Da sua própria realidade, daquilo que está acontecendo.

Urge desenvolver capacidade analítica e crítica, na visão do professor Raul. Para ele, o Brasil vive intenso período de mudanças e é fundamental àqueles que detenham condições de analisar o momento atual, perceber sua natureza cíclica e a quais interesses ele responde e atende. E que o façam de forma fundamentada, analítica e crítica, contribuindo para que outros possam efetuar igualmente sua análise com melhor qualidade do que tem sido feita. E um dos espaços que pode contribuir nessa direção é o próprio parlamento através de ações de educação para a democracia:

Eu acho que a escola do legislativo é muito importante por isso, porque aproxima a juventude e à medida que ela, a juventude, começa a se aproximar do legislativo e do conhecimento político, da política partidária, e começa a se inteirar de como funciona esse mecanismo, os horizontes se abrem e, abrindo os horizontes, aumentam as condições de (melhor) escolha de uma população e desenvolvimento dessa população.

Para o deputado Wanderson Nogueira, é fundamental desenvolver ações dessa natureza. Na sua visão, só será possível alcançar uma alteração substancial no cenário político brasileiro quando as pessoas, de uma maneira geral, mudarem suas práticas e passarem a participar efetivamente do processo político.

Para o servidor do Legislativo friburguense, José Nascimento, escolas do legislativo são muito importantes. Ele já conhecia o modelo por ter participado de capacitação na Escola do Legislativo da ALERJ e considerar de muita utilidade o treinamento lá realizado. Nascimento utiliza “[...] esses próprios conhecimentos na Escola do Legislativo daqui da Câmara de Friburgo.”:

A gente vê o mal profissional, mas não vê o bom profissional. Então a gente tem que procurar o que tem de bom em cada área e é claro que na política existem coisas muito interessantes, pessoas que trabalham sério para poder fazer um bom trabalho [...] e fazer com que a população conheça o trabalho dos vereadores. [...] Porque o que se está vendo hoje em dia é o repúdio ao parlamentar, ao trabalho do vereador, porque as pessoas nem conhecem o que ele faz, o que ele deve fazer. Então, a gente vê o lado ruim da coisa, mas não vê o lado bom.

Para o professor Ricardo Lengruber, o que ele chama de eleitor médio, especialmente em Nova Friburgo, parece não ter clareza sobre as atribuições de vereadores, prefeitos, deputados, governadores, presidente. Conhecer os limites e possibilidades de cada cargo é fundamental e devem ser estruturadas ações educacionais nessa direção, desde que não “[...] se tornem apenas pré-palanque para determinadas pessoas ou determinados grupos se locupletarem dele.”

Embora concorde com a iniciativa e a considere importante, a advogada Célia Campos novamente externaliza sua preocupação pelo viés com que serão estruturadas tais iniciativas. Ela pergunta “Qual conteúdo? Com qual visão de mundo?” e cita o projeto Escola Sem Partido, arquivado na Câmara dos Deputados, e que apresentava o suposto objetivo de despolitizar a sala de aula, proibindo professores de abordarem assuntos políticos, ideológicos etc.:

Às vezes eu penso nesse pessoal do Escola Sem Partido e se eles acham sinceramente que a minha visão de mundo, que é mais progressista, que é de direitos humanos, que não tem preconceito, se eu posso influenciar na vida dos filhos deles de uma forma tão contundente assim. Agora, se a criança não tem esse contraponto, seja em sala de aula, seja na

comunidade dela, como ela decide? Como ela se forma enquanto cidadã? Como ela vai pesar os prós e os contras, seja de qual linha de pensamento de quem quer que seja.

Para o advogado Rafael Borges, iniciativas com essa visão são fundamentais, devendo até mesmo serem incluídas nos currículos escolares e fomentadas pela Prefeitura e, sobretudo, pela Câmara:

A gente constrói nossa sociedade sobre essa coisa dos 3 poderes e, dos 3 poderes que a gente tem, sem dúvida, o Poder Legislativo é aquele que tem o menor déficit democrático, é aquele que tem a maior densidade democrática, portanto. Todo mundo conhece um vereador, ainda mais numa cidade pequena, de médio porte como essa. A Câmara pode ser a porta de entrada do cidadão para o desenvolvimento de uma consciência democrática.

Tendo atuado na assessoria do vereador Gabriel Mafort na legislatura anterior à atual, Borges considera ser a educação para a democracia a principal função de uma Câmara de Vereadores, haja vista os limites operacionais que transformam o parlamentar em fiscal do Executivo ou, nas suas palavras, “[...] um louco inútil, porque ele não pode construir uma escola, ele não pode mandar fazer um muro, tem todo aquele limite vinculado à questão da despesa.” Nesse sentido, se o vereador não se aproveitar do período em que estiver no exercício do mandato para se tornar o “[...] fio que une a comunidade a uma estrutura de poder [...]”, ele não terá muita utilidade:

[...] a Câmara é esse espaço por excelência, porque não venha a achar que o Executivo será esse espaço, não será. O Poder Executivo é um poder muito solitário, exercido ali por uma pessoa, por seus assessores mais diretos. Por mais que ele tente calibrar democraticamente o exercício do poder, ele é um poder por excelência exercido de maneira solitária. E o Poder Judiciário nem se fala, né? O Poder Judiciário é um castelo, até na aparência, até na sua estética o Poder Judiciário é um castelo. Não venha esperar democracia do Poder Judiciário. A democracia está essencialmente dentro do Poder Legislativo. Ali tem que ser a porta de entrada, até para poder democratizar os outros poderes. E eu acho que a Câmara de Friburgo é muito incipiente nesse sentido.

O vereador Pierre considera ser essencial o oferecimento de ações de educação para a democracia, até mesmo junto às mídias. Ele cita palavras do ex-senador Cristovam Buarque que afirma passar o processo educacional por um tripé composto por escola, mídia e família, ao qual se deve associar diversas unidades, modalidades e níveis de ensino, juntamente com a Escola do Legislativo, a fim de se viabilizar a criação de elementos de politização e formação política, incluindo

“pílulas” de políticas públicas através dos meios de comunicação. A respeito desses últimos, ele acredita que:

Deve-se forçar a barra, a sociedade, de que as concessões de rádio, televisão e outros mecanismos de comunicação prevejam formação política pelo menos nos comerciais. Que sejam dados, pelo menos nas televisões de grande circulação, 30 segundos, (que devem ser destinados) em cima da transmissão de um direito, de um dever constituído em lei, de um ensinamento. Isso deveria estar em todos os organismos midiáticos.

O vereador afirma que esse trabalho será iniciado em Nova Friburgo através da TV Câmara e da Rádio Câmara, aproveitando a capilaridade e audiência dos programas, exibidos em TV e rádio locais. Com isso, será possível criar uma onda de politização: “Ela é um sonho? É. Mas é possível ser realizada se for bem estruturada. ... isso é fundamental para todo esse processo renovador de transformação. Seria um pilar.”

Com a mesma opinião, o deputado Glauber reforça a importância de instrumentos dessa natureza, não só para Nova Friburgo, mas para o Estado do Rio de Janeiro e todo o Brasil, ainda mais agora, em que há diversos projetos em tramitação objetivando excluir qualquer possibilidade de reflexão e análise crítica, “[...] que é o projeto Escola Com Mordança, que eles querem dizer que é Escola Sem Partido.” Para ele, ter espaços institucionais disponíveis para que seja estabelecida reflexão crítica de forma a permitir que a pessoa encontre e analise as diversas fontes de informação para que, a partir daí, possa formar as suas próprias convicções e visão de mundo.

Outro respondente que concorda com iniciativas voltadas à educação para a democracia é o ex-vereador Cláudio Damião. Ele se refere especificamente à Escola do Legislativo como sendo iniciativa “[...] que tem uma importância gigantesca nesse momento.” Ele reconhece que por ocasião de criação e início de funcionamento da Escola, não houve a percepção da dimensão de sua importância, já que cada parlamentar ficava muito restrito ao seu dia a dia, suas atribuições, tarefas, burocracia legislativa, na sua própria ação política. Ele pondera que o coletivo do Legislativo à época não se deu conta de quão importante é uma escola do legislativo:

[...] a gente só vai perceber a importância quando a gente chega ao final dos resultados, por exemplo, quando faz a Câmara Jovem e vê os meninos e as meninas ali tomando um papel que é mais ou menos o papel que a gente exerce no dia a dia do debate político, da consistência das propostas que são apresentadas. Então, isso leva um tempo para amadurecer, a

sociedade tem um tempo de amadurecimento que é um pouco lento também, mas isso precisa expandir.

Damião reflete de que forma uma iniciativa como essa poderia ganhar uma dimensão maior e alcançar mais pessoas: “Quer dizer, na medida que há uma medida que tem um caráter assertivo, ela não pode ficar limitada a uma única estrutura do legislativo”. Em sua opinião, “[...] as pessoas não percebem a dimensão do papel do vereador.”:

Ele não se limita às terças e quintas ir à Câmara. Tem muito isso na sociedade: “Pô, vereador não faz nada”, “Vereador trabalha terça e quinta”. Como se você não tivesse as atribuições no dia a dia de formatar projetos, de debater, de fazer leitura, de acompanhar orçamento. É uma coisa muito dinâmica e que esgota muito nossa condição mental e física. É muito extenuante. E não é uma reclamação que eu estou fazendo aqui não. É só uma constatação.

Ele também citou o Concurso Literário, iniciativa de sua autoria e que trazia um debate, “[...] a partir da literatura, também para uma consciência cidadã, crítica e política”, como outra importante ferramenta de integração do cidadão com o ente público:

Porque há uma resistência e a gente tem que ter a capacidade de perceber que essa é uma resistência existente e criar as ferramentas que diminuam esse distanciamento que chega até um ponto um tanto agressivo de não querer falar com o político, de achar que nenhum político presta. Então essas ações também têm esse condão, de gerar uma outra visão com relação ao político e ao ente público.

O advogado e ex-vereador Roberto Wermelinger disse que a pergunta o fez lembrar da sua juventude, quando ele, a professora Angela Fernandes e o grupo em que participavam no Partido Democrático Trabalhista (PDT) promoviam cursos sobre liberalismo, socialismo, tendo como fontes bibliográficas diversos pensadores, o que contribuía para a formação de sólidos quadros partidários:

.. você (deve) buscar essas informações e chamar a sociedade pra fazer isso. Antigamente [...] o partido³⁸ fazia isso, lá nos anos 40, 50, 60. Depois a política perdeu essa capacidade de fazer quadros. A gente fala de quadros do partido, hoje cada vez menos você tem quadros. Você tem massa, mas não tem quadro. E fazer quadros, que as pessoas tenham a capacidade de discutir ideias, de desenvolver e trabalhar na utopia, que realmente é o diferencial na política. Eu acho fundamental essa necessidade de escolas para se discutir.

Felipe Saturno também considera importante a adoção de iniciativas voltadas à educação para a democracia e letramento político, dentre outros motivos pelo fato

³⁸ Forma pela qual o Partido Comunista Brasileiro era conhecido.

de auxiliar no entendimento do que significa a divisão de poderes e quais papéis são desempenhados por cada um deles. Tendo sido um dos grandes responsáveis pela condução dos trabalhos de estruturação da nova Lei Orgânica Municipal, Saturnino procurou abordar tal questão:

[...] a gente tentou demonstrar bem claramente quais são as atribuições. A população não sabe quais são as atribuições do legislativo nem do Poder Executivo. Na verdade, ela acha que essas duas coisas se confundem, entendeu? E todo tema que você coloca, elas querem uma solução imediata. E elas não entendem que às vezes demora, uma certa burocracia.

Ele atribui ao senso comum a visão atualmente reinante na sociedade brasileira de que a classe política não presta e finaliza externando pensamento com o qual me alinho integralmente:

[...] a grande contradição nesse aspecto é que quem coloca a classe política lá é a sociedade através do voto. Os parlamentares, os políticos, não caem do céu, sabe? Se o Congresso está lá, se o Congresso ou a Câmara de Vereadores tem aquela representatividade ali, é um microcosmo da sociedade de Nova Friburgo. Ou se o Congresso tem aquela representatividade, é um microcosmo da sociedade brasileira com seus vícios e virtudes. Porque as pessoas elegem o parlamento e depois não se enxergam no parlamento. E depois não cobram. E pior: depois de passar 2, 3 anos, se perguntar em quem votou, não se lembra em quem votou. Denigrem, mas de vez em quando vão lá pedir coisas das quais eles falam mal, a sociedade fala mal. O ser humano é contraditório.

O advogado e servidor do Legislativo friburguense Hugo Lontra considera serem fundamentais ações dessa natureza para a evolução do cidadão, que em geral fica muito preocupado apenas com a educação formal e não dispõe de ferramentas nem instrumentos para se qualificar como cidadão politicamente participativo. Iniciativas que promovam o letramento político podem servir para ele como se fossem um manual:

O cidadão não tem um manual político: o que ele deve pensar antes de votar, como ele deve filtrar as informações. Então, acho que cabe ao poder público, principalmente, fornecer ferramentas para que esse cidadão possa conhecer melhor o sistema político e formas de alterar esse sistema político para encaminhar melhor o futuro ou prever melhor o futuro, a evolução econômica, o desenvolvimento social do seu município.

A professora e ex-vereadora Angela Fernandes pontua que o vereador é um fiscalizador do Executivo e, por isso, precisa entender de legislação, precisa ler muito, além de buscar identificar quais são as demandas da sua comunidade:

Ele tem que ser um termômetro, tem que saber qual é essa demanda, para ele transformar esses hábitos e costumes em leis e essas leis funcionarem: ele estar lá fiscalizando o Executivo e a gente deveria estar fiscalizando o

vereador. Reuniões pontuais para prestação de contas de mandato, eu acho um espetáculo isso. Você tem que prestar contas do seu mandato.

Todos os respondentes consideram ser de grande valia o desenvolvimento de ações que contribuam para a educação em democracia dos cidadãos friburguenses. Esse é um dado muito relevante considerando que, após a defesa de presente tese, iniciarei diálogos com todos eles, com o fito de engajá-los nessa importante tarefa que será elevar o nível de cultura política da população friburguense, diminuir nosso déficit cívico e elevar o nível de nosso desenvolvimento democrático. Importante verificar, face ao exposto, a visão dos respondentes quanto aos atuais mecanismos de incentivo à participação popular atualmente disponibilizados pela Câmara Municipal de Nova Friburgo, tanto no que se refere à sua diversidade quanto a sua efetiva utilização, o que será objeto da próxima seção.

4.5 Mecanismos de incentivo à participação popular disponibilizados pelo Legislativo de Nova Friburgo: diversidade e efetiva utilização

Para estimular maior envolvimento da sociedade e a conseqüente participação popular junto ao Legislativo de Nova Friburgo, diversos mecanismos foram criados ao longo das últimas legislaturas. A presente seção tem por objetivo identificar, a partir do ponto de vista dos entrevistados, se há diversidade de opções que estimulem a participação e se eles têm sido efetivamente utilizados no dia a dia da Câmara Municipal

Para o ex-vereador Cláudio Damião, autor de diversas iniciativas parlamentares com esse objetivo, há espaço para avançar. Para tanto, é fundamental o apoio da Mesa Diretora e, uma vez aplicada a ferramenta de estímulo à participação popular, “[...] ela não pode perder sua continuidade.” Falando sobre o próprio papel da Escola do Legislativo, o que ele chamou de “política pública de formação política”, de “escolarização política”, entende não poder ser interrompida:

Como um aluno que entra numa sala de aula para fazer sua base educacional: se ele interrompe um ano, talvez no outro ano ele não retorne para o banco escolar, ele desanima. A formação política é uma coisa permanente, você (deve) estar dialogando com a sociedade permanentemente com relação aos temas.

Ele cita ainda 2 projetos debatidos e aprovados pelo Legislativo de Nova Friburgo e que se constituíram como exemplos de estímulo à participação popular,

para cujas discussões acorreram associações, sindicatos patronais e de trabalhadores, Lions, Maçonaria e OAB, entre outras instituições: plano diretor participativo, em meados dos anos 2000, e a nova Lei Orgânica do município, aprovada em 2018 após a realização de mais de 70 audiências públicas.

Na visão do professor Raul Marcos, ainda há longo caminho a ser percorrido, mas reconhece que o processo de estímulo à participação popular junto ao Legislativo já foi iniciado. Aproveitando-se de sua vasta experiência educacional, Raul considera ser necessária a formação de equipe multidisciplinar voltada especificamente para a formação política e que “[...] essa equipe não esteja presa politicamente a ninguém.”:

É preciso que se tenha uma visão pedagógica daquilo que se deseja. É preciso ter as pessoas ali capazes de fazer a autocrítica, aqueles que vão estar à frente da Escola do Legislativo. É uma escola, então precisa ter todos os aparatos e as condições pra que essa escola funcione, porque senão vai ser pra atender o momento de uma intencionalidade de uma liderança que de repente tem essa visão, mas, quando muda a liderança, esvazia-se a escola do legislativo?

Para ele, é essencial que sejam criados instrumentos junto à Escola do Legislativo de Nova Friburgo para que funcione independentemente daquele que estará à frente do Poder naquele momento, não podendo estar presa a uma visão de curto prazo.

Cacau Rezende inicia sua resposta formulando uma pergunta: “[...] que participação é essa, efetiva, do nosso Legislativo?” Considerando ser necessária a existência de parlamentares preparados, com conhecimento, para pensar e debater os diversos problemas da cidade com qualidade, embora não reconheça experiências significativas e continuadas de participação popular no Legislativo, ele vê na Escola uma ferramenta importante para a busca desse desenvolvimento:

[...] se você entra numa situação de cargo eletivo, numa direção pública de maior importância, como é o caso de vereador, nós estamos falando de destino da cidade, de discutir propostas, de incentivar e de solucionar problemas de fato. Esta não é mais uma cidade pequena, já é considerada uma cidade grande, com conflitos e problemas complexos, E se nós não tivermos pessoas que estejam realmente preparadas ou que alguém ofereça esse preparo para elas, eu não vejo (solução).

Outro respondente que considera incipiente o estímulo à participação popular nas ações legislativas, professor Ricardo Lengruber pondera que embora haja instrumentos e possibilidades, criados especialmente nos últimos 10 anos, eles não são adequadamente explorados. Ele cita alguns instrumentos que contribuíram para

maior visibilidade e transparência do Legislativo friburguense, tais como a TV Câmara e Tribuna Livre, mas questiona sua baixa utilização: “[...] Tribuna Livre, por exemplo, você ter o espaço para o próprio cidadão ir e defender uma determinada ideia, uma determinada causa, são importantes mas são insuficientes, na medida em que não há, primeiro, uma utilização desses recursos.”

Ele apresenta ainda uma análise mais detalhada contendo sua visão sobre a otimização dos trabalhos de comunicação da Câmara Municipal, em especial sobre o formato de televisionamento das sessões. Para ele, mais do que simplesmente capturar imagens durante a realização da sessão e transmiti-las, suspendendo a transmissão quando há alguma interrupção da sessão, dever-se-ia estimular filmagens e matérias sobre o que acontece nos bastidores, nos intervalos fora das câmeras, na sua opinião, “[...] muito mais importante do que efetivamente a sessão em si.”

Para Lengruber, se as casas legislativas querem se posicionar realmente como casas democráticas, eleitas pelo voto popular, seria importante que seus setores de comunicação concedessem plena autonomia para a produção de matérias jornalísticas sobre o que acontece, incluindo transmissão dos intervalos das sessões, buscando, a partir de vários ângulos e pontos de vista, ampliar a visibilidade do Legislativo, incluindo a reação de outros parlamentares à fala de quem estiver com a palavra e de participantes de uma maneira geral:

[...] (que) pudesse haver jornalistas, se não concursados, mas que pelo menos tivesse, por exemplo, a concessão por um determinado período, um veículo de comunicação qualquer que fizesse isso. A mim me parece que isso ajudaria muito nos processos de educação política, democrática, porque com as redes sociais, com a televisão, com os outros meios que a gente tem de acesso à informação, talvez isso pudesse ajudar.

A falta de mecanismos de incentivo à participação popular não é um problema exclusivo de Nova Friburgo, mas sim uma realidade nacional, segundo o deputado Glauber. Para ele, ainda estamos engatinhando em mecanismos de participação direta, que permitam transferir pelo menos parte do poder deliberativo do legislativo para instrumentos dessa natureza.

Outro que considera insuficientes os mecanismos de participação existentes na cidade, o advogado Roberto Wermelinger julga haver uma enorme confusão junto aos conselhos, que foram tão disseminados e fragmentados em Nova Friburgo que acabaram por não gerar frutos, ressaltando o conselho municipal de saúde, “[...] que

tem um grupo que trabalha mais organizadamente.” O restante deles não flui, na sua visão, por demandarem tempo e quadros de qualidade para que se fortaleçam. Na minha visão, há outros conselhos que funcionam adequadamente na cidade, dentre os quais destaco o conselho municipal de educação. Hugo Lontra opina haver carência de instrumentos, pois, apesar de haver boas ideias que chegaram a ter algum fôlego, não conseguiram ainda, de forma satisfatória, estabelecer um link efetivo dentre poder público, educação democrática e população.

O advogado Rafael Borges também considera ser insuficiente a utilização das ferramentas disponíveis, embora reconheça sua existência, por não ter sido, até o presente momento, prioridade de nenhum presidente da Câmara:

[...] reconheço que existem ferramentas legais colocadas à disposição para que haja esse intercâmbio entre o Poder Legislativo e a comunidade de Nova Friburgo, só que isso não é colocado em prática, não é prioridade. Desde que eu acompanho a política local, isso nunca foi prioridade de nenhum presidente da Câmara e continua não sendo. Existem os instrumentos, não é uma questão de ausência de instrumento. É uma questão de você reposicionar a Câmara no sentido de dar a ela essa função de fortalecer as estruturas democráticas.

Da mesma forma que outros respondentes, Borges reconhece o esforço realizado pelo Legislativo de Nova Friburgo para ampliar discussões em torno do projeto da nova Lei Orgânica Municipal, “[...] um esforço muito grande [...]”, segundo ele. Mas acredita não ser suficiente para engajar a população em uma participação mais ativa junto à Câmara, inclusive por considerar inadequado o formato das sessões:

Vi algumas sessões acontecendo fora do espaço normal, do prédio da Câmara. Mas eu acho que não basta, eu acho que isso não é suficiente, acho que precisa haver um pouco mais de criatividade. Simplesmente fazer uma sessão itinerante não transforma aquela sessão propriamente numa sessão popular, numa sessão propriamente democrática, se aquela comunidade que recebeu aquela sessão não tem vivência democrática, não recebeu visitas dos vereadores antes, não entende para que aquele instrumento serve, não sabe onde pode chegar ou também se aquilo é um evento.

Tanto por conta da falta de sistematização quanto pelo modelo escolhido, que acaba priorizando a fala dos próprios parlamentares em detrimento da escuta ativa dos reclames da sociedade local, as sessões itinerantes são vistas mais como um evento do que propriamente um “espaço de produção democrática”, nas palavras de Borges:

Não vai ser um espaço de produção democrática, porque é um troço episódico. Existem os instrumentos, essa Lei Orgânica aperfeiçoou muito esses instrumentos, instrumentos que já estavam colocados, ela incorporou na Lei Orgânica agora, instrumentos de legislação participativa, o próprio orçamento participativo, só que isso tem que ser integrado à cultura política cotidiana, isso tem que ser banalizado, não no sentido da palavra banal, mas tem que ser normalizado e não tratado, enfim, como é tratado, como eventos, como coisas episódicas, como acontecimentos extraordinários.

Na visão do ex-deputado Wanderson Nogueira, há uma contradição girando em torno do Poder Legislativo: ao mesmo tempo em que é considerado o poder mais próximo das pessoas, ele considera que o maior problema enfrentado por ele é estar um pouco distante das mesmas. Ele considera que parte desse distanciamento possa estar associada ao formato das sessões, “[...] pouco atrativas para a população[...]”. Embora reconheça terem sido criados instrumentos importantes, tais como a Câmara Jovem, a Tribuna Livre, a TV Câmara e a própria Escola do Legislativo, questiona se a publicidade feita em torno dos instrumentos consegue chegar à população adequadamente.

Felipe Saturnino é mais taxativo: considera haver diversidade de instrumentos disponíveis, mas falta divulgação e, conseqüentemente, conhecimento da população. Tal desconhecimento ocorre até mesmo na própria comissão de legislação participativa, estruturada na legislatura anterior. Foi necessário esforço pessoal do seu presidente à época, vereador Gabriel Mafort e de toda sua equipe, visitando ONGs e outras entidades da sociedade civil organizada:

Então as pessoas desconhecem isso, falta divulgação da Câmara, eu acho, em relação a isso. A Câmara não divulga bem. Poderia ser um trabalho da assessoria de comunicação da Câmara ou da própria comissão, a própria comissão pode fazer isso, quem está na comissão de legislação participativa.

Uma das ferramentas consideradas mais importantes pela advogada Célia Campos no estímulo à participação popular junto ao Legislativo são as audiências públicas, as quais, em geral, recebem baixa adesão, seja por falta de divulgação ou de engajamento mesmo. Ela destaca a importância das audiências no oferecimento de sugestões para a nova Lei Orgânica e o potencial papel da Escola do Legislativo:

Escola do legislativo é muito bacana. Também é projeto seu. Eu lembro que quando você estava no mandato, trouxemos alguns nomes bastante importantes e significativos para essa outra visão de mundo. Só que mesmo isso a gente percebe que o nosso legislativo, a composição atual principalmente, é pouco afeta à discussão. Na composição atual do legislativo, até os vereadores não comparecem às audiências públicas. Não é um problema só dessa não.

Ela considera que a baixa participação dos próprios parlamentares nas audiências públicas promovidas pelo Legislativo desmobiliza potenciais participantes, pois eles próprios não trabalham em prol de participação de suas comunidades e eleitores: “Chama! O WhatsApp está aí!”, ela disse. Há, na sua visão, várias leis que falam de transparência, de audiência pública, mas a participativa efetiva é muito baixa, seja dos próprios parlamentares, seja da comunidade. Para Campos, falta alteridade: “[...] talvez aí seja um problema do mundo moderno: a gente olhar o outro, se colocar no lugar do outro para poder (sensibilizá-lo): “vamos lá, se a gente não construir junto, vai ficar difícil para um só.”

“Há instrumentos suficientes, mas nós precisamos alcançar a prática suficiente.”. Assim iniciou sua resposta o vereador Pierre, que considera ser necessário efetivar esse potencial construído através de várias legislações e instrumentos:

A Câmara Municipal de Nova Friburgo alcançou uma instrumentalização, seja com a TV Câmara, seja pela Rádio Câmara, pela Escola do Legislativo, pela constituição de comissões, pelas sessões plenárias, que podem alcançar essa dimensão maior. Agora, ainda precisamos crescer [...] Temos instrumentos, mas precisamos ampliar. De modo bem crítico.

A professora e ex-vereadora Angela Fernandes segue a mesma linha do vereador Pierre: há sim diversos mecanismos de participação, mas na prática não se efetivam: “É o que sempre acontece no Brasil. As leis são muito boas, só que elas não são colocadas em prática, elas não acontecem.” Ela atribui ao modelo de democracia liberal vigente no Brasil um dos fundamentos para essa dificuldade de participação, por ser uma “democracia da delegação.”, a exemplo do que disse anteriormente Felipe Saturnino:

De qualquer forma, eu penso que é uma coisa complicada porque o movimento não pode partir de cima pra baixo. Ele tem que partir da base pra cima. Tem que existir vontade das pessoas de estarem (participando), interesse, desejo das pessoas de estarem ali discutindo aquilo. E as pessoas, cada vez mais estão nessa questão da delegação. A democracia liberal é uma democracia dessa delegação mesmo, mas a pessoa tem que participar, tem que tomar conta do mandato do cara, ver o que o cara está fazendo e isso dá trabalho [...] eu não sei o que que houve, nós tivemos assim um anestesiamiento na população de uma forma geral [...] hoje no Brasil era para estar todo mundo na rua.

Uma das principais possibilidades de estímulo à participação se concentra nas escolas, em especial nos grêmios estudantis e diretórios acadêmicos. Ela vê com esperança a reativação dos grêmios das escolas estaduais e destaca o

surgimento de diversas lideranças jovens a partir dessa retomada, mas aponta preocupação quanto à continuidade de sua participação:

E cadê esses jovens desse movimento? Aonde é que eles estão? Desses movimentos de Ocupa Escola? Tinha uma menina do Rio Grande do Sul excelente! Cadê essas lideranças? O que foi feito dessas pessoas? Dá vontade de saber o caminho dessas pessoas, né? Elas se acomodaram? Se conformaram com o sistema? Foram prejudicadas de alguma maneira? Previram: se eu continuar, eu vou ser prejudicada?

A partir das diversas visões apresentadas, podemos sintetizar afirmando que a Câmara Municipal de Nova Friburgo dispõe de diversos mecanismos de estímulo à participação popular, mas sua utilização ainda não alcançou pleno potencial, tanto por falta de divulgação institucional adequada, quanto pelo baixo envolvimento dos próprios parlamentares na sua utilização, o que acaba acarretando iniciativas isoladas e que não conseguem viabilizar uma mobilização expressiva dos cidadãos friburguenses.

Na próxima seção, buscaremos identificar se os respondentes consideram importante a existência de uma escola do legislativo junto à Câmara Municipal de Nova Friburgo, destacando as entrelinhas dos seus discursos e de que forma tal instrumento pode ser fortalecido e consolidado, deixando de ser uma mera expectativa de estímulo à educação democrática e se constituindo como ferramenta indispensável à elevação do nível de desenvolvimento democrático junto à população local.

4.6 A importância da existência de uma escola do legislativo em Nova Friburgo

Para o professor Ricardo Lengruber, a importância primordial da Escola do Legislativo é a formação do próprio parlamentar ocupante do mandato. Embora seja pessoa participativa, relevante em sua comunidade ou segmento de origem, ocorre com frequência que o eleito não possua condições técnicas para propor e acompanhar processos legislativos e sua tramitação, projetos de lei, votações, Regimento Interno, Lei Orgânica, enfim, diversos documentos legais que requerem certo nível de conhecimento técnico. Lengruber considera igualmente importante a formação de assessorias, pessoal de apoio e da própria população, além da Escola se posicionar como receptora de projetos advindos da sociedade, inclusive de

capacitação de ONGs, partidos políticos, associações de moradores e grupos ligados a outras instituições:

Por exemplo, imagine que a gente tenha uma determinada demanda numa comunidade, mas aquela comunidade, aquela associação de moradores não sabe exatamente como viabilizar aquilo. Como fazer o encaminhamento, como recorrer. Talvez o legislativo possa ajudar inclusive nisso. Eu parto do princípio, Marcelo, que nossos políticos são muito bons em nos convencer a votar neles, esse é o papel, eles são muito bons na comunicação na hora de se apresentarem à população como uma propaganda de si. Mas são muito ruins em apresentar as instituições políticas e fazer esclarecimentos sobre elas. A ideia que a gente tem é de quanto mais a caixa ficar fechada, menos acesso e a coisa fica ali nas mãos de uns poucos.

Reconhecendo a importância da iniciativa, mas reiterando sua preocupação quanto ao perfil do conteúdo a ser ministrado e com que finalidade, Célia Campos afirma a necessidade de que a Escola do Legislativo seja um espaço educacional com pluralidade de visões. Da mesma forma que vários respondentes expuseram na seção anterior, ela se preocupa com a efetividade da utilização do instrumento, não somente da própria Escola do Legislativo, quanto também da Câmara Jovem. Uma alternativa é apontada:

[...] eu acho que a gente tem que sair um pouquinho. A Escola do Legislativo pode ir à escola. A Escola do Legislativo pode marcar e ir a uma comunidade. Tem aí o projeto do Cláudio que seria a Câmara Itinerante, também é uma forma. Mas porque a Escola do Legislativo, com três membros, não vai lá e palestra numa escola, vai falar pros adolescentes, é uma forma. Mas a gente precisa ter um pouco mais de capilaridade para isso acontecer.

Para o atual coordenador da Escola do Legislativo friburguense, vereador Pierre, a existência da escola é fundamental ao processo democrático, de letramento político, visando a erradicação do analfabetismo político, de acordo com o que dispõe o artigo 486³⁹ da nova Lei Orgânica Municipal:

É pelo braço da escola legislativa que vai se começar um trabalho de letramento visando a erradicação do analfabetismo político. Então, ela é um braço essencial. Como eu disse, é até imagético isso, é imaginar uma fonte com cabos. É essa Escola do Legislativo se ligando como se fosse um

³⁹ Art. 486 – Fica instituído no âmbito do Município de Nova Friburgo, conforme disposto no art. 482, III, o programa de erradicação do analfabetismo político, mediante ações pedagógicas, práticas curriculares ou outras atividades com a respectiva finalidade, a serem devidamente regulamentadas em normativas específicas. § 1º A rede municipal de educação aplicará o programa de que trata o caput preferencialmente nos dois últimos anos do ensino fundamental, extensivo facultativamente às redes estadual e particular. §2º Prevê-se a difusão do conhecimento acerca da estrutura e funcionamento da sociedade, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas diversas esferas, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das leis, direitos e deveres essenciais, bem como do exercício da cidadania.

polvo, pegando seus tentáculos e ela conseguindo alcançar os vários setores sociais.

Para Felipe Saturnino, assessor parlamentar na Câmara Municipal de Nova Friburgo, a Escola do Legislativo é importante tanto do ponto de vista da educação política quanto para a formação técnica de quadros internos da instituição, sejam efetivos ou comissionados. Ele mesmo já chegou a participar de alguns cursos promovidos pela Escola e disse ter aprendido muito:

Quando eu entrei, eu não tinha nenhuma experiência legislativa. Eu fui advogado a minha vida inteira, questões de contencioso, advogando no fórum, no judiciário. Quando eu fui chamado, eu nunca tive essa experiência. Eu tive que me aprofundar, ler a Lei Orgânica e o regimento, e aprender na prática. Às vezes eu me metia sem saber o que estava acontecendo para aprender na marra. Até mesmo pra elaborar projeto de lei, eu tive que aprender, porque a gente não aprende nos colégios, na faculdade. Eu tive que aprender fazendo, pegando modelo, enfim, tudo o mais. Eu acho que a escola do legislativo pode ajudar na formação tanto dos cidadãos, na formação, na educação dos cidadãos, ela pode oferecer cursos para os cidadãos, quanto para o quadro permanente da Câmara.

Outro servidor do Legislativo que participa de nossa pesquisa, Hugo Lontra, também considera importante a atuação da Escola e, pelo fato de estarem representados diversos setores da sociedade junto ao poder legislativo, ele o vê como “[...] o poder fundamental para tentar modificar a visão política dos seus cidadãos, principalmente de forma educacional, estimulando o conhecimento e o raciocínio das pessoas em prol da boa política.”

Outro entrevistado a reconhecer a importância da Escola foi Cacau Rezende. Embora sua visão inicial sobre o instrumento o tenha levado a considerar que fosse direcionada mais restritamente ao público interno, com o passar do tempo e a partir dos diálogos estabelecidos, ele constatou que a visão é mais ampla, caminhando na direção de uma formação mais voltada para a cidadania e participação do público externo, embora ainda considere insuficiente:

Mas eu acho pouco, viu, Marcelo, eu acho muito pouco. Até porque não dá pra falar em democracia sem falar em democratização da cidade. Até porque o espelho de tudo, qualquer coisa que a gente venha a conversar, se nós estamos falando de produção coletiva, de resultado de trabalho de legislativo, seja lá de quem for, quem fez ou quem não fez, eu costumo dizer que um retrato disso é a cidade.

Em função disso, ele considera ser importante incluir no escopo de formações oferecidas pela Escola do Legislativo o repasse a dirigentes municipais do que ele denomina “conhecimento de cidade”, já que por mais importantes que sejam nossas

colocações e discursos, o resultado disso tudo é a cidade e as condições que oferece à população, já que um dos objetivos principais dos processos de formação política consiste em contribuir para que as cidades funcionem melhor e que seus habitantes possam usufruir de seus serviços e facilidades, alcançando a vida boa aristotélica. Por considerar a dimensão dos impactos que podem ser alavancados pelos processos educacionais decorrentes da Escola do Legislativo, Cacau considera que seu conteúdo deva ser ampliado:

Então, democratização, democracia, não tem sentido nós falarmos nisso ligado somente à educação. Nós temos que pensar [...] saúde, saneamento, transporte, mobilidade urbana, serviços públicos, equipamentos públicos, o espaço que nós vivemos e ele precisa ser democratizado, se não nós não vamos ter a democracia. Mas se nós não fizermos essa democratização da cidade e acho que nesse sentido as escolas legislativas poderiam atuar, pensar em levar essas informações, combater aquele analfabetismo urbano. Ela poderia abraçar esse viés aí, o que seria muito bom, muito bom.

Já professor Raul Marcos vê a Escola do Legislativo como um braço que chega até a população e, em especial, àqueles que estão iniciando a construção de conhecimento de como funciona o sistema político no país, os acordos partidários, o funcionamento dos partidos. Ele acredita que “[...] somente através da escola do legislativo você aproxima realmente a população e os jovens para formação de novas lideranças.”. O advogado e ex-vereador Roberto Wermelinger também considera fundamental a existência de uma escola do legislativo, bem como sua importância na formação política dos jovens, além do objetivo de qualificação interna de assessores, servidores e parlamentares, mas acredita que os partidos políticos precisem estar mais envolvidos e indaga: como fazer com que os partidos se integrem à iniciativa?

A análise do ex-deputado Wanderson Nogueira retoma a discussão anterior quanto à falta de efetividade de instrumentos já presentes no arcabouço legal do município de Nova Friburgo. Ele considera a formação promovida pela Escola do Legislativo fundamental, mas é necessária mais divulgação para que as pessoas saibam que ela existe. Ele destaca ainda a importância da formação dos próprios parlamentares e não somente de assessores, servidores ou população externa, além de estimular a realização de aulas externas, não somente as presenciais, bem como oferecer certificados de participação, como forma de motivar o público-alvo.

Embora declare ainda ter uma vivência incipiente em relação às escolas do legislativo, o deputado Glauber as considera fundamentais ao fortalecimento da

democracia no país, por se tratar de um espaço que pode contribuir para gerar reflexões críticas, formar pessoas, possibilitar discussões mais amplas sobre o papel do legislativo, além de permitir análise sobre geopolítica e sobre o processo político no sentido mais amplo: “[...] acho que é uma bela iniciativa.”

Para o advogado Rafael Borges, a proposta da Escola do Legislativo se integra totalmente à sua visão crítica: não é possível pensar que as estruturas de poder mudarão sua forma de funcionamento do dia para a noite sem que se tenha passado anteriormente por um processo pedagógico que “[...] agregue conhecimento aos donos do poder, à cidadania e à população de uma forma geral.”

Na visão de Hugo Lontra, as escolas do legislativo, principalmente nos municípios, pela sua proximidade com a população, apresentam potencial ainda inestimável. Mesmo com restrições orçamentárias e financeiras, ele acredita que seja possível, a um custo muito baixo, a obtenção de resultados impressionantes, em função de já disporem de estrutura física, equipamentos e profissionais vinculados ao parlamento, além de outras pessoas interessadas em obter informações sobre democracia e política:

A proximidade da população com essas instituições e, principalmente, com o poder legislativo, facilita a chamada para o conhecimento e essa chamada para o conhecimento pode se tornar, talvez, o maior sistema de capilarização educacional pública e política que o país já tenha percebido, porque não é uma educação técnica, mas talvez uma educação que surta efeitos sociais, filosóficos, econômicos.

Todos os entrevistados consideraram ser importante a existência da Escola do Legislativo como instrumento de promoção de princípios e valores democráticos e da ampliação da participação popular, através de atividades que promovam a conscientização política dos cidadãos friburguenses. Identificaremos na próxima seção quais são as sugestões oferecidas pelos entrevistados para que a Escola contribua de forma efetiva para o fomento à democracia através de ações de letramento político em Nova Friburgo.

4.7 Como a Escola do Legislativo de Nova Friburgo pode contribuir de forma efetiva para o fomento à democracia através de ações de letramento político e conteúdos a serem ministrados

Iniciarei a presente seção, condensando os conteúdos das entrevistas em tópicos contendo sugestões dos respondentes acerca de modalidades de ensino e ações a serem adotados pela Escola do Legislativo de Nova Friburgo, bem como sugestões de possíveis conteúdos a serem abordados, de forma a facilitar a posterior análise e, em especial, sua possível implementação a partir de sugestões a serem encaminhadas ao presidente da Câmara Municipal e ao coordenador geral da Escola do Legislativo, ao término da presente tese.

Angela Fernandes

- Levar os alunos ao Legislativo;

Wanderson Nogueira

- Realizar cursos, inclusive de pós-graduação, que atraiam as pessoas para o incremento do currículo delas e que incluam conteúdos acerca de questões éticas, de participação, do reforço e da importância da democracia, que é imperfeita e precisa ser aperfeiçoada.

Roberto Wermelinger

- Juntar pessoas, professores ou não professores, que gostam de educação e formação política e que se disponham a fazer rodas de debates e leituras dinâmicas, preferencialmente fora da Câmara;
- Disponibilizar profissionais que possam ir aos partidos políticos para fomentar o debate.

Ricardo Lengruber

- Oferecer cursos, encontros e outras modalidades de ensino presenciais e não presenciais voltados à formação de grêmios estudantis e diretórios acadêmicos e de organização de associações de moradores e conselhos municipais;

- Desenvolver projetos que independam de um parlamentar ou grupo de parlamentares.

Raul Marcos

- Formar equipe pedagógica com visão e representação ampla da sociedade;
- Buscar aproximação com outros entes de formação acadêmica e intelectual, notadamente as universidades e órgãos de representação estudantil, buscando sensibilizar o público jovem;
- Estimular o incremento da Câmara Jovem;
- Buscar maior aproximação junto à sociedade, em especial junto a entidades representativas e organizações não governamentais;
- Estimular o repasse do conhecimento da história política da cidade junto às instituições educacionais sediadas no município, públicas e privadas.

Rafael Borges

- Assegurar existência orgânica, fortalecendo sua institucionalidade;
- Criar estrutura própria, com profissionais, espaço físico, equipamentos e materiais especificamente alocados;
- Criar instrumentos que permitam maior integração com as unidades educacionais existentes no município.

Pierre Moraes

- Colocar em prática os instrumentos legais já existentes;
- Estabelecer e divulgar programação da forma mais capilarizada possível;
- Criar a revista em quadrinhos Lei Orgânica Municipal em miúdos.

Felipe Saturnino

- Dispor de estrutura própria, incluindo sala de aula própria e assessoria;
- Estabelecer calendário de cursos;
- Desenvolver conteúdos abordando temas como orçamento público, processo legislativo, atribuições e competências dos poderes.

Hugo Lontra

- Capacitar seu público interno;
- Incluir pessoas e segmentos da sociedade em ações que propiciem o entendimento do Legislativo como nascedouro e berço de ideias e opiniões que contribuam para mudanças qualitativas na sociedade.

Glauber Braga

- Estabelecer rotinas e seu cumprimento constante, incluindo rodas de conversa que estimulem a participação e não uma comunicação unidirecional.

Cláudio Damião

- Convidar pessoas e instituições formadoras de opinião na sociedade local à participação nas programações da Escola;
- Transformar em política pública;
- Estimular a realização de debates políticos em escolas e universidades.

Célia Campos

- Implantar o projeto Escola do Legislativo vai à escola, vai à comunidade.

Já no que refere aos conteúdos e metodologias a serem trabalhados, os respondentes apresentaram posicionamentos variados, cuja síntese apresentarei a seguir. Embora a pergunta contemplasse dois aspectos (conteúdos e metodologias), parte dos respondentes se referiu apenas ao conteúdo.

Angela Fernandes⁴⁰

- Metodologias: Parlamento Jovem; Câmara Jovem; Parlamento Juvenil.
- Conteúdos: O que é ser um servidor público; qualidade no atendimento ao público; o que é ser vereador: atribuições, competências e prerrogativas; representação política; princípios da democracia representativa; exercício de cidadania e participação popular; patriotismo e símbolos nacionais; o que

⁴⁰ Em função de não ter sido formulada diretamente essa pergunta para Angela Fernandes, devido a um lapso no momento da entrevista, identifiquei em várias de suas respostas elementos que me permitiram sintetizar suas contribuições em termos de metodologia e conteúdo.

representou a ditadura civil-militar de 1964-1985; direitos humanos; Estado de bem-estar social no Brasil e no mundo.

Célia Campos⁴¹

- Metodologia: jornal bimestral; site institucional da Câmara.
- Conteúdos: teoria da prosperidade; teologia da libertação; liberalismo; neoliberalismo; socialismo; socialdemocracia; comunismo; como combater *fake news*.

Cláudio Damião

- Metodologias: debate público, audiência pública;
- Conteúdos: filosofia, sociologia e história.

Glauber

- Metodologias: vivência prática, interativa; espaço de troca, de envolvimento, de múltiplo protagonismo;
- Conteúdos: Conceito de democracia; Conjuntura política nacional; Estado de exceção; Mídia e comunicação política; Histórico dos instrumentos e movimentos de participação popular no Brasil; Análise comparada dos instrumentos e movimento de participação popular no Brasil e no mundo.

Hugo Lontra

- Metodologia: virtual;
- Conteúdos: política, inclusão, minorias, desenvolvimento urbano, desenvolvimento social e econômico, política urbana.

Felipe Saturnino

- Metodologias: apostila, recomendação de livro, aula com explicação teórica, mas no formato de bate papo;
- Conteúdos: processo legislativo; orçamento público; liberalismo; neoliberalismo; socialdemocracia; socialismo; comunismo; capitalismo.

⁴¹ Em sua resposta, Célia Campos afirmou ser necessário apresentar conteúdos de todas as visões de mundo. Embora tenha citado apenas liberalismo, complementei com as demais filosofias político-econômicas mais relevantes da história mundial.

Pierre Moraes

- Metodologias: as mais diversas, adaptáveis aos respectivos públicos, incluindo o uso de tecnologias, integração através de contato pessoal, ágoras modernas, cirandas do conhecimento;
- Conteúdos: história política; filosofia política; administração pública (contratos, legislação); como fazer o exercício da cidadania: promoção do exercício cidadão e do letramento político para as sociedades.

Raul Marcos

- Conteúdos: história de Nova Friburgo e dos poderes constituídos, incluindo seus personagens; principais correntes político-partidárias ao longo dos 200 anos da cidade; princípios que regem o orçamento público: como as cidades pensam e administram seu dinheiro; educação financeira para os jovens.

Ricardo Lengruber

- Conteúdos: como funcionam a república, a república brasileira, o sistema de federação e os Estados representados; por que temos x deputados e y senadores; o princípio da separação dos poderes; regras eleitorais; conteúdos de ciência política filosófica e aplicada; história; legislações municipais, estaduais e federais; Lei Orgânica Municipal.

Roberto Wermelinger

- Metodologia: algo muito dinâmico, formas de jogral, leitura de capítulos de livros e compartilhamento com mediador;
- Conteúdos: a história da fundação do município; a história política do município e do Estado; lutas sociais; experiências com organização social; campos ideológicos: liberalismo, socialismo e outros.

Wanderson Nogueira

- Metodologia: cursos de formação profissional, inclusive de pós-graduação, em parceria com instituições de ensino superior; formação de multiplicadores, principalmente servidores de carreira e profissionais do Direito;

- Conteúdos: ética; política; Lei Orgânica do Município; Constituição do Estado; Constituição Federal.

Somadas as diversas contribuições apresentadas pelos entrevistados, estruturei o quadro-síntese abaixo, onde constam as formas pelas quais a Escola do Legislativo de Nova Friburgo deve contribuir para o letramento político de sua população, as metodologias apontadas pelos entrevistados e os principais conteúdos a serem trabalhados:

Tabela 4 - Quadro-síntese contendo formas, metodologias e conteúdos que devem ser trabalhados pela Escola do Legislativo de Nova Friburgo

Formas de contribuição	Metodologias	Conteúdos
<p>Levar os alunos ao Legislativo;</p> <p>Realizar cursos, inclusive de pós-graduação, que atraiam as pessoas para o incremento do currículo delas e que incluam conteúdos acerca de questões éticas, de participação, do reforço e da importância da democracia, que é imperfeita e precisa ser aperfeiçoada;</p> <p>Juntar pessoas, professores ou não professores, que gostam de educação e formação política e que se disponham a fazer rodas de debates e leituras dinâmicas, preferencialmente fora da Câmara;</p> <p>Disponibilizar profissionais que possam ir aos partidos políticos para fomentar o debate;</p> <p>Oferecer cursos, encontros e outras modalidades de ensino presenciais e não presenciais voltados à formação de grêmios estudantis e diretórios acadêmicos e de organização de associações de moradores e conselhos municipais;</p> <p>Desenvolver projetos que independam de um parlamentar ou grupo de parlamentares;</p> <p>Formar equipe pedagógica com visão e representação ampla da sociedade;</p> <p>Buscar aproximação com outros entes de formação acadêmica e intelectual, notadamente as universidades e órgãos de representação estudantil, buscando sensibilizar o público jovem;</p> <p>Estimular o incremento da Câmara</p>	<p>Parlamento Jovem;</p> <p>Parlamento Juvenil;</p> <p>Câmara Jovem;</p> <p>Jornal bimestral;</p> <p>Site institucional da Câmara;</p> <p>Debate público;</p> <p>Audiência pública;</p> <p>Vivência prática, interativa, espaço de troca, de envolvimento, de múltiplo protagonismo;</p> <p>Virtual;</p> <p>Apostila;</p> <p>Recomendação de livro, seguida de aula com explicação teórica, mas no formato de bate papo.</p> <p>As mais diversas, adaptáveis aos respectivos públicos, incluindo o uso de tecnologias, integração através de contato pessoal;</p> <p>Ágoras modernas;</p> <p>Cirandas do conhecimento;</p> <p>Algo muito dinâmico, formas de jogral, leitura de capítulos de livros e compartilhamento com mediador</p> <p>Cursos de formação profissional, inclusive de pós-graduação, em parceria com instituições de ensino superior;</p>	<p>Teoria da prosperidade;</p> <p>Teologia da libertação;</p> <p>Liberalismo;</p> <p>Neoliberalismo;</p> <p>Socialismo;</p> <p>Socialdemocracia;</p> <p>Comunismo;</p> <p>O que representou a ditadura civil-militar de 1964-1985;</p> <p>O fenômeno das <i>fake news</i> e como combatê-las</p> <p>Filosofia;</p> <p>Sociologia;</p> <p>História;</p> <p>Direitos humanos;</p> <p>Conceito de democracia;</p> <p>Conjuntura política nacional;</p> <p>Estado de exceção;</p> <p>Mídia e comunicação política;</p> <p>Histórico dos instrumentos e movimentos de participação popular no Brasil;</p> <p>Análise comparada dos instrumentos e movimento de participação popular no Brasil e no mundo;</p> <p>Política;</p>

<p>Jovem;</p> <p>Buscar maior aproximação junto à sociedade, em especial junto a entidades representativas e organizações não governamentais;</p> <p>Estimular o repasse do conhecimento da história política da cidade junto às instituições educacionais sediadas no município, públicas e privadas;</p> <p>Assegurar existência orgânica, fortalecendo sua institucionalidade;</p> <p>Criar estrutura própria, com profissionais, espaço físico, equipamentos e materiais especificamente alocados;</p> <p>Criar instrumentos que permitam maior integração com as unidades educacionais existentes no município;</p> <p>Colocar em prática os instrumentos legais já existentes;</p> <p>Estabelecer e divulgar programação da forma mais capilarizada possível;</p> <p>Criar a revista em quadrinhos Lei Orgânica Municipal em miúdos;</p> <p>Dispor de estrutura própria, incluindo sala de aula própria e assessoria;</p> <p>Estabelecer calendário de cursos;</p> <p>Desenvolver conteúdos abordando temas como orçamento público, processo legislativo, atribuições e competências dos poderes;</p> <p>Capacitar seu público interno;</p> <p>Incluir pessoas e segmentos da sociedade em ações que propiciem o entendimento do Legislativo como nascedouro e berço de ideias e opiniões que contribuam para mudanças qualitativas na sociedade;</p> <p>Estabelecer rotinas e seu cumprimento constante, incluindo rodas de conversa que estimulem a participação e não uma comunicação unidirecional;</p> <p>Convidar pessoas e instituições formadoras de opinião na sociedade local à participação nas programações da Escola;</p> <p>Transformar em política pública;</p>	<p>Formação de multiplicadores, principalmente servidores de carreira e profissionais do Direito.</p>	<p>Minorias e inclusão;</p> <p>Política de desenvolvimento urbano;</p> <p>Desenvolvimento social e econômico;</p> <p>Processo legislativo;</p> <p>Orçamento público;</p> <p>História política;</p> <p>Filosofia política;</p> <p>Administração pública (contratos, legislação);</p> <p>Como exercer a cidadania: promoção do exercício cidadão e do letramento político para as sociedades;</p> <p>Estado de bem-estar social no Brasil e no mundo;</p> <p>História de Nova Friburgo e dos poderes constituídos, incluindo seus personagens;</p> <p>Principais correntes político-partidárias ao longo dos 200 anos da cidade;</p> <p>Princípios que regem o orçamento público: como as cidades pensam e administram seu dinheiro;</p> <p>Educação financeira;</p> <p>Como funciona a república;</p> <p>Como funciona a república brasileira;</p> <p>Como funciona o sistema de federação e os Estados representados;</p> <p>Regras eleitorais;</p> <p>Princípio da separação de poderes;</p> <p>Legislações municipais, estaduais e federais;</p> <p>Lei Orgânica Municipal;</p> <p>A história da fundação do município;</p> <p>A história política do município e do Estado do Rio de Janeiro;</p>
--	---	--

<p>Estimular a realização de debates políticos em escolas e universidades;</p> <p>Implantar o projeto Escola do Legislativo vai à escola, vai à comunidade.</p>		<p>Lutas sociais e experiências organizativas;</p> <p>Ética na política;</p> <p>Constituição do Estado;</p> <p>Constituição Federal;</p> <p>Revolução Industrial;</p> <p>Revolução Russa;</p> <p>Revolução Francesa;</p> <p>Conhecimento de cidade.</p>
---	--	---

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor do presente trabalho (2018).

José Nascimento apresenta sugestão que, levada a cabo, pode contribuir sobremaneira para que muitas das ações anteriormente citadas possam ser desenvolvidas de forma ainda mais constante e qualificada, aproveitando-se o grande potencial de formação universitária verificado atualmente na cidade e região:

Eu vejo, por exemplo, a possibilidade de fazer parcerias com as próprias universidades existentes em Friburgo para que se ofereçam alguns cursos específicos em determinadas áreas. As universidades têm cursos excelentes aqui em Friburgo, várias delas. Havendo uma parceria [...] acho que é possível a gente oferecer uma gama de serviços, de cursos, muito grande. E não só para o público interno, nossos servidores, como para o público externo, para a população de uma maneira geral. Eu acho que a possibilidade é muito grande.

Na próxima seção, abordaremos a visão dos entrevistados em relação à possibilidade de que alunos participantes das programações das escolas do legislativo venham a se tornar eles próprios professores dos professores, bem como estratégias a serem adotadas com vistas a reverter a degeneração da vida política que tem sido verificada nos últimos tempos, em especial junto ao público mais jovem.

4.8 Professores da Escola do Legislativo de Nova Friburgo: como aprender sobre democracia com seus próprios alunos

Além de todos os conteúdos e metodologias educacionais atualmente disponíveis e que podem vir a ser aplicados à formação dos participantes das atividades promovidas pelas escolas do legislativo, buscamos identificar de que forma pode ocorrer o inverso: os próprios alunos se tornarem professores dos

professores da Escola, agregando ao processo ensino-aprendizagem desses ambientes elementos que contribuam para uma aproximação cada vez maior entre Legislativo e sociedade. Apenas conteúdos teóricos transmitidos unidirecionalmente não terão o poder de dar conta da complexidade que é transformar o cidadão apático em um cidadão participativo. Indagados a esse respeito, os respondentes friburguenses ao nosso questionário de pesquisa reagiram de formas diversas.

José Nascimento, servidor do Legislativo friburguense considera ser possível e útil que sejam aproveitados conhecimentos, experiências e vivências dos alunos participantes das programações oferecidas pela Escola, dentre outros motivos, porque “Ninguém conhece tudo, ninguém é dono da verdade.” Com a experiência de já ter atuado como instrutor da Escola do Legislativo, ele diz que há uma troca muito grande, tanto daqueles que ensinam quanto dos que aprendem:

A gente tem vivências muito diferenciadas ali quando a gente monta uma turma para levar algum conhecimento específico, como é o caso por exemplo desse curso do SAPL. Então, a gente tem assessores, alunos que fizeram o curso, que têm às vezes uma vivência muito grande dentro da área política ou fora da área política, convive com a população com as dificuldades de cada área ou de cada setor ou cada bairro especificamente. Então trazer esse conhecimento deles pra dentro da sala de aula, para dentro da escola, e aproveitar o que eles conhecem, a vivência de cada um deles enriquece em muito o trabalho do professor.

Para ele, ocorre uma troca muito grande. O instrutor da Escola leva um conhecimento específico a cada um dos participantes e, por sua vez, os participantes trazem toda sua vivência e trabalho que realizam, dentro ou fora da Câmara, ajudando o docente a se desenvolver ainda mais.

O aluno é capaz sim de ensinar, de ajudar o professor a crescer com o trabalho que ele faz. Da mesma forma, a gente ajuda os alunos a aprenderem alguma coisa específica, levando o conhecimento que a gente tem, o que a gente é capaz de ensinar naquele instante. Mas eu acho que há uma troca muito grande sim.

Cacau Rezende pondera ser necessário ao dirigente ou professor da Escola do Legislativo “[...] saber explorar de fato a potencialidade existente de cada um (jovem) [...]”, considerando que cada um deles tem maturidade maior do que o outro. Ele se diz surpreso quando vê jovens participando de reuniões de mobilização, por considerar que estejamos vivendo uma sociedade alienada e voltada apenas para o consumo. Ele também usa o termo “prisioneiro”, a exemplo de resposta anterior, para caracterizar o jovem atualmente:

[...] eu acho que a participação maior do educador é saber explorar muito mais as potencialidade dos jovens. Deixar que aconteça! Uma ou outra vai se aflorar. Eu acho que a naturalidade deles, a espontaneidade, é muitas vezes atrapalhada. Ao contrário, quando estimuladas, novas lideranças começam a ser construídas, sem preconceitos.

Ressaltando seu potencial, mas também transparecendo certa preocupação, por considerá-la elemento que modifica o comportamento humano, Cacau destaca a importância das tecnologias e das comunicações, em especial junto aos jovens, que “[...] têm muito a nos dizer e nos ensinar, principalmente eles que nasceram nesse mundo tecnológico.” Há muitas contribuições a serem dadas pelos jovens, mas cabe ao “[...] educador [...] estar preparado a explorar essas potencialidades [...]”. Já para Célia Campos, tal possibilidade é mais remota, já que em geral é a própria escola do legislativo que pauta o tema a ser abordado. Mas considera ser possível que o aluno da escola do legislativo possa pedir para reunir um grupo em torno de tema específico que interesse a menos pessoas.

Na visão de Cláudio Damião, o jovem, de alguma forma, já desenvolve essa prática e, quando são oferecidos a eles elementos de formação e reflexão crítica, “[...] ele vai passar a indagar mais, ele vai passar a questionar mais.” Ele acredita que se a escola do legislativo conseguir levar conteúdos dessa natureza para as comunidades, desenvolverá temáticas que se tornarão transversais nas salas de aula, estimulando, dessa forma, maior participação da sociedade:

Está falando de uma coisa, mas entra um outro questionamento, um pensamento, porque a gente é muito dinâmico no pensar e vai construindo um cidadão com uma formação crítica, humana, diferenciada, uma pessoa mais atenta com a realidade, com o mundo, com as suas necessidades e com o outro.

Essa é uma das formas que ele avalia para estimular que a sociedade saia do isolamento em que se encontra, da excessiva preocupação para consigo, refletida no que ele chama de consumismo desenfreado e que a faz se esquecer do humanismo:

A gente tem que construir uma sociedade mais humana e hoje há um distanciamento cada vez maior dessa construção humana. Não é formar o cidadão para ser mão de obra, formar o cidadão pra ter uma profissão, ter um trabalho, por mais humilde que seja, mas pra ter, acima de tudo, cidadania, ter a dimensão do que ele é, do ser humano que ele é.

Para viabilizar essa espécie de inversão, em que o aluno vira professor na escola do legislativo, Glauber opina que é na troca com os professores que se estabelece um processo de organização dos próprios alunos:

Acho que eles terem instrumentos de organização deles, inclusive nessa boa interação com os professores, com os profissionais, acho que o processo de organização é sempre positivo. Ter um espaço aberto para troca, para formação mútua, à la Paulo Freire, eu acho que é o caminho.

Para Hugo, “[...] a escola do legislativo serve como semente.”. Semente esta plantada em cada participante dos diversos instrumentos educacionais oferecidos, sejam de natureza presencial ou virtual, seja através de cursos esporádicos, seminários e outras experiências, incluindo a vinda de profissionais e alunos de outras cidades e regiões: “Eu acho que esse fluxo de informações de dentro pra fora e de fora pra dentro traz um crescimento não só das pessoas que já participam, mas das pessoas que venham a participar.”

Saturnino pondera que o ponto de partida para que se alcance maior protagonismo dos alunos nas atividades desenvolvidas pela escola do legislativo deva ser estimulado pelo próprio aluno em sua interação com o professor, historicamente visto como superior hierarquicamente ao aluno e detentor do monopólio do conhecimento:

[...] muitas vezes, ele (professor) é surpreendido com a troca entre aluno e professor, se o professor está aberto a isso. Eu acho que o professor tem que estar aberto a isso. Tem que estar aberto à experiência prática de cada um [...] a política tem muito disso. A maioria dos políticos e assessores não têm conhecimento teórico, mas tem uma experiência prática, uma vivência prática política riquíssima, que vale muito mais do que nosso conhecimento teórico.

Ao iniciar suas atividades na Câmara Municipal, ele reconhece ter chegado com um bom nível de conhecimento teórico, em média, maior do que o dos demais profissionais que lá atuavam. Mas, pelo fato de tratar a todos com igualdade, também pôde aprender muito acerca do conhecimento advindo da base social, da prática política, da rede de relacionamentos estabelecida pelos demais profissionais que compunham a assessoria do gabinete onde trabalhava e mesmo de outros gabinetes, que ele ainda não detinha. Para Saturnino, tal postura é fundamental:

Eu acho que o professor tem que entender isso. O professor tem que entender muito de onde (a pessoa vem), como é a vivência que aquela pessoa tem, o que ela pode passar e aprender com isso. Porque, às vezes, uma coisa é você dar aula para assessores aqui de Friburgo, outra coisa é você dar aula para assessores do Rio de Janeiro, São Paulo. Eles têm uma

formação teórica muito maior. Mas talvez não tenham uma vivência prática nesse sentido, entendeu? E, às vezes, o aluno desenvolve sua própria teoria na prática.

Aprofundando sua análise, Saturnino destaca que nas ciências sociais, o cientista social é formulador de conceitos, doutrinas e conhecimento, mas não é o aplicador. Quem aplica é o pesquisador ou gestor das políticas públicas, o assistente social, o que gera para ele certa dificuldade de compreensão, bem como cria distanciamento ainda maior entre a teoria e a prática.

Pierre considera que os alunos possam ser vistos como vagalumes. Isolados, como cada indivíduo isoladamente, o vagalume não gera tanta luz, embora ilumine. Agora, se houver um exército de “vagalumes” indo à escola do legislativo, se houver progressivo crescimento de pessoas integradas à escola, é como se fossem montadas células de multiplicação. Para ele, uma importante alternativa para diminuir o isolamento em que a sociedade se encontra atualmente:

Hoje a sociedade moderna, inclusive as redes sociais mostram isso, elas mostram claramente a instituição de nichos. São bolhas e grupos. A gente tem hoje uma sociedade ainda muito apartada, segregada. A gente precisa alcançar essas bolhas, esses nichos, e, depois, promover a integração entre eles, como eu até disse numa entrevista: tem que ser um, nós somos um, a gente vê uma sociedade apartada. A Lei Orgânica vai ser o instrumento disso e um meio da Lei Orgânica chegar, a Escola do Legislativo.

Para Rafael, a pedagogia a ser adotada pela escola do legislativo deve focar principalmente em sua “[...] capacidade de multiplicar saberes.” Na sua opinião, o aluno da escola do legislativo deve ser formado para se tornar um Agente da Democracia. Embora seja importante a apreensão de conteúdos, o mais importante para ele é que o aluno domine métodos:

A democracia é isso: o aperfeiçoamento dos métodos de participação. Quanto mais aperfeiçoados esses métodos estiverem, mais consolidada está a democracia. O grande desafio que a gente tem para dar densidade democrática às instituições é o método. Como fazer, de que forma a gente aproxima o povo dos espaços de poder, sem que isso seja uma coisa episódica, sem que isso seja uma coisa extraordinária.

Além de forma metodológica adequada, os alunos devem ser instrumentalizados, conscientizados, para se tornarem agentes de multiplicação desses saberes, com a incumbência de levá-los para os diversos espaços de vivência e atuação (escola, universidade, família, igreja, trabalho etc.), sobretudo para suas escolas e professores, “[...] que eventualmente são de uma geração que

não foram educados pra isso, não foram educados nesse ambiente de produção democrática.”

Para Raul, os alunos da escola do legislativo devem ter espaço para falar, ela não pode ser o local onde ele recebe pronto tudo o que se deseja passar de informação pra ele: “É preciso que a Escola do Legislativo ouça também”. Na sua visão, é importante e necessário que o jovem e todos os demais públicos participantes das atividades promovidas pela Escola do Legislativo possam falar:

É preciso que tenha esse espaço e os mecanismos para que aquele que se aproxima da Escola do Legislativo, seja através de fóruns de debates, de discussão, tenha um canal onde possa ser registrada realmente a sua fala, onde ele possa ser ouvido, onde ele possa discutir a opinião dele realmente. Porque se for um local onde ele só recebe um determinado nível de informação, mas ele não interage com ela, vai se esvaziar.

A efetividade da Escola do Legislativo ocorrerá, na visão dele, caso se estruture como local de discussão de temas relevantes para a sociedade friburguense e que contribuam para a geração de políticas públicas e ações governamentais propostas pelo legislativo. Com isso, passará a ter uma importância ainda maior, pois se tornará o local onde o cidadão comum, as pessoas oriundas da sociedade friburguense, desejarão estar para participar e colaborar, já que muitos não conseguem vislumbrar um mecanismo ou instrumento disponível à sua participação:

É uma coisa maravilhosa você imaginar que várias pessoas podem estar discutindo um tema, colaborando com as suas visões e aquele tema pode vir a se transformar em projetos de lei dentro do legislativo, por exemplo, que alcancem algo maior. Então ela vai tomando uma dimensão muito maior, ela vai virar um núcleo também de produção de inteligência para a própria cidade e creio que isso quebre uma série de dogmas, de conceitos que a gente tem hoje. [...] eu acho que se a escola tiver esse objetivo também de ouvir, de saber ouvir, ela pode, através disso, produzir muito material que pode ser bom para o crescimento da sociedade como um todo.

Para Lengruber, buscar a democratização da própria Escola do Legislativo é o caminho a ser perseguido, como forma de combater o padrão escolar tradicional, em que currículo, metodologia, conteúdo, perfil dos professores e sistemas de avaliação já estão previamente definidos. Ele pondera em que medida tais questões, estruturantes de uma escola, podem ser colegiadas e compartilhadas.:

Por que, por exemplo, num conselho de classe de professores que dialogam sobre a vida acadêmica de um aluno, não é possível a presença da representação dos alunos? É importante que haja. Até mesmo para ajudar os próprios alunos a enxergarem como os professores estão

enxergando e ajudar professores a enxergar como os alunos estão enxergando determinadas situações.

Na sua opinião, quanto mais houver conscientização política e democrática nos estudantes, maior pressão ocorrerá sobre tradicionais práticas nas escolas, as quais “[...] precisam ser arejadas por mais participação.”

Para Wermelinger, alunos que tenham maior bagagem e vivência prática, ao ingressar numa sala de aula, instigam o professor a se capacitar, buscar melhorias e evoluir na qualidade de sua exposição. O aluno mais preparado e que chega em sala de aula com maior conteúdo, irá instigar o professor a ampliar a discussão e falar de mais assuntos.

A troca de vivências é o caminho principal para estimular que alunos também se tornem professores da Escola do Legislativo, segundo Wanderson. A exemplo de Paulo Freire, ele também considera que nenhum professor só ensina, mas que também aprende, com todos os alunos: “E, através dessa vivência o professor acaba se educando.” Nesse sentido, ele considera o desenvolvimento de multiplicadores como o grande desafio das escolas do legislativo:

Acho que começa por eles, mas ao mesmo tempo trazer as pessoas das comunidades para que elas nos tragam essas vivências também. Esse é um desafio. Não sei se faz esse trabalho através de associações de moradores, que é algo que está cada vez menos inchado, cada vez menos pessoas fazem parte de associações. Mas acho que é um caminho para trazer essas vivências dessas comunidades.

Desde o início da concepção da presente tese, sempre a visualizei como um instrumento de reflexão que me permitiria entender melhor o sistema de educação legislativa no Brasil e, em especial, como ele se desenvolve no plano municipal. Venho aprendendo muito ao longo desse período de estudos, pesquisas e análises de respostas oferecidas pelos diversos respondentes. Com a finalização dessa seção, a partir de seus conteúdos, e já próximo da conclusão das análises das diversas respostas obtidas e de todas as visões apresentadas, destaco uma como sendo detentora de enorme potencial multiplicador e transformador do processo democrático em Nova Friburgo: a criação do programa Agentes da Democracia, como resultado do processo de ensino e aprendizagem a ser desenvolvido no âmbito da Câmara Municipal de Nova Friburgo, através de diversos instrumentos atualmente disponíveis, dentre os quais destaco a própria Escola do Legislativo, a Câmara Jovem, a Escola Cidadã e a Comissão de Legislação Participativa. Trabalho integrado entre tais iniciativas, enfocando a capacitação de adolescentes e jovens

vinculados a escolas e universidades, poderá ter impacto significativo na diminuição da apatia política, da descrença popular e na degeneração da vida política, que será objeto da próxima seção.

4.9 Como reverter a degeneração da vida política que vem atingindo boa parte de nossa histórica política recente, em especial junto à população mais jovem?

O objetivo da presente ação consiste em identificar, junto às lideranças friburguenses que selecionei para a entrevista, que ações poderiam ser desenvolvidas no sentido de contribuir para um novo posicionamento dos cidadãos em relação à política, que vem sofrendo profundo desgaste ao longo dos últimos anos em nosso país.

Para Glauber, temos hoje uma institucionalidade apodrecida, e que só será modificada a partir da ampliação dos mecanismos e instrumentos de participação direta da população e com trabalhos de base que a fomentem e estimulem:

O principal adversário das esquerdas nessas eleições não é o Bolsonaro, não é o Alckmin, não é a direita ou a extrema-direita: é a alienação, é a descrença, é a falta de capacidade de mobilizar uma articulação que dê a virada. Então, eu acho que isso é fundamental.

Para Rafael, os processos de criminalização da política que têm sido verificados no país ao longo dos últimos anos “[...] degeneram o processo democrático, [...] hiperempoderam setores da sociedade, que também carecem de legitimidade democrática e [...] não são pedagógicos.”. Na sua visão, os processos de punição, por excelência, não são pedagógicos e a grande falácia da punição é a ideia que a punição previne novos delitos, como se, ao saber que alguém foi punido, algum criminoso será dissuadido:

Essa falácia que sustenta a legitimidade do sistema de punições já foi estatisticamente rechaçada, já foi estatisticamente classificada como uma estratégia que não funciona. Então, eu não sou um entusiasta dos processos de criminalização, dos processos punitivos, vamos dizer assim. Mas sou um entusiasta do processo de formação política.

Rafael insiste em seu posicionamento, já externado anteriormente no presente trabalho, de que as instituições políticas são, fundamentalmente, “espaços de produção de poder popular.” O distanciamento atualmente verificado entre a

população e tais espaços faz com que os poderes careçam de legitimidade e sejam cada vez mais vistos “[...] naquela perspectiva dicotômica, de nós e eles.”:

Quanto mais os palácios forem palácios, quanto menos o povo estiver nesses espaços, mais dificuldade a gente vai ter de mostrar para o povo que esses espaços são garantias importantes dessa sociedade liberal com pretensões democráticas e que esses espaços podem servir de trincheira de promoção de bem-estar. Espaços sim que podem produzir políticas públicas interessantes, políticas públicas relevantes, mas isso tem que partir desses espaços.

Ele avalia ser esse o caminho a ser seguido no atual contexto histórico brasileiro, pois o inverso disso seria a revolução, o processo revolucionário, em que o próprio povo toma diretamente os espaços de poder. Rafael pontua não haver condições objetivas nem subjetivas para que um processo revolucionário ocorra no Brasil atualmente. Para ele, quando cidadãos e poderes constituídos não se aproximam, há perda de densidade democrática e, conseqüentemente, ocorre a diminuição da própria legitimidade do governante.:

Então se não há (possibilidade de revolução popular), essas iniciativas têm que partir das estruturas de poder. É o palácio que tem que ir ao povo e entender que isso é absolutamente fundamental para sua própria sobrevivência. Os ocupantes de cargos públicos têm que entender isso. A importância dos seus cargos, a importância dos seus mandatos, está diretamente relacionada à densidade democrática.

Cacau, para fundamentar sua resposta, cita a tipologia dos 3 mundos, cunhada pelo geógrafo Milton Santos (mundo da fábula, mundo perverso e um novo mundo possível), associando o atual momento brasileiro ao primeiro deles:

Nós estamos discutindo, vendo o Brasil praticamente todo, prisioneiro de um poder midiático em que se discute moralização, anticorrupção e as pessoas não percebem as verdadeiras intenções disso daí. Essa máscara, que é uma verdadeira máscara, um véu, uma espécie de antolhos, que faz com que as pessoas não percebam o que está em jogo, um projeto de nação que nós estamos perdendo, que começou a ser construído por Lula. E nós estamos deixando esse projeto ir embora, nós estamos perdendo esse projeto.

Já o segundo mundo, denominado de perverso por Milton Santos, é o mundo real, o mundo globalizado com uma sociedade fortemente orientada para o consumo e, no qual, a própria cidade é uma mercadoria:

A cidade é uma mercadoria. Claro que nós sabemos disso. Nós estamos num mundo do capital. Cidade é mercadoria. Prédio é dinheiro. Rua é dinheiro. Mas o fator social não é colocado. Se nós deixarmos, essas forças só estão interessadas nisso, no dinheiro, nesses valores. Esse é o mundo perverso.

Ele cita, finalmente, um outro mundo ou pelo menos a possibilidade de sua construção, que requer lutar contra as forças hegemônicas, uma espécie de “[...] luta de Davi contra Goliias.”. Ele atribui ao plano local, a possibilidade de construção desse novo mundo:

Eu acho que devemos fazer nosso trabalho, a gente tem que continuar levando informações sobre tudo que nós conversamos aqui. Quem sabe, talvez possamos encontrar respostas nesse exercício. Mas eu acredito que, como disse o professor Milton, isso já começou a ser construído. E essa resposta maior virá de baixo pra cima.

Oferecer processos de educação para a democracia e letramento político para a população é, na visão de Cacau, uma importante contribuição a ser oferecida para que as pessoas estejam mais instrumentalizadas e conscientes:

Eu acho que devemos fazer nosso trabalho, a gente tem que continuar levando informações sobre tudo que nós conversamos aqui. Quem sabe, talvez possamos encontrar respostas nesse exercício. Mas eu acredito que, como disse o professor Milton, isso já começou a ser construído. E essa resposta maior virá de baixo para cima.

Desligar a emissora TV Globo é a palavra de ordem de Célia no início de sua resposta. Ela considera que nossa geração foi criada dentro de pensamento fortemente influenciado pelos meios de comunicação de massa e, em especial, pela TV Globo, principalmente em função do hábito brasileiro de acompanhar as telenovelas:

A Rede Globo é muito interessante porque ela só fala, por exemplo, de questões identitárias dentro das novelas ou das minisséries ou ela fala de forma lúdica. Tem muito tempo que eu não assisto, mas eu não vejo no Jornal Nacional tratarem de uma questão de racismo, de forma... E, para a população, a novela é novela, ela é lúdica. O assunto sério está no jornalismo. E lá no assunto sério, no jornalismo, você não consegue tratar desse tipo de assunto...

Em função das transformações tecnológicas e a mudança de hábitos de consumo de conteúdos midiáticos, especialmente televisivos, ela acredita que poderá haver uma nova geração que praticamente não assista mais televisão, mais voltada a outros meios e plataformas, tais como Netflix, mudando a cultura verificada ao longo de décadas e ainda presente hoje em muitos lares brasileiros, em que a TV está sempre ligada e, no geral, sintonizada na TV Globo, que “[...] está lá fazendo a cabeça.”:

Ali dentro do jornal, que seria o conteúdo mais *hard*, aí eles tratam a política muito mal. Eles fazem uma criminalização absurda. A gente tem um

problema com o Ministério Público superempoderado. Eu não vejo delação premiada, por exemplo, para o cara do tráfico. Nem passa pela cabeça. O Ministério Público não te oferece pegar o aviãozinho lá. Ele não faz isso. Agora, para político...

Embora se preocupe com o conteúdo a ser ministrado, ela considera a escola do legislativo como um elemento importante no combate à degeneração da vida política, até por propiciar reflexões a respeito de alguns sérios problemas e que têm sido obstaculizadores de uma maior participação da sociedade no que se refere à política: dependência do sistema capitalista, consumindo o tempo das pessoas; criminalização da política; baixo envolvimento das mulheres; entre outras questões.

Para Lengruber, é necessário fazer uma análise de conjuntura, pois há uma geração dos 16 aos 30 anos que está iniciando o exercício do voto e não vivenciou momentos muito difíceis da história recente brasileira, em especial a ditadura militar e o início da redemocratização, incluindo o período de hiperinflação que corroía os salários:

Essas experiências todas, para um país pobre, com uma desigualdade social absurda, com muita gente passando fome, com tudo isso, essa garotada não participou disso. Então, a sensação que eu tenho é que a análise da atual situação é muito piorada em função desse desconhecimento da história.

Em função dessa ausência de vivências e informações para esse grupo, Lengruber considera essencial que sejam garantidos estudos sobre história nas escolas, incluindo história recente, já que, premidos pelo tempo restrito para repassar extensos conteúdos, por vezes não se consegue chegar ao período histórico mais recente. E, para combater os problemas existentes na política, ele considera serem necessários mais política, mais participação, mais engajamento, com “[...] as pessoas ganhando gosto pela participação política”, que por vezes não é ou não precisa ser feita em espaços políticos institucionalizados e associados ao Estado: políticas locais, em clubes, nas bandas de música, nas políticas internas das organizações, entre outros espaços. As escolas do legislativo podem inspirar esse tipo de participação, na sua opinião.

Para Damião, há realmente uma degeneração, um desinteresse, em relação à política. Mas ele ressalva o papel desempenhado por ele, por mim e alguns outros, de nos manter fiéis a ideias e projetos, de sempre valorizar o debate político e de demonstrar que a política é parte integrante da vida de todos nós:

Essa contínua demonização da política só faz destruir direitos. Se o cidadão médio não se interessa pela política, há alguém que vai se interessar. E nas camadas superiores que têm e detêm o poder e controle dos meios de produção, dos meios de comunicação, da formação das ideias, eles vão controlar cada vez mais a política.

Para combater essa contínua degeneração da política, verificada nos últimos anos, ele considera ser importante essa formação advinda da escola do legislativo, de forma a auxiliar o cidadão a compreender melhor o mundo em que vive. Conscientizá-lo de que ele é parte de tudo, não é apartado do que acontece na política. Pelo contrário, é parte integrante das mesmas, principalmente a partir do seu poder de voto:

Outro dia eu encontrei uma pessoa: “Eu não voto mais em ninguém, agora minha contribuição é não votar em ninguém.”. Quer dizer, ele se anula como cidadão, como criatura, como ser humano e passa a ser vítima de um processo que pode muito mais prejudicá-lo do que ajudá-lo. A omissão não é solução, nunca foi nem nunca será.

Para Damião, além de considerar que esse debate deve ser permanente, entende que estamos cumprindo nosso papel de estimulá-lo, de questionar o status quo, de dialogar e exercer essa reflexão a respeito da importância da política em nosso cotidiano, buscando linguagem que seja acessível para todas as classes sociais:

É a gente sair do teórico para o prático a partir do envolvimento com a sociedade. A gente ir para o chão da fábrica como se diz no movimento sindical. Se você quer transformar alguma coisa, você vai para o chão da fábrica, que é onde você vai captar os sentimentos mais reais das pessoas. Muitas vezes a gente tem a melhor das intenções e a gente se aprofunda, estuda, mas a gente está muito no campo teórico.

Considerando que “[...] o único processo possível para reverter esse clima ou esse calor crescente contra a classe política ou a classe politizada (seja) o fator educacional.” e por ser esse o objetivo principal das escolas do legislativo, Hugo considera como estratégia principal para reverter tal degeneração a priorização de cursos que aproximem a população da classe política e demonstrem que não existe esse muro entre político e população.

Saturnino, por sua vez, entende que a população mais jovem precisa acreditar mais na política e participar da política, conscientizando-se que “[...] tudo aquilo que a gente faz na vida é política”, mas, ao decidir participar, deve fazê-lo com outra mentalidade, de forma a contribuir para a criação de uma nova cultura política. Ele diz ter um lema de que tudo na vida é política: sua relação familiar, de

trabalho. Apresenta visão inspirada em filósofos como Hobbes: “A política foi o instrumento que o ser humano criou, civilizatório e civilizacional, para evitar a guerra.”

Wermelinger considera ser necessária reforma eleitoral e partidária a fim de contribuir para a reversão da degeneração política no país, com critérios claramente definidos para o funcionamento dos partidos e o escalonamento de sua evolução. Para ele, um partido não pode ser apenas uma agremiação de pessoas, ele precisa representar uma ideia, um campo de ação específico. E, a partir daí, agregar pessoas que tenham modo semelhante de ver o mundo. Para ele, Nova Friburgo não tem mais grupo político. Falando na política nacional, ele diz que, antigamente, havia a aglomeração de pessoas em torno do MDB e Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Posteriormente, adentraram na arena política os grupos do trabalhismo e da social-democracia, que se constituíram como terceira força. Mas isso foi se perdendo, “[...] a ideologia se perdeu, a grande mídia fez uma campanha muito pesada, que você não podia pensar contra o estabelecido.”

Ele cita ainda a excessiva dependência do sistema político em relação ao dinheiro e a formas fisiológicas e clientelistas de atuação de diversos atores nesse novo contexto. A busca de melhores alternativas para a sociedade foi relegada a segundo plano:

Mas a política passou a não discutir isso mais. Passou a discutir o deputado que tinha dinheiro. Se não tinha dinheiro, ah, você é um bobo, porque bom é o fulano que chega com a mala cheia. Se você vai discutir um projeto, uma ideia, ah, não, isso é muito chato, ah, isso não tem valor. O valor é o cara que vai pagar a cesta básica, que vai dar o transporte para levar o paciente para o Rio, vai ajudar uma forma para ele não ficar na fila no SUS. E (com) isso (a política) foi perdendo o conteúdo.

Em função de tudo isso, os jovens se afastaram. Ao não ter capital disponível, o jovem olha o quadro geral e diz, segundo Wermelinger: “eu não vou entrar nesse processo político porque eu não tenho como comprar o voto, não tenho um carro pra levar o paciente pra ir pro Rio.” E, com isso, se afasta ou evita ingressar. Esse quadro precisa ser mudado através da reorganização do sistema político, partidário e eleitoral brasileiro. Critérios mais claros e regras de ascensão para que partidos possam disputar eleições aos cargos mais elevados da república são apontados por ele, exemplificando com o que ocorre nos Estados Unidos:

A gente fala sempre dos Estados Unidos, que têm dois grandes partidos, mas há 500 partidos⁴² nos Estados Unidos. Só que pra ser candidato a presidente da República, ele tem que ter uma condição que só os dois maiores conseguem, porque os pequenos vão ter que crescer, vão ter que se estabelecer nos municípios, eleger vereadores, vão ter que depois eleger deputados estaduais, para depois poder fazer governadores. Vão ter que eleger governadores pra depois eleger deputados federais. Vão ter que fazer deputados federais para depois lançar o presidente da República. Se tiver uma regra que estabeleça isso, vai obrigar os partidos a se organizarem de base. Aí sim, ele organizando na base, você vai ter condição lá em cima de ter uma disputa realmente de ideias.

Pierre considera existirem vários elementos que contribuem para a degeneração da vida política brasileira. O primeiro deles o fato de estarmos inseridos em um sistema neoliberal que enfoca a atividade humana primordialmente na relação de consumo: ele a denomina sociedade mercadocêntrica. Nesse contexto, é muito difícil combater a lavagem cerebral decorrente das propagandas e outros instrumentos (ele próprio relatou o poder da música anteriormente) que ocorre hoje junto à juventude brasileira. Envolver o sistema educacional nesse esforço de desalienação é fundamental:

Paralelamente, promover o protagonismo do público jovem, porque hoje nós temos mocidade e não juventude no Brasil. O processo político brasileiro de degeneração fez da grande massa jovem, entre aspas, uma massa moça, de moços, que na verdade não estão levando ainda à revolução, entre aspas, como bem disse Che Guevara, “Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética.”.

A falta de participação da juventude nas atividades políticas e de mobilização precisa ser revertida, principalmente estimulando os grêmios estudantis numa nova roupagem que os auxiliem na reorganização da participação política do jovem visando “[...] integrá-lo ao sistema político dentro de uma perspectiva crítica.” Ele concorda ser necessário uma reforma de natureza política e estrutural no país, haja vista a descrença com que as instituições componentes do sistema político brasileiro são vistas hoje pela sociedade. Precisamos, nas palavras de Pierre, “[...] de uma grande reforma política, séria, e não apenas uma reforma política de conveniências.”

Uma das principais dificuldades a serem superadas, segundo Wanderson, é o individualismo verificado hoje na sociedade. Para ele, muito da ojeriza da sociedade em relação à política está associada a esse individualismo. Junto aos participantes do Parlamento Jovem, um dos espaços de formação política desenvolvido por ele, sempre é feita reflexão de que, gostem ou não, a política sempre existirá e sempre

⁴² Figura de linguagem utilizada pelo respondente. Na verdade, os Estados Unidos possuem pouco mais de 30 partidos atualmente registrados.

afetará a vida de todos. Se a política irá interferir na sua vida, por que não inverter a lógica e o próprio jovem começar a afetá-la, a interferir na política:

A gente tem que fazer um enfrentamento de combate à generalização da política, ou seja, nem todos são ruins, ainda que a maioria possa ser ruim, há pessoas fazendo a diferença. Por isso eu fico muito preocupado com a fala do novo: tem que ser tudo novo, tem que mudar todo mundo. Não é assim. Tem gente muito boa fazendo a diferença, ainda que seja numa menor quantidade. A gente precisa ampliar. Esses 5%, 10% de boas pessoas que trabalham de fato, têm que ampliar para 40%, 50%, 60%, até chegar à totalidade.

Wanderson avança em sua reflexão destacando que os espaços públicos sempre existirão, sempre serão ocupados, independente das tradicionais campanhas a favor de votos nulos e em branco. É como penso: a omissão não contribui para o fortalecimento da democracia. Pelo contrário. A esse respeito, ele diz:

Não adianta você fazer campanha para voto nulo, voto em branco, votar em ninguém como forma de protesto, porque isso não é protesto, isso na verdade é um comodismo de não pesquisar, um comodismo de não querer fazer a interferência devida. Até porque, se ninguém presta, venha você candidato. Ninguém presta, venha você então fazer a sua parte e mostrar que pode fazer diferente.

Pesquisar a fundo quais são as opções eleitorais disponíveis, identificar quem dentre as centenas ou mesmo milhares de candidatos pode vir a representá-lo e participar ativamente da vida pública são algumas das sugestões deixadas por Wanderson, ao final de sua contribuição para essa pesquisa:

É o único momento, no Brasil e no mundo, que todos são iguais, todo mundo é absolutamente igual, é no voto. É muito especial, vai desperdiçar isso? Então esse é o grande ensinamento que a gente tem que fazer para as pessoas e tentar criar o método dos filtros. Faz filtro! Quem eu quero me representando. Então você vai ter que fazer filtro. Primeiro: eu não abro mão disso. Então você já peneirou um monte. Eu não abro mão daquilo. Sobraram esses aqui. O que é mais importante? Aí você vai chegar a alguém, não tenha dúvida disso.

Ao final da presente seção, em que foi possível constatar o enorme valor conferido por cada um dos respondentes à democracia e à participação popular, incluindo diversas sugestões para que ambas sejam estimuladas e fortalecidas, farei no próximo capítulo minhas conclusões a respeito do papel das escolas do legislativo municipais como locus de ações de educação para a democracia e de letramento político como ferramentas de combate à degeneração da vida política, principalmente junto aos mais jovens. Sintetizarei ainda percepção quanto à sua

relevância para nosso país, bem como apontarei limitações do presente trabalho e possíveis novos campos de pesquisa.

CONCLUSÕES

Em tempos extremamente delicados pelos quais passamos, urge a estruturação e fortalecimento de iniciativas que permitam desvelar e combater os ataques ao frágil Estado de bem-estar social brasileiro, os quais, desde 2016, vem contribuindo para deteriorar a qualidade de vida da população brasileira, refletindo na piora de diversos indicadores, dentre eles a ampliação das desigualdades sociais e o aumento da infelicidade dos cidadãos.

Com o presente trabalho, foi possível aprofundar a busca de conhecimento a respeito desse fenômeno relativamente recente no Brasil que são as escolas do legislativo, criadas inicialmente com o intuito de qualificar parlamentares, assessores e servidores de carreiras dos legislativos e que, com o desenrolar do tempo e o surgimento de novas demandas, dentre elas a busca da ressignificação dos parlamentos, passou a desenvolver ações voltadas à educação para a democracia e letramento político.

Como hipótese, estabeleci que, mais do que meros instrumentos de qualificação interna dos parlamentos, as escolas do legislativo vêm desenvolvendo ao longo do tempo diversas iniciativas com vistas à busca de maior politização de seus participantes, incluindo o público externo, de forma a ampliar o alcance de suas ações de formação, fazendo uso de metodologias e conteúdos diversos. Para tanto, busquei analisar o papel desempenhado por escolas do legislativo municipais de diversas regiões do país, incluindo a Escola do Legislativo de Nova Friburgo, abordando inúmeros aspectos a fim de construir quadro analítico mais amplo.

A partir das respostas às questões formuladas aos dirigentes das escolas do legislativo municipais, foco do presente trabalho, inobstante ter sido a amostra pouco superior a 10% do total de instituições dessa natureza existentes atualmente no país, pude constatar a multiplicidade de iniciativas voltadas à transmissão de conteúdos relativos ao sistema político brasileiro, regras do jogo democrático, práticas e vivências de simulação de processos legislativos, incluindo votações, além das tradicionais atividades de qualificação técnica de servidores e assessores. Dirigentes apontam que modelos mais participativos facilitam a internalização de conceitos e práticas democráticas, qualificando seus participantes a uma cidadania mais ativa e consciente.

Ainda que limitada por sua ainda pequena capilaridade no país, as escolas do legislativo municipais, na visão de seus dirigentes, vêm contribuindo para minimizar o quadro de alienação e apatia política através de diversas iniciativas, as quais foram relatadas ao longo do trabalho, pois há a ampliação da consciência de cidadania e engajamento democrático, mas dentro dos marcos da democracia liberal e representativa que vivemos no país, sem sinais de que sejam indutoras de um modelo de democracia mais popular ou com aspirações revolucionárias.

Embora ainda não seja característica da maioria das escolas pesquisadas, foi possível identificar alguns projetos e ações que buscam incorporar a visão dos membros da sociedade local no desenvolvimento de sua programação. Na estruturação da segunda parte da pesquisa de campo, busquei a participação de cidadãos politicamente participativos de Nova Friburgo com o objetivo de aproximá-los da temática das escolas do legislativo, pois os vejo como detentores de conhecimento sobre política e de capacidade analítica e organizativa, fundamentais ao fortalecimento da Escola do Legislativo local. A qualidade e profundidade de suas respostas comprovou minha percepção prévia e se tornarão elemento importante para ações futuras de letramento político a serem sugeridas ao Legislativo friburguense e à própria ABEL.

Por outro lado, a ausência de projeto político-pedagógico, constatada em boa parte das escolas pesquisadas, denota uma possível falta de planejamento das ações a serem estruturadas, bem como a sua não previsibilidade e inconstância, o que dificulta a sensibilização de possíveis públicos à participação. Seria importante uma maior aproximação das mesmas com as secretarias municipais de educação que contam com profissionais especializados nessa temática e que poderiam contribuir para suprir essa carência.

Também se percebe lacuna importante no que tange à avaliação dos resultados obtidos a partir das atividades desenvolvidas pelas escolas do legislativo municipais. A estruturação de um questionário a ser aplicado junto aos participantes, tanto antes quanto depois das atividades desenvolvidas, poderia contribuir para coletar informações úteis para ajustar programações, identificar lacunas de conhecimento, perceber novas demandas, entre outras possibilidades. O registro de dados quantitativos relacionados às atividades realizadas e públicos atendidos também é importante tanto para fundamentar os recursos que são aplicados quanto à necessidade de permanência de seu funcionamento. Alguns dos indicadores

passíveis de utilização para avaliação da qualidade das ações promovidas pelas escolas do legislativo municipais são a quantidade de alunos atendidos, satisfação dos participantes, evolução do número de participantes em sessões legislativas e projetos de lei decorrentes de sugestões apresentadas em programações das escolas do legislativo. A busca por tais indicadores é importante até mesmo para justificar a continuidade de sua existência, embora a grande maioria dos entrevistados que atuam como dirigentes de escolas do legislativo municipais tenha afirmado possuir elementos comprobatórios de sua atuação a favor do aperfeiçoamento e fortalecimento da democracia, além da qualificação interna do próprio parlamento, o que, no meu entendimento, apesar do desgaste que vem enfrentando, por si só já contribui para a melhoria da qualidade da democracia brasileira, haja vista a importância histórica dos legislativos no sistema político brasileiro.

Considerando as dimensões continentais do país e a vasta quantidade de municípios, uma experiência como a da Associação das Câmaras e Vereadores do Vale do Itapocu poderia servir de modelo para se buscar a expansão das escolas do legislativo municipais pelo país, a partir das macrorregiões. O Estado do Rio, por exemplo, que possui 92 municípios em seu território e apenas 3 escolas do legislativo vinculadas a tais entes, ou seja, 2,5% do total, caso viesse a ter pelo menos uma ou duas escolas do legislativo por região (Metropolitana, Médio Vale do Paraíba, Centro-Sul Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas e Costa Verde), ampliaria seu atual quantitativo de forma expressiva.

Pelos relatos apresentados pelos diversos dirigentes, é possível afirmar que boa parte do público participante das atividades promovidas pelas escolas do legislativo é composto por jovens, principalmente alunos da rede pública de ensino, o que pode minimizar o desinteresse dos mesmos pelas questões políticas, desde que haja maior capilarização de iniciativas de educação para a democracia e letramento político, competindo por sua atenção e interesse com os diversos elementos que atualmente tomam a sua atenção, tais como mídias sociais, games etc., bem como a adoção de metodologias mais dinâmicas e que os estimulem à participação.

Aproveitando a oportunidade oferecida por esse trabalho, também procurei levantar junto a cidadãos politicamente participativos de minha cidade, Nova Friburgo, sua visão quanto à necessidade, objetivos, práticas, resultados e

perspectivas em torno da atuação da escola do legislativo vinculada à Câmara Municipal, a qual, criada na primeira metade da legislatura passada, ainda não se consolidou como ferramenta de qualificação do próprio parlamento, faltando-lhe elementos básicos, como infraestrutura dedicada (salas e equipamentos próprios), servidores alocados e, em especial, programação permanente, que geraria maior fluxo de interessados e, conseqüentemente, maior participação dos cidadãos friburguenses em suas atividades. Todos os respondentes a consideram muito importante e apresentaram diversas sugestões que podem, caso aproveitadas, contribuir para a efetivação da Escola do Legislativo de Nova Friburgo.

Por mais esforços que tenham sido empreendidos até o presente momento por dirigentes de escolas do legislativo, tanto as municipais, objeto do trabalho, quanto as vinculadas às assembleias legislativas e ao Congresso Nacional, a educação cidadã como promessa não cumprida da democracia, citada por Bobbio, ainda permanece como tal no Brasil. Embora ofereçam contribuição importante para maior empoderamento dos cidadãos que participam de suas programações e atividades diversas, a baixíssima capilaridade das escolas do legislativo se apresenta como severo limitador de sua potência. Uma possibilidade de expansão poderia ocorrer caso venha a ser estruturada legislação federal que induza a criação das escolas junto aos parlamentos, similarmente ao que ocorreu com a disseminação de tecnologias de suporte aos legislativos municipais, em especial o SAPL, devido à ação do Interlegis.

Pelas respostas obtidas, foi possível ainda identificar o impacto positivo que as escolas trazem para suas instituições-sede, estimulando maior participação dos cidadãos nas atividades desenvolvidas pelos legislativos e desmistificando o seu papel, além de contribuir para o estímulo do surgimento de novas lideranças políticas, o que pode contribuir para oxigenar o sistema político brasileiro, que vem passando por verdadeiro teste de resistência nos últimos anos, em função dos inúmeros problemas que tem enfrentado, os quais foram citados ao longo da estruturação da tese.

A partir do trabalho de pesquisa realizado e as análises dele decorrentes, é possível confirmar que as escolas do legislativo municipais vêm realmente desenvolvendo inúmeras ações voltadas ao letramento político de seus participantes, mas com potência limitada devido à já citada baixa capilarização no

território nacional, além da utilização de modelos tradicionais de ensino e da ausência de projeto político-pedagógico estruturado.

Como limitações do presente trabalho, destaco a não realização de pesquisa junto a participantes de atividades desenvolvidas pelas escolas do legislativo municipais que responderam à pesquisa, impedindo a identificação junto ao público-alvo se, a partir das ações de educação para a democracia oferecidas, foi construída outra percepção acerca do sistema político, democracia e participação nas decisões públicas e, principalmente, se houve mudança de comportamento rumo a um maior envolvimento e engajamento com os destinos de sua cidade, estado e país.

Outra limitação consistiu na ausência de visita *in loco* a pelo menos algumas das escolas do legislativo respondentes, o que poderia contribuir para um maior aprofundamento nas questões centrais que regem a missão e funcionamento de tais instituições e sua efetividade como agências promotoras do letramento político. Pesquisas que busquem aferir tais aspectos podem contribuir para o avanço do conhecimento no campo da educação para a democracia através dos legislativos brasileiros. Sua ausência, contudo, não prejudicou a obtenção de dados empíricos consistentes e que permitiram realizar esta análise.

Por fim, considero que as escolas do legislativo municipais possam contribuir para uma maior conscientização política de nossa população e, conseqüentemente, estimular maior atenção e engajamento, seja na redução dos índices de abstenção e votos nulos e em branco, seja na melhoria da qualidade da tomada de decisão quanto ao voto em representantes ou seja participando mais ativamente dos vários instrumentos que estão disponíveis. Mas, para isso, precisarão se capilarizar o mais rapidamente possível, saltando das atuais 120 escolas em funcionamento para centenas ou mesmo milhares, preferencialmente adotando metodologias que já tenham apresentado resultados concretos e que possam ser replicáveis com poucas adaptações.

E que não sejam instrumentos de doutrinação ideológica de qualquer matiz, mas um espaço em que todos se sintam seguros e confiantes para buscar obter o máximo de conhecimentos e práticas que os empoderem como cidadãos críticos, participativos e corresponsáveis pelos destinos de sua comunidade e aptos a dialogar com aqueles que pensem diferente, respeitando opiniões alheias e pontos de vista equidistantes aos seus. O respeito e fortalecimento da democracia devem ser nossos objetivos comuns, mesmo que tenhamos linhas ideológicas e opções

políticas diversas. Respondendo objetivamente à questão formulada por Cosson (2008, p. 210), se, mais que escolas do legislativo, tais iniciativas são escolas de democracia: há inúmeras e importantes ações em curso no nosso país, mas que precisam ganhar maior capilaridade, consistência e replicabilidade, constituindo-se como política pública de caráter nacional.

Infelizmente, a captura do nosso sistema político pelo capital financeiro, que estimula através de mecanismos diversos a garantia do superávit primário do orçamento público para priorização do pagamento de juros da dívida pública em detrimento de investimentos mais consistentes em educação, saúde e promoção social, dentre tantas outras áreas, me leva a concluir que temos um arremedo de democracia. Mesmo havendo toda uma institucionalidade que a fundamenta no Brasil (legislação, justiça eleitoral, separação entre poderes e eleições periódicas, entre outros aspectos apontados na visão bobbiana), nossa baixa escolaridade e o viés dos grandes veículos de comunicação na manipulação do ânimo e orientação política de nossa população, distorcem profundamente o processo de escolhas que compõe a chamada vontade geral, sintetizada a partir dos resultados eleitorais.

Por outro lado, ainda estamos distantes do exercício pleno da democracia nos diversos espaços organizacionais em que atuamos e/ou frequentamos diariamente, tais como escolas, universidades, instituições religiosas e locais de trabalho, para exemplificar. Com raras exceções, há liderança centralizada no topo, em geral concentrada em algum líder carismático, cabendo aos demais participantes segui-la acriticamente ou procurar outros espaços. Perde-se, com isso, excelentes oportunidades de prática do exercício de participação e de construção da autonomia coletiva.

Concordo com a visão proposta por Coutinho de que somente em uma sociedade de perfil socialista, em que haja igualdade substantiva entre seus membros, seria possível o pleno exercício da democracia, já que as bases de sua sustentação estariam disponíveis ao maior número possível de pessoas, o que não é realidade em nosso país. Apesar disso, as escolas do legislativo municipais, caso ganhem maior capilaridade e adotem conteúdos, metodologias e práticas que realmente estimulem a reflexão junto aos participantes de suas programações, contribuindo para a mudança de comportamentos rumo a um maior interesse da população pela política, a uma busca por aprofundamento de conhecimento a seu respeito, à pesquisa por fontes múltiplas e diversas de informações sobre governos,

parlamentos, economia e outros temas de interesse, poderiam se tornar instrumentos de efetivação dessa mudança de mentalidade no plano local, iniciando uma onda de politização que se contraponha à atual demonização da política, que vem ocorrendo em larga escala e diuturnamente. Se assim não agirem, as escolas do legislativo municipais terão permanecido como potência, sem alcançar a dimensão necessária à transformação do nosso sistema político.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vanessa Kern; INÁCIO FILHO, Geraldo. A educação moral e cívica – doutrina, disciplina e prática educativa. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 24, p. 125 –134, dez. 2006. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4955/art11_24.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Forças Armadas são a instituição em que a população mais confia, diz pesquisa**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/forcas-armadas-sao-instituicao-em-que-populacao-mais-confia-diz-pesquisa>>. São Paulo: EBC, outubro de 2016. Acesso em: 01 jul. 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Fux defende combate “incisivo” às fake news**. AGÊNCIA BRASIL JUSTIÇA: junho de 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-06/fux-defende-combate-noticias-falsas-e-diz-que-podem-anular-eleicoes>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Modelo carcerário brasileiro não reduz criminalidade**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-06/modelo-carcerario-brasileiro-nao-reduz-criminalidade>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Soma de votos brancos, nulos e abstenções “venceria” 1º turno em nove capitais**. Brasília: EBC, outubro de 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/soma-de-votos-brancos-nulos-e-abstencoes-venceria-1o-turno-em-nove-capitais>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

AGÊNCIA ESTADO. **Brasil alcança grau de investimento da agência Moody's**. São Paulo: Jornal Estadão, 22 de setembro 2009. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-alcanca-grau-de-investimento-da-agencia-moodys,439256>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Parlamento Jovem de Minas**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/>. Acesso em: 17 mar. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Associação Paulista das Escolas do Legislativo e de Contas é criada em evento do ILP**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=376909>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO E DE CONTAS. **Escolas de Câmaras Municipais**. Disponível em: <<https://www.portalabel.org.br/escolas/escolas-de-camaras-municipais>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO E DE CONTAS. **Presidente da ABEL faz palestra em Nova Friburgo/RJ**. ABEL: fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.portalabel.org.br/escolas/escolas-de-assembleias>>

legislativas/51-institucional/807-presidente-da-abel-em-evnto-de-nova-friburgo-ri-nova>. Acesso em: 07 jul. 2018.

ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO VALE DE ITAPOCU. Disponível em: <<http://www.AVEVI.org.br/index.php?pg=historico#>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO VALE DO ITAPOCU. AVEVI. **Escola do Legislativo da AVEVI inicia as tratativas para o curso para candidatos a vereadores.** Disponível em: <<http://www.AVEVI.org.br/index.php?pg=noticia&id=1582>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

AVELAR, L. **A relação Estado/Sociedade, a participação política e os atores.** In: Sistema Político Brasileiro : uma introdução / organizadores: Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra. [2. ed.]. – Rio de Janeiro : Konrad-Adenauer-Stiftung ; São Paulo : Editora Unesp, 2017. p. 261-280.

A VOZ DA SERRA. **Câmara aprova criação da Escola do Legislativo de Nova Friburgo.** Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/camara-aprova-criacao-da-escola-do-legislativo-de-nova-friburgo>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

A VOZ DA SERRA. **Friburgo volta a dar votação expressiva a Bolsonaro.** Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/noticias/friburgo-volta-dar-votacao-expressiva-bolsonaro>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

A VOZ DA SERRA. **Nova Friburgo enfim tem a sua nova Lei Orgânica Municipal.** Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/noticias/nova-friburgo-enfim-tem-sua-nova-lei-organica-municipal>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

AVRITZER, L. Impasses da democracia no Brasil. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 153p.

BARROS, A.T. e MARTINS, L.M. **A educação legislativa influencia o comportamento político juvenil? Estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2006-2015).** Cadernos da Escola do Legislativo. – Vol. 17, n.29, (jan./jun. 2016) -, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2016. p. 11-52.

BBC. **Brasil avança, mas fica em 8º em ranking de democracia na América Latina.** São Paulo: BBC BRASIL, outubro de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131002_desenvolvimento_democratico_america_latina_as_mm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BBC Brasil. **Um Brasil dividido e movido a notícias falsas: uma semana dentro de 272 grupos políticos no WhatsApp.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45666742>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BLOG DO KENNEY. **Documentário da BBC mostra Brasil em transe.** Disponível em: <<https://www.blogdokennedy.com.br/documentario-da-bbc-mostra-brasil-em-transe/>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 14. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. 301p.

BONI, V. e QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 24 mar. 2019.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo, Campinas: Editora Unicamp, 2007. Capítulo 5 – A reafirmação do nacional e as possibilidades de estratégias e políticas de desenvolvimento especial, p. 183-214.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Educação para Democracia**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/educacao-para-a-democracia>>. Acesso em 01 abri. 2019.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Parlamento Jovem Brasileiro**. Disponível em: <<https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/site/865/parlamento-jovem-brasileiro/>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Programa de Estágio-Visita de Curta Duração**. Disponível em: <<https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/site/859/estagio-visita-de-curta-duracao/>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, MEC. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003-2012 – Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012**. Brasília: Ministério da Educação. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Reportagem especial sobre os 190 anos do Parlamento brasileiro**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/441275-190-ANOS-DO-PARLAMENTO---DITADURA-MILITAR-BLOCO-4.html>>. Brasília: Rádio Câmara, abril de 2013. Acesso em: 01 jul. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sem consenso, projeto sobre Escola sem Partido será arquivado**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/569744-SEM-CONSENSO,-PROJETO-SOBRE-ESCOLA-SEM-PARTIDO-SERA-ARQUIVADO.html>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI. **Escola do Parlamento de Itapevi**. CURSOS E EVENTOS. Disponível em: <<https://www.camaraitapevi.sp.gov.br/escola/cursos/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. **Câmara de Nova Friburgo aprova novo texto da Lei Orgânica de Nova Friburgo**. Disponível em: <<https://www.novafriburgo.rj.leg.br/institucional/noticias/camara-de-nova-friburgo-aprova-nova-lei-organica-do-municipio>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CAPES. Banco de Teses. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CAPES. Periódicos. 2015b. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 324p.

CARLOMAGNO, M. C. e ROCHA, L. C. **Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica**. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 7, n. 1, 2016. p. 173-188.

CARTA CAPITAL. **A era da pós-verdade**. São Paulo: #CARTA Sociedade, janeiro de 2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

CARVALHO, V. CÂMARA DOS DEPUTADOS. CEFOR. E-Legis. Escolas do Legislativo e a Educação para a Democracia. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/196/263>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Casa de Nazaré inicia as visitas do projeto Líderes do Futuro em 2018. Disponível em: <<http://www.araxa.mg.leg.br/institucional/noticias/casa-de-nazare-inicia-as-visitas-do-projeto-lideres-do-futuro-em-2018>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CINNANTI, Cristina. **A (des)confiança do cidadão no poder legislativo e a qualidade da democracia no Brasil**. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/73>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CIVITAS INTERNATIONAL PROGRAMS. Center for Education Civic. Disponível em: <<http://www.civiced.org/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CNJ. **Professor critica irracionalidade de penas e encarceramento em massa**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81696-professor-critica-irracionalidade-de-penas-e-encarceramento-em-massa>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CONGRESSO EM FOCO. **Maioria é contra financiamento público de campanha**. Brasília: CONGRESSO EM FOCO, junho de 2007. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/maioria-e-contra-financiamento-publico-de-campanha/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CONVERSA AFIADA. **Porque o preço do petróleo caiu**. São Paulo: Conversa Afiada Economia, janeiro de 2015. Disponível em

<<https://www.conversaafiada.com.br/economia/2015/01/04/por-que-o-preco-do-petroleo-caiu>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

COSSON, Rildo. **Escolas do Legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008. (Série Colóquios de Excelência, 1).

COSSON, Rildo. **Letramento político no legislativo: a experiência do Programa Estágio-Visita / Rildo Cosson**. -- 2015. 324f. Orientador: Graça Paulino. Impresso por computador. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. "**A democracia como valor universal**", in Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1979, p. 33-48.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade dos poderes. Introdução à teoria marxista do Estado e da revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas**. In: NEVES, Lucia; LIMA, Julio (Orgs.). Fundamentos da educação escolar no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 173-200.

CRICK, Bernard. **A note on what is and what is not active citizenship**. 2002. Disponível em: <http://archive.excellencegateway.org.uk/media/post16/files/033_bernardcrick_what_is_citizenship.pdf> Acesso em: 27 mar. 2019.

CRICK, Bernard. Education for citizenship: the citizenship order. **Parliamentary affairs**, n. 55, v. 3, p. 488-504, 2002. Doi:10.1093/parlij/55.3.488.

CRICK, B. **Education for citizenship and the teaching of democracy in schools**. Final report of the Advisory Group on Citizenship. London: Qualifications and Curriculum Authority (QCA), 1998. Disponível em: <www.qca.org.uk/libraryAssets/media/6123_crick_report_1998.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CRICK, Bernard e LISTER, Ian. Political literacy. In: In CRICK, B. and PORTER, D. (Eds). Political Education and Political Literacy. London, Longman e Hansard Society, 1978.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

EL PAÍS. **Brasil cai quatro posições no ranking de felicidade da ONU**. Finlândia segue na liderança. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553082330_410487.html>. Acesso em: 06 abr. 2019.

EL PAÍS. **Haddad: “Não sei o que levou Gleisi a Caracas. É preciso cuidar do gesto, mas também da comunicação do gesto”**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/16/politica/1547642566_811137.html>. Acesso em: 03 abr. 2019.

ÉPOCA. Desigualdade no Brasil volta a crescer após 15 anos, mostra relatório da Oxfam. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/>

noticia/2018/11/desigualdade-no-brasil-volta-crescer-apos-15-anos-mostra-relatorio-da-oxfam-brasil.html>. Acesso em: 06 abr. 2019.

ESTADÃO. **A “incrível” capacidade de se esquecer do voto.** Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/a-incriveis-capacidade-de-se-esquecer-do-voto/>>. São Paulo: ESTADÃO POLÍTICA, setembro de 2015. Acesso em: 01 jul. 2018.

ESTADÃO. **As 10 empresas que mais doaram em 2014 ajudam a eleger 70% da Câmara.** São Paulo: ESTADÃO POLÍTICA, novembro de 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,as-10-empresas-que-mais-doaram-em-2014-ajudam-a-eleger-70-da-camara,1589802>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

EXAME. **79% dos eleitores não lembram em quem votaram para o Congresso.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/79-dos-brasileiros-nao-lembram-em-quem-votaram-para-o-congresso/>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

EXAME. **A camisa amarela perdeu espaço e a culpa é da política.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/vies-politico-afeta-vendas-da-camisa-amarela-da-selecao-brasileira/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

EXAME. **Brasil é o terceiro mais insatisfeito com a democracia entre 27 países.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-e-o-terceiro-mais-insatisfeito-com-a-democracia-entre-27-paises/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

EXAME. **Desgaste da política se acentua após 2013.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/desgaste-da-politica-se-acentua-apos-2013-dizem-analistas/>>. Acesso em: 24 mar. 2019

EXAME. **Radicalismo político no Brasil supera média global, diz pesquisa.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/radicalismo-politico-no-brasil-supera-media-global-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FERES JÚNIOR, J. e ASSUMPÇÃO, S. R. **Financiamento de campanha, mídia e liberdade política.** In: Reforma política democrática – temas, atores e desafios. Parte I – Principais propostas do PT para a Reforma Política. Marcus Ianoni (org.). Fundação Perseu Abramo. 2015. p. 57-81.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Democracia tem aprovação recorde no Brasil.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/democracia-tem-aprovacao-recorde-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Forças Armadas lideram confiança da população; Congresso tem descrédito.** São Paulo: FOLHA UOL Poder, junho de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895770-forcas-armadas-lideram-confianca-da-populacao-congresso-tem-descredito.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Maioria é contra doações de empresas a campanhas políticas, diz Datafolha.** São Paulo: FOLHA PODER, julho de 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1652280-maioria-e-contra-doacoes-de-empresas-a-campanhas-politicas-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FORBES. **Ranking coloca Brasil como o 49º país mais democrático do mundo.** Disponível em: <<https://forbes.uol.com.br/listas/2018/02/ranking-coloca-brasil-como-o-49o-pais-mais-democratico-do-mundo/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

FUNDAÇÃO FORD. Disponível em: <<https://www.fordfoundation.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 57ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica social-capitalista**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. 263p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. 240p.

GAMA, Zacarias. **Instructio ou Educatio? A educação que queremos**. Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido / Fernando Penna, Felipe Queiroz, Gaudêncio Frigotto, organizadores. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 175-191.

GLOBO.COM. **Tempo de estudo no Brasil é inferior ao de países de Mercosul e Brics, aponta IDH**. Rio de Janeiro: G1 MUNDO, março de 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/tempo-de-estudo-no-brasil-e-inferior-ao-de-paises-de-mercosul-e-brics-aponta-idh.ghtml>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

GOUGH, P. B. (), The New Literacy: caveat emptor. *Journal of Research in Reading*, v.18, ls. 2, p. 79–86, 1995. DOI: 10.1111/j.1467-9817.1995.tb00074.x Disponível em: <http://www.homepage.psy.utexas.edu/HomePage/Class/Psy338K/Gough/Chapter7/new_literacy.pdf> Acesso em 27 mar. 2019.

GOULART, Cecília M. A.. **O conceito de letramento em questão: por uma perspectiva discursiva da alfabetização**. *Bakhtiniana*, São Paulo, 9 (2): 35-51, Ago./Dez. 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Capítulo III. A teoria marxista do Estado, p. 77-94. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaço.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/unai/panorama>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Cadeia do setor de petróleo e gás natural**. Rio de Janeiro: Observatório do Setor. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/cadeia-do-setor-por-petroleo/>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Instituto Humanitas Unisinos. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em 20 mar. 2019.

INSTITUTO PÓLIS. Disponível em: <<http://polis.org.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

ITS-RIO. Disponível em: <<https://itsrio.org/pt/home/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ITS-RIO. Mudamos: Assinaturas Eletrônicas. Disponível em: <<https://itsrio.org/pt/projetos/mudamos-assinaturas-digitais-para-plips/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

JORNAL DO BRASIL. **Dizendo-se “iluminado”, Temer corta da Saúde e Educação para baixar o diesel**. JB ONLINE ECONOMIA, junho de 2018. Disponível em <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2018/06/01/dizendo-se-iluminado-temer-corta-da-saude-e-da-educacao-para-baixar-o-diesel/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

KAHNE, Joseph and WESTHEIMER, Joel. The Limits of Political Efficacy: Educating Citizens for a Democratic Society. PS: Political Science and Politics, v. 39, n. 2, p. 289-296, Apr., 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20451737>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

LAGOS, Marta. **El fin de la tercer ola de democracias**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LATINOBARÓMETRO – OPINION PÚBLICA LATINOAMERICANA. **Relatório Latinobarómetro 2018**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

Licença para roubar: eleitores e “supereleitores”. Disponível em: <<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/139535595/licenca-para-roubar-eleitores-e-supereleitores>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

MACEDO, Maria do Carmo Freitas et al. Educação Cidadã: desafio interdisciplinar. Interdisciplinaridade, v. 1, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/16787/12548>> Acesso em: 01 abr. 2019.

MARQUES Jr., Alaor. Educação Legislativa: as Escolas do Legislativo e a Função Educativa do parlamento. E-legis, n. 3, p. 73-86, 2º semestre 2009. Disponível em: <http://elegisbr.com/cefor/index.php/e-legis/article/view/23/19>. Acesso em: 01 abr. 2019.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008, 124p.

MÉSZÁROS, Istvan. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 260-279.

MÉSZÁROS, István. "**O capitalismo hoje promove uma produção destrutiva**". Entrevistado por Eleonora de Lucena. Disponível em: <http://resistir.info/meszaros/entrev_17nov13.html>. Acesso em: 29 jul. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Entenda o caso**. Brasília: MPF Caso Lava Jato. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

MOISÉS, José Álvaro. **Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira**. Rev. Bras. Ci. Soc. v. 23 n. 66 São Paulo Feb. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/02.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

MOISÉS, J.A. e CARNEIRO, G.P. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.1-42

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORIGE, V. **Cidades Educadoras – possibilidades de novas políticas para reinventar a democracia**. / Valter Morige – 2014. 153f. Orientador: Jaime José Zitkoski. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

NEXO JORNAL. **A origem do conceito de empoderamento, a palavra da vez**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

NEXO JORNAL. **O voto obrigatório e a abstenção nas urnas nos EUA e no mundo**. São Paulo: NEXO, novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/11/10/O-voto-obrigat%C3%B3rio-e-a-absten%C3%A7%C3%A3o-nas-urnas-nos-EUA-e-no-mundo>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

NEXO. **Quais partidos passaram pela cláusula de barreira em 2018**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/10/10/Quais-partidos-passaram-pela-cl%C3%A1usula-de-barreira-em-2018>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

NICOLAU, J. **Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NOVA FRIBURGO. **Cria a Escola do Legislativo de Nova Friburgo (ELENF)**, e dá outras providências. Resolução Legislativa nº 2.052, de 29/11/2013. Disponível em:

<<http://www.novafriburgo.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6811&cdDiploma=5373&NroLei=2.052&Word=&Word2=>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

NOVA FRIBURGO. Cria o Projeto Vereador vai à Escola. Resolução Legislativa nº 2.158, de 01/07/2015. Disponível em: <<http://www.novafriburgo.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6811&cdDiploma=7199&NroLei=2.158&Word=VEREADOR%20VAI%20%C3%80%20ESCOLA&Word2=>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

O'DONNEL, G. **Anotações para uma Teoria do Estado I**. Revista de Cultura e Política. São Paulo, CEDEC, Paz e Terra, 1981, p. 71-93.

O FLUMINENSE. **Niterói acompanha lançamento da Escola de Governo e Gestão em Friburgo**. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/niter%C3%B3i-acompanha-lan%C3%A7amento-da-escola-de-governo-e-gest%C3%A3o-em-friburgo>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

O GLOBO. **Abstenção e votos em branco e nulo batem recorde e representam 41,5% do eleitorado do Rio**. Rio de Janeiro: GLOBO.COM, outubro de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/abstencao-votos-em-branco-nulos-batem-recorde-representam-415-do-eleitorado-do-rio-20388179>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

O GLOBO. **Polícia Federal vai investigar uso do WhatsApp para fake news**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/policia-federal-vai-investigar-uso-de-whatsapp-para-fake-news-23172204>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

O GLOBO. **Steve Bannon, ex-assessor de Trump ligado à extrema-direita, declara apoio a Bolsonaro**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/steve-bannon-ex-assessor-de-trump-ligado-extrema-direita-declara-apoio-bolsonaro-23187643>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

OLABUENAGA, J.I.R.; ISPIZUA, M.A. La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

ORELO, Eliane. **A dimensão estética (sensível) da Competência Informacional**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/31455/25971>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

O'SHEA, Karen. Desenvolver uma compreensão partilhada: Glossário de termos de educação para a cidadania democrática. Conselho da Europa. Estrasburgo: 2003. Disponível em: <<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000034001-00035000/000034744.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

O socialismo liberal de Norberto Bobbio. Disponível em: <<https://norbertobobbio.wordpress.com/2010/04/05/o-socialismo-liberal-de-norberto-bobbio/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

OXFAM INTERNATIONAL. Disponível em: <<https://www.oxfam.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

PELAJO, C. **Brasil encerra 2014 com a menor taxa de desemprego já registrada.** Rio de Janeiro: Portal G1, Edição do dia 29/01/2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/01/brasil-encerra-2014-com-menor-taxa-de-desemprego-ja-registrada.html>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

PETROBRAS. **Pré-Sal.** Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

PNUD. Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

POLITIZE. **Crise econômica: entenda os tipos de crise e como elas acontecem.** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-economica-o-que-e/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **Os Estados Unidos possuem somente 2 partidos?** Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/estados-unidos-possuem-2-partidos.html>>. Disponível em: 24 mar. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. **Palestra gratuita sobre letramento político e democracia nesta terça na Câmara.** PMNF: maio de 2016. Disponível em: <<http://novafriburgo.rj.gov.br/2016/05/palestra-gratuita-sobre-letramento-politico-e-democracia-nesta-terca-na-camara/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. **Projeto Câmara Jovem empossa 21 estudantes da rede municipal como vereadores mirins de Nova Friburgo.** Disponível em: <<http://novafriburgo.rj.gov.br/2017/07/projeto-camara-jovem-empossa-21-estudantes-da-rede-municipal-como-vereadores-mirins-de-nova-friburgo/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

QCA - Qualifications and Curriculum Authority. **Education for citizenship and the teaching of democracy in schools (The Crick Report).** Final report of the Advisory Group on Citizenship. London: QCA, 1998. Disponível em: <<https://dera.ioe.ac.uk/4385/1/crickreport1998.pdf>>. Acesso em: 27 março 2019.

RANKBRASIL RECORDES BRASILEIROS. **Estado brasileiro com maior número de municípios.** Disponível em: <http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06cw/Estado_Brasileiro_Com_Maior_Numero_De_Municipios>. Acesso em: 13 jul. 2018.

REIS, Bruno. **“Caminhos para o futuro: o que precisa ser transformado?”.** Fórum Crise do Sistema Político Brasileiro: Estrutural ou Conjuntural? Fórum Pensamento Estratégico (PENSES) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Disponível em: <<https://youtu.be/807ofAqUFXU>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

RIBEIRO, Guilherme W. **A educação legislativa é uma resposta à crise do parlamento?.** E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da

Câmara dos Deputados, n. 6 , p. 96-103, 2011. Disponível em: <<http://elegisbr.com/cefor/index.php/e-legis/article/view/68/69>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

RIBEIRO, Guilherme W. **Informação, aprendizagem e inovação nas Câmaras Municipais de Minas Gerais**. 2010. Tese (Doutorado) –Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / organização, Simone Faurly Dib, Neusa Cardim da Silva; colaboração, Kalina Rita Oliveira da Silva, Rosane Lopes Machado – 2. ed. rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012. 142 p.

SENADO FEDERAL. **Eleições de 2018 serão marcadas pela polarização do eleitorado, diz Eunício**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/09/eleicoes-de-2018-serao-marcadas-pela-polarizacao-do-eleitorado-diz-eunicio>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SENADO FEDERAL. **Interlegis**. Disponível em: <<http://www.interlegis.leg.br/>> Acesso em 01 abr. 2019.

SENADO FEDERAL. **Interlegis**. História. Disponível em: <<http://www.interlegis.leg.br/institucional/nossa-historia>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

SENADO FEDERAL. **Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos**. Brasília: SENADO NOTÍCIAS, dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 239p.

THE NATIONAL **Task Force on Civic Learning and Democratic Engagement**. A Crucible Moment: College Learning & Democracy's Future. Washington, DC: Association of American Colleges and Universities, 2011. Disponível em: <<https://www.aacu.org/crucible>> Acesso em: 27 mar. 2019.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL. **Índice de percepção da corrupção**. Disponível em: <http://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/?gclid=Cj0KCQjw-tXIBRDWARIsAGYQAmfIWEa6Ek83IHGR-HqN5qX3-ejlZkTNi9t75wnhAn3Zm3lagK-MWTAaAjk4EALw_wcB>. Acesso em: 16 abr. 2019.

UERJ. PPFH. Banco de Teses. Disponível em: <<http://ppfh.com.br/tese/>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

UNESCO. **Aspects of Literacy Assessment**: Topics and issues from the Unesco Expert Meeting, 10 –12 June, 2003. Paris: Unesco, 2005.

UOL EDUCAÇÃO. **Dilma sanciona sem vetos lei que destina royalties para educação e saúde**. São Paulo: UOL Educação, setembro de 2013. Disponível em:

<<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/09/09/dilma-sanciona-lei-que-destina-royalties-para-educacao-e-saude.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

APÊNDICE A – Questionário para dirigentes de escolas do legislativo municipais

As questões abaixo foram aplicadas nas entrevistas a serem realizadas junto a dirigentes de escolas do legislativo municipais, cujos resultados comporão a empiria da presente tese.

- 1) Caracterização da escola e da sua comunidade de entorno (município e estado da federação, população, nome completo e data de fundação da Escola do Legislativo); responsável (nome, cargo, formação, contatos); estrutura física e de equipamentos; e site e/ou páginas em redes sociais.
- 2) Há impactos produzidos pela escola do legislativo que você dirige junto ao público interno de sua Câmara Municipal e sociedade em geral? Quais?
- 3) A escola do legislativo pode ser considerada como uma agência promotora de conceitos de cidadania e democracia? De que formas isso ocorre e quais são as evidências que asseguram a veracidade de tal afirmação?
- 4) Você percebe se os participantes das programações da escola do legislativo conseguem aprofundar conceitos e valores relativos à política e cidadania? Que conceitos e valores são esses?
- 5) Você considera estar contribuindo para o desenvolvimento de novas bases democráticas para o país a partir do trabalho realizado em sua escola do legislativo?
- 6) Você possui elementos/dados que permitam comprovar se sua escola do legislativo tem contribuído de fato para o aperfeiçoamento e fortalecimento da democracia e para a qualificação do Parlamento do qual faz parte?
- 7) É possível ampliar a capilarização das escolas do legislativo no Brasil? Como?
- 8) Que ações de letramento político e de educação para a democracia vêm sendo desenvolvidas por sua escola?
- 9) Nas ações da sua escola do legislativo há a participação de indivíduos e coletivos com capacidade crítica e densidade analítica, organizados politicamente? Quais e de que forma participam?
- 10) São desenvolvidas ações em que a sociedade local seja protagonista? De que forma?
- 11) Que evidências você considera existir decorrentes da ação da escola do legislativo em relação a uma maior conscientização política do público atendido?
- 12) São oferecidas experiências e vivências junto a associações de moradores, órgãos de representação estudantil, sindicatos e partidos políticos, entre outros segmentos que compõem a sociedade local? Como ocorrem e com que receptividade, regularidade e resultados?
- 13) Que evidências você tem para afirmar que a escola do legislativo contribui para a melhoria da imagem do parlamento à qual está vinculada?
- 14) Há projeto político-pedagógico em sua escola, contendo princípios e práticas pedagógicas que devem ser seguidas na estruturação e oferecimento de atividades de formação?
- 15) Qual foi a programação de atividades realizadas ao longo do último biênio?
- 16) Há programação das atividades que serão desenvolvidas ao longo dos próximos 12 meses?
- 17) Os participantes das atividades desenvolvidas pela escola compreendem quais são as funções específicas do poder legislativo, diferenciando-o dos demais poderes?
- 18) Complemente com informações adicionais que julgar pertinentes à pesquisa.

APÊNDICE B – Questionário para cidadãos friburguenses politicamente participativos

As questões abaixo serão aplicadas nas entrevistas a serem realizadas junto a cidadãos friburguenses, com participação direta na criação da Escola do Legislativo de Nova Friburgo e/ou com histórico de participação em movimentos sociais, políticos etc.

- 1) Numa escala de 0 a 10, quão desenvolvido democraticamente você considera o município de Nova Friburgo?
- 2) Como você caracterizaria um cidadão politicamente participativo, em especial no município de Nova Friburgo?
- 3) A partir de sua formação e vivências, que contribuições você já ofereceu e acredita poder vir a oferecer para que os cidadãos friburguenses sejam educados para a democracia e letrados politicamente?
- 4) Você considera ser importante o desenvolvimento de ações de educação para a democracia e de letramento político para a população de Nova Friburgo?
- 5) Você considera serem suficientes os mecanismos de incentivo à participação popular disponibilizados pelo Legislativo de Nova Friburgo, tanto em relação à sua diversidade quanto sua efetiva utilização?
- 6) Você considera importante a existência de uma escola do legislativo?
- 7) Quais sugestões você oferece para que a Escola do Legislativo de Nova Friburgo contribua de forma efetiva para o fomento à democracia através de ações de letramento político?
- 9) De que forma alunos da Escola do Legislativo de Nova Friburgo podem contribuir para a educação em democracia de seus professores?
- 10) O que pode ser feito para reverter a degeneração da vida política que vem atingindo boa parte de nossa histórica política recente, em especial junto à população mais jovem?
- 11) Numa escala de 0 a 10, qual é o nível de déficit cívico (ignorância, alienação e descrença das pessoas, sobretudo as mais jovens, em relação à cidadania e participação política) existente em Nova Friburgo?
- 12) Quais seriam os indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação, a médio prazo, do papel de formação cidadã e de educação para a democracia da Escola do Legislativo de Nova Friburgo no aumento do nível de desenvolvimento democrático e na diminuição do déficit cívico da população friburguense?